

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

BRUNO PERES GONÇALVES

Crise capitalista e dualidade civilizatória na produção e reprodução das Terras Indígenas – O caso Macuxi e a questão indígena em Roraima

Versão revisada

São Paulo
2023

BRUNO PERES GONÇALVES

Crise capitalista e a dualidade civilizatória na produção e reprodução das Terras Indígenas – O caso Macuxi e a questão indígena em Roraima

Versão revisada

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia

Orientador Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G635c Gonçalves, Bruno Peres
 Crise capitalista e a dualidade civilizatória na
 produção e reprodução das Terras Indígenas - O caso
 Maçuxi e a questão indígena em Roraima / Bruno Peres
 Gonçalves; orientador Anselmo Alfredo - São Paulo,
 2023.
 f.

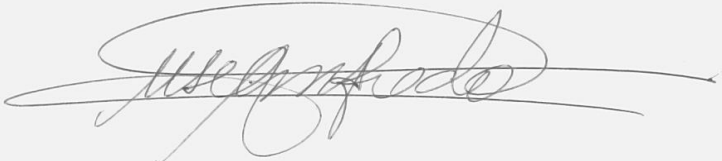
Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Questão Indígena. 2. Modernização Periférica.
3. Garimpo. 4. Terra Indígena. 5. Crise do capital.
I. Alfredo, Anselmo , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Bruno Peres Gonçalves****Data da defesa: 04/05/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Anselmo Alfredo**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/07/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - Breve histórico sobre formação territorial de Roraima	12
1.1. <i>O período colonial, indígenas como as muralhas dos sertões</i>	16
1.1.1. <i>Colonização do Maranhão e Grão-Pará, a forma da ocupação da bacia do rio Branco</i> . .19	
1.1.2. <i>Período pombalino</i>	23
1.1.3. <i>As tropas oficiais de resgate da coroa portuguesa</i>	30
1.1.4. <i>Os resgates na bacia do rio Branco</i>	34
1.1.5. <i>O comércio holandês</i>	35
1.1.6. <i>Comércio de escravizados na bacia do rio Branco</i>	38
1.1.7. <i>O comércio entre indígenas e colonos</i>	40
1.1.8. <i>Aldeamentos do rio Branco</i>	44
1.2. <i>Brasil Império, um projeto econômico e de ocupação, a pecuária</i>	50
1.3. <i>Roraima no período republicano</i>	52
1.3.1. <i>Instituições de contato</i>	57
1.3.2. <i>Formação das lideranças</i>	63
1.3.3. <i>A bacia do rio Branco como Território Federal</i>	70
1.3.3.1. <i>Planejamento Estatal</i>	72
1.3.3.2. <i>Garimpo</i>	76
1.3.3.3. <i>Agropecuária</i>	81
CAPÍTULO 2 - Crise, Questão indígena e modernização no Estado de Roraima	85
2.1. <i>Características do moderno: crise e contratendência</i>	85
2.2. <i>Periferia, Terceira revolução industrial, crise e modernização da amazônia</i>	93
2.2.1. <i>A década de 70 e a Terceira Revolução industrial</i>	96
2.2.2. <i>Capital financeiro e fictício, no Brasil - A Amazônia</i>	100
2.2.3. <i>Corrida do Ouro</i>	114
2.3. <i>Questão indígena como contratendência e discursos acadêmicos que as legitimam</i>	122
2.3.1. <i>As Metafísicas Canibais</i>	127
2.3.2. <i>Financiamento e logísticas das organizações não governamentais</i>	128
2.3.3. <i>O beco sem saída do direito</i>	135
2.3.3.1. <i>Entre a cruz e a espada, eternamente</i>	136
2.4. <i>Roraima</i>	141
2.4.1. <i>Roraima enquanto estado (1988)</i>	143
2.4.1.1. <i>Garimpo (1988 ~ 2000)</i>	146
2.4.1.2. <i>Arroz</i>	149
2.4.1.3. <i>Gado</i>	151
2.4.1.4. <i>Madeira</i>	154
2.4.2. <i>Organizações indígenas, sua relação com a Igreja e órgãos indigenistas, “aquele que deveria morrer é aquele que deve viver”</i>	154
2.4.3. <i>Apropriação das terras macuxi</i>	163

2.4.3.1. <i>Maloca Ouro e a Pecuária</i>	163
2.4.3.2. <i>Maloca Xununuetamu, o ouro e o gado</i>	165
2.4.4. <i>Criação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol</i>	168
CAPÍTULO 3 - Relatos de campo e da questão indígena em Roraima	171
3.1. <i>O alcoolismo como um mal civilizatório</i>	172
3.2. <i>Garimpeiros indígenas e estrangeiros, a baixíssima composição orgânica do capital como necessidade</i>	174
3.3. <i>O capital disputa Roraima, a concorrência entre ramos produtivos enquanto forma de consciência</i>	177
3.4. <i>A aparência de produtividade como forma de sobrevivência</i>	184

RESUMO

O presente trabalho trata da modernização posterior à criação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Com base nos processos intrínsecos ao desenvolvimento do capital, procuramos associar a lógica sistêmica imposta pela colonização e modernização junto à forma de vida dos macuxis, desdobrando em formas particulares de expressão do capital em Roraima. A partir daí, apresentaremos o beco sem saída em que se encontram esses povos, que ou decidem ser absorvidos pelas categorias modernas ou serem dizimados pelos ramos produtivos mais arcaicos da sociedade.

ABSTRACT

The present work deals with the modernization after the creation of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land, in Roraima. Based on the processes intrinsic to the development of capital, we seek to associate the systemic logic imposed by colonization and modernization with the way of life of the Macuxis, unfolding in particular forms of expression of capital in Roraima. From there, we will present the dead end in which these peoples find themselves, who either decide to be absorbed by modern categories or to be decimated by the most archaic productive branches of society.

RESUMEN

El presente trabajo trata de la modernización posterior a la creación de la Tierra Indígena Raposa Serra do Sol, en Roraima. A partir de los procesos intrínsecos al desarrollo del capital, buscamos asociar la lógica sistémica impuesta por la colonización y la modernización al modo de vida de los macuxis, desplegándose en formas particulares de expresión del capital en Roraima. A partir de ahí, presentaremos el callejón sin salida en el que se encuentran estos pueblos, que o bien deciden ser absorbidos por las categorías modernas o ser diezmados por las ramas productivas más arcaicas de la sociedad.

DEDICATÓRIA

Este texto é dedicado aos povos indígenas que resistem à devastação branca há cerca de 500 anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por viabilizar financeiramente essa pesquisa, sem esse financiamento ela não existiria, como acontece com diversos outros pesquisadores, o presente texto é resultado do incentivo estatal para as ciências e tecnologias nacional, o que infelizmente foi ceifado no último mandato presidencial.

Também gostaria de agradecer minha família, que muito me incentivou nesse longo processo, meu pai, minha mãe, irmão e avó foram grandes pilares emocionais nesse trajeto. Principalmente para Juliana, minha companheira que me deu grande suporte em todas esferas que necessitei, desde os sentimentais até discussões acadêmicas, sou muito grato pela sua existência e por estar ao meu lado nessa jornada que é a vida.

Aos meus amigos, Bruno, Felipe, Henrique, Pedro, Mahara, Viviane, Antônio Cícero, Diego Olívia e Claudionor, que me aturaram e me questionaram em muitos momentos, permitindo que a forma da racionalidade em mim pudesse ser moldada, me ouviram e acolheram quando precisei e também me aconselharam em várias situações.

Aos meus amigos professores, Anselmo Alfredo por permitir que eu desenvolvesse esse trabalho com muita liberdade e pela sua parceria enquanto orientador, sempre estando presente nos momentos de necessidade e por nunca ter desistido de mim e esse mestrado que foi um longo processo. Ao Carlos Almeida Toledo, que também sempre esteve disposto à me inserir no mundo acadêmico e me despertar questionamentos sobre a própria pesquisa.

À Universidade de São Paulo, ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, pois me abriram caminhos que minha vida simples em Taubaté não abriria, me projetaram para uma realidade para além da miséria do moderno, possibilitaram que eu desfrutasse e desfrute da positividade do mundo. Aos grupos de estudo dos quais participei durante minha graduação e pós-graduação.

Aos meus antigos amigos de Taubaté, Fábio, Matheus, David e Tiago, que sempre me revitalizavam com uma amizade distante, mas verdadeira.

Aos meus amigos em Roraima, que me ajudaram desde a estadia até a obtenção de material de campo, ao Ives, Thaís, Helen, Evelise e Catarina que foram muito receptivos e me ambientaram logo na realidade de Roraima. A Jonildo, grande mestre que muito me fez pensar sobre lá, me abrindo diversas portas, desde físicas à mentais. A Josy Viana e Rony Peixoto, grandes pessoas que tornaram minha ida à Roraima ainda mais especial. A Zaquine e Marquinhos, que me auxiliaram demais nessa pesquisa, deixando a minha disponibilidade a biblioteca do CIR, o Centro de Informações Indígenas, localizado dentro do prédio da Consolata, em Boa Vista. A Wilson e Jerocina, que me receberam com alegria e muita hospitalidade em Uiramutã, lá pude conhecer um pouco a vida dentro de uma Terra Indígena.

Por fim, gostaria de agradecer todos os meus interlocutores que eu tenha esquecido de mencionar aqui especificamente, todos que conversaram comigo, seja em forma de texto ou em um bate papo, fazem parte e tem papel muito importante nesse processo que aqui se encerra.

EPIGRAFE

*“Na verdade eu tinha de acrescentar que o livro que estava escrevendo não encarava os fatos de forma como os economistas profissionais o faziam, que eu tinha um ponto de vista a partir do qual um sacrifício humano, a construção de uma igreja ou a dádiva de uma joia não tinha menos interesse do que a venda do trigo.”
Bataille em ‘A noção de dispêndio’.*

LISTAS (ILUSTRAÇÕES; TABELAS; ABREVIATURAS E SIGLAS; SÍMBOLOS)

ANM - Agência Nacional de Mineração

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBA - Centro de Biotecnologia da Amazônia

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIR – Conselho indígena de Roraima

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

FLONA - Floresta Nacional

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

G7 - Grupo dos 7

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LBA - Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on Amazon

PIN - Plano de Integração Nacional

PNB – Produto Nacional Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROBEM - Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVÁRZEA - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis

RADAM - Projeto Radar da Amazônia

SIPAM - Sistemas Importantes de Patrimônio Arícola Mundial

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SPVA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SPVEA - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZFM - Zona Franca de Manaus

INTRODUÇÃO

A presente discussão é fruto de uma curiosidade sobre a mercadoria e os confins em que ela pode chegar/cegar, somado ao pesquisador branco, homem e hétero, que talvez tenha me aberto muitas portas e possibilidades de pensamento e ao incentivo público ao pensar, a universidade pública, de qualidade e com políticas de permanência. Enquanto privilegiado pude estudar um povo a nordeste de Roraima, os Macuxi, e a questão indígena brasileira e naquele estado mais a fundo, o processo como um todo durou cerca de 5 anos, coisa rara nos programas de mestrado ofertados no Brasil, hoje em dia, nesse período realizei 2 trabalhos de campo, ambos com duração de 2 meses, mais precisamente em Janeiro de Fevereiro de 2018 e 2019, cursei as matérias obrigatórias, além de receber bolsa de fomento à pesquisa da CNPq.

Tento apresentar a questão indígena como um todo no Norte brasileiro no início do primeiro capítulo, em que caminho à particularidade do povo Macuxi no decorrer dos textos, discuto alguns textos, basicamente, “As Muralhas dos Sertões”, de Nádya Farage, em que tento ressaltar a importância econômica dos indígenas, além da estrita relevância política proposta pela autora, e Paulo Santili, em seu “Fronteiras da República”, que também tematiza sobre a importância política do povo Macuxi nos processos de colonização. Esse trata-se de um capítulo histórico.

Já no segundo capítulo, trago um pensamento mais lógico, acerca de uma crise inerente ao sistema capitalista apresentada por Marx em “O Capital”, para isso conversei com Grossman “La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista”, ou A lei da acumulação e do colapso do sistema capitalista, a fim de apresentar a ideia de um sistema em crise e criando seus mecanismos para superá-las, mesmo que se colocando cada vez mais em crise. Ernest Mandel é outro autor o qual me refiro, em sua obra “A crise do capital” onde me apoio para apresentar alguns fenômenos que se desdobram desse suposta crise estrutural capitalista. Mas também dialogo com Bertha Becker sobre as questões de uma modernização amazônica, com Paulo Arantes sobre as ONGs, com Manuela Carneiro da Cunha e sua forma de ver a cooptação capitalista aos povos indígenas, também com Viveiros de Castro, que nos apresenta outras metafísicas a serem vividas ou, ao menos, compreendidas, enfim, trata-se de uma coletânea de textos que discutem a questão de Roraima e do Brasil em relação à própria modernidade e sua forma de fazer no mundo.

No terceiro e último capítulo, trago relatos de campo e minhas percepções sobre os fenômenos observados em campo, talvez o mais importante capítulo, porém o menor capítulo. Espero que em uma futura oportunidade eu venha a discutir o povo Macuxi de uma forma mais adequada ao que penso ser uma boa discussão.

CAPÍTULO 1 - Breve histórico sobre formação territorial de Roraima

Escolhendo iniciar essas linhas pela história, cabe uma pequena ressalva acerca de como pensá-la, Anselmo Alfredo em seu livro “Crítica à economia política do espaço” (2013), elaborando uma crítica acerca da positividade do espaço enquanto objeto da geografia, que, em sua época desdobra-se em políticas desenvolvimentistas, a partir do dualismo entre subdesenvolvimento e desenvolvimentos, a ideia de sucessão seria uma derivação do tempo, uma vez que a contradição entre o negativo e o positivo é simultânea, aparecem no tempo como subsequentes, ora como negatividade e ora como positividade, um fetiche de sucessão, “o tempo, na verdade, é a ilusão da não contradição, cuja consciência não compreende a identidade pelos contrários” (ALFREDO, 2013, p14), ou seja, o tempo nos apresenta a contradição imanente do moderno como possível de superação, em uma sucessão de etapas do desenvolvimento. Assim sendo, olhemos para a particularidade roraimense a partir dos olhos da simultaneidade do capital expressando-se nessa particularidade que é Roraima. Para tanto trato o processo capitalista global não somente em seu viés particular, uma vez que, no momento histórico estudado neste capítulo, as categorias estruturantes do capital, a saber, terra, trabalho e capital ainda não se encontram autonomizadas, é de nos gerar estranheza em um primeiro momento, mas enquanto formação desdobraremos as particularidades do moderno adentrando a vida dos povos já viventes na bacia do rio Branco, em suas diversas formas.

Para essa análise, sem romper com a linearidade histórica¹, dividi este capítulo em três partes, a primeira se refere ao período colonial, no qual Nádia Farage muito nos auxilia; já em um segundo momento trago à baila o momento republicano brasileiro, apoiado por Paulo Santilli; o terceiro escrito trata da formação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com preâmbulos históricos traçados em tempos de ditadura militar, apoiando-me em André de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino, Jaci Guilherme Vieira, Nélvio Paulo Dutra Santos e, novamente, em Santilli.

Em uma retrospectiva sobre o problema da população nas origens do capitalismo e seu caráter na política colonial, a avidez por trabalho alheio é um dos propulsores do sistema capitalista, assim é que tratamos o caráter da política de expansão colonial no capitalismo em seu estado inicial.

O período mercantilista tem uma orientação política populista, para assegurar a força de trabalho tanto na indústria como na agricultura. Leibnitz já dizia que a “população é a maior riqueza do

1 O que não implica que o tratamento com a história seja, necessariamente, de superação, pelo contrário, tentarei destacar a crise como motor desse processo de modernização periférica.

estado e o fundamento de seu poder e bem-estar” (GROSSMANN, 1973). Parte do estado inicial do capitalismo, com atraso nas técnicas de produção, seria o período ‘infantil da produção capitalista’ devido a essa fase de uma técnica quase constante, “a expansão da produção só podia se verificar sobre a base da simples acumulação extensiva do capital, ou seja, só através de uma utilização incrementada da força de trabalho” (GROSSMANN, 1973), esse avanço tropeça nos limites populacionais, para quebrar essas barreiras o capital utiliza de “meios violentos” para conseguir impor o trabalho. A revolução técnica do final dos XVIII produz uma transformação fundamental para escassez de trabalho e a expansão colonial tem o mesmo caráter da política mercantil e populista, vislumbra criar populações inseridas na sociabilidade do trabalho.

Esse caráter não é um problema de circulação, mas sim de produção de mais-valia nesses novos mercados, se não existem quem pague todas as mercadorias produzidas², isso é expressão de uma não substancialização de trabalho nas mercadorias vendidas, uma dívida de produção e não de simples compra. Já em 1441, Portugal traficaria o primeiro negro escravizado nos termos modernos, a exportação de seres humanos de África ao “Novo Mundo” começa em 1517, estando nos barcos dos flamencos o comércio de escravizados para o novo mundo. No entanto, desde meados dos 400, Portugal já organiza seus interpostos para o comércio de ouro e escravos. “As viagens de descobrimento prosseguiram para obter cada vez mais ouro e escravos para as plantações” (GROSSMANN, 1973). Sendo trabalho humano, enquanto força de trabalho, e ‘natureza’, como matéria-prima, uns dos elementos mais importantes para a produção, alguns países coloniais era fonte de “natureza”, enquanto outros eram fonte de força de trabalho, como Jamaica, Haiti, Porto Rico e Cuba, esses que foram despovoadas pelos espanhóis e, posteriormente, abandonadas.

Momento do capital que poria luz sobre a escravização, característica das colônias, principalmente o Brasil, que traz traços à formação do nacional brasileiro. Teoricamente existe “um regime de produção capitalista, mesmo que só de um modo formal, posto que a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a que descansa a produção capitalista” (1973), no entanto, são, “sem dúvida, capitalistas os que manejam o negócio do tratamento com os negros” (1973).

Alencastro, em seu *Trato dos Videntes*, em trata da formação do Brasil no Atlântico Sul, em que a colonização portuguesa, ancorada no escravismo, cria um espaço comercial e econômico dual, “englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angolas”, afirma que após constatar que Angola não tinha minas de prata, Portugal notara que o tráfico transatlântico de escravizados era a principal atividade econômica em expansão, do a colônia em “suas mãos” (ALENCASTRO, 2000, p.14).

2 As crises capitalistas são, a priori, de superprodução, depois desdobram-se em outras formas fenomênicas.

O sistema de produção não se origina na escravização, mas à insere em seu contexto. Por isso os primeiros colonizadores eram chamados de “conquistadores”, pois não querem obter benefícios da própria produção, mas sim da exploração dos nativos, atividades que alimentam a acumulação primitiva europeia. Diferente dos romanos que aceitavam os dominados, os cristãos, no início do capitalismo introduziram outros métodos, tratavam o Novo Mundo como coisa, já que os antigos habitantes não teriam “nenhum direito”. As terras da colônia era domínio do rei, sendo todos seus vassalos. “Já em 1499, Colombo introduziu aos assim chamados repartimentos, no qual ele repartia entre os espanhóis a terra dos nativos, os quais foram obrigados a trabalhar como escravos” (GROSSMANN, 1973).

Inicialmente, os conquistadores se apossavam dos indígenas de forma “completamente irregular”, como se houvesse uma forma regular para se apossar dos outros, que leva a morte de muitos indígenas; posteriormente é introduzido o sistema de “encomiendas”, o qual os indígenas estariam atados à terra como os servos de um senhor, esse que distribuía cargos oficiais do período feudal. Ou seja, depois de um apresamento violento que matava os indígenas, os espanhóis procuram mantê-los vivos, aí têm a ideia de tratá-los como seus servos.

Em relação à mineração, o indígena deveria pagar tributos anualmente. “Ocorreram suicídios massivos desde filhos da natureza, os que preferiam à morte à escravização.” (1973)

O estabelecimento colonial espanhol e português não se tratavam de colônias agrícolas, se focaram na mineração e na monocultura/plantations³. Os espanhóis que sempre se negaram a comercializar escravizados negros, passam a comercializar os caribes, que “se converte em modelo de toda crueldade” (1973). Realizavam tipos de ‘descimentos’, capturando jovens indígenas para o trabalho! Primeiramente o comércio espanhol se focava no ouro e prata saídas do México e Peru, tendo seu centro econômico nos países sul-americanos, mas adiante tenta iniciar a produção de mercadorias. “As Índias Ocidentais espanholas eram, em seu começo, uma colônia de conquista; após o aniquilamento dos nativos foi (...) uma colônia de plantações” (1973). Nos 500 a produção de prata cresce vertiginosamente. Junto à mineração, os espanhóis também investiam na criação de plantações, como café, cacau, algodão e cana-de-açúcar, sempre com trabalho escravizado.

No Brasil a colonização se limita à zona costeira, tendo início o cultivo do açúcar em 1532, com trabalhadores escravizados vindos da África e dos sertões.

Além de um mercado consumidor das mercadorias europeias, principalmente escravizados africanos, as colônias eram “territórios de produção e exportação” (1973), todas estas atividades endividadas, principalmente com bancos ingleses, esses que financiavam a compra de escravizados

3 Arquétipos de ramos produtivos mais arcaicos, que ainda disputam a região estudada.

pelos produtores brasileiros. No século XVII, o Brasil é a maior zona açucareira do mundo, além de madeiras colorantes, peles, produtos do gado e, a partir dos XVIII, tabaco, algodão e cacau.

Portugueses, ingleses, franceses ganharam muito dinheiro com as plantações, diretamente e indiretamente. Cabe lembrar que a economia colonial “esta orientada pelo saque e não sobre o cálculo de rentabilidade” (1973).

As vantagens de se abrir uma empresa na colônia eram relativamente pequenas. “A mais-valia produzida na Europa em forma capitalista não se ‘realiza’ através do comércio colonial senão que é extraído nas colônias mesmas, dos escravos e das plantações, e realizado em países capitalistas desenvolvidos da Europa” (1973).

A colonização é a caça por mais-valia típica do capitalismo, primeiro estavam interessados em ouro e prata, depois em plantações e escravizados, até a formação de uma aristocracia de funcionários da coroa.

“O cultivo do café, açúcar e algodão pode ser realizado em grande escala quando se formou na Europa uma classe média bastante numerosa e acomodada que assegurava o consumo de açúcar, café, etc” (1973). Quanto mais se desenvolve o capitalismo no centro, maior são as necessidades por mercadorias coloniais. Em 1656, a Inglaterra conquista a Jamaica dos espanhóis, já em 1700 o açúcar se tornará o principal produto da Jamaica. Acontece também no Suriname. A cana é importante nas colônias francesas também. Os produtos tropicais e os humanos escravizados eram a “coluna vertebral” do comércio colonial.

Em 1713, o comércio de escravizados se torna monopólio da Inglaterra, conseqüentemente o mercado africano de mercadorias. Cabe ressaltar a importância, para o capital, assegurar força de trabalho para o capitalismo colonial. Liverpool é uma das cidades que enriquece pelo tráfico de escravizados. A população de escravos em Cuba só cresce até o XIX. Também no Brasil e EUA aumentam o número de escravizado, passando de 5 milhões. A alta procura por força de trabalho escravizada chega a mais de meio milhão de pessoas, o que gera mortes sem precedentes na história.

“O mesmo que as máquinas, o crédito, etc., a escravização direta é base da indústria burguesa. Sem escravidão não haveria o algodão; sem algodão não haveria indústria moderna. A escravização tem dado sem valor às colônias; as colônias têm criado o comércio universal, o comércio universal é a condição necessária para a grande indústria. Por tanto, a escravização é uma categoria econômica de elevada importância” (1973).

A abolição de escravização é um resultado da revolução industrial e da introdução da maquinaria na produção. Como consequência dessa acumulação, o capital acumulado se torna

desproporcionalmente maior em relação à sua população, gerando um grande exército industrial de reserva.

Além de um comércio lucrativo, não podemos esquecer de Marx, em sua “Teoria Moderna da Colonização”, em que, a exemplo do Sr. Peel, demonstra como em um novo território, de terras “livres”, é necessário apresar os corpos dos trabalhadores, para que trabalhassem nas produções coloniais, se não o fizessem, esses trabalhadores se apossariam de terras “livres” e ali passariam a produzir sem a dependência do capitalista. Além da avidez por trabalho humano, é necessário criar aparatos legais que prendam esse trabalho à terra e ao capital, uma vez que nas terras do novo mundo não existiam documentações de posse. O que só seria abolido em um estágio em que a acumulação de capital estaria em tal montante que os trabalhadores tornassem supérfluos.

Momento em que, no Brasil, se cria a lei de Terras, para que os trabalhadores ex-escravizados, agora supérfluos, não tivessem acesso à terra, que os manteriam em condição de expropriação até hoje.

1.1. O período colonial, indígenas como as muralhas dos sertões

É importante ter em mente que a identidade colonial se dá como formação específica de uma realidade e categorias no bojo da realização do capitalismo mundial e sua acumulação primitiva. Nesta perspectiva mais abrangente, o comércio de escravizados constitui o elemento dinamizador dos processos em curso no período colonial, que gera particularidades tanto para metrópole quanto para suas colônias, essas que se completam gerando uma realidade complexa, que passa pelo nexo de comércios lucrativos. Podemos então aproximar a realidade colonial daquilo que Caio Prado Jr classifica como o sentido da colonização, fazer da colônia um grande empreendimento comercial, cujo movimento é posto pelo processo de acumulação nas mãos da coroa portuguesa. Aqui o externo determina o interno, relação que coloca a particularidade da colônia.

Dessa maneira, as realidades locais, passam a ser determinadas pela dinâmica mundial, uma vez que não constituem fortes ligações internas. Seja a cana, as drogas dos sertões, os indígenas escravizados e até a própria pecuária. Assim, realiza-se uma dinâmica voltada à lógica comercial, que se depara com as particularidades naturais e sociais de um novo continente, como na bacia do rio Branco. Dito isso, fato de importante apreensão é o descompasso permanente entre acumulação primitiva das metrópoles e da formação categorial nas colônias, dada diferenças qualitativas e quantitativas do capitalismo lá e cá, o que nos permite compreender traços coloniais nos Brasil republicano, como a permanência da escravização indígena até meados dos 1900.

Enquanto processo de formação, as categorias do moderno devem aparecer como algo já efetivado, uma forma a se seguir, estando os indígenas do rio Branco nesse balaio, o de formação da força de trabalho, da propriedade privada, do valor e etc, na colônia, impostos pelos colonizadores já socializados há séculos com tais. Momento em que a riqueza monetária metálica é posta como lógica da sociabilidade mundial, uma anteposição “do valor, numa realidade em que suas categorias não se constituíram de modo que o processo de realização do colonial, enquanto conceito, é o gestar destas categorias que efetivam (ou não) a validade do conceito a priori” (ALFREDO, 2013).

Como o capital, em sua face colonial, procurarei me antepor à linha mestra do pensamento da autora que nos guiará pela questão indígena e o período colonial brasileiro, Nádía Farage, que ressalta a importância política, e não econômica, dos indígenas no vale do rio Branco, como contrapondo cito Anselmo Alfredo, onde afirma que

“A própria interpretação sobre a nossa formação territorial, como expões MORAES (2000) também é vista sob a perspectiva da formação de uma economia mundo. Isto implica dizer que, a constituição de um território colonial, também é tida a partir da necessidade da realização de uma riqueza mundial, donde ao colonial, em seu aspecto interno, estabelece-se a partir de uma acumulação primitiva para a formação da realidade europeia. O território, portanto, é o gestar deste poder, através do qual a Metrópole se projeta na realização da colônia enquanto seu domínio” (ALFREDO, 2013)

Sempre lembrando que mesmo que algumas particularidades apareçam enquanto isoladas, não são uma exceção ao colonial, pelo contrário, são modo particular desse mesmo colonial. Dito isso, passemos para os relatos históricos sobre a colonização e os povos no rio Branco.

Em 24 de maio de 1838, a serviço da Royal Geographical Society⁴, R. H. Schomburgk, em viagem de exploração às nascentes do Essequibo⁵, relatou que a bandeira britânica havia tremulado nas longínquas terras da rainha Vitória, no rio Pirará. No entanto, de quem pertencia àquela terra era ainda questão em aberto, Pirará era a recém-instalada missão anglicana entre os Macuxis, região de fronteira ainda não definida entre Guiana Inglesa e o Império do Brasil. Um ano depois, em 1839 o governo brasileiro enviaria um destacamento da Guarda Nacional para desalojar os missionários ingleses. “O

4 Aqui já podemos notar o sentido da geografia na colonização.

5 Principal rio da Guiana Inglesa.

destacamento ali permaneceu, para garantir a posse brasileira”, ou seja, só a guarda nacional para garantir a nacionalidade de algumas terras.

Alegando que os indígenas ‘privados de seu missionário’ ficariam expostos às ‘expedições de escravização do governo brasileiro’, Schomburgk ressalta a necessidade de demarcação das fronteiras, uma vez que para serem ‘súditos uteis’ era necessário vigiá-los de perto, assim propunha uma demarcação que ia até o Surumu⁶. Área que ficaria em litígio até 1904, quando o rei da Itália solucionaria tal pendência, delimitando a fronteira entre Roraima e Guiana.

Os povos indígenas eram pivô nessa história, uma vez que a Inglaterra, reclamando ser herdeira dos Holandeses, se apegaria ao argumento de que “seu território se estendia até onde se estendiam as alianças que, através de um sistema regular de trocas, os holandeses haviam estabelecido com os índios dois séculos antes.” (FARAGE, 1991, 16). Ou seja, para eles, o alcance até onde chegaram as relações comerciais eram a forma de legitimar a posse da terra. Já a resposta portuguesa argumenta que apenas a presença constante dos colonizadores era título suficiente de domínio, e não as relações comerciais e de influência. Assim o contrabando com os indígenas jamais poderia validar a posse da terra.

Ao longo do século XVIII, portugueses e holandeses preludiaram conflitos sobre litígio de fronteiras. Nos 70 do século XVIII, portugueses, vindos do rio Negro, estabelecem-se no rio Branco, com uma fortaleza e aldeamentos indígenas, a fim de impedir o avanço dos holandeses e o tráfico de escravizados indígenas, ou seja, “a disputa em torno do território do rio Branco realizou-se através dos povos indígenas que o habitavam” (FARAGE, 1991, 18). Aqui as verdadeiras muralhas.

Segundo a autora, nas definições de fronteiras a história de contato dos povos do rio Branco encontram sua inteligibilidade, já que era importante para a colônia delimitar seu espaço produtivo, mesmo que só em potencial. O tráfico holandês perfazia vários circuitos de trocas com os indígenas, de modo que atingia as vizinhas possessões da Espanha e Portugal. Aqui o tráfico holandês engloba três atores, mais se considerarmos todas etnias que habitavam aquela região, os portugueses, holandeses e os indígenas. A submissão política dos indígenas, segundo o colonizador, representaria não apenas a prova da conquista, mas sua garantia. Ou seja, os indígenas seriam a garantia de posse territorial.

Pelo lado dos indígenas, no tráfico de escravizados, pela intermediação ser feita ativamente por outros grupos indígenas, alguns desses grupos tinham “projetos e intenções que esses grupos teriam tido frente a situação de contato.” (FARAGE, 1991, 18) Assim, permitindo-nos uma interpretação própria desses povos, que articulando dois ‘códigos culturais’, até então inteligíveis enquanto simultaneidade, conferem um sentido a essa colonização. Aqui, a autora propõe um outro sentido à colonização, que não somente a exportação de produtos tropicais para Europa. Ou seja, Farage coloca

6 Afluente da margem direita do rio Tacutu, principal rio a nordeste de Roraima, onde localiza-se a T.I. Raposa Serra do Sol.

o sentido da colonização (CAIO PRADO JR, 2000) também na ação dos indígenas, que se tornam sujeitos⁷ de seu destino, absorvendo e reinterpretando as categorias modernas, passariam agora a fazer política, mesmo que pautada na economia colonial.

A região de estudo, o nordeste do estado de Roraima é habitada por Macuxi, Taurepáng e Ingarikó, grupos de filiação linguística Caribe e os Wapixana, de filiação Arawak. Povos que de aliados a súditos, auxiliam na delimitação da fronteira nacional⁸ e compõe uma população potencialmente produtiva.

Entendido superficialmente o contexto em que a questão indígena está inserido na história da formação territorial brasileira, como força de trabalho escravizada e influência política, vamos agora aos primórdios da colonização da bacia do rio branco.

1.1.1. Colonização do Maranhão e Grão-Pará, a forma da ocupação da bacia do rio Branco

O estado do Maranhão e Grão-Pará, instituídos em 1761 como unidade administrativa separada do Brasil, ligada diretamente à metrópole, englobava toda Amazônia portuguesa, o atual Piauí e o Ceará. Divisão feita devido fatores geográficos, como as correntes marinhas que facilitavam as relações com Portugal e dificultavam atingir o litoral sul brasileiro. Com esse plano de fundo, nos guiaremos com Farage no intuito de compreender “a utilização da mão de obra indígena e suas implicações para economia amazônica no bojo da empresa colonial portuguesa” (FARAGE, 23).

O processo de colonização do rio Branco, que teve sua efetiva ocupação no período pombalino, se inicia em 1750, instaurando diversas reformas estruturais na economia da amazônia.

Pela cultura do algodão, o Maranhão teve suas feições econômicas mais parecidas com o resto do Brasil, já no Grão-Pará o extrativismo reina, sendo uma economia extrativista, apoiada na mão de obra indígenas que caracteriza sua economia, aqui encontra-se o vale do rio Branco.

Mesmo com a tentativa de implantar a *plantation* como forma de produção, na segunda década do s XVII, o Maranhão e o Grão-Pará (tabaco e açúcar) não puderam concorrer com as florescentes capitanias do nordeste brasileiro. Não houve um investimento maciço na região, uma vez que os investidores preferiam a segurança de retorno dos investimentos no litoral brasileiro. Já a mão de obra escrava e os implementos chegavam muito mais caros do que em Pernambuco ou na Bahia, tornando-os inacessíveis aos agricultores de pouco capital. Com a inexistência de atividades altamente rentáveis,

7 E todas as implicações do sujeito moderno, que será desdobrada mais a frente.

8 Procurando desvelar a lógica de contato, Farage problematiza com os Caribes, os quais apresavam escravos para os holandeses, que segundo espanhóis e portugueses predavam a população indígena dessa região, a fim de escravizá-los. Então, da partilha territorial emerge a importância dos Caribes. “Nesse sentido, a construção colonial dessa designação parece-me resumir bem a história dos povos indígenas engendrada pela ocupação do rio Branco: de aliados a súditos, eles desenharam a fronteira” (FARAGE, 19).

somada a uma pesada política fiscal, a região era pouco atraente para os colonos, sendo em sua maioria funcionários coloniais e apresadores de indígenas.

O início da atividade de extrativismo, que necessitava de menos investimentos e que encontrava um preço mais satisfatório no mercado, marcaria a economia da região por muito tempo. São as drogas do sertão - “uma gama variada de frutos e raízes silvestres”, como “cacau, baunilha, salsaparrilha, urucu, cravo, andiroba, almíscar, âmbar, gengibre e piaçava”, além de peixes e tartarugas. Essa grande gama de produtos indicaria essa “debilidade estrutural”, junto à ausência de circulação de moeda na colônia até os XVIII. O cacau e o algodão funcionavam como moeda (FARAGE, 1991, 25).

Existiam problemas relacionados à mão de obra, era uma empresa instável demais, diferente das que poderiam investir com trabalho escravo e nem possuem bens que pudessem empenhar. Assim, a mão de obra escravizada não logrou tanto sucesso no norte do brasileiro. O tráfico para a região praticamente inexistente, entre 1692 e 1721 foram introduzidos 1208 pessoas escravizadas.

O pouco capital não permite a *plantation*, mas o extrativismo também não permitiu um desenvolvimento econômico que proporcionasse uma “mudança radical” na economia.

Essa passagem mostra o quão pouco produtivo é o trabalho nessas terras amazônicas, “seria necessário um século (aproximadamente de 1650 a 1750) de extrativismo, apoiado na mão de obra extremamente barata dos índios, para proporcionar acumulação suficiente para o início de um ‘ciclo agrícola’ na Amazônia” (C. CARDOSO em FARAGE, 1991, 26). Assim, a riqueza era medida pela escravaria, pelo número de indígenas que tal morador possuía, sendo essas as bases da economia do Grão-Pará e Maranhão.

Antes do déspota esclarecido Marquês de Pombal, força de trabalho indígena estava dividida em escravizados e homens livres. Dentre os escravizados, existiam duas modalidades genéricas, só eram considerados “escravos legítimos” os indígenas aprisionados em guerra justa ou através de resgates. Guerra justa é um conceito teológico e jurídico, originado nos direitos de guerra medieval. Tratava-se de estabelecer quando e como seria justa uma guerra e qual esfera poderia declará-la; uma guerra contra os infiéis era justa, uma vez que tem como motivo a propagação da fé, ou seja, a guerra seria justa se alguém impedisse essa propagação. Outros motivos aceitos na colônia portuguesa eram os ‘desenfrenos morais’ dos ameríndios, principalmente o canibalismo. Também era justa uma guerra defensiva. O que possibilita diversas situações de aprisionamento e escravidão. O conceito e aplicação de guerra justa variou muito, em 1653,

“o Estado declarava serem casos de guerra justa: quando os índios impedissem a pregação evangélica; deixassem de defender as vidas e propriedade dos colonos; estabelecessem alianças com os inimigos

da Coroa; impedissem o comércio e a circulação de colonos; faltasse, ‘as obrigações que lhes foram impostas e aceitas nos princípios da conquista’; praticassem o canibalismo”(FARAGE, 1991, 27).

Já em 1655 os casos de guerra justa ofensiva diminuía, só sendo legítima quando os indígenas impedissem a pregação do evangelho, no caso da guerra justa defensiva, seria entendida como no caso dos portugueses serem atacados por qualquer cabeça ou comunidade, uma vez que formariam um estado. Uma vez que são reconhecidos como uma nação, um ajuntamento de pessoas, devem ser punidos pelas leis do Reino. Ou seja, reconhecê-los como nação os coloca em paridade para fazer guerra. Os europeus escravizam pelo fato dos indígenas ‘não terem alma’, mas no momento de guerrear, os consideram em par de igualdade, a fim de esconder a covardia do processo civilizatório. Em 1680 fica proibido qualquer modalidade de escravização indígena e os prisioneiros de guerra deviam ser tratados como qualquer prisioneiro na Europa. Mas em 1688 existe uma retomada das diretrizes de 1655. A guerra justa defensiva seria em caso de invasão dos estabelecimentos portugueses ao impedimento da circulação de missionários e colonos. Já a guerra justa ofensiva seria quando “houvesse ‘temor certo e infalível’ do ataque por parte dos índios”. No entanto, as definições da guerra justa era uma questão régia, mas muitas vezes delegadas às autoridades coloniais. Ou seja, localmente se decidiam os motivos que legitimariam uma guerra justa.

O resgate é precedente da colonização africana, já no século XV, que se consistia na compra, pelos portugueses, de prisioneiros de guerra entre nações indígenas, ou seja, passa a impor o comércio de seres humanos a algumas etnias da América portuguesa; assim os resgatados ‘deviam’ suas vidas aos seus compradores, o que geraria muita contradição entre os teólogos e juristas. A atividade agrícola na colônia acaba “impondo uma maior demanda de mão de obra por parte dos colonos, inaugura um período de escravização sistêmica onde o termo resgate consolidou-se enquanto método de obtenção de escravos índios” (FARAGE, 1991, 28). Ou seja, a início da economia portuguesa na região é marcada pelo trabalho escravo indígena. Agricultura e escravização.

Os resgates também implicavam a compra de escravos legítimos dos indígenas, obtidos segundo as leis portuguesas, isso também se estendendo para seus filhos, caso herdassem a condição de escravizado de seus pais. Missionários e cabos da escolta eram designados para o ‘exame da justiça da guerra’. Caso a guerra não tivesse sido justa, os portugueses poderiam resgatar tais escravos. Dessa forma a escravização era garantida, de um jeito ou de outro. E justamente pelas dificuldades e contradições jurídicas, o resgate foi forma predominante de arrematação de escravizados. A lei é ambígua para possibilitar diversas formas de ser aplicada, quanto “ao uso da população indígena como

mão de obra a legislação foi sendo aprimorada de acordo com as necessidades da metrópole para o desenvolvimento econômico da colônia” (VIEIRA, 2014, 26)⁹.

Afora a legalidade, “a escravização clandestina na Amazônia como um todo foi de muito maior porte que a escravização efetuada pelas tropas de resgate oficiais e tropas de guerra somadas” (FARAGE, 30), tinham a prática de obrigar os indígenas a aceitarem ‘aguardente, velórios e ferramentas’ em troca de escravos, de forçá-los à guerra e de amarrá-los à traição, escravizando aldeias inteiras. Toda a colônia estava mobilizada, à época, pelo aprisionamento de escravizados, “toda colônia se encontrava de certa forma comprometida com ela: quase todos os moradores ai ao sertão”. Fluxo que interessava à Coroa, uma vez que daí poderiam aferir impostos, no entanto esse controle não passou um desejo pouco efetivado. Cabe lembrar que essas trocas acontecem até hoje, como a história relatada em Uiramutã, em que seu Tuxaua havia sido trocado por um saco de sal e um forno quando pequeno.

A mão de obra indígena livre era formada por indígenas aldeados pelos missionários. Recrutados através dos ‘descimentos’, realizados por missionários ou seus representantes e até ‘índios mansos’. Persuadiam os indígenas a se deslocarem de seu território original e se estabelecerem nos aldeamentos. Eram três tipos: aldeias do serviço das ordens religiosas, que gerava mais trabalho, que aparecia como renda, às respectivas ordens religiosas. As aldeias do Serviço Real, em que o trabalho era destinado a serviço do Estado. As aldeias de repartição, em que a mão de obra era destinada a toda população. Ressaltando a semelhança dos trabalhadores escravizados e dos trabalhadores livres nesse contexto.

Essa repartição entre igreja, Estado e particulares gerava diversos conflitos entre os escravizadores. A igreja ficava com 2/3 da mão de obra, e os particulares só com 1/5. Sendo assim, o momento colonial pré-pombalino é caracterizado por conflitos em relação ao controle e acesso ao trabalho indígena, entre igreja, estado e particulares, que, com consciência moderna, lá queriam produzir. Em 1686 o Regimento das Missões viria regulamentar o trabalho livre indígena até as reformas pombalinas.

Regimento que viria a ressaltar o controle dos missionários em relação aos aldeamentos, estabelecendo normas de quem poderia entrar nos aldeamentos e quantos indígenas cada missionário poderia ‘arregimentar’. Por um lado, o regimento, ao conceder a administração da mão de obra

9 As tropas de resgates eram regulamentadas pelas leis de 1655, designando missionários para acompanhar e julgar legítimos ou não os cativeiros, através dos ‘registros’. Mais tarde, com a lei de 28.4.1688, o próprio Estado torna-se empresário do resgate, taxando em 3000 réis cada escravizado. Ou seja, o estado passa a legislar em favor de si mesmo, uma vez que podia, agora, cobrar o dízimo, o que não acontecia com os resgates de particulares. Ou seja, o Estado passa a se interessar em lucros do comércio de indígenas escravizados, os interesses que parecem ser políticos, para manter o território, também são econômicos, pois a Coroa busca obter rendimentos através do aprisionamento de escravos.

indígena aos missionários, principalmente a Companhia de Jesus. No entanto, a revolta de 1684 fez-se ouvir na Coroa, que passa a recorrer a “Junta das Missões”, com representantes de outras ordens religiosas e autoridades. E em 1693 o Maranhão e o Grão-Pará seriam divididos entre diversas ordens religiosas, limitando a Companhia de Jesus ao sul do Amazonas. Devido essa divisão, as áreas do rio Negro e do rio Solimões ficaram a cargo dos carmelitas, que não tinham planos em relação à mão de obra e procuravam suprir a necessidade dos moradores, muitas vezes participando, os próprios carmelitas, do comércio de indígenas.

Em suma, mesmo depois do Regimento das Missões, a situação seguia como antes. Assim, em 1689, pressionado pelos colonos, o Estado permite o aldeamento de indígenas por particulares. Mesmo assim, as ordens religiosas eram “as empresárias mais bem-sucedidas da colônia” (FARAGE, 1991, 33), uma vez que não precisavam pagar salários, não necessitavam de licença e ainda podiam enviar os indígenas coletarem drogas do sertão.

Vamos agora para o período pombalino, momento de expulsão dos jesuítas e proibição da escravização indígena.

1.1.2. Período pombalino

Marquês de Pombal¹⁰, primeiramente pretendia modernizar as relações coloniais a fim de concorrer por maiores fatias do comércio mundial, à época de um mercantilismo que, como cupins na madeira, mineraram as colônias, numa particularidade capitalista em que o escravo tinha sua especificidade como expressão de um trabalho enquanto generalidade, momento de transição entre uma violência extraeconômica para uma violência econômica, já que se partíssemos do trabalho livre nas colônias, enquanto a propriedade privada não tivesse sido formada por completo no ‘território nacional’, tais trabalhadores procurariam sua própria propriedade e tornar-se-iam capitalistas de si mesmos. (MARX, 1985, 295). Ou seja, o Marquês se encontrava nessa seara, tendo que incentivar o comércio de escravizados da África e forçar uma modernização em territórios pouco rentáveis e distantes.

O Maranhão e Grão-Pará foram alvo privilegiado do ministério pombalino, uma vez que o tratado de Madrid¹¹, em 1750, demarcava as possessões luso espanholas, sobrepondo-se ao tratado de Tordesilhas, e os portugueses haviam obtido mais ganhos territoriais ao norte. Por isso era preciso desestagnar economicamente a Amazônia, que foi tentado através de três medidas, a formação da

10 Título dado a Sebastião José de Carvalho, 1º ministro português no reinado de José I, ilustrado e esclarecido.

11 Baseado no princípio do direito privado romano: *uti possidetis, ita possideatis* – quem possui de fato, deve possuir de direito.

Companhia Geral de Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, que comercializaria a produção ‘regional’ e a contínua inserção de escravizados africanos em toda colônia, por outro lado existia outro plano para os povos indígenas, já que procuravam o fim da escravização e a retirada do poder temporal sobre os aldeamentos que possuíam os missionários, seguida da expulsão dos jesuítas. Pombal está no contexto de crise econômica de Portugal que se somou com um terremoto de grandes proporções, a expropriação dos jesuítas vem no sentido de leiloar suas propriedades, que aconteceu mais ou menos porque a venda disso tudo era muito difícil.

Já no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, entre 1751 e 1759, em algumas de suas instruções já se delineava um plano de abolição da escravização indígena e sua substituição por força de trabalho escravizada, dois motivos me saltaram à cabeça, o primeiro é que os escravizados africanos já giravam enormes quantidades de dinheiros, sendo empresas rentáveis e influentes na coroa, segundo, desdobrando-se do primeiro, talvez pudesse existir um lobby para a produção de escravizados vindos das colônias africanas portuguesas. O que, claramente, gerava conflito entre a população do rio Branco, que, enquanto colonizadores, preferiam escravizar os indígenas a comprar escravizados africanos.

Aos religiosos, principalmente os jesuítas, muitas foram as críticas por seus poderes espirituais e temporais, detendo o monopólio da utilização da força de trabalho indígena, controlando o comércio da região, ficando no ‘claustro’ o dinheiro que deveria circular na colônia e metrópole. A escravização indígena é interessante para os colonos e para os religiosos, caso fosse cessada “perderiam mais de oito mil índios que mantinham a seu serviço, em suas fazendas no estado” (FARAGE, 1991, 35).

Quando Mendonça Furtado é nomeado comissário português para a demarcação das fronteiras ao norte pelo Tratado de Madrid, um de seus principais objetivos era boicotar a Companhia de Jesus, que tinha práticas contrárias à efetivação do tratado. Furtado também vinha a persuadir os colonos para que comprassem escravizados africanos, para cumprir as leis régias e liberar os escravizados indígenas, com o alibi de que os escravizados africanos seriam mais produtivos dos que os locais, em contrapartida os colonos alegavam falta de capital, uma vez que um escravizado africano valia três ou quatro escravizados indígenas, também a incerteza da produção extrativista e a prudência com as dívidas que poderiam os arruinar, dívidas essas contraídas para a compra de escravizados africanos. Empresa que não se mostrará muito frutífera.

Em 1755 funda-se a Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão Pará, com o monopólio do comércio na região, inclusive o de escravizados africanos, acompanhada da liberdade dos indígenas e a retirada da administração temporal que os missionários tinham sobre os indígenas aldeados. Medidas que devem ser lidas como um “projeto de desenvolvimento colonial”, dando início ao que se “chamou de ‘ciclo agrícola””(FARAGE, 1991, 37), com a implementação da cultura do arroz

em Macapá, o cacau no rio Negro e a pecuária em Marajó e na bacia do rio Branco. Nota-se um planejamento regional que já coloca as vertentes do rio Branco como área pecuarista desde o século XVIII.

A secularização das missões é parte de um processo amplo em que o governo português visava minar sua hegemonia eclesiástica em todos os seus territórios, o poder político a concentrado pela Companhia de Jesus afigurava-se excessivo acaba por desdobra-se no confisco de seus bens e sua expulsão do Reino em 1759, na colônia houve o sequestro dos bens dos jesuítas e uma ‘redistribuição’ entre os colonos. Já o monopólio da Companhia Geral não lograria muito êxito, tanto que em 1763, o governador escreveria à metrópole que as provisões para a colônia eram tão ínfimas que se pareciam mais com um mosteiro do que um Estado.

A Companhia introduziu 28 556 escravizados, entre 1756 a 1788, no Maranhão, Grão-Pará e Rio de Janeiro, sendo 16 077 dirigidos ao Pará. No entanto, o preço do escravizado africano seguiu excessivo para os paraenses, também a própria companhia encarecia o preço do escravizado. Em 1765, a companhia abandona o mercado de escravizados de Angola, e apenas os traz de Guiné, que possuía o preço duas vezes mais do que o primeiro, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento desse mercado no Maranhão e no Grão-Pará. Também existiram os que se especializavam na especulação com escravizados, comprava-os e aguardavam o momento de baixa oferta no mercado para vendê-los a preços mais elevados.

Por voltas dos 1760, a inadimplência colocava a Companhia em posição bastante delicada, devido ao grande número de compradores insolventes, nas vendas a crédito. Aqui já o capital financeiro aparecia com importância. O administrado da Companhia do Pará, em carta, pedia que enviassem menos escravizados aos seus domínios, uma vez que os compradores de escravizados acabavam por vendê-los, principalmente às áreas mineiras do Mato Grosso, para saldar suas dívidas. Ou seja, os escravizados que entravam pelo Pará foram mobilizados para o interior da colônia. Já nos 1770, no Maranhão, o tráfico estava paralisado e os colonos reclamavam da escassez de força de trabalho.

Morre o rei José I em 1777, conseqüentemente cai pombal, a companhia não tem seus privilégios renovados. Assim o tráfico negreiro continua sendo realizado por particulares. Segue a mesma toada, a de falta de controle sobre a escravidão e o tráfico de escravizados por parte da coroa portuguesa. Na capitania de São José do Rio Negro, no Pará, o extrativismo seguiu sendo a atividade econômica com mais relevância. Sempre ressaltando que o trabalho indígena lá sempre existiu, não de forma residual, mas fundamental para economia extrativista. Ou seja, para a economia extrativista dos sertões era essencial a força de trabalho escravizada dos indígenas.

Em 1751, agricultura estava arruinada por falta de braços de escravizados africanos, sendo ‘natural’ dos indígenas furar mato e extraí-lo, por isso os colonos os queriam como trabalhadores. A coroa queria sistematizar sua produção, ao mesmo tempo que integrava a região ao mercado global, vendendo drogas do sertão para o mercado, inseria o trabalho escravizado negro nas capitânicas. Sendo muito lucrativo o comércio de escravizados vindos da África, abrindo possibilidade para interpretarmos tais discursos como lobistas da escravidão vinda do além-mar. As “reformas aplicadas ao Maranhão e Grão-Pará visaram um duplo ganho: integrar a região à economia colonial significava também abrir mercado ao tráfico africano” (FARAGE, 1991, 40).

Para Farage a economia, por si só, não poderia explicar a política indigenista ali aplicada, “a questão parece ser eminentemente política, residindo no papel atribuído pelo Estado português aos povos indígenas no bojo de sua empresa colonial” (FARAGE, 1991, 41), aqui Portugal queria como súditos/colonos os indígenas, condições favoráveis ao trabalho livre. Para o desenvolvimento e implantação do trabalho de escravizados do além-mar, seria necessária a criação de uma forma de consciência que preterisse o trabalho escravizado indígena pelo trabalho escravizado africano, momento em que aparecem os discursos da superioridade da produção provinda de braços de escravizados negros.

Portugal também queria súditos, condição prévia para uma força de trabalho domesticada. Súditos esses que aparecem como pura relação política, quando os súditos dos estados modernos são sempre provedores de impostos. O estado português, com Pombal, queria modernizar e expandir suas influências e seu controle, melhor controlar os indígenas com uma pecuária, do que perder a propriedade da terra. Outro ponto é a propriedade da terra, como ainda se encontrava em formação, a propriedade da terra passa a ser prioridade do estado Português, sabendo que dali, futuramente, extrairiam lucro. Ou seja, garantir a propriedade privada tem tanto de econômico como de político, em uma dialética que se expande com o capital. Cabe ressaltar a importância econômica que esses povos representam para a coroa, expandindo seu território, almeja, nem que em um futuro distante, formar um mercado produtor/consumidor dentro de suas colônias. Ou seja, garantem politicamente o território para explorá-lo economicamente futuramente. Sendo a política e a economia duas faces da mesma moeda, a da modernização, sendo assim impossível separá-las no espaço e no tempo¹².

Soberania duvidosa a dos portugueses sobre o território amazônico, uma vez que Portugal não possuía títulos para reclamar a região, sendo apenas o povoamento que garantiria aquele território. Daí a importância de tornar os indígenas em súditos da coroa portuguesa, garantir o território ocupado, esse

12 Estado moderno fundamenta-se na troca e no valor de troca, nas cadeias de equivalência. Os contratantes que aparecem como iguais são sempre desiguais, por uma coerção inerente ao contrato e garantida pelo Estado, que mantém a igualdade jurídica. A divisão do trabalho político, também é produtora de relações sociais. Sendo a institucionalização da sociedade a passagem da produção das relações sociais a partir das forças produtivas à produção política do Estado. (ANDRADE e KOMINSKY, 1996, 58)

que permitia uma exploração por parte da coroa portuguesa, que tem a colônia enquanto uma empresa capitalista, ao querer garantir terras, logo se remete à quantidade de lucro que dali retirará em algum momento.

O tratado de Madrid é o primeiro, após Tordesilhas, que busca definir os territórios espanhóis e portugueses. Tratava-se, nesse momento, devido ao *uti possidetis, ita possideatis* – quem possui de fato, deve possuir de direito, de povoar “todas as terras possíveis”. Não sendo as políticas pombalinas, nem de longe, um corte nas políticas indigenistas da coroa, que antes já havia lançado cartas régias recomendando o “bom tratamento dos índios”, uma vez que eram servos do rei. Sendo essas as diretrizes quase desde 1655. Os missionários portugueses consideravam os indígenas como “as Muralhas dos Certoens”, sendo essa a toada da legislação indigenista portuguesa por três séculos. Por um lado queriam criar trabalhadores livres, que comprassem escravos, não que escravizassem o gentio daqui, sem nenhuma vantagem à coroa, já que a circulação desses escravizados seria interna, dificultando a tributação, e por outro também já haviam aprendido com sua própria história da ocupação, como nos mostra Furtado:

“A experiência havia já demonstrado que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera, seja porque os demais povos não reconheciam direito senão sobre as terras efetivamente ocupadas, seja porque, na ausência de bases permanentes em terra, as operações de defesa se tornavam, muito mais onerosas.” (FURTADO, 2005, 73)

Existe correlação entre a definição do domínio português com o estreitamento dos laços de vassalagem por parte dos indígenas, ou seja, o peso político dado aos indígenas era contrastante com a escravização dos nativos por parte dos colonos, sendo as medidas pombalinas algo que procuraria conciliar o impasse político da colônia. Os anos 50, tempo da reforma foram um momento de acumulação de capital por parte da metrópole, que necessitava investi-lo em produções e comércio lucrativos nas colônias, junto ao fato do tratado de Madrid regulamentar as posses portuguesas.

A política de assimilação da população indígena no período pombalino teve seu clímax. Uma série de outras medidas são tomadas para inserção da população indígena na sociedade colonial, como a proibição de designá-los como negros, uma vez que a palavra os associava aos escravizados da costa da África, a intenção de “tratar os índios ‘como se fossem Branco’”, até recomendava-se que adotassem sobrenomes portugueses. O Marquês, enquanto um esclarecido, procurou fortalecer o comércio de escravos e transformar os indígenas em colonos, que consumiriam essas mercadorias humanas. Alguns aldeamentos indígenas tornam-se vilas, todas com nomes portugueses, onde deveriam conviver brancos e indígenas, sem predileção a ocupar cargos honoríficos. Aqui uma formação para o trabalho. “A população indígena das povoações deveria também pagar o dízimo,

‘limitadíssimo tributo’ através do qual reconheceriam sua ‘obrigação de vassalagem’” (FARAGE, 1991, 43), além de obrigatoriedade do português enquanto língua oficial. Algumas abstrações do moderno passam a pautar a vida dos indígenas aldeados¹³.

A prática de casamentos entre indígenas e brancos, foi incentivada pelo governo, sendo uma estratégia assimilacionista, aparecendo para o estado como o caminho para se povoar este “larguíssimo país”. Para a coroa portuguesa, o bom sucesso de sua empresa colonial dependeria de uma assimilação satisfatória da população. Os indígenas seriam fagocitados pela nova forma social, “sua singularidade engolfada pela nova ordem que o período pombalino impôs com vigor maior. A colônia ideal seria, acima de tudo, a réplica fiel do reino: um imenso Portugal” (FARAGE, 1991 43). Igual por deverem obediência ao rei português, mas bem diferente na forma do comércio e da produção.

Após a liberdade dos indígenas, foram adotadas algumas estratégias para manter essa população sob controle, duas leis de liberdade, a lei de 6/6/1755, que devolve aos indígenas a posse de seus bens, pessoas e comércio e a lei 7/6/1755, que retirava dos religiosos a administração temporal das aldeias, determinando que os chefes indígenas tradicionais governassem estas aldeias. Aqui já vemos se formando as lideranças, que desdobrar-se-ão na intensificação do processo de modernização.

Mesmo assim, em 1751, a administração da colônia já expressava suas dificuldades para implementar a liberdade dos indígenas, primeiramente pela possibilidade de motins dos colonos e a chance de dispersão dos indígenas. Essa liberdade dos indígenas já era tema de discussão, já que indígenas alforriados e livres vagavam pelas cidades sem que o governo pudesse coagi-los para o trabalho efetivamente. Essa coação para o trabalho, que corroborando com a Teoria moderna da colonização, de Marx, nos mostra que enquanto a propriedade privada não estiver formalizada como um todo a violência extraeconômica deve ser o cativo humano. Também podemos pensar como a metrópole está precisando de trabalhadores que gerem mais-valia aqui e comprem suas mercadorias, uma dualidade que coloca em movimento o processo de colonização.

Marquês de Pombal refuta a possibilidade de deserção, uma vez que, junto à liberdade, seria oferecido aos indígenas livres “fazendas para se sustentarem” e “comércio”, aqui percebe-se a colônia passando por um processo de formação da propriedade privada, à coroa era interessante formar cidadãos brasileiros em territórios não tão povoados e pouco produtivo. Para que não fugissem, após a lei de liberdade ser promulgada, baixa-se outra lei que não permite a ausência de sua residência, para brancos e indígenas, sem a autorização do governador. Como era história comum, os indígenas seriam propensos à preguiça e viver na inanição, devendo ser incitados ao trabalho pela igreja e pelo estado,

13 Em nota, lê-se: “Como veio a justificar Mendonça Furtado (Diretório §6), a imposição da língua aos povos conquistados era ‘prática observada por todas as Naçoens polidas do Mundo’, por ser ‘hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Língua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe (...)’ (FARAGE, 178)

humilhando os vadios e incitando os produtivos. Aqui vemos claras leis de formação para o trabalho, como as leis sanguinárias inglesas e muitas outras. A ociosidade seria um vício moral e político, “a recusa ao trabalho por parte dos índios significaria, em um limite, uma recusa mesmo à condição de vassalos” (FARAGE, 1991, 45). Aqui a moral do trabalho se apoia na de vassalagem.

Para o governador Mendonça Filho, a liberdade dos indígenas e a delegação do governo temporal aos chefes indígenas era impossível. Sendo necessário um período de transição, primeiro a lei que retira os poderes religiosos, posteriormente a entrada de grandes lotes de escravizados africanos e a manutenção dos indígenas assalariados aos seus senhores, para manter a ordem. Essa estratégia de coação dos indígenas resulta em uma solução de compromisso entre a utilização da força de trabalho indígena escravizada e sua liberdade formal, uma vez que impõe um período em que ambas fiquem em suspenso. Para isso, Mendonça Filho tinham dois pontos, que os moradores achassem quem os servisse e que os indígenas se tornassem assalariados, para não ficarem “vagando” por aí. A principal forma de impedir a evasão dos indígenas libertos foi o Regimento dos Órfãos, agora os indígenas passam a ser tutelados para o trabalho pelo estado. Os que não trabalham são considerados dementes ou loucos desvairados.

Tais medidas garantiram o acesso à força de trabalho agora formalmente livres. Muitos moradores foram requerer licenças para garantir a permanência de seus escravizados indígenas. O estado também reservaria indígenas escravizados para o serviço público. Os indígenas que não aceitassem o trabalho, eram presos em grilhões e obrigados aos trabalhos públicos, enquanto as mulheres eram presas e obrigadas a fiar algodão.

A compulsão pelo trabalho, a disciplinarização da força de trabalho são categorias do capitalismo industrial do final do século XVII, aqui a autora tem grande sacada,

“o processo a que são submetidos os índios na Amazônia evoca, (...), a disciplinarização dos artesãos ingleses e seu ajustamento ao ritmo da produção manufatureira”. Assim as leis se fizeram “consoante o teor da liberdade que então se oferecia aos índios, indicando precisamente o lugar que lhes era reservado dentro da sociedade que o pombalismo almejou” (FARAGE, 1991, 47)

Os indígenas aldeados sofrem a perda da pouca autonomia que a lei de 7.6.1755 lhes garantiam, de que os indígenas aldeados fossem governados pelos seus ‘principais’, já o Diretório estabelecia que enquanto os indígenas não puderem se governar, o estado designava um diretor para cada aldeamento, com o auxílio de um pároco, a quem pertencia as almas a fim de: “levar aos índios a ‘civildade’, para que pudessem ser úteis ‘a si, aos moradores, e ao Estado’”, também deveriam ensinar o “amor ao trabalho” e “aquela honesta, e louvável ambição, que desterrando das Repúblicas o pernicioso vicio da

ociosidade, as constitui populosas, respeitadas e opulentas”. Como as velhas reivindicações dos colonos contra a igreja. Com os diretores, a hierarquia e os cargos pré existentes passam a ocupar função de capataz, uma vez que tinham como objetivo recrutar os indígenas aldeados para trabalho com o Estado, moradores e o próprio aldeamento, os diretores não podiam punir os ‘delitos’, sendo delegado aos capatazes essa função, ou seja, a violência do trabalho era exercida pelos próprios indígenas, que, também, eram incumbidos de realizar descimentos para manter a população nos aldeamentos (FARAGE, 1991, 48 e 49).

Pensando na formação das lideranças, o Diretório diferencia os que possuem títulos honoríficos, por acreditarem ser indicação de civilidade e um forte fator de cooptação, esses não necessitavam ir pessoalmente buscar drogas dos sertões, mas podiam enviar indígenas enquanto seus trabalhadores.

A estrutura dos regimentos das missões não se alterarão desde o antigo Regimento das Missões. E para manter sua população poderiam realizar descimentos ou realizar aldeamentos próximos aos territórios de origem dos indígenas aldeados. Uma diferença do antigo regimento é a repartição da força de trabalho, antes dividia em três partes, agora é repartida ao meio, metade se mantém nos aldeamentos a disposição do estado e a outra metade é dirigida aos moradores.

A agricultura, mandioca, feijão, milho, arroz, algodão e tabaco, que alimentariam o aldeamento e o mercado interno, eram incentivados. O extrativismo também era outra atividade, em que os aldeados recebiam parte do lucro como incentivo, mas seu período era regulado pelo da agricultura. A produção e a circulação de mercadorias deveria passar pela mão dos diretores, estabelecendo preço de venda, preservando parte da produção e reservando a parte do pároco, que tinham pescadores e caçadores a sua disposição. A produção agrícola era taxada por fiscais civis. As atividades extrativistas eram tachadas de muitas formas além do dízimo à Fazenda Real, os lucros eram redistribuídos entre os investidores, ao passo que para alguns indígenas os lucros só chegavam na forma de gêneros, uma vez que eram tutelados e não sabiam o que fazer com o dinheiro.

O Diretório aumenta os empecilhos para o acesso à força de trabalho indígena, exige o pagamento integral do salário do indígena para o diretor, que o transfere ao indígena apenas 1/3, fica com os 2/3 como seguro contra sua morte ou fuga, o diretor e o principal zelavam pelos cumprimento dos prazos dos trabalhadores e os recém aldeados necessitavam de um prazo de 2 anos de adaptação. O sistema de antecipação de salários dificultou o acesso à força de trabalho indígena, permitindo que só os que possuíam capital pudessem explorar tal força de trabalho, mas também muitas exceções foram abertas e métodos ilegais utilizados. Assim o sistema de aldeamento foi se exaurindo, enquanto a população indígena sangrava, uma vez que a demanda por braços só aumentava, enquanto aumentavam as formas de burlar as leis e acessá-la, mesmo momento em que a coroa portuguesa

instala mais fortificações e intensifica sua presença na Amazônia. Dessa forma, os indígenas são requeridos para as construções públicas e expedições em fronteiras, faltando trabalhadores para a agricultura nos aldeamentos, o que acabaria por exauri-los.

1.1.3. As tropas oficiais de resgate da coroa portuguesa

No contexto de fornecedora de mercadorias tropicais para Europa, o rio Branco prestava-se à atividade extrativista, com madeira, resinas, baunilha, cacau e salsaparrilha. A pesca e a viração de tartaruga suprimiram o mercado interno. Que tem sua importância ao garantir no mercado interno uma zona fornecedora de escravizados indígenas e legitimar a posse portuguesa na Amazônia. Relevância política e econômica.

Expansão para o rio Branco deu-se nas últimas décadas do século XVII, decorrente do avanço ao rio Negro. No entanto, associar a exploração do vale do rio Branco com a exploração do vale de rio Negro deve ser tratada com cautela, uma vez que os documentos sobre o rio Branco datam do século XVIII, a partir dos anos 30, em virtude da expansão oficial através das tropas de resgate, escravizando indígenas. Sendo prática, mesmo que não documentada, a extração de drogas do sertão e o aprisionamento de indígenas¹⁴.

Francisco Ferreira, carmelita, chegará ao rio Negro nos primeiros anos do século XVIII, e até os anos 30 já havia explorado o alto rio Branco e seus afluentes Catrimani, Aiarani, Ocaí, Guananaú, Uraricoera e Tacutu. A finalidade de tais incursões era a colheita de drogas do sertão, o descimento e amarrações de indígenas. Outro religioso da mesma ordem, Fr. Jerônimo Coelho é um dos exemplos mais gritantes do caráter empresarial da missão carmelita no rio Negro, no século XVIII. Escrevia pessoalmente ao rei pedindo exclusividade sobre a jurisdição temporal e espiritual sobre sua aldeia, contrariando Diretório Pombalino. E o rei lhe concede, considerando seu zelo e cuidado com o gentio. Assim, “Coelho fez da missão uma verdadeira empresa de coleta de cacau, fabrico de canoas, panos e manteiga de tartaruga” (FARAGE, 1991, 60). Fr. Jerônimo não realizava transações comerciais somente na bacia do rio Negro, no rio Branco Francisco Ferreira lhe representava, mantendo intenso comércio com os holandeses da Guiana. Ambos eram parte de uma rede de comércio com holandeses da Guiana, ou seja, inúmeros escravizados indígenas tirados do rio Branco e parte da produção do Tarumás ficaria com os holandeses, em troca de bens manufaturados, ponto em que Portugal sempre foi defasado.

Negócio altamente lucrativo os tecidos com os holandeses, sendo essa ligação comercial com os holandeses parte substancial dos negócios no rio Branco, por esse fato a coroa portuguesa procura

¹⁴ Existindo relatos de freis carmelitas, à época, acusados de envolvimento no tráfico de escravizados indígenas.

eliminar a presença holandesa em território que almejava ser seu, tendo como álibi o povo Manao, que foram caçados por colonos portugueses por serem considerados aliados dos holandeses.

Já no final do século XVII as áreas próximas à Belém já se encontravam em processo de esgotamento dos escravizados indígenas, sendo, no início dos XVII, as áreas de reserva de força de trabalho os vales do rio Solimões e Japurá e, ao norte, os rios Branco e Negro. Assim, as origens do povoamento em, o que hoje chamamos de, Roraima se dá com a atividade econômica do mercado de escravizados indígenas.

Em lei de 28.4.1688, retomando as diretrizes de 1655, “voltando a permitir resgates e escravização por guerra justa ofensiva e defensiva, e, lembremos, inaugura a participação empresarial do Estado no financiamento das tropas de resgate” (FARAGE, 1991, 61). No entanto, tais medidas não surtiram muito efeito em um primeiro momento, já que alguns colonos, com forte influência política, extraíam grandes lucros com o aprisionamento clandestino de escravizados indígenas¹⁵.

Em 1727, a Junta das Missões autoriza que particulares integrassem as tropas de resgate para efetuar resgates privados, visando coibir a escravização clandestina. No entanto, já em 1725, são enviadas tropa de guerra e resgates contra os Manao. Militares portugueses haviam avançado além da foz do rio Branco e montado seu arraial, sendo a primeira tropa oficial a adentrar o que denominam território do Manao, habitantes da bacia do rio Jurubaxi; em decorrência das atrocidades que consistiam a existência das tropas de resgate, os Manao acabam por se insurgirem e matam um soldado e um principal do arraial.

Após o ocorrido, outro capitão de guerra é enviado, Belchior Mendes de Moraes, afirmando que “os Manao e todos os povos habitantes da região, além das frequentes invocadas acusações de canibalismo e incesto, seriam aliados dos holandeses da Guiana, com eles comercializando em escravos” (FARAGE, 1991, 62), tendo seu chefe, Ajuricaba, hasteado uma bandeira holandesa em sua canoa. Ou seja, os holandeses tinham lançado suas influências até a foz do rio Branco, algo que preocupava a coroa portuguesa. Relatos afirmam que bem armados, com mercadorias trocadas com traficantes de escravizados do Pará e holandeses, os Manao enfrentavam os portugueses, levando seus escravizados indígenas aldeados como prisioneiros.

Apresenta-se, então, uma especificidade¹⁶ jurídico-político que legitima uma guerra justa contra os Manao. O governo pede autorização e auxílio ao reino para efetivar a guerra, no entanto o reino deixa isso a cargo dos colonos do Pará, que são os mais interessados pelos lucros dos sertões.

15 “Christivão da Costa Freire (1707/1718) e Bernardo Pereira de Berredo (1718/1722) (...) tinham seus próprios interesses no apresamento clandestino, em muito lucrando com ele” (FARAGE, 61). Ou seja, uma contra tendência, o monopólio aparece muito forte, a ponto de barrar, em partes e por um tempo, a política oficial da coroa portuguesa.

16 Por ser uma particularidade da forma capitalista, necessária enquanto especificidade.

Autorização que demoraria a chegar. Neste ínterim, jesuítas são enviados para negociar com os Manaos, tentando persuadir suas lideranças, o que não viria surtir efeito.

A resolução do conflito se dá com o apresamento de Ajuricaba, levado à Belém para ser julgado, que, no entanto, se joga acorrentado no rio Amazonas, preferindo morrer à ser capturado. O principal alibi da guerra justa contra os Manao era sua suposta aliança com os holandeses da Guiana, expresso na troca de escravizados por manufaturados. Relação de difícil confirmação, já que tão controversa é essa aliança entre os Manao e os holandeses, que esses últimos, em 1724, resolvem “extirpar e aniquilar” os Manao, uma vez que atacavam aldeias aliadas, como os Akawaio e os Caribe, no objetivo de aprisionar e escravizar seus ‘prisioneiros de guerra’¹⁷.

A guerra dos holandeses contra os Manao não significa que esses últimos não estavam empenhados com o comércio de escravizados. Os Manao, tradicionalmente, mantinham relações de troca com grupos indígenas da região do rio Solimões, como urucu e ralos de mandioca. Nos fins dos XVII, os Manao teriam entrado em contato com os povos do rio Branco “já então em relações de troca com os holandeses da Guiana e, em razão da demanda holandesa. Teriam se especializado no tráfico de escravos”. Ou seja, existia uma vasta rede de trocas desde o Essequibo até o rio Negro.

Os Manao agora era especialistas em apresamento de escravizados, concorrendo com os Caribe nesse mercado.

Além de uma confluência política e jurídica, essa suposta aliança tinha fatores econômicos por parte de Portugal, que segundo antropólogos, à época, seriam “em obter o maior número possível de escravos para a cronicamente depauperada colônia, e, ainda, aumentar as zonas de fornecimento de mão de obra escrava indígena, com a extinção de intermediários que faziam o tráfico fluir para os holandeses” (FARAGE, 1991, 65). Ou seja, o mercado de indígenas escravizados era incentivado pela metrópole, principal forma de combater a escravização ilegal que não pagaria tributos à coroa. Aqui o estado moderno metropolitano procura se fazer, também, através de tributos.

Em meio às epidemias, a guerra justa permite o apresamento de indígenas de forma desordenada, tantos quanto a tropa de resgate pudesse ‘resgatar’. Ou seja, a condição de guerra justa permitia a expansão do mercado de indígenas escravizados, de grande importância para a balança comercial portuguesa.

Em meio a tal concorrência, a Companhia de Jesus enviava constantes reclamações à coroa denunciando as tropas oficiais, que dizimavam as aldeias e até dos aldeamentos religiosos retiravam indígenas escravizados. Ou seja, igreja se revolta contra a violência e ao monopólio da escravização indígena por parte das tropas oficiais da coroa portuguesa.

17 “Cada Maganout morto valeria dois machados, e os prisioneiros deveriam ser vendidos como escravos a preço de mercado” (FARAGE, 64).

As reclamações da igreja representam a perda do controle das autoridades eclesiásticas em relação às tropas de Belchior, que contava, por sua vez, com o apoio do governador do estado, esse último que viria a punir os missionários que se recusassem a fornecer escravizados para as tropas. Desenrola-se uma guerra silenciosa, entre eclesiásticos e colonos/coroa. Em 1730 a Junta das Missões declara ilegítimos os escravizados feitos pela tropa da coroa, que deveriam ser encaminhados, na condição de livres, às aldeias de repartição. Ou seja, o controle do comércio de força de trabalho passa por grande concorrência, a igreja já perde sua primazia no trato com os escravizados da colônia.

Para os Manao e os povos atingidos pela guerra, “para o genocídio só lhes foi oferecida como alternativa a sua desorganização enquanto sociedade” (FARAGE, 1991, 67), ou genocídio ou se tornar civilizado.

Já nos anos 30, a população indígena do rio Negro sofrerá grande baixa, estando drasticamente reduzida. Agora estavam abertas as rotas escravistas para o alto rio Negro e o rio Branco, ou seja, com o esgotamento da população que seria força de trabalho escravizada no rio Negro, a coroa portuguesa passa a enviar tropas a lugares cada vez mais distantes.

As tropas oficiais de Belchior aparecem como um desastre econômico, pois os tributos nunca chegaram à coroa portuguesa e um desastre político, já que dizimou boa parte da população da bacia do rio Branco. O resgate enquanto instituição não foi questionado, mas sim a particularidade de Belchior Mendes de Moraes, mameluco e alcoólatra, sendo que a partir daí os cabos de tropa seriam recrutados entre a nata da sociedade colonial.

Guerra que se dá pelo acesso força de trabalho, opondo dois ramos produtivos, os de escravizados vindos da África e os de escravizados vindos dos sertões amazônicos.

1.1.4. Os resgates na bacia do rio Branco

No rastro dos genocídios praticados pelas tropas oficiais¹⁸, a atenção da coroa e dos paraenses se volta à bacia do rio Branco. Agora com uma exploração sistemática da força de trabalho escravizada, com apoio do estado e visando os mercados de Belém e São Luís, agora a escravização toma proporções ainda mais empresariais. Sendo o rio Branco e seus tributários uma das principais zonas de fornecimento de força de trabalho escrava indígena para o Pará.

Em 1736 a primeira tropa de resgate oficial é enviada ao rio Branco, comandada pelo sobrinho de Belchior, Christovão Ayres Botelho, em sua chega à Belém trazia produtos do rio Branco, além das drogas dos sertões, também e principalmente indígenas escravizados.

18 De João Paes do Amaral e Belchior Mendes de Moraes.

Lourenço Belfort, agricultor no Maranhão, financeira, com seu próprio capital, uma tropa de resgate, com condição de ser o comandante da tropa e poder reservar para si o número de escravizados necessários para o pagamento de seu investimento. Oferecendo pagar os tributos e fornecer escravizados para a Fazenda Real. Um ano mais tarde o governo envia tropa de resgate financiada pelo tesouro dos Resgates, comandada por José Miguel Ayres, que provavelmente iria se unir às tropas de Belfort, que posteriormente seria passada para José Miguel Ayres. Deviam ali fazer cumprir as leis da coroa. As tropas levam o apresamento, as drogas do sertão e o estado português para o interior desse proto Brasil.

Os resgates eram feitos por prioridade, segue a lista decrescente: à Fazenda Real, aos missionários, aos cabos da tropa, aos soldados e demais e, por fim, aos civis agregados. “Dentro do período de operação das tropas oficiais, (...), é incontável o número de particulares que teriam obtido licença para resgatar escravos à sua sombra” (FARAGE, 1991, 70), somando-se à pouca documentação da época, é difícil quantificar a quantidade de escravizados indígenas, mas sabe-se que nas primeiras viagens de Belfort e Ayres eles apresam por volta de 300 indígenas.

Também o estado fornecia licenças para particulares resgatarem escravos à sombra das tropas oficiais. Licenças dadas aos que possuíssem um pouco de capital, apenas aos que tivessem canoas e mantimentos suficientes para o transporte de escravizados. Tentando a coroa garantir as condições para que os escravizados chegassem vivos ao mercado, ou seja, um desenvolvimento na forma de produção dos escravizados ameríndios. Sendo arraiais formados por tropeiros saídos de suas tropas, com o intuito de apresar indígenas.

A tropa que seguiu pelo lado esquerdo do Uraricoera teria chegado ao Catrimani e voltado pelo Ucayahy, tendo retornado quando as doenças começam a abater, assim esquadrinharam a porção oeste do que é hoje Roraima. Já a tropa que seguiu pelo lado direito, do traficante de escravizados Francisco Ferreira, teria andado por 1 mês a procura dos Wapixana e dos Macuxi, nordeste de Roraima. No final dos 40, Ayres sobe o rio Branco e a empresa de escravização seguia seu rumo ‘produtivo’. Momento em que a tragédia para os indígenas viria a aumentar significativamente, pelo contágio de sarampo levada ao rio Branco. São estimadas cerca de 40000 vítimas da doença à época, quando aldeias inteiras podem ter desaparecido. Para tangermos o desastre social e demográfico causados pela epidemia e pelo apresamento, Ayres chegava com suas tropas em povoados populosos antes do sarampo, ali recolhendo os que escaparam à doença a escravização.

Belfort havia escravizado mais de dois mil indígenas, segundo relatos, e fez sistemática procura na bacia do rio Branco, atingindo frontalmente muitos grupos indígenas. Tamanha era a violência das tropas portuguesas que muitos são relatos de fuga e de rejeição do contato devido ao pavor espalhado pelas tropas de descimentos, “os povos indígenas habitantes da área da Serra dos Cristais estejam

rejeitando qualquer contato com os brancos, devido aos maus-tratos que vinham lhes afligindo os portugueses” (FARAGE, 1991, 73).

O declínio dos descimentos e das tropas vem junto ao declínio das tropas de Belfort e Ayres, em março de 1747 a coroa ordena o retorno dessas tropas, a fim de regulamentar o tráfico de escravizados. Até 1750 a escravização indígena era aceita e tratada como caso da coroa, que precisava taxar essas mercadorias circulantes em seu território.

1.1.5. O comércio holandês

Referências bibliográficas sobre a presença de holandeses no rio Negro são contemporâneas das primeiras incursões portuguesas, Pedro Teixeira, em 1639, “já mencionava ter encontrado manufaturados, que se supunham holandeses, em mãos dos índios habitantes da região do rio Solimões, a oeste da foz do rio Negro” (FARAGE, 1991, 75). Em missão de Antônio Nogueira e Noronha, relata que na casa dos indígenas existiam várias coisas estrangeiras, ferramentas, facas e ‘outras drogas desse valor’, sendo os estrangeiros que lhes traziam. Noronha recomenda que não mais comercializem com estes estrangeiros, uma vez que como vassalos do rei português, os indígenas estavam proibidos de comercializar com outras metrópoles. A partir daí, o Conselho Ultramarino ressalta a importância de coibir o contato dos indígenas, em território da coroa, com os estrangeiros, uma vez que seriam importantes para a formação da fronteira colonial.

Em 1719 o então governador Berredo relata que a fortaleza na foz do rio Negro era insuficiente para barrar a introdução de manufaturados holandeses. Sendo assim, o alibi português é a sua falta de influência e a insegurança que se desdobra daí, sem mencionar a necessidade de comercializar eles mesmos, os portugueses, com os indígenas do rio Negro e Branco, mantendo seus domínios coloniais, já que até a década de 50, o Tratado de Madrid, acontece uma corrida para definição das fronteiras coloniais.

Cabe ressaltar que não é a presença física dos holandeses que viria a gerar preocupação à coroa, mas sua a presença de seus avatares, os manufaturados. O fato das mercadorias holandesas estarem entre os indígenas do rio Negro, para a coroa, seria indício de uma expansão territorial holandesa, que nunca viria acontecer. Ali tratava-se de uma expansão territorial baseada no comércio e não na guerra. Comércio que cola nas relações tribais e se propaga avassaladoramente. Uma rede extensa e multilateral de trocas tribais borrariam as fronteiras e impunha a presença dos holandeses no vale amazônico, já que a fornecimento de manufaturados portugueses era muito deficitário, sendo os manufaturados holandeses utilizados por colonos portugueses devido a falta de tais mercadorias no

mercado interno. Assim, devido a um vácuo do comércio português, os holandeses passam a serem os fornecedores de manufaturados.

Devido ao peso dado aos holandeses pela argumentação portuguesa na formulação de uma estratégia para a ocupação da área, as rotas dos manufaturados foi estudada. A primeira rota realizada por Holandeses vindos do Essequibo, que atingindo o baixo rio Branco passavam os manufaturados para os Uaranacucena, que os distribuiriam pelo rio Negro e pagariam aos holandeses. Já a segunda faz relação entre os povos do alto rio Branco e os do rio Negro. Os colonizadores se aproveitam dos indígenas mais ambientados e os delegam a expansão do mercado holandês.

Mesmo que existisse um tráfico holandês, de difícil constatação documentológica, cabe ressaltar que “os circuitos de trocas eram fundamentalmente desenhados pelas relações intertribais”, esses povos que eram usados como ponta de lança da inserção dos manufaturados na Amazônia. Circuito esse que terá suas rotas redefinidas de acordo com o avanço português sobre o rio Negro. Até o final do século XVII, os portugueses acreditava que os manufaturados eram introduzidos pelo Orinoco e também pelo rio Jauaperi, engano que se desfaz com maior conhecimento geográfico da região. Alguns relatos posteriores afirmam que os indígenas recebiam manufaturados vindos do rio Branco.

Conhecimento esse que é resultado lógico do processo de ocupação português, que também exerce influência nas redes de trocas dos indígenas da região, no entanto com a progressão do devassamento as redes de troca tiveram suas áreas retraídas. Após descobrirem a suposta invasão holandesa ao rio Negro, os portugueses fortificaram militarmente alguns pontos-chave, que de nada viria a adiantar, já que o comércio holandês obedecia outra lógica. A partir daí, Portugal passa a exterminar e aldear indígenas a fim de impedir essas trocas comerciais com holandeses, sendo os Manao um claro exemplo, uma vez que, para os lusitanos, esses seriam prova eloquente de aliança com os holandeses. Ao dizimarem os Manao, ocorre um declínio dos comércios dos holandeses no rio Negro, a partir dos 1730, e agora o rio Branco tornar-se-ia a principal rede de trocas dos holandeses, o que atrairia a atenção dos portugueses.

A disputa territorial portuguesa se centrou nas redes de trocas de manufaturados, ou seja, a submissão dos indígenas decidiria as questões territoriais, uma vez que a posse seria definida por onde estivessem os servos do rei, sendo necessária a ocupação da bacia do rio Branco a fim de impedir o comércio holandês. Nesse sentido, a autora argumenta, que por ser uma questão de posse territorial estratégica politicamente, uma entrada para o vale amazônico, não é ocupado para desenvolver uma atividade econômica em particular, mesmo que ela venha a se desenvolver em algum momento, ou seja, coloca na ocupação do rio Branco um fator político que se sobressairia ao econômico (FARAGE, 1991, 79), mas sempre lembrando que o comércio de indígenas escravizados ainda acontecia nas

bacias do rio Branco e Negro, e que as principais cidades da colônia os consumia. As drogas dos sertões e o comércio de escravizados também atraía a atenção portuguesa, além de uma suposta guerra contra os holandeses, mais especificamente os bens manufaturados holandeses, que também eram apreciados pelos colonos portugueses.

Frei José Magdalena, nos anos 50, viria a denunciar atividades dos holandeses no rio Branco ao governo do Pará. O Frei enviara uma tropa ao rio Branco para realizar descimento dos Paraviana para Aracari, com o álibi de que as missões do Negro estavam esvaziadas devido à epidemia de sarampo em 1748. No entanto, em uma aldeia Paraviana, foi encontrada uma escolta holandesa que viria atacar os portugueses, afirmando que viriam resgatar escravos e guerrear com quem impedisse. Tal notícia enseja nos portugueses uma tentativa de reeditar os resgates de escravos, alguns argumentando as tropas de resgate seriam a forma do governo português garantir suas posses no rio Branco. Para isso, a coroa ordena o envio constante de dois missionários aos sertões, para descerem e resgatarem indígenas às aldeias já existentes no rio Negro.

Em 1751, Mendonça Furtado, então governador, é requisitado pela corte a elaborar um parecer sobre a proposta de utilizar as tropas de resgate como forma de posse territorial. Mendonça concorda que a distância com Belém dificulta o controle da bacia do rio Branco, mas para ele não são a solução, mas sim o povoamento, “a medida viável, e eficaz, para barrar a entrada dos holandeses”¹⁹. Ocupar para manter o território, aqui já aparece um desdobramento do Tratado de Madrid, a posse para quem usa aquela terra, dessa forma os portugueses passam a procurar “usar” o vale do rio Branco. Disso resulta a Carta Régia de 14.11.1752, que ordenava a construção de uma fortaleza às margens do rio Branco, no entanto a capitania não possuía essa verba, sendo adotado um plano paliativo, de Mendonça, que era o de patrulhar a região, moradores e soldados, principalmente nos períodos das cheias.

Com o Tratado de Madrid funda-se uma política de preservação territorial, assim inaugura-se uma nova política de colonização da região amazônica, que passa a contar com intervenção direta do estado em seu planejamento. Teoricamente “funda a fase de predação pelas tropas de resgate,” o Estado se preocupava naquele momento com a situação de suas fronteiras. As tropas param, mas os

19 “Mendonça Furtado, em sua correspondência para a metrópole, lembrou a conveniência da criação de um novo governo, no sertão lindeiro com as colônias espanholas. Porque, além da necessidade de fazer a felicidade político-econômica da população ali estabelecida e facilitar a obra de civilização do índio, havia a de garantir a soberania de Portugal, completamente descurada naquele pedaço de Brasil, cobiçado por holandeses e espanhóis e entregue à sanha desenfreada de criminosos e desertores que podia criar, de futuro, o intento de ferir os missionários, os jesuítas principalmente, a esse tempo ainda não expulsos nem retirados da administração dos índios, criando na zona de jurisdição deles a autoridade competente para vigiá-los de perto e contrariar-lhes as manobras, tidas como perigosas à integridade de Portugal na América.” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_do_Rio_Negro)

resgates e descimentos permanecem, querem ocupar a bacia do rio Branco, mas também querem escravaria para ali produzir.

Os espanhóis não apresentavam ameaça à Portugal à época, uma vez que a serra de Pacaraima os separava, sendo a vizinha holandesa muito mais temida. Temor que era compartilhado com os espanhóis, que chegaram a propor aos portugueses tratado secreto a fim de atrofiar e impedir a colonização holandesa e francesa no caribe. Temor, esse, reflexo da ausência de tratados reguladores da partilha territorial entre essas potências, uma vez que os holandeses não partilhavam dos acordos de Tordesilhas, “avançando gulosamente sobre o Novo Mundo já piamente repartido entre sua Majestade Católica e Sua Majestade Fidelíssima” (FARAGE, 1991, 82). Ou seja, a política externa viria a influenciar na política interna, todas as ações dos estados viriam a corroborar uma necessidade expansiva do próprio capitalismo que, à época, se expressa muito bem nas grandes potências.

Somente a partir dos 1770 é que a ocupação do rio Branco passaria a ser mais intensa por parte dos portugueses.

1.1.6. Comércio de escravizados na bacia do rio Branco

Agora apresento três passagens de Marx, condensadas em uma, em o *Capital*, que talvez nos auxilie em como pensar a introdução do comércio/mercado mundial na vida dos indígenas do alto rio Branco:

“As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para *seus guardiões*, os possuidores das mercadorias. (...) Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, (...) Eles têm, portanto, de se reconhecerem mutuamente como proprietários privados. (...) *A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam*: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade. Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente acidental. Elas são permutáveis por meio do ato volitivo de seus possuidores de aliená-las mutuamente. Ao mesmo tempo, a necessidade de objetos de uso estrangeiros se consolida paulatinamente. *A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular*, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. (...) O *guardião das mercadorias* tem, por isso, de meter sua língua na cabeça delas ou pendurar nelas pedaços de papel para comunicar seus preços ao mundo exterior.” (MARX, 2013, 159, 162 e 170)

Aqui nos deparamos com um processo modernizador muito explícito, uma vez que o comércio passa a fazer parte da vida dos viventes, tornando-os guardiões das mercadorias, que as possuem de

maneira privada. Ao possuí-las à forma do mercado, a troca passa a fazer parte de sua reprodução social, tomemos os Manao como exemplo, que se tornam comerciantes de escravizados, primeiramente o aprisionamento aparecia mais como espólio de guerra do que como forma de reprodução, ou seja, os prisioneiros seriam alguns dos inimigos que não morreram em combate, principalmente as mulheres. Ao notar isso, os colonizadores, incidem a forma da troca justamente nessa particularidade dos prisioneiros de guerra, sendo assim a guerra e o aprisionamento passam a mover socialmente aquela sociedade, que, agora, socializa a fim de obterem manufaturados europeus.

O comércio holandês com os indígenas do rio Branco estava

“centrado na troca de manufaturados por gêneros da produção natural e artesanal indígena e, notadamente, escravos índios, o escambo entre holandeses e índios teve por singularidade se justapor às relações intertribais, envolvendo a participação ativa de intermediários índio” (FARAGE, 1991, 85)

Tornam-se especialista em fornecer mercadorias aos colonizadores, momento em que a sociabilidade da mercadoria passa a fazer parte da consciência e, conseqüentemente, da cosmogonia dos indígenas. Os indígenas se tornam agentes monetários e monetarizados, levando o comércio para além da área estritamente holandesa, tornam-se os guardiões das mercadorias.

Ao sistematizar as trocas com os holandeses, Farage se apoiará em relatos sobre os Caribes, fato que já gera divergências, uma vez que Caribe é nome genérico dado a muitos povos habitantes do alto rio Branco e Essequibo. Alguns exploradores enfatizam o caráter comercial e não produtivo do escravizado, ressaltando o caráter de troca de escravizados por manufaturados, o mercado Caribe holandês era composto por relações comerciais e de bens de circulação, escravos e manufaturados. Aqui, como em África, os escravizados tornam-se simples mercadorias. Sendo o circuito do tráfico explicado pela atração exercida pelos manufaturados europeus sobre este povo, ou seja, o fetiche da mercadoria, também pelos “objetos de ferro e outros manufaturados, bebidas alcoólicas, sal, açúcar, etc., em sociedades que não possuíam tecnologia nem matéria-prima para sua fabricação, desenvolveu entre eles uma demanda por tais produtos e, conseqüentemente, uma intensa dependência em relação aos europeus que as forneciam”(FARAGE, 1991, 86). Cabe pensar que aqui a diferença de tecnologia já seria a legitimação dessa generalização da troca em alguns agrupamentos indígenas, o que, no entanto, não é desdobramento lógico dessa diferença.

Em relato nota-se a importância dada às mercadorias por certos povos, os “holandeses proviam um contínuo suprimento destas quinquilharias; os Caribes e outros as distribuíam; e os índios do subcontinente amazônico dariam o que fosse preciso para obtê-las” (FARAGE, 1991, 86). Os indígenas teriam estimado os manufaturados como mercadorias, como valor de uso e como valor de

troca, e que sua demanda seria causada por escassez de matéria-prima e de tecnologia, o que não explicaria a forma de consciência capitalista que os tomam, pois talvez a demanda e escassez sejam conceitos aplicados a economias de mercado. É comum que, à época, vissem os indígenas como modernos trocadores de mercadorias, quando ainda estão se tornando em trocadores devido a constante repetição da troca e pelo fetiche que segue dela, o processo modernizador seguia em curso.

Talvez o valor de uso e o valor de troca ainda não movessem a sociabilidade de tais povos, no entanto passam a ser categorias que incidem em sua forma social. Sendo enfeitiçados pela troca universal de mercadorias, que permitiria o acesso a tudo que fosse possível.

1.1.7. O comércio entre indígenas e colonos

Os holandeses eram ativos mercadores já no final do século XVI, comerciando clandestinamente com as colônias espanholas do Caribe e estendendo suas relações ao continente, em que estabelece sua primeira feitoria em 1580, a fim de comercializar sal com os indígenas. Já nos 700 existiam várias firmas comerciais holandesas atuando na região. Essas iniciativas viriam a ser suprimidas em favor do monopólio da Companhia das Índias Ocidentais, que também era responsável sobre a administração da colônia. No século XVII, após perder terras no Nordeste Brasileiro, a Companhia das Índias Ocidentais planejava desfazer-se das colônias no Essequibo, as quais a lucratividade ainda era baixa. Assim as câmaras das cidades holandesas de Veere, Middelburg e Vlissingen, integrantes da Companhia, passam a financiar as colônias, ficando o estabelecimento de Essequibo, Berbice e Demerara às cidades e o Suriname pertencente à câmara de Amsterdam. A colônia do Essequibo desenvolve-se, firmando-se na produção açucareira em larga escala, baseado na força de trabalho escravizada africana. Mas “o escambo com os índios, embora acessório no bojo desta economia, nunca deixou de ser empreendido” (FARAGE, 1991, 89).

Do Forte Kyk-over-al, dos anos iniciais, partiam os comerciantes para o interior a fim de comerciar manufaturados como os indígenas. Os holandeses tinham como demanda as “canoas, redes, madeiras, gomas, tinturas – especialmente o urucu” e os “escravos índios”, em “troca os índios recebiam armas de fogo, ‘salampores’ (roupas de algodão tecidas na Índia), machados, facas, anzóis, pentes, espelinhos e contas” (FARAGE, 1991, 89). A política indigenista holandesa não buscava aldear e nem converter os indígenas, mas investiam no comércio, dito escambo, para construção de uma rede de influências junto aos povos indígenas, sendo comuns tratados de paz e comércio desde 1672.

Oficialmente, o comércio holandês com os indígenas era monopólio da Companhia da Índias Ocidentais, sendo distribuído em Maykouni, Moruka, Cuyuni e Arinda, este último que seria transferida mais tarde para a foz do Rupununi, onde seria rota dos indígenas que vinham do Orinoco. No entanto, os traficantes proviam de “camadas mais desfavorecidas da população colonial”, geralmente seus serviços já expiraram e ganham a vida com o comércio de escravizados indígenas. Eram empreendedores de si, mas também prestava serviços de apresamento para os donos dos canaviais. Tais colonos, com mais capital, enviavam seus escravizados para realizar comércio com os indígenas.

Também as expedições de pesca e salga de peixes costumava trazer consigo escravizados indígenas. Segundo espanhóis, os holandeses se disfarçavam, enquanto uns pescavam os outros comercializavam escravizados com os Caribes. Sendo os métodos muito diversos, segundo relatos espanhóis, os holandeses traficantes se estabeleciam em comunidade aliada, para onde eram trazidos os escravos. Os holandeses tinham como área de apresamento de escravizados a bacia do rio Orinoco, a área de ocupação espanhola e o rio Branco e seus afluentes. Para o rio Branco o acesso era feito pelo rio Rupununi ao Pirara, na volta o caminho se bifurca em rios que correm para Guiana e para o Suriname. “O caminho para o Suriname, segundo R. Schomburgk, era conhecido ainda no século XIX pelos Macuxi como Tuari Yemori, que significa ‘caminho dos escravos’”(FARAGE, 1991, 92). Para os holandeses, o envolvimento dos grupos indígenas no apresamento de escravizados foi essencial para o funcionamento do tráfico. Já que eles podiam circular livremente pelos territórios portugueses e espanhóis, protegendo os traficantes holandeses.

Existe desde logo a tentativa de controlar o tráfico e as áreas de atuação desses traficantes, “a administração colonial do Essequibo impôs, já na primeira década do século XVIII, severa restrição ao número de escravos índios que cada colono poderia buscar no interior, limitando o lote a seis índios. Foi também colocada a exigência de licenças”. Ou seja, os Holandeses também tentaram fiscalizar e taxar o comércio de escravizados. Já a partir de 1730, com a administração de Storm van Gravesande, que a “política indigenista do Essequibo ganharia sua forma mais acabada” (FARAGE, 1991, 92). Sendo opositor ao tráfico privado de escravizados, que seria um sistema improdutivo, pois os indígenas não seriam adaptados ao trabalho nas *plantations*, um discurso clássico na época da colônia que, para além da produtividade, trás consigo um lobby para o tráfico de escravizados africanos. Assim seria melhor vendê-lo aos estrangeiros. Mas de modo geral, o Diretor-Geral se opunha ao tráfico privado pela falta de controle da administração colonial sobre essas práticas, principalmente nos sertões.

O tráfico apresentava riscos de segurança para a colônia, uma vez que os principais manufaturados comercializados eram armas de fogo e munições, assim sendo as armas de fogo passam

a não inspirar terror nos indígenas, Em 1750 o Diretor tenta controlar a distribuição de armas de fogo e munições na colônia, a fim de diminuir tal comércio, que, por fim, não obtivera êxito, já que armas de fogo seguiram constituindo a base do comércio com os indígenas.

Em relação à disputa territorial de Espanha e Holanda, os holandeses se pautaram em exércitos de entreposto, os Caribes, como recomendava a Companhia, que em seus territórios reivindicados, os espanhóis deveriam ser desalojados por ‘meios indiretos’. Esses que foram alvo de críticas dos espanhóis, uma vez que utilizavam das mesmas práticas, “tanto os holandeses acolhiam os índios fugidos da área espanhola, como os espanhóis, por sua vez, davam refúgio aos escravos negros e soldados desertores da colônia holandesa”. Estratégias políticas que mantêm a economia acontecendo, mais uma vez, os acordos servem para ocultar uma concorrência entre diferentes capitais, na colônia isso é muito recorrente. (FARAGE, 1991, 92).

A presença dos espanhóis no Cuyuni mobiliza fortemente a colônia, mesmo assim são os Caribes enviados à guerra com os espanhóis, uma vez que a colônia holandesa era militarmente defasada e com mercenários católicos franceses. As expectativas militares que recaiam sobre os Caribes era grande, os holandeses contavam que os Caribes também seriam afetados pela presença espanhola na região. Já que os holandeses não interviriam, cabia aos Caribes lutar sozinhos, e quando reclamavam das desvantagens bélicas, o diretor os incentivava a lutar, mas sem armas. Aqui o governo holandês encontrava-se em um impasse, por um lado não assumia um conflito direto com os espanhóis e por outro dependiam dos Caribes nessa guerra velada, delegando a eles o papel de ‘expulsar os espanhóis’, esses últimos que deveriam lutar sem armas, uma vez que era questão de segurança da colônia holandesa não municiares os indígenas, que poderiam se rebelar.

O tráfico de escravizados holandês chega nos 70 bem abalado. Aqui cabe frisar que controlar o tráfico implicava “uma maior participação dos intermediários índios nesse tráfico” (FARAGE, 100). Momento em que ocorre um esvaziamento do tráfico dos holandeses no Orinoco e uma polarização desse comércio no “lago Parima”, nos campos inundáveis do rio Branco. Ou seja, com o controle de seus traficantes, os holandeses passam a contar com outros traficantes, os indígenas, que tinham vantagens na circulação no território. A intensificação do apresamento de escravizados indígenas no rio Branco é consequência, também, de uma forte participação de intermediários indígenas.

Aceitando o termo Caribe/Caripuna que se remete genericamente a guerreiros, por que Lobo D’Almada os teria localizado especificamente na “porção oriental da cordilheira da Pacaraima”. A denominação de Caribes a esses povos deve a sua proximidade com o posto holandês de Arinda, que

controlava o tráfico de escravizados na bacia do rio Branco, sendo a serra do Kanuku o ponto médio entre o posto em Arinda e as planícies do rio Branco, região habitada, segundo os holandeses, por Macuxis, Wapixana e Paraviana, tendo posição privilegiada enquanto intermediários diretos no tráfico.

O acesso à informações dos povos guerreiros das Guianas é difícil pela sua inexistência, diferente dos guerreiros Tupi. E ainda suas referências são auferidas aos denominados “Caribes”, assim, mesmo que essa nomenclatura seja genérica, será como a autora tentará extrair aspectos de guerra que poderiam ser generalizados nas guianas, no entanto sem poder saber, em específico, cada etnia.

Segundo W. Raleigh, os Caribes apresavam mulheres como espólios de guerra e os adultos eram mortos em batalha. “E em verdade, eles guerrearam mais por mulheres, do que mesmo por ouro ou domínios”, já o capitão Charles Leigh “menciona não só a captura de mulheres, como também de seus filhos” (FARAGE, 1991, 110). O Canibalismo, mesmo muito afamado, não possui descrição com detalhes que permita uma análise mais detalhada, as informações apresentam teor vago como “devoram como bestas ferozes os corpos de seus inimigos”.

Os primeiros exploradores ingleses do século XVI descrevem um padrão tradicional de guerra entre esses povos, que seria utilizado para a escravização indígena posterior. Assim, já nesse momento inicial, os espanhóis subiam o Orinoco para comprar mulheres e crianças dos Caribes. “Por três ou quatro terçados, eles venderiam as filhas e os filhos de seus irmãos e irmãs e, por um pouco mais, até suas próprias filhas”. No século XVII, nas guerras de apresamento para os holandeses, relatam que “as mulheres e crianças eram preservadas para a troca pelas quinquilharias manufaturadas” (FARAGE, 111).

O acúmulo de mulheres era fonte de prestígio entre os guerreiros Caribe, e essas passaram a ser trocadas por manufaturados. Assim, os manufaturados passam a ocupar o papel por elas anteriormente destinado. Ou seja, o prestígio que viria das mulheres, agora vem das mercadorias manufaturadas.

Qual particularidade das mercadorias é tão importante a ponto de substituir as antigas fontes de prestígio? As mercadorias passam a ser ainda mais prestigiosas do que as mulheres. Teriam agora “um valor simbólico muito mais complexo do que sua pura utilização” (FARAGE, 1991, 116), o de prestígio social dentro da comunidade. Ou seja, seu uso passa a ser o de aferir prestígio, para além de cortar uma árvore, no caso de um machado. Lembrando que as necessidades são sanadas pelas mercadorias, necessidades do estômago e do cérebro, ou seja, o uso da mercadoria é subjetivo, somente um momento da consciência para afirmar a troca. Podemos pensar que o uso dado pelos indígenas às mercadorias, seja pescar peixe ou dar poderes políticos, é o que legitima o seu comércio com os holandeses. Além dos desdobramentos internos à comunidade da inserção das mercadorias, também existem desdobramentos externos, prestígio interno e relações mercantis externas.

“A transformação essencial, eu diria, foi a equalização do valor simbólico das mulheres e dos manufaturados” (FARAGE, 1991, 118), momento em que as mercadorias manufaturados são os elementos de prestígio e não mais as mulheres. É no campo da assimetria já existente entre os indígenas²⁰, que pode se instaurar a submissão, ou seja, o espaço político de destaque possibilita criar a diferença entre aprisionados e aprisionadores. Poito, enquanto escravo, define o processo de apresamento e coloca a dualidade de apresador e apresado, ou seja, uma forma social pré moderna é cooptada e passa a mover-se dentro da lógica da mercadoria. E com o decorrer do tempo, poito passa a significar súdito. De fornecedores de manufaturas, para fornecedores de status, até tornarem-se senhores dos indígenas, assim, os holandeses, a partir do comércio, criaram súditos entre os indígenas. Essa assimetria nas relações foi a tradução possível para a escravização. O poito que já representava uma relação de dominação, aparece enquanto mecanismo lógico que possibilitará o apresamento de escravizados indígenas pelos Caribes.

Conta o relato de chefe Caribe que se compromete a retalhar outro povo que havia atacado o posto de Arinda, enquanto o diretor da companhia o prometera roupa e colares. Ou seja, faziam guerra e, por isso, recebiam manufaturados em troca. Agiam assim como súditos. Antes eram fornecedores de mulheres em troca de manufaturados, agora eram também protetores do reino holandês. Sendo modernizados pela violência, em uma periferia que precisa sangrar a fim de garantir os lucros metropolitanos, à época.

Podemos notar como a forma de consciência do moderno adentra em formas sociais pré-capitalistas, em seus interstícios que possibilitam a troca de equivalentes, mesmo que o sujeito jurídico ainda não esteja formado, tal forma se apropria de sociabilidades que possam produzir mercadorias, independente desta ou daquela divisão social do trabalho. Os holandeses se aproveitam da prática de apresamento de mulheres e das relações de poito para aí imputarem a forma da troca.

1.1.8. Aldeamentos do rio Branco

Os anos 1760 não trouxeram nenhum evento que chamasse a atenção dos portugueses para o rio Branco, que construíam fortificações no alto rio Negro e Amapá, onde estavam presentes espanhóis e

20 Em documentação espanhola acerca do Orinoco, os apresados eram conhecidos como poyto, nomenclatura que nos auxiliará na compreensão da estruturação do tráfico. Poito, para os Caribe dos Suriname, é um adjetivo masculino que significa ‘belo’ e ‘jovem’. O conceito poito possui muitas variações ortográficas para os povos indígenas da região, como paito para os Macuxi, expressão que denota uma ‘relação hierárquica entre afins’. O significado de poito está na predominância da uxorilocalidade (após o casamento, a família se aloca próximo à comunidade da mulher) entre estes povos. Para Rivière, existe uma constante entre os Carib, “os doadores de mulheres são considerados superiores aos que recebem”, ou seja, o pai da noiva seria superior ao marido. O que toma a mulher seria uma espécie de devedor, assim existe obrigações do receptor para com o doador, relação de afinidade que se dá entre o “Ego masculino e seu sogro”, “sempre envolvendo a prestação de serviços por parte do homem ao pai da esposa” (FARAGE, 112)

franceses, respectivamente. Já os espanhóis tentaram atingir o rio Branco, na verdade o El Dorado que lá se encontraria, a partir de 1771, já em 1773 eles vencem as cordilheiras e encontram o rio Uraricoera, ali se estabelecendo. Existem relatos de espanhóis encontrados e aprisionados no rio Tacutu. Os portugueses que eram mais céticos em relação ao El Dorado, faziam incursões àquelas montanhas a procura de metais preciosos, mas só encontrariam cristais-de-rocha. Mesmo que a presença dos espanhóis no Uraricoera fosse legitimada pela busca ao El Dorado, era fato que estavam, também, preocupados com tarefas corriqueiras da empresa colonial, estavam aquartelados no Uraricoera e já haviam formado dois aldeamentos, Santa Rosa e São João Batista de Caya-Caya, quando os portugueses o alcançam em 1775.

A presença espanhola poria em xeque as estratégias portuguesas para a defesa da Amazônia, pois acreditavam que a cordilheira e a distância entre a bacia do rio Branco e a do Orinoco representavam uma defesa natural para época. Pouco importava as fortificações em outros pontos, se o rio Negro podia ser atingido pelo rio Branco. Por isso até 1780 não haviam estabelecido nenhuma fortificação na área, por acreditar estar guarnecido dos espanhóis, e os holandeses estavam presentes mais com seus manufaturados do que com fortalezas e entrepostos.

No entanto, nesse caso, tratava-se de uma expedição oficial enviado pelo governo da Guiana espanhola a fim de anexar a área. Época em que as relações de Espanha e Portugal sobre suas fronteiras estava em suspenso, já que o Tratado do Pardo havia cancelado o Tratado de Madrid e a demarcação de fronteiras só voltaria a ser discutida a partir de 1777, assim ficaram indefinidas as fronteiras nesse período, em que ambos sabiam a importância de ocupar os territórios que reclamavam para si. A ocupação do rio Branco passa a ser central aos portugueses, que enviam tropas de guerra para expulsar os espanhóis, iniciarem a construção de uma fortaleza e o aldeamento de indígenas na região. Presença permanente dos portugueses no rio Branco que inauguraria uma nova etapa nas relações entre os povos indígenas e portugueses na área, a dos aldeamentos.

Entre 1775 e 1776 os militares começam a construção do Forte São Joaquim, nas margens direita do Tacutu, onde esse se encontra com o Uraricoera, formando o rio Branco. Ponto estratégico para o controle da vinda de espanhóis e holandeses por esses rios até o Branco.

Processo rápido e eficaz para os portugueses, já que para a construção do forte foram utilizados braços indígenas descidos para esse fim. Em 1777 registravam cinquenta aldeamentos na área, populações indígenas aldeadas que chegariam a mais de 1000 habitantes, todos eles sendo compostos por multietnicidade.

Os planos portugueses foram surpreendidos por um grande levante dos indígenas aldeados, entre 1780 e 1781, em que os aldeamentos foram completamente abandonados, exceto o de N. S. do Carmo. A partir de 1784 foram erguidos 4 novos aldeamentos, além do N. S. do Carmo, que, já em

1790, sofre nova revolta e abandono. Aqui podemos considerar encerrada a política de aldeamentos no rio Branco, que duraria cerca de 15 anos.

Em todos os aldeamentos existia uma convivência de diversas etnias, práticas que iam contra as diretrizes do Diretório e ao Regimento pombalino. Os Wapixana e os Paraviana eram os mais duramente afetados pelos aldeamentos. Desencontradas geralmente são as informações, mas sabe-se que os Tapicari e Saporá resistiram bravamente aos aldeamentos, o que não deve ter sido raro. Os indígenas que foram contatados nos 70, devido a incursão portuguesa contra os espanhóis, não são interessantes ao aldeamento, e nos 80, o negam devido à distância de suas terras.

A ocupação do rio Branco, nesse período, por parte dos portugueses tem um caráter estratégico-militar. Para além dos interesses econômicos que a bacia do rio Branco pudesse oferecer, tratava-se de formar uma barreira contra invasões ao vale amazônico, uma barreira humana, assim a submissão dos indígenas seria, então, um imperativo. Não se trata mais de realizar descimentos de indígenas e nem de aldeá-los, mas sim de torná-los brasileiros, ponto em que os indígenas seriam sujeitos políticos para a coroa, que pretendida em um futuro próximo explorar a região economicamente, já que possuía planos econômicos a região, em que previa “a longo prazo, a chegada de colonos europeus e a introdução da pecuária nos extensos campos da região” (FARAGE, 1991, 122), mas que só passariam a acontecer efetivamente no século XIX. Sendo os aldeamentos indígenas relacionados com a fortaleza todo o povoamento português no rio Branco durante a colônia.

O processo de aldeamento não se tratava mais de escravização ou descimentos, mas na formação de força de trabalho para a colônia. “O processo de aldeamento implicava uma fixação da população indígena, fixação pensada sob um conjunto de regras certamente alheio à estrutura social daqueles povos: (...) os portugueses chegavam para fazer dos índios ‘homens civis, e homens cristãos’” (FARAGE, 1991, 124), ou seja, trabalhadores.

Agora não mais a escravização indígena era o objetivo, mas seu aldeamento e a gestão dessa força de trabalho, que seria dividida entre os colonos. Força de trabalho que também era utilizada para recolher drogas do sertão.

A concepção de que uma área sem riquezas naturais e sem produções que geram lucro seja abandonada, é um pouco fisiocrata, pois não reconhece que a exploração se dá nas relações de produção, mas na simples extração de mercadorias. Não é porque uma região não é rentável que ela não possa se tornar, é o que o governo português tenta fazer, tornar a região rentável, nem que seja um projeto a longo prazo. Sempre lembrar que economia e política são duas faces da mesma moeda, sendo o Estado produtor e reproduzidor das formas sociais.

Pouco se sabe sobre o início dos aldeamentos, que vão até os 1780, apenas relatos acerca da revolta que irromperia no mesmo ano. Em alguns nota-se que se revoltam por serem “puxados” para o

trabalho, por não poderem realizar suas práticas culturais, como queimar os corpos dentro de suas casas, por não poderem ser poligâmicos, por não poderem se untar com urucu... Ou seja, a formação para o trabalho e a imposição de novas formas sociais causavam revoltas nesses povos.

“A censura que incidia sistematicamente sobre a vida social, e a superexploração do trabalho dos índios aldeados, (...), não constituem novidade, dada sua recorrência” (FARAGE, 1991, 127), assim os aldeamentos do rio Branco não eram exceção. Período em que eram mobilizados para o trabalho no rio Negro, tanto para o estado quanto para particulares. A manutenção dos estabelecimentos portugueses no Branco eram realizados pelos indígenas aldeados, como também o transporte de canoas, a pesca e a coleta de tartarugas no Pesqueiro Real, os serviços da fortaleza, o cultivo das roças nos aldeamentos e a guarnição militar. Ou seja, muitas especificidades do trabalho são desenvolvidas na bacia do rio Branco, buscando formar uma população à exploração capitalista. Recrutamento que era realizado pelos “principais” indígenas a pedido dos portugueses, agora as lideranças passam a possuir importância como ponte entre os indígenas e a coroa.

Em relato, um principal Paraviana afirmaria que nada tinha o que fazer no aldeamento, uma vez que só os exploravam o trabalho e não lhe davam nem roupas nem comidas, ressaltando só ir onde lhe interessa. Que nos revela a forma com que os indígenas eram tratados nos aldeamentos, como escravizados, gerando diversas fugas. Já governo colonial recomendaria que façam os indígenas fugitivos retornar com moderação, ação malsucedida, já que cerca de trinta que retornaram, após a colheita das roças desertaram.

Essa polêmica no trato com os indígenas segue por longos anos na colônia, Lobo D’Almada afirmaria

“como método ideal a persuasão e o estrito cumprimento dos acordos estabelecidos com is índios, sobretudo no que tange à utilização de seu trabalho e respectivo pagamento: ‘Para descer estes tapuyas do mato, aonde elles, a seu modo, vivem com mais commodidade do que entre nós, é necessário persuadil-os das vantagens de nossa amizade, sustental-os, vestil-os, não os fatigar querendo-se d’elles mais serviços do que elles podem; e fazer-lhes pagar promptamente, e sem usura, o que se lhes promete, o que se lhes deve (...)” (FARAGE, 1991, 128)

Ou seja, a ideia de igualdade e justiça na troca faz parte da consciência dos colonizadores, que procuravam transformá-los em trabalhadores livres. Cabe notar como acontece a persuasão ao mundo da mercadoria, estando os indígenas muito mais cômodos em suas comunidades do que entre os brancos, Lobo precisaria persuadi-los.

Em 84 inicia-se uma segunda etapa do aldeamento. Além de N. S^a. do Carmo, foram sendo reorganizados quatro aldeamentos, N. S^a. Da Conceição, São Felipe, Santa Maria e São Martinho. Esses últimos aldeamentos foram instalados ao sul do Forte São Joaquim, a fim de manter uma

distância entre os indígenas e seus territórios. Os portugueses tentaram atrair e fixar os indígenas aos aldeamentos, convencendo-os das vantagens do moderno, a fim de recuperar a cifra do contingente de pessoas antes do levante. Segundo Rodrigues Ferreira, o sistema de “acariciar e premiar os Gentios (...) ficou tão familiarizado, que por seu pé, e de motu próprio continuão a decêr”(FARAGE, 1991, 131). Assim, pensavam os portugueses, dando quinquilharias aos indígenas, eles voltariam buscando mais, facilitando a submissão e subsunção. Política que teve êxito nos 2 ou 3 primeiros anos. Entusiasmo que esmoreceria com o tempo, os poucos descimentos e as fugas constantes.

Nessa segunda fase, com mais registros, é possível notar dois temas norteadores para a colonização portuguesa, a sedentarização dos indígenas e a organização da produção. Ou seja, sedentarizar para o trabalho, formando uma consciência de produtividade, que já aparece desde os primeiros contatos, no moderno tudo deve aparecer como produtivo²¹.

Modelo, adotado pelos portugueses, de aldeamento no rio Branco se mostraria instável, esses que “nunca se autossustentaram, dependendo, ao longo desses anos, de suprimentos vindos do rio. Não conseguiram plantar nem o que comiam, mas recebiam financiamentos da coroa portuguesa. Como algumas empresas capitalistas hoje em dia, que muitas não se autossustentam, estando necessariamente ligadas aos mercados de futuros, um capital financeiro.

O sustento dos aldeamentos pela Fazenda Real era circunstância prevista para a colônia, então envia a farinha de mandioca mas faz uma ressalva, que realize os descimentos não todos ao mesmo tempo, que exista um planejamento entre os descimentos. Em 1787, não cessando os pedidos de suprimentos, o governador declara: “se dahi não nos ajudão esses inuteis Comedores, ao menos não nos tirem o Mantimento que tanto aqui precisamos”. Inúteis comedores seriam conhecidos os indígenas aldeados, como também os aldeamentos do rio Branco, “insuportável tão inutil e pezado Estabelecimento”.(FARAGE, 1991, 135)

No entanto, o governo português manteve, por bastante tempo, aldeamentos considerados improdutivos, apesar das dificuldades, esse era a estratégia política dos colonizadores para garantirem a posse (*uti possidetis*) do rio Branco. Como afirmava o governador, mesmo sendo preguiçosos, “enfim sempre convem conservala, ao menos pela não termos por inimiga, ou para que senão passe a engrossar os vizinhos estabelecimentos confinantes”(1991, 135).

“A escassez no suprimento representou assim um empecilho fundamental à estruturação dos aldeamentos no Branco” (1991, 136). Os aldeados reagem em relação à produção de excedentes,

21 Uma vez que, com a concorrência e o desenvolvimento das forças produtivas, a tendência é que os trabalhos se tornem menos produtivos em relação às mercadorias que dele provém, ou seja, ao expulsar trabalhadores e modificar a maquinaria da fábrica, a produção de valor se encontra defasada, mesmo sendo o lastro, ainda que imaginário, que substancializa a mercadoria e o dinheiro. Em um mundo pautado pelo trabalho, onde o trabalho não mais faz sentido é necessário criar uma consciência de produtividade, para que o trabalho seja feito, mesmo que não posso pagar quase nada.

exigida pelos portugueses. Os recém-chegados, acostumados com suas roças, começam a passar por privações. Cargas de farinha chegam constantemente até os 90, mas não suprem as necessidades. Ponto interessante é a dificuldade de adaptação dos indígenas com a farinha, devido seu processamento que lhes era estranho. São criados sem sustento.

O aumento da população exigia um controle sobre os aldeamentos, que deveriam abrigar 150 pessoas segundo o Diretório. Assim a administração colonial procura conter a proliferação dos aldeamentos, já que teria mais gastos em sua fiscalização, canalizando os descimentos a determinados aldeamentos. Também causando problemas interétnicos, já que mesclavam diversos povos em um mesmo aldeamentos e problemas em relação à imposição de um padrão de população aldeão, que colidia com as formas sociais daquelas sociedades.

Ao retornarem, os indígenas queriam instalar o aldeamento em outras localidades. Intensão essa, dos indígenas, que possibilitava “lucrativa barganha política por parte dos portugueses”, já que em troca de tais localizações exigiam que estes indígenas “obtivessem um número de pessoas considerado satisfatório para a formação de um novo aldeamento”. A tensão pela localização passam a se acirrar somadas à fome e a doenças que passam a afetar os aldeados. Ou seja, um “quadro de extrema miséria e opressão vivido pelos índios aldeados” (1991, 135), sendo que, em 1787, todos aldeamentos lutavam contra a fome e doenças (relatos de tuberculose).

Assim, os colonizadores tentam impor uma lógica de dominação social capitalista, como o dono dos meios de produção, o colonizador procura dar sempre o mínimo necessário ao seu trabalhador, no entanto, ao fazer isso, os indígenas voltam ao “mato”, pois lá podem se reproduzir mais fartamente e ainda a propriedade privada não está formada. Impor o capitalismo na colônia, necessitou de formas de trabalho escravizado, uma vez que sem ele, os trabalhadores fugiriam para outras terras, caso estas estivessem acessíveis.

Nesse íterim de formação de uma consciência para o trabalho, a autora afirma que “as práticas holandesas e portuguesas eram percebidas pelos índios como opostas, e que, em alguma medida, desta oposição teriam intencionalmente se valido” (1991, 140). Existindo pelo menos a possibilidade entre serem apresadores/libertos para os holandeses ou trabalhadores/cativos para os portugueses, o que lhes dava uma posição de escolha política, pautada pelas economias coloniais, tanto holandesa como a portuguesa. Em 1778, quando os portugueses se instalam no Branco, um indígena teria procurado o posto de Arinda pedindo-lhes para que “os portugueses os deixassem em paz”. Os indígenas muito relacionados pela aliança, dessa forma se relacionam com os colonizadores. Indígenas aqui aparecem como ramos produtivos em competição, por um lado a produção dos aldeamentos e por outro lado a produção de escravizados. Concorrência, entre comunidade, que aparece até hoje na T.I. Raposa Serra do Sol, onde uns vendem panelas de barro, outros feijões orgânicos, muitos ouro e gado, ou seja, uma

concorrência para o uso produtivo da terra. Momento em que os principais²², escolhidos pela coroa passam a ter importância política, uma vez que seriam os responsáveis pelos descimentos.

Nesse ínterim tece-se a revolta de 1790, que por um lado tinha as péssimas condições de vida nos aldeamentos, que só se agravava e, por outro, a exigência dos portugueses por mais descimentos, a fim de manter a população aldeada, exigindo mais do que seus intermediários podiam ‘oferecer’.

No final do século XVIII, a expansão colonial portuguesa no rio Branco fracassara, sendo toda sua ocupação resumida em uma única guarnição militar, o Forte de São Joaquim. Não só Portugal vive um período conturbado no território do rio Branco, os holandeses perdem seus estabelecimentos do Essequibo, Demerara e Berbice, para Franceses e Ingleses, estes últimos que se assenhorariam de modo definitivo em 1803. Tal alternância na posse acabaria por desorganizar as atividades comerciais dos postos holandeses. Especificamente o tráfico de escravizados indígenas sofreria grande baque com a proibição da escravidão indígenas, em 1793. A própria questão territorial entre ambas as colônias ficava adiada pela instabilidade administrativa e política de ambas as metrópoles. Solução que só viria cem anos depois, com a arbitragem de fronteiras entre a Inglaterra e Brasil. Após o desenho da fronteira, se fechava toda uma época marcada pelas relações particulares com as sociedades indígenas, ou seja, após 1904. Aqui temos um marco temporal interessante, a partir dos 900 a política indigenista passaria a ser vista de outra forma.

1.2. Brasil Império, um projeto econômico e de ocupação, a pecuária

No das revoltas que poriam fim aos aldeamentos, já em 1787, sem ter “uma razão mercantil forte que pudesse sustentar e fixar uma colonização a não ser o apresamento de índios”, a coroa portuguesa põe em prática um “projeto pecuário” (VIEIRA, 2013, 42), introduzindo os primeiros rebanhos no lavrado, fundando as Fazendas do Rei, que em paralelo tenta consolidar as fronteiras ao norte, reforçando a presença portuguesa no alto rio Branco e aproximaria economicamente a região ao rio Negro, uma vez que passa a produzir de carne e couro.

Foram três as fazendas estatais fundadas pela Coroa Portuguesa no final dos XVIII, a oeste, entre o rio Branco e Uraricoera, chamada São Bento, ao sul do encontro entre o rio Tacutu e Uraricoera, no Forte São Joaquim é registrada a fazenda real São José e, mais ao norte, instalam São Marcos. No entanto, ainda à época, tal investimento mostrava-se duvidoso, uma vez que o extrativismo poderia ser praticado com mais segurança de lucros em outras localidades da Amazônia. Mesmo assim

22 Esses títulos de principais possibilitava a cristalização das chefias, assim aventando a possibilidade de reorganizar o grupo familiar, mas agora seguindo outra ordem de consideração.

existiam alguns atrativos econômicos aos colonizadores, como a grande quantidade de campos junto à criação do gado solto, somadas à força de trabalho indígena escravizada, já largamente utilizadas pelos poucos colonos que ali habitavam (VIEIRA, 43). Nota-se como o indígena aparece como mero cálculo nas contas dos empreendedores capitalistas. Assim, o pé do boi seria o estímulo modernizador para ocupação do que hoje chamamos de Roraima.



Foto 1: Antiga sede da Fazenda São Marcos, 1954. Fonte IBGE.

Para o desenvolvimento da pecuária no alto rio Branco, foi necessária a conquista da simpatia de alguns indígenas, por serem os habitantes da região e por serem importantes politicamente para a coroa, uma vez que seriam as muralhas do norte brasileiro. Fato que não exclui a violência com que se dá o processo modernizador, pelo contrário, lhe reitera, uma vez que além da violência extraeconômica, se impõe também a violência econômica, ou seja, os que não são mortos por se oporem ao trabalho, trabalharam até morrer.

No decorrer dos 1800, as fazendas particulares só crescem, de tamanho e quantidade, tanto dentro das Fazendas Nacionais quanto fora delas. Sendo as fazendas São Bento e São José ocupadas por posseiros no início do século XIX, terras que seriam regulamentadas depois da proclamação da república. Aqui percebemos esse descompasso em relação ao capitalismo europeu, ainda estão em formação as categorias do moderno, na periferia, que tem sua identidade justamente nessa formação.

A concorrência entre os pecuaristas se daria, primeiramente, por uma disputa pela força de trabalho escravizada indígena, e posteriormente pela propriedade da terra. Processo que se desdobraria por todo o século, ocupando mais terras indígenas pela violência, escravizando e os juridicizando.

Agora, definia o estado um modelo econômico para a região, impulsionado pelo acesso à terra pela pecuária.

Entretanto, no final do XIX e início do XX, a população de colonos se voltava, sobretudo, para extração de caucho e balata nas florestas do baixo rio Branco; somente aí que a pecuária passa a ser uma atividade econômica viável enquanto marginal a uma economia extrativista, ou seja, criava-se gado para alimentar os trabalhadores do extrativismo. O gado que partia do rio Branco era transportado pelo rio até as povoações mais próximas no rio Negro, distancia de mais ou menos 850 km, o que tornava a rentabilidade dessa mercadoria um pouco duvidosa. Sendo a criação de gado, até finais do século XIX, era complementar ao extrativismo ou para a subsistência.

Época em que se percebe o descompasso como identidade da periferia, uma vez que não tratamos mais de uma colônia portuguesa, mesmo que muitos de seus traços ainda sejam marcas do império.

1.3. Roraima no período republicano

Até 1880, a ocupação se concentrava na margem direita do rio Branco, nas antigas fazendas São José e São Bento. Somente nas primeiras décadas do século XX é que a ocupação começa a seguir em direção ao rio Tacutu, território Macuxi. Momento em que surgem os relatos de garimpo na serra, já nos anos 30. Estas terras do estado, onde diversas aldeias se espalhavam pela planície, eram conquistadas pelos pioneiros na proporção em que cada criador conseguisse manter o seu rebanho, ou seja, território conquistado na pata do gado, “o gado marcado e ao alcance do vaqueiro era a única medida de ocupação de terras, o título real da posse” (SANTILLI, 1994, 21). Aqui aparece o vaqueiro pela primeira vez, se fazendo enquanto nova forma social.

No alto rio Branco, como em muitas partes do país, a pecuária se desenvolve através da quarta ou sorte, “que consiste em um contrato oral, pelo qual o dono do rebanho entrega um lote de gado para um vaqueiro que, em contrapartida, tem direito a uma de cada quatro crias nascidas durante um período combinado” (SANTILLI, 1994, 21). Agora se distinguem os fazendeiros e os vaqueiros, esses últimos almejando serem donos como os primeiros, mas que, em um primeiro momento aparecia mais como uma necessidade, já que nessa região o gado era mais um meio de vida do que uma mercadoria que rendesse lucro.

Regime que cumpriria seu papel de propagar a pecuária na bacia do rio Branco, com trinta e dois fazendeiros distribuindo seus gados em 80 criatórios. Os dados apontam para uma grande dispersão dos criatórios e isolamento das unidades familiares, o que teria forte influência nas relações

dos criadores com os indígenas, diversas particularidades, um colorido das relações. Seriam alguns fatores geográficos que justificariam essa ocupação rarefeita, o primeiro é a questão climática e ecológica, uma vez que no auge do verão as pastagens ressecam e se tornam inviáveis ao gado, de novembro a março, e no inverno, na estação chuvosa, os igarapés ficam intransponíveis para o gado, fazendo com que tenha que se deslocar muito. Com a exclusividade da atividade econômica ali desenvolvida, o gado bovino, necessitavam de grandes fazendas para extrair lucro satisfatório desse empreendimento.

Nesse contexto vão subindo o curso dos rios e igarapés os vaqueiros, ocupando os campos adjacentes, momento em que o número dos criatórios aumenta significativamente, início do século XX. Conquanto, até a criação do território federal de Roraima, em 1940, não foi registrado grande movimento migratório para a área, que teve crescimento lento, porém constante.

A menção mais antiga se refere a uma povoação de criadores de gado no alto rio Branco, nas proximidades do forte São Joaquim, que na década de 1870 seria transferida a uma légua abaixo da barra do rio Cauamé, hoje atual Boa Vista. Estimava-se que existiam ali mil civilizados, desde colonos a indígenas assimilados. População localizada na margem direita do rio Branco, no povoado de Boa Vista.

No último quartel do século XIX as ações começam a mudar. No início do século XX, grande parte das terras estatais passam a ser ocupadas por particulares. Apensando 39 fazendas no alto rio Branco²³. Levantamento com finalidade de comprovar uma ocupação civil portuguesa na área de disputa territorial com a Inglaterra, agrupando várias formas de ocupação da terra sobre o jamegão ‘propriedade’, desde fazendas, retiros, posses e até aldeais indígenas, nomeadas como burgos. Dados, mesmo inexatos, auxiliam a compor um cenário de ocupação pecuarista em ‘território’ indígena. Nesse contexto, a ocupação civil só atingiria as vertentes do planalto das Guianas que alimentam a margem esquerda do alto rio Branco em início do século XX, hoje definido como território Macuxi.

Aqui contata-se algumas características do capitalismo, como sua tendência à autonomização das categorias estruturantes, proprietário de terra, capitalista e trabalhador, expressando-se no “elevado número de fazendas em que os proprietários permanecem ausentes, e o gado entregue aos cuidados de vaqueiros ou ‘administradores’” (SANTILLI, 1994, 27), sendo assim a única maneira de garantir a propriedade sem lá estar. Esgarçando o fato, especularemos dois fatores, um é que muitos proprietários já apresentavam alguma forma de concentração de terras, possuindo mais de uma propriedade (retiros, posses...), o segundo é o fato de que alguns proprietários eram residentes do povoado de Boa Vista, assim

23 São 23 fazendas na área de litígio de fronteira, entre os rios Surumu e Pupununi, 2 fora da área de litígio, à margem direita do Tacutu, a jusante do Surumu e 14 fazendas fora da área de litígio, localizadas à margem esquerda do rio Tacutu (SANTILLI, 1994, 23, 24 e 25)

“o próprio crescimento de Boa Vista é, em si mesmo, um indicador do avanço da ocupação pecuarista nos campos do rio Branco, na medida em que toda a sua população estaria exclusivamente voltada para atividades relacionadas à criação, à venda de gado para Manaus, e ao comércio de gêneros relativos às necessidades dos fazendeiros até meados do século XX” (SANTILLI, 1994, 27).

Sendo o crescimento da cidade também concomitante à exploração do caucho no baixo rio Branco, no entanto, mesmo com esse lapso, é esclarecedor associar o crescimento da capital com o avanço da pecuária no lavrado roraimense.

A partir da década de 30, com o surgimento dos garimpos e com a criação do Território Federal de Roraima em 1944, novas funções administrativas seriam criadas e uma diversidade maior nas atividades ocorreria com a população de Boa Vista. Ou seja, a extração mineral, aparece como forma de solucionar e colocar a economia na bacia do rio Branco na economia mundial, já que apenas era fornecedora de produtos extrativistas ou derivados do gado bovino, até então.

Boa Vista teria sido o único povoado do rio Branco em muitas décadas, somente o século XX mudaria esse panorama. Em 1890 é elevada a condição de vila, pelo presidente da Província do Amazonas, Villeroy, homenageado com nome de grande avenida que corta a cidade. Segundo dados de 1917, a vila possuiria apenas 49 casas e barracas, com uma população de aproximadamente 500 pessoas, já toda a bacia do rio Branco estaria ocupada por 3 a 4 mil colonos, fazendeiros e comerciantes, e entre 8 e 10 mil indígenas. Em 1924 já haviam 164 casas, com uma população estimada de 1200 habitantes. Em 1926 é elevada à condição de sede municipal, que ampliaria os poderes políticos de fazendeiros e comerciantes da região, sendo esses “encarregados de resguardar os direitos dos povos indígenas sobre sua área de ocupação tradicional” (SANTILLI, 1994, 27), mesmo que somente enquanto alegoria.

Expansão essa, que segue lenta até a serra de Pacaraima. Segundo relatório da Comissão de Inspeção de Fronteira, em 1927 constam na margem direita do Tacutu 27 estabelecimentos, 4 deles são sítios e 23 fazendas, terras de tenentes, comerciantes, empreendedores, portugueses, venezuelanos e guianenses. Na margem direita do Maú se encontram 16 estabelecimentos, uma Maloca indígenas e 15 fazendas. Dados das margens brasileiras de dois rios de fronteira, diferente dos dados sobre a ocupação de todo o vale do Tacutu.

Na margem direita são seis as malocas, algumas delas ex-aldeamentos e uma delas, em específico, tem um nome muito representativo do sentido da colonização em processo, chama-se “Empresa – maloca dos índios Wapixana Antonio e Manduca”. Na margem direita do Maú são contabilizadas 13 malocas indígenas, uma delas seria o acampamento de um padre, mas outra delas é muito valiosa para nossa pesquisa, a maloca de Iren-Mutã, que seria o acampamento de Severino

Garimpeiro, com 14 civilizados e 21 macuxis, dando origem, na disputa entre criação de terras indígenas contínuas versus a criação de terras indígenas em ilhas²⁴, à cidade de Uiramutã, hoje um enclave em meio a Terra Indígena. Aqui a história se mostra um pouco lógica, já que o acampamento indígena voltado ao garimpo é o que, posteriormente, se tornará o município enclave, a fim de dificultar a criação das Terras Indígena e de todas restrições que daí se originam. No rio Tacutu a população recenseado foi de 414 ‘civilizados’ e 220 ‘índios’, já no Maú foram catalogados 236 ‘civilizados’ e 1646 ‘índios’.

Métodos que contabilizavam apenas os presentes no local e em determinado trajeto já preestabelecido, deixando de lado outra parte dessa ‘população’. Além de critérios que definem índios, civilizados e caboclos serem muito vagos para um recenseamento, por exemplo, os indígenas incorporado às famílias de colonizadores eram considerados civilizados por esses dados. Aqui instalase a oposição entre civilizados e não-civilizados, como o discurso de nosso amigo do Socó, indígena, porém civilizado, segundo ele próprio.

No final do século XIX, com o avanço da exploração econômica, o vale do Tacutu não sofreria grandes mudanças, uma vez que no vale do Uraricoera é que se concentravam, em sua maior parte, as fazendas de gado, com 78 estabelecimentos em 1927. Época em que se contabilizaram 18000 habitantes na bacia do rio Branco, sendo 10000 indígenas e a população de Boa Vista girava em torno de 2000 habitantes. Até os anos 1930, a população de colonos era voltada à pecuária e às atividades correlatas que girariam em seu entorno, como o comércio de gêneros de consumo e o transporte de gado. Eventualmente se dedicavam à extração da balata, ao cultivo do tabaco e à produção de aguardente. Excepcionalmente, o mineiro ‘Severino Garimpeiro’²⁵, mais um número diminuto de pessoas, se dedicavam ao garimpo de ouro e diamante no alto Maú e alto Cotingo. Não obstante, “em meados da década de trinta, (...), o garimpo atrairia um contingente considerável de migrantes para a região serrana” (SANTILLI, 1994, 31), aqui se iniciaria um novo ciclo econômico, avançando ao extremo norte do rio Branco. Época em que Severino haveria espalhado a fofoca das minas de ouro e diamante no extremo norte do país²⁶.

24 Discussão que se desenvolverá posteriormente.

25 “Em uma de suas viagens de desobriga, Dom Alcuíno estabeleceu contatos sistemáticos com o experiente garimpeiro Severino Pereira da Silva, vindo da Paraíba, vivia na região do Cotigo, há mais de trinta anos. Segundo Dom Alcuíno, teria sido ele o responsável por dar início ao processo de mineração de ouro e diamante nessa região, como também o de fazer propaganda sobre o potencial de mineração, incentivando, dessa forma, uma forte migração para o local, dando início a mais uma frente de expansão econômica e aumentando sensivelmente os problemas das relações interétnicas na região” (VIEIRA, p128)

26 “Em 1936 foi até o Rio de Janeiro de avião levando muitos quilos de ouro e não sei quantos diamantes, fazendo com que muitos nordestinos e gente do Pará e Manaus etc... viessem a tentar fortuna nos garimpos do alto Cotingo. Ele afirmou que calculava em cerca de 700 pessoas que atualmente trabalham com ouro no Cotingo e Animô” (Carta de Dom Alcuíno Meyer, da Fazenda do Caranguejo, ao Arquiabade do Mosteiro de São Bento, em VIEIRA, p128)

A despeito de não existirem registros da extração de ouro e diamantes na bacia do rio Branco antes de 1930, os anos de 36 a 39 são tidos como o início do “boom” da exploração aurífera e diamantífera por garimpeiros, atividade que passa a ser reconhecida pela Coletoria Federal de Boa Vista, exploração econômica que passa a ser incentivada pelo governo federal. A datar daí, o interior, as margens dos grandes rios e as serras são esmiuçadas à procura de garimpos produtivos. Momento em que uma epidemia de raiva se abateria sobre o rebanho bovino do rio Branco, se estendendo até a década de 50, junto à notícia da descoberta de ouro e diamante, contribuiriam para a decadência das fazendas entre os 30 e 40, que, no entanto, não teriam causado um retrocesso no povoamento, mas sim uma alternância das atividades, uma vez que a pecuária também passa a sustentar o garimpo, enquanto uma atividade correlata.

Esses dois fatores atrairiam migrantes para o rio Branco, que se transfigurariam, posteriormente, na expansão da pecuária e também do garimpo. A propósito de elucidar o movimento de expansão pecuária, principalmente em “território Macuxi”, apresentarei alguns estabelecimentos registrados entre 1929 e 1934, mesmo sendo dados recolhidos com metodologia duvidosa. No Cotingo foram contabilizadas 3 fazendas/garimpos e 3 ‘aldeais’ indígenas, uma delas o Socó, no Maú são 13 fazendas e 9 ‘aldeias’ indígenas, contabilizando 1300 macuxis e no Surumu são 18 fazendas, uma delas o Flechal, e 4 ‘aldeias’ indígenas (SANTILLI, 1994, 34).

Objetivando de traçar uma história da ocupação dos territórios Macuxi, Santilli nos fornece mais alguns dados. Entre 1909 e 1946, os monges beneditinos haviam batizado 9285 ‘civilizados’ e 12104 indígenas em quase toda bacia do rio Branco. Em 1943, Ernesto Migliazza, contava uma população de 19709 habitantes, sendo 15700 indígenas e 4009 não indígenas. Boa Vista tinha 3000 habitantes e nos campos 10509. O aumento da população estaria relacionada às migrações de indígenas para as fazendas, garimpos e cidade.

“Em síntese, parte significativa do crescimento demográfico neste meio século se deu com o estabelecimento das fazendas na margem esquerda do rio Branco, no val do Tacutu e o aumento de habitantes em Boa Vista. Em grande parte, a meu ver, isso se deve à mudança dos índios das aldeias para as fazendas, garimpos e para a cidade, sendo que saíram emigrantes em maior número do que vieram imigrantes de outras regiões do país para o rio Branco. Assim sendo, pode-se constatar que o perfil crescente da população não decorreu tão somente de movimentos migratórios, mas sobretudo na inserção da população indígena na economia regional, seja enquanto vaqueiro, garimpeiros, seja em funções correlatas como carregadores ou auxiliares na construção de casas, nas tarefas do curral e serviços domésticos, ou ainda, de forma marginal, como fornecedores de farinha e outros gêneros agrícolas aos criadores, garimpeiros e comerciantes na cidade” (SANTILLI, 1994, 36).

Momento de imposição de formação e divisão do e para o trabalho, onde os indígenas seguem sendo as muralhas dos sertões e também os ‘braços dos sertões’. Existindo um implemento de

população pela assimilação dos indígenas que ainda não haviam sido contabilizados, tornam-se ‘civilizados’.

Diferente de outras regiões do país em que o avanço da pecuária se dá concomitante com a expulsão e/ou extinção da população indígena, “no rio Branco os criadores tentaram ocupar os territórios indígenas buscando inicialmente a anuência dos índios” (SANTILLI, 1994, 36). Isto posto, podemos pensar a prática colonizadora dos colonos, que adentram na forma política das comunidades e os arregimentam para o trabalho, o extermínio e a violência não se dão de uma forma extraeconômica, acontece na imposição da forma social capitalista, o trabalho enquanto abstração que tudo pauta.

Não obstante, esse fato não se daria pela benevolência dos pecuaristas do rio Branco, uma vez que a violência e a intimidação também foi largamente utilizada, abrindo caminho para o gado. Mas esse método nem sempre foi possível, já que os criadores estavam dispersos em meio a inúmeras aldeias indígenas espalhadas à sua volta. Destarte o monopólio da violência não pode ser exercido por todos os criadores de gado por estarem em desvantagem bélica com os indígenas ao seu redor, fazendas cercadas de malocas indígenas. Violência que não era imprescindível aos criadores, já que as terras eram públicas, sendo apenas o estado a instituição legítima para retirá-los de lá. Sentiam-se resguardados pelo estado e sua legalidade na formação da propriedade da terra.

No entanto, relatos de extermínio são comuns, como os Wayumará, os Saporá e os Purukoto. No entanto, aos fazendeiros o clientelismo seria mais vantajoso, “estabelecendo com os índios relações de compadrio e de aliança, através do casamento com índias, e levando crianças indígenas para serem criadas nas fazendas” (SANTILLI, 1994, 36). Assim, o clientelismo se mostraria um meio muito “mais eficaz e duradouro de dominação”, tendo na figura dos tuxauas, enquanto lideranças, um fator fundamental para o processo de colonização. Cooptar as lideranças para depois integrá-los todos ao trabalho e a produção de valor.

Afirma que a violência existia, mas devido particularidades da colonização, como a sua rarefação na área, era sobreposta por relações clientelistas, que dariam continuidade em um processo de formação indígenas para o trabalho. O que se reflete na forma de consciência atualmente entre os Macuxi, que já precisam aparecer enquanto produtivos para a sociedade²⁷.

1.3.1. Instituições de contato

27 Desdobramento no terceiro capítulo, sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelos Macuxi.

Existe um ponto de inflexão na política brasileira²⁸ em relação à bacia do rio Branco, momento em que a fronteira com a Guiana Inglesa já havia sido definida, em 1904, a federação via a bacia do rio Branco com outros olhos, uma vez que “o próprio conceito de fronteira deixava de ser uma questão militar para tornar-se, acima de tudo, uma questão econômico” (SANTILLI, 1994, 39). Nota-se um traslado de uma política militarista de ocupação de fronteira, para uma política econômica, voltada para o planejamento do dito desenvolvimento regional, através da pecuária. Momento de criação das agências de contato.

Os debates de delimitações de fronteiras trazem à vista a escravização de indígenas com a convivência do governo (SANTILLI, 1994, 40). Depois de definida fronteira, ainda era preocupante a migração de indígenas para a Guiana Inglesa, em fuga das violências cometidas por fazendeiros brasileiros. Em 1927, o Estado-Maior ressaltava a importância de “fronteiras vivas” e de suas preocupações com a mudança dos indígenas para a margem guianense do rio Tacutu, as muralhas dos sertões ainda eram importantes.

História da SPI no rio Branco está vinculada à história da antiga Fazenda Nacional de São Marcos, que em 1915 tem a administração designada à SPI, antes de passar por Ministério da Guerra, da Agricultura e pela Superintendência da Defesa da Borracha. Fazendas que ficam sobre a tutela da SPI até 1969, quando a Fazenda São Marcos é caracterizada como terra indígena e entregue à FUNAI. A formação da propriedade privada esta diretamente relacionada à relação da SPI, essa ligada aos interesses nacionais, como a produção do látex, de ouro, de gado, com indígenas e fazendeiros, os produtores dessas mercadorias, mais os primeiros do que os últimos.

Os estados legislariam sobre as terras devolutas da União, segundo a federação, considerando frequentemente as terras indígenas como devolutas a fim de conceder-lhas à particulares, isso no início do século XX. Entre 1899 e 1944 foram expedidos cerca de 210 títulos definitivos para o alto rio Branco e seus afluentes.

Quando a SPI assume as fazendas nacionais, elas haviam sido arrendadas a dois colonos, apenas um deles renovaria seu contrato para, posteriormente, concedê-lo a Sebastião José Diniz, que no final de contrato se recusa a retirar seus pertences da terra estatal, sendo favorecido pela instauração da República, mantém-se na fazenda. Em 1914 relatavam a cerca da violência dos fazendeiros brasileiros, informando “do clima de violência, ameaças de morte aos funcionários da SPI, exploração dos índios e mudanças de aldeias inteiras para a Guiana (...) com total impunidade dos fazendeiros perante as autoridades de Boa Vista” (SANTILLI, 1994, 43).

28 Com avanço da economia pecuarista no nordeste do atual estado de Roraima e o estabelecimento das "agências de contato", SPI (O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, SPILT, foi criado em 20 de junho de 1910, a partir de 1918 apenas SPI, Serviço de Proteção aos Índios) e Missão Beneditina. Ciclo que se completaria nas décadas de 40 e 50, com a consolidação do avanço pecuarista e o refluxo dos garimpos iniciados nos

Por volta de 1917, a administração da SPI tentam tomar as medidas cabíveis para reaver de aquelas propriedades. Inicialmente ergueram as instalações da SPI na fazenda São Marcos, posteriormente o inspetor Bento Pereira Lemos, faz publicar em Diário Oficial um edital “proibindo a permanência de gado particular na área das fazendas nacionais” (SANTILLI, 1994, 43). Foram afixadas cópias do diário no prédio da intendência de Boa Vista, causando revolta entre os fazendeiros, que se manifestaram contra a proibição da ocupação de terras da união. O protesto dos fazendeiros é atendido e a Diretoria da SPI ordena o inspetor a suspender a “retirada dos ocupantes da fazenda nacional”, legitimando sua ocupação. Até 1923, o Governo do Amazonas concederia quarenta títulos definitivos em terras das fazendas nacionais.

Os conflitos não seriam exclusivos de delimitação da propriedade estatal, mas passava pelos direitos dos indígenas às suas terras, tanto que, em 1917, de acordo com uma lei, se reservava uma área entre o Surumu e Cotingo para “os índios Macuxi e Jaricuna”. Leis em seu movimento duplo, em que, por um lado legitima a terra indígena dos Macuxi e Jaricuna, apenas parte do território ocupado por eles, por outro libera o restante para a ocupação de particulares, movimento que percebemos ainda hoje, como as grilagens ao redor das terras indígenas, “mais do que regular a ocupação indígena, portanto, a lei voltava-se para a legalização das posses indevidamente estabelecidas até aquele momento, e as que se seguiriam” (SANTILLI, 1994, 44). Em 1919, até a pequena faixa reservado aos indígenas encontrava-se ocupada por particulares e empregada na criação de gado. Ou seja, tal lei tornou-se letra morta, o que impossibilitava a defesa do território indígena.

Dessa forma, o papel que a SPI exerceu ficou muito aquém de seus objetivos, impotência que se intensificaria com o passar do tempo. As divergências entre “funcionários do Estado, elite local e missionários religiosos” tomariam diferentes tons no decorrer do tempo. De início, só a inserção de agentes indigenistas já motivou conflitos com os fazendeiros, que disputavam sobre a posse da terra e a utilização de força de trabalho indígena.

Cabe lembrar a decrescente influência e financiamento da SPI em âmbito nacional, que após a derrocada da república velha, em 1931, teria sua verba cortada pela metade, tornando a Superintendência um órgão com poucos meios de ação. Cortes que auxiliam no desmonte do órgão, passando a diminuir seu contingente de funcionários até sua extinção, nos 60, sob graves denúncias de desmandos e corrupção, sendo extinta em 1960.

Já os missionários, empreendiam no rio Branco desde o século XVIII, como os carmelitas que acompanhavam os militares nos aldeamentos. No século XIX, jesuítas e carmelitas, atuantes no rio

Negro, estendiam suas incursões de desobriga até o Branco e, por disputas territoriais, batizaram os indígenas para garantir seus limites. No entanto, o trabalho religioso em si seria introduzido oficialmente pela Missão Beneditina. Com a proclamação da república, a igreja passa a reorganizar suas ações²⁹ (estado passa a ser laico), sendo a bacia do rio Branco destinada, pela Santa Sé, à Ordem de São Bento, monges letrados formados no claustro tornar-se-iam missionários.

Os beneditinos formulariam uma crítica à forma dos aldeamentos indígenas empreendidos até então, afirmando que o segredo da catequese indígena seria o “respeito à liberdade individual” de cada um, sendo a educação de crianças indígenas a solução para seus “instintos de natureza não refreada” (SANTILLI, 1994, 46). A liberdade pessoal era postulada somente para as crianças, não criavam maiores expectativas em relação à conversão de adultos, essa que só poderia acontecer de uma forma gradativa do “indivíduo de sua cultura de origem”, para que deixem o “estado de natureza” (SANTILLI, 1994, 47) que os cercaria, por isso o foco nas crianças.

Para evitar que o indígena ficasse muito tempo longe de seu antigo lar, acreditavam os monges que possibilitar excursões anuais às antigas práticas indígenas e aos seus parentes auxiliaria na redução das fugas, sendo a educação a principal forma de catequização e colonização.

Alguns conflitos concorrenciais germinam nesse ínterim, os beneditinos criticariam o indigenismo do Estado, considerado leigo, já a SPI, se justifica apresentando dados sobre os indígenas que trabalham em suas fazendas, acusando os beneditinos de escravizarem os indígenas, trocando trabalho por roupas, uma vez que o estado pagaria em dinheiro. Ambas instituições disputavam a colonização e o contato, já que recebiam financiamento estatal para tal.

Em 1909 chegam 4 beneditinos à Boa Vista, projetando um educandário para crianças indígenas. Seus maiores problemas eram os indígenas já catequizados, que apresentavam certa resistência à ortodoxia, e a SPI que competiria “pela exclusividade dos recursos públicos destinados à assistência” (SANTILLI, 1994, 49) aos indígenas. Concorrência por um capital excedente estatal, direcionado à questão indígena/colonizadora.

Logo em sua chegada, já se envolveram em conflitos com a elite local, um deles pela prática da confissão e outro com Bento Brasil³⁰. A política no rio Branco é marcada por violenta disputa de poder, principalmente após a morte de Sebastião Diniz, principal concorrente de Bento. Com a entrada dos missionários e seus rebanhos no rio Branco, conflitos políticos e disputas de interesses vieram a tona, um vez que os religiosos colocavam em risco a potencial hegemonia do deputado Bento, que

29 Com “o fim do Império, a autonomia da organização religiosa, a Santa Sé passou a investir na reestruturação da combatida Igreja Romana no Brasil pelos moldes do Concílio Vaticano I, incentivando a vinda de religiosos, de novas ordens, a abertura de congregações e de novas áreas de missão”. (SANTILLI, pg 46)

30 Theodoro Bento Brasil, filho de Capitão Bento Ferreira Marques Brasil, dono de muitas terras no rio Branco e que se opunha a uma igreja subordinada direta e somente a Roma e que se opusesse aos seus interesses.

perseguiria os religiosos do rio Branco. Aqui nota-se uma disputa pela propriedade em formação na bacia do rio Branco, entre particulares e a igreja, conflito já antigo na região.

Com esta situação, os beneditinos abandonam a vila, se refugiam na fazenda “Capela”, de um opositor de Bento, depois rumando para o vale do Surumu, onde constroem 3 barracões e dão início à missão de catequese, fundando uma escola, celebrando ritos, alfabetizando, ensinando carpintaria e jardinagem para as crianças indígenas, imputando a forma de sociabilidade do moderno, o trabalho.

No entanto, em 1912, os beneditinos são obrigados a abandonar a missão por motivo de doença, febre amarela. Com reduzido número de missionários, mudam-se para a Serra Grande, ao sul de Boa Vista na margem direita do Branco, onde conduzem viagens de desobriga pelas fazendas e aldeias até 1915. Mas por problemas internos à ordem, voltam ao Mosteiro mãe no Rio de Janeiro.

O ano de 1921 é um marco, inaugurando uma nova fase da missão, com a ascensão do monge Dom Pedro Eggerath³¹ para a direção da “Abadia beneditina no Rio de Janeiro”, são enviados novos missionários para o rio Branco. Nessa segunda investida, com mais experiência e mais financiamento, planejam a construção de uma estrada que contorne os trechos encachoeirados do rio Branco e da abertura de uma “empresa agroindustrial”. Fundando em “Boa Vista um ‘patronato’ para meninos e meninas indígenas, que funcionou em regime de internato até 1945”, ficando o contato restrito às “viagens de desobriga”³² (SANTILLI, 1994, 51).

Mesmo que em Boa Vista os beneditinos tivessem tecido boas relações, possuindo fortes influências na política do rio Branco³³, ainda existiam rusgas regionais, principalmente em relação ao acesso a recursos estatais. Os administradores da Fazenda São Marcos, que em um primeiro momento foram aliados dos missionários, agora se voltam contra os religiosos, a partir da instalação do SPI, em 1916, contestando as verbas públicas destinados às políticas indigenistas. Já que, segundo a SPI, o financiamento seria para uma assistência leiga aos indígenas. Fica nítido que na bacia do rio Branco republicano um traço é a concorrência entre duas agências de contato, a missão beneditina e o SPI.

O SPI se inspira no “patronato” dos beneditinos e tenta criar uma escola na Fazenda de São Marcos, criam o Sanatório “General Rondon”, enquanto os beneditinos inauguram um hospital em Boa

31 Que “inicia uma campanha agressiva pelos jornais cariocas, buscando apoio financeiro para a missão. (...) profere palestras e dá entrevistas coletivas passando a receber apoio de políticos no Congresso Nacional, abrindo créditos especiais para a construção da estrada de rodagem Boa Vista – Caracarai.

32 “A catequese de desobriga era feita por um ou mais religiosos que munidos de um altar portátil, como também dos santos óleos, faziam visitas periódicas a diversas regiões, desprovidas de padres. O objetivo era rezar missas, fazer procissões e levar os sacramentos. Na catequese da desobriga, os destaques ficaram para o batismo e a realização de casamentos entre os índios” (VIEIRA, p.122).

33 “As perseguições aos beneditinos haviam realmente cessado, as lembranças dos tempos idos estavam extintas, os inimigos políticos de outrora, principalmente a família Brasil, já haviam se transformado em aliados. Não foram poucas as intervenções feitas à burocracia republicana para arranjos de empregos públicos ou nomeações, que tiveram o dedo do novo Abade do Rio de Janeiro, o que prova, por si só, o estreitamento dos laços entre a Igreja e as elites locais que, daí em diante passou a ser um traço característico da Igreja em Roraima” (VIEIRA, p.115)

Vista. Com a fundação da SPI, enquanto novo polo de interesse em relação à população indígena, as políticas beneditinas sofrem uma mudança, se voltam mais para a população regional.

Nessa nova organização, a obra de catequese beneditina ficaria praticamente sobre a responsabilidade de apenas um monge, Dom Alcuino Meyer, uma vez que os religiosos passam a empreender na região. Em 1925,

“passava a funcionar a primeira experiência industrial no Rio Branco. Ligada a atividade agroindustrial, constituía—se essa indústria de vários departamentos, entre eles: navegação, charqueada, curtume, fábrica de gelo, eletricidade, sala de cinema, casa comercial e, finalmente, o grande sonho, que para os beneditinos retiraria de vez o Rio Branco do isolamento: a construção da estrada que ligaria Boa Vista a Caracaraí, com uma extensão de 160 km, em plena selva amazônica. Superando de vez o obstáculo das cachoeiras, era um projeto de grande envergadura para a época que consumiria boa parte do capital investido na indústria.” (VIEIRA, p.118)

A permanência da missão até 1947, permitiu o avanço da catequese indígena. O monge Dom Alcuino Meyer aprenderia a língua macuxi, possibilitando a catequese na língua local, ficando conhecido pela população como “o padre macuxi”. Passou a maior parte de seus 20 anos de missão em viagens pelas aldeias e fazendas, onde celebrava ritos litúrgicos, caminhando as distâncias a pé, acompanhado de indígenas de uma aldeia e outra, levando uma mula que carregava seus instrumentos indispensáveis. Resultando em “setenta e cinco missas celebradas, noventa práticas com pregações, quarenta e cinco catequeses, vinte e cinco batismos, cento e trinta crismados, trinta e quatro casamentos, trinta e três confissões e trinta e cinco comunhões”. Definindo seu trabalho como “catequese primitiva”. A língua lhe serviria para incitar os indígenas aos costumes cristãos de uma forma inteligível a ambos.

Ambas instituições tinham um objetivo em comum, o de exercer influência sobre a população indígena. Enquanto a SPI tinha como objetivo sobrepor as fronteiras nacionais às fronteiras étnicas, tornando-os cidadãos e trabalhadores, a missão beneditina queria alargar o catolicismo até a fronteira nacional. Visando a educação de crianças indígenas como forma de colonização e catequese. Dessa maneira, o domínio da língua portuguesa era de “alto valor para o projeto indigenista”, como instrumento de “nacionalizar efetivamente as nossas fronteiras abandonadas” (SANTILLI, 1994, 55). Tanto uma quanto outra disputam o posto de paladinos da civilização e construtores da nação, tendo grande importância na civilização de crianças indígenas.

Neste ínterim, também os colonos tinham como prática a “adoção” de crianças indígenas, fato corriqueiro entre famílias de vaqueiros, fazendeiros e garimpeiros, prática condenada, relativamente,

pela SPI e pelos beneditinos como relações de servidão. Na década de sessenta, a exploração de crianças indígenas em fazendas pecuaristas ainda eram comuns, com etnógrafos afirmando ser um “mecanismo de mobilidade etno-social, pelo qual uma criança índia, frequentemente de sexo masculino, criada em intimidade com os misteres da pecuária, podia assumir plenamente o status de ‘civilizado’, desde que apagasse as marcas de origem” (SANTILLI, 1994, 56).

Nesta sociedade pecuarista existiam duas categorias sociais básicas, os “civilizados” e os “caboclos”, estes últimos enquanto designação pejorativa atribuída à população indígena. Para além dessa diferenciação étnica, existia uma diferenciação de classes econômicas, os “fazendeiros” e “vaqueiros”, esses últimos que poderiam atingir o posto de fazendeiros, através da sorte ou quarta, no entanto deveriam tornar-se civilizados. Forma de consciência que se expõe, corroborando com relato de campo em que um indígena Macuxi nos fala sobre os civilizados e os não civilizados, se considerando civilizado, pois esse seria a condição para uma mobilidade econômica nessa sociedade pecuarista. Só civilizados podem se tornar fazendeiros, por isso hoje em dia são pecuaristas/criadores de gado, por tornarem-se civilizados.

Além da sorte, a sociedade pecuarista forja outras instituições e relações sociais, intensificadas devido aos isolamentos das unidades domésticas, como o “compadrio³⁴, a adoção de crianças indígenas por ‘civilizados’, o casamento com índias tornaram-se disseminados, borrando e, ao mesmo tempo, recriando os contornos desta sociedade” (SANTILLI, 1994, 57). O termo compadre remete relações de intimidade, em algumas relações mais igualitárias e em outras com distâncias que impunham o reconhecimento de hierarquia. Em que fazendeiro poderia requerer a força de trabalho indígena e o vaqueiro poderia deixar seu gado nas terras do fazendeiro civilizados.

Entre 1916 e 1928 instituiu-se, nacionalmente, a tutela orfanológica, em que as crianças indígenas ficariam responsáveis por juizes de órfãos, gerando “um autêntico tráfico de braços cativos para o serviço doméstico em muitas regiões do país” (SANTILLI, 1994, 58). Mesmo com o fim da tutela de juizes sobre as crianças órfãos em 1928, a prática seguiu corriqueira na sociedade local.

Relações criticadas tanto pela SPI quanto pelos beneditinos, ressaltando as perseguições e o trabalho escravo. Cabe ressaltar que ambas as agências indigenistas de contato concorreriam com a elite local e entre si pelo controle da formação desta força de trabalho.

A criação de escolas indígenas foi o alibi para o requerimento de recursos em favor da missão beneditina no Branco, tendo causado incômodo na SPI, que como resposta, em 1919, viria a criar a Escola Agrícola Indígena Theophilo Leal, que alfabetizaria, formaria seleiros, carpinteiros e ferreiros.

34 O compadrio, segundo Rivière, cumpriria a função social de aproximar indivíduos socialmente sem ligações genealógicas, "estabelecendo um parentesco ritual". Proximidade que representava as aproximações políticas entre os agentes, sendo o batismo dos filhos uma das formas de ampliar os leques de relação daquela família, tornando-os compadres (SANTILLI, p.57).

Regime de internato que teve como prática a retirada das crianças indígenas dos “civilizados que as exploravam”. Em 1942, mais quatro escolas são criadas pela SPI junto aos Macuxi e Wapixana, para ensinar-lhes a “civilização (...) torná-los úteis ao engrandecimento da pátria e da família”. Que passa a instalar tais escolas nas próprias aldeias, como uma oposição à prática beneditina, que violentamente arrancaria essas crianças de suas famílias. Aqui a SPI precisa aparecer como um contrapeso, como diferente da prática antiga dos colonos e da prática dos beneditinos. O Sanatório General Rondon é fundado em 1924 pela SPI, em Boa Vista, que só seria colocado em uso como uma “escola para meninas índias”, fazendo frente a expansão das escolas beneditinas. Expansões beneditinas resultantes de “vultuosos auxílios oficiais”, tendo na cidade de Boa Vista um educandário para meninas, “que nada mais é que uma casa de escravização de menores”, acusaria a SPI (SANTILLI, 1994, 59).

Mesmo com a concorrência entre aristocracia local, SPI e os beneditinos, “a práxis indigenista, no rio Branco, voltou-se basicamente para a educação lato sensu da população indígena, como meio de colonização” (SANTILLI, 1994, 59). Educação e recrutamento que não eram para todos, já que havia uma seleção dos que poderiam ser educados. Ambas instituições prezavam pela formação de “neófitos” que pudessem passar os novos códigos culturais para os outros indígenas.

1.3.2. Formação das lideranças

Em 1909 acontecia a chegada dos primeiros monges beneditinos a Roraima, recebidos com hostilidade pelos maçons e, por isso, se deslocando para o interior, na Fazenda Nacional São Marcos, cujo administrador tornara-se forte opositor dos maçons. Entretanto, a aliança entre a administração da Fazenda Nacional com os beneditinos duraria pouco, somente até a criação da SPI. No entanto, nesse ínterim, a aliança foi de muito valia para os beneditinos, que além do apoio político, lhes possibilitaram os primeiros contatos com os indígenas. Foi um administrador do SPI quem promovera o encontro entre beneditinos e o “chefe Macuxi Ildefonso”³⁵, em sua aldeia, na confluência dos rios Surumu e Cotingo. Em “viagem de exploração”, os beneditinos conheceram Ildefonso, cuja fama era de ser “cristão” e gozar “de boa reputação em todo o rio Branco”. O chefe já estava habituado às relações com os colonizadores (SANTILLI, 1994, 73).

Os missionários foram recebidos cordial e calorosamente pelos indígenas, conviviam com Ildefonso, além dos Macuxi, os Wapixana e os Jaricuna, indígenas abertos ao novo que os brancos

35 Lembrando que “o grupo local, organiza-se em torno da figura de um chefe, que é, acima de tudo, um líder-sogro”. Existindo um ideal de endogamia, relações com parentes, que nem sempre se realiza. Derivando dessa endogamia, também nota-se uma tendência à uxorilocalidade, os homens se mudarem para a casa da mulher. Relações marcadas verticalmente, entre sogro e genro, “dada a tendência à residência uxorilocal na área, a posição subordinada dos genros seria resultado do controle do sogro sobre suas filhas” (SANTILLI, p.72).

poderiam trazer. Beneditinos relataram que tudo “se passa com decência e sem excessos”, que os indígenas interromperam a festa para a missa ao amanhecer e que executavam os movimentos com “precisão militar”, além de questionarem quando eles voltariam para “civilizar” (SANTILLI, 1994, 74).

Após os relatos de sucesso, logo os beneditinos empreenderiam nova visita, um segundo encontro, a Ildefonso e sua aldeia, com relatos da presença de mais ou menos 2000 indígenas. Tal êxito era atribuído “à capacidade de arregimentação do chefe Ildefonso”, segundo os monges.

Entretanto, Ildefonso não havia sido escolhido aleatoriamente, uma vez que Franco das Neves já mantinha vínculos de longa data com o Macuxi, tendo levado-o à capital do estado do Amazonas, onde receberia o título de “Capitão Geral dos Índios do Surumu”. “A concessão de títulos honoríficos, por parte do Estado, a lideranças indígenas era uma prática desde o período colonial”, havendo sido largamente utilizado na bacia do rio Branco, no contexto de disputa fronteiriça com a Guiana. Certos indígenas que passam a ser ‘capitães’ dos chamados ‘burgos’, mantendo o território português, como “comprovas da ocupação nacional” (SANTILLI, 1994, 75).

O grupo local, liderado por Ildefonso, havia se formado às margens do regato Anaí-Ute, próximo à Fazenda Nacional São Marcos, posteriormente mudando para a confluência do Cotingo com o Surumu, onde entrariam em contato com os beneditinos. Apesar de sua mudança, os indígenas ainda frequentavam a fazenda: “São Marcos é algo como um centro de reunião dos índios de uma vasta área (...) em certas ocasiões chegam pequenos grupos de homens, mulheres e crianças para trocar mercadorias, especialmente sal por farinha de mandioca, milho e diversas frutas (...) em sua maioria parte é gente do tuxaua geral Ildefonso” (SANTILLI, 1994, 75). Aparece-nos como uma necessidade dos indígenas acessar às mercadorias em posse dos colonizadores, uma vez que a troca ao adentrar as relações sociais dos indígenas, passa a pautar a sociabilidade desses povos, em diferentes graus de intensidade.

Todavia, não bastava uma forte liderança de Ildefonso, para o estado português era necessário que Ildefonso respondesse às demandas do estado, além de possuir forte liderança, deveria possuir igual submissão. Posição que Ildefonso havia desenvolvido frente aos colonizadores, aprendendo a aparentar uma “submissão devoção” (SANTILLI, 1994, 75), com a qual conquistaria oficiais e religiosos. Aqui saltam aos olhos as ações políticas indígenas, já que Ildefonso “aprende a aparentar”.

São as lideranças responsáveis por estabelecer o intermédio entre população indígenas e colonizadores,

“Nesse contexto, entende-se por intermediações políticas a interlocução realizada por personagens determinados, lideranças que se constituem no cruzamento de duas ordens culturais e que, precisamente de sua capacidade de interlocução, ou seja, de tradução de um

novo código cultural àquele a que pertence, deriva seu estatuto de liderança” (SANTILLI, p.76 e 77).

Gerando particularidades e tensões que se desdobrarão em muitas situações distintas na relação entre indígenas e brancos.

Ildefonso, enquanto chefe e conhecedor da língua nacional, convergiam para ele as demandas políticas e econômicas indigenistas, tornando-se o representante dos indígenas entre os brancos, e o representante dos brancos entre os indígenas. Seguindo nesta toada, o governo brasileiro nomearia mais outras lideranças, como Beré, da aldeia do Contão e Melchior, na aldeia Maturuca, com o título de “Tuxaua Geral” entre os Macuxi. Assim o governo expande sua política de concessão de títulos durante os 1920 e 1930, a fim de garantir suas fronteiras e sua população. Tratando-se da tentativa de cristalizar uma chefia, que era a todo momento posta a prova pelos seus iguais, ou seja, uma chefia um pouco volátil (SANTILLI, 1994, 77).

O tuxaua, ou chefe, canalizava as demandas de seu grupo diante a colonização, é quem possui legitimidade para falar em nome de seus parentes, Santilli nos apresenta relato valioso para uma discussão sobre a mercadoria e seu fetiche:

“O chefe – Nós estamos contentes por haver conhecido o Padre.
A assistência responde – Conhecido o Padre.
- Nós lhe desejamos boa viagem.
- Uma boa viagem.
- Que ele esteja em breve de volta entre nós.
- Entre nós.
- Que eles nos traga muitas mercadorias.
- Mercadorias” (SANTILLI, 1994, 77)

Mesmo estando também interessados nos ensinamentos dos padres, a mercadoria desperta grande desejo nos indígenas; o que aparecia como positividade para é o acesso às mercadorias, que fazendo falta alterariam a prática suas práticas sociais, já modernizadas, como o exemplo das revoltas nos aldeamentos descritos no início do texto. O acesso à “muitas mercadorias” os instigava, mesmo não sendo a totalidade de sua sociabilidade a aquisição de mercadorias, uma parte de suas vidas, agora, passa pelas mercadorias, redefinindo, assim, suas formas sociais, pondo a mercadoria como elemento necessário para a sua sociabilidade a partir de agora, despendendo parte de suas atividades a esse fim.

Existem relatos dos indígenas interessados e encantados com os ensinamentos religiosos, como conta “o monge Alcuino Meyer que, frequentemente, por insistente solicitação dos índios, teve que cantar ad nauseam hinos religiosos, e até mesmo esgotar seu repertório de canções profanas”. Podemos pensar de algumas forma tal relato, primeiramente que os indígenas estavam realmente envolvidos com estes rituais religiosos, ou que simulariam interesse a fim de obterem mercadorias, e, por fim, ambas situações também podem coexistir. O que cabe aqui para nós é a importância dada a toda forma de

sociabilidade moderna que são transmitidas aos indígenas, seja ela a religião de Deus ou a religião do dinheiro.

Após o segundo contato entre os beneditinos e Ildefonso, o tuxaua os procuraria onde estavam hospedados e expressaria sua vontade de tê-los entre seus parentes, além de prometer-lhes uma casa. Proposta muito bem recebida pelos beneditinos, que ali estabeleceriam uma base e ponto de partida para novas conquistas. Comemorando o êxito e o início dos trabalhos de catequese, batizam a aldeia de “Aleluia”, sendo por um período de tempo, o acesso dos beneditinos com os indígenas da região. Ildefonso, enquanto guia e intérprete, conduziria os beneditinos a outras aldeias no vale do Surumu, tendo esses últimos, acreditado terem encontrado no tuxaua dos macuxi um aliado importante, “civilizado e inteligente”. Período, desde 1910, em que os beneditinos vieram alongar suas ações a partir da aldeia “Aleluia”.

Em relato de 1910, em incursão realizada à “Maloca do Mal”, chefiada pelo irmão mais novo de Ildefonso, Manoel Pitá, constata a efusiva recepção por parte dos indígenas, que ofereceram carne de caça, um quarto e até salva de tiros. Aldeia que contava com cerca de quinze habitações indígenas, com, em média, “duzentas almas”, no momento do encontro estava com uma população bem maior. Os beneditinos foram saudados por Manoel, que estava designado a ser seu anfitrião e guia em futuras viagens de exploração.

De início, os missionários direcionavam suas visitas apostólicas às aldeias maiores e mais populosas, como a Maloca Bonita, habitada por 300 macuxis. Após os primeiros contatos, os beneditinos resolveram se estabelecer definitivamente, fundando uma missão às margens do alto Surumu, em 1910. A missão floresceria nessa época, chegando a “incomodar os fazendeiros pela influência que detinham sobre a população indígena na região” (SANTILLI, 1994, 79). Rixa antiga entre os fazendeiros e os missionários acerca dos povos indígenas do rio Branco.

Período em que a Missão Beneditina de São Geraldo e Borgonha também florescia, no entanto, quando mais os missionários se relacionavam com os chefes apresentados por Ildefonso, esse último passa a não aparecer mais nos relatos da missão, passando a ser omitido. Segundo relato de Koch, colhido do cunhado de Pitá, irmão de Ildefonso, esse

“devido ao seu longo convívio com os brancos, este tem se desmoralizado completamente, como tantos outros de sua raça, e seduzidos por eles comete todo tipo de infâmias. Quase todos os seus homens o abandonaram. Agora se vendeu a Bento Brasil e trata de arranjar-lhes braçais para as matas malsãs de caucho no rio Anauá. Como ninguém quer ir voluntariamente com ele, os ameaça dizendo que Bento Brasil virá com soldados para levá-los à força. Ildefonso recebe dez mil réis por cabeça” (SANTILLI, 1994, 83)

Demonstrando sua consciência voltada ao trabalho e ao acesso às mercadorias, já havia sido tuxaua

auxiliando os missionários em troca de mercadorias, agora arregimenta braços indígenas escravizados em troca de dinheiro.

Ao mesmo tempo que os missionários beneditinos omitiam sobre Ildefonso, também o faziam em relação ao desaparecimento da aldeia Aleluia, que com o fracionamento do grupo para de existir, mesmo Ildefonso ainda morando no mesmo lugar. Aqui, o tuxaua precisava estabelecer duas relações, a de titulado pelos colonizadores, com títulos honoríficos, e a de chefe na estrutura social macuxi, que diferente dos títulos, precisavam ser reafirmado constantemente perante o grupo. Assim a estabilidade que pretendia as missões e o governo ao nomear os chefes, escorria pelas suas mãos, uma vez que as lideranças eram voláteis (SANTILLI, 1994, 84).

A missão do Surumu seria desativada em 1913, deixando um intervalo até 1921, ano em que retomariam suas atividades, mesmo que com menor intensidade. Vale lembrar que em 1914 o SPI passa a competir com os beneditinos por recursos financeiros e pela influência nos indígenas da região. Ambas agências indigenistas investiram na educação de crianças indígenas. Intento no qual os beneditinos foram mais bem-sucedidos foi o filho mais novo de Ildefonso, José Armando.

José fora trazido da aldeia, ainda criança, para ser criado na escola da missão, a fim de tornar-se tuxaua. No entanto, os missionários já demonstravam certo desapontamento pelo seu desejo de não ser tuxaua, mesmo trabalhando como vaqueiro na Fazenda Nacional e vivendo na aldeia do Limão, tudo isso em 1928. Entretanto, José logo se reveria sobre não ser tuxaua, sendo mencionado como tuxaua do Limão e “acompanhante de Dom Alcuino nas viagens de desobriga pela região”. A relação de José com os parentes e com os missionários, acabou não se desdobrando em significativa “arregimentação” de indígenas e nem em um crescimento demográfico da aldeia. Tendo a aldeia permanecido com quase a mesma população de 1928 a 1940 (SANTILLI, 1994, 86).

Em 1938, José Armando havia deixado o Limão e garimpava, no alto Contigo, junto a um sócio civilizado piauiense, já estabelecendo moradia em outra aldeia e se juntando a uma indígena. Em encontro com beneditinos, José expressa sua vontade de voltar a ser tuxaua no Limão e “ampliar a maloca do Limão”, condição *sine qua non* dos missionários estabelecerem relações proveitosas para ambos, os indígenas acessavam as mercadorias, enquanto os beneditinos acessavam à força de trabalho, escravizada em sua maioria das vezes.

Aldeia do Limão que não teria tanta importância para as missões como teve para SPI, com a Comissão de Inspeção de Fronteira, comandada por Rondon, então chefe da SPI e a Comissão Demarcadora de Limites. As aldeias do baixo Contigo, como o Limão e do Contão, foram importantes pontos no caminho de subida de ambas as expedições da SPI ao Monte Roraima, “convertendo-se em acampamento e centro de arregimentação de mão de obra, onde os expedicionários conseguiam guias e

carregadores”, aldeias que tornar-se-iam base de apoio (SANTILLI, 1994, 87). Aqui se expressa, claramente, os interesses da SPI em relação aos indígenas.

A aldeia Raposa, localizada no baixo Tacutu, também representou um polo de ação indigenista, como Contão e Maturuca, no entanto, Raposa localizava-se em posição vulnerável à sociedade regional, sendo mais atingida pela expansão fundiária no início dos 1900. Criança, Gabriel foi morar com uma irmã de sua mãe, casada com o fazendeiro Silvério Emiliano, onde aprendera português. “Apesar das dificuldades que enfrentava, Gabriel preferia viver na fazenda, aprender o português e andar a cavalo, a voltar para a sua aldeia”, em tom romântico descreve sua estada na fazenda. No entanto, sua tia descobre que Gabriel, enquanto ordenhava as vacas, separava pequena parte para moradores da aldeia Chumina. Sendo obrigado a deixar a fazenda, recebendo uma vaca, três novilhos, um pano velho e um par de calção (SANTILLI, 1994, 90).

É batizado na aldeia por Dom Alcuino, mas logo volta a trabalhar como vaqueiro em outra fazenda, momento em que se casaria. Gabriel, majoritariamente, havia passado sua vida com “civilizados”, até o momento. Após um tempo, resolve formar uma fazenda e se reproduzir enquanto pecuarista, comprando terra, construindo curral e casa. No entanto, segundo ele, após divórcio havia perdido todos os bens. “Para beber fui obrigado a vender tudo o que eu tinha. Mas eu continuei bebendo e fazendo festa”(SANTILLI, 1994, 91), a bebida aparece como característica do moderno.

Para seguir acessando mercadorias, Gabriel passa a trabalhar garimpando ouro e diamante em troca de sustento. “Na esperança de galgar uma posição almejada e obter os bens possuídos pelos regionais, vale dizer, um lote de gado e as mercadorias consumidas comumente nas fazendas, como sal, roupas, ferramentas, querosene, etc”. Eis que sua segunda esposa morre, e relata “bebi tudo quanto possuía... poderia ter reconstruído a minha vida, mas preferi continuar sofrendo e desperdiçando tudo”. (SANTILLI, 1994, 92)

Porém, acontece outro revés em sua vida, agora de garimpeiro. Em 1945 corre a notícia que o alistamento militar compulsório se aplicaria para população indígena, sujeitos à prisão perpétua caso não se apresentasse. Dessa forma, Gabriel e mais 5 se apresentam em Boa Vista. Gabriel é transferido para Belém, onde cumpre o tempo de serviço militar e passa a conhecer outras regiões do Brasil, alfabetizando-se, e voltando à Raposa em 1946. Em seu retorno, casa-se pela 3ª vez, tendo 5 filhos. Em relação com seus parentes que se mantiveram na Raposa, Gabriel se torna a principal liderança política na Raposa. Até que em 1947, é nomeado, pela SPI, como “tuxaua da Raposa e delegado dos índios” em todo Tacutu. Importância dada a Gabriel devido sua forte influência com seus parentes, além de ser um homem letrado e esclarecido, civilizado. (SANTILLI, 1994, 93).

Com o avanço sobre as terras indígenas em Roraima, relata como a aldeia Raposa passou pecuaristas. Certo dia havia chegado um civilizado que queria estabelecer residência na Raposa,

segundo ele, não tomaria as terras dos indígenas, só estando ali pelo período em que seu rebanho estava solto no pasto, prometendo ser muito gentil com todos, “haverá carne, haverá leite, será muito bom para todos vocês”. O Tuxaua, pai de Gabriel animara-se, pois a “fome não é brincadeira”. Em um primeiro abate, deu o quarto prometido, já no segundo só uma parte, no terceiro só ossos e vísceras, na quarta já nada restava aos indígenas. O fazendeiro sempre argumentava em relação ao preço da carne. Após três anos, vende a terra para Isaías Madeira, pelo valor de um cavalo. (SANTILLI, 1994, 94).

Tornando-se tuxaua, Gabriel volta a intermediar a questão de gado ocupando os campos próximos à aldeia. Devido sua posição intermediária entre o “grupo local”, fazendeiros e agências indigenistas. Examinando mais de perto, os macuxi de Raposa concluem que não existiu compra nenhuma, posse que seria uma mentira. Mas não procuram expulsar o fazendeiro Isaías Madeira, temendo represálias. Como o decorrer do tempo as invasões tornam-se mais crônicas.

Depois de naturalizar a propriedade da terra, “Gabriel veio a incentivar a criação de gado na aldeia da Raposa, bem como sua inserção no mercado regional através da comercialização de um excedente de farinha de mandioca” (SANTILLI, 1994, 97). Raposa tornou-se modelo para a SPI e para os missionários, que passam a ser da ordem italiana Nossa Senhora da Consolata no final dos anos 40.

A morte de Gabriel (1967) ocorre em um momento de reestruturação dos indigenistas, o SPI é acusada de “corrupção e desmandos”, sendo extinta e dando lugar à FUNAI. Já os beneditinos desestruturaram-se, dando lugar à Consolata, que procura fazer uma reestruturação na sua práxis. No final dos 60, “a ocupação fundiária de Roraima chegaria consolidada ao final daquela década, e viria a atingir seu auge nos anos setenta, amplamente respaldada pela política desenvolvimentista do regime militar” (SANTILLI, 1994, 97) Os conflitos entre posseiros, indígenas e indigenistas girariam em torno da posse da terra e da exploração do trabalho indígena, ou seja, renda e salário.

Inicialmente os macuxi não ofereceram resistência aos fazendeiros, que chegavam acenando com artigos manufaturados, daí podiam surgir relações de compadrio entre indígenas e brancos. Já as desavenças começam com a destruição das roças, com o não compartilhamento da carne, com a impossibilidade de acessar água, enfim, conflitos desdobrados da propriedade. O clientelismo seria, assim, violência tanto econômica como extraeconômica, como expressão de uma sociedade ainda em formação.

1.3.3. A bacia do rio Branco como Território Federal

Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa, integrando diretamente à União, sem pertencerem a qualquer Estado, podendo surgir da divisão de um Estado ou desmembramento. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo desmembra seis territórios em regiões estratégicas da fronteira do país para administrá-los diretamente como Territórios Federais, são eles, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçu e o arquipélago de Fernando de Noronha. Momento em que já não se vivia uma acumulação primitiva no capitalismo Europeu, mas, agora, se (re)produzia em seus termos, gerando capitais excedentes que seriam investidos na periferia, tanto em planejamento estatal quanto em investimentos privados, tentando ser remunerados.

No início final da segunda metade dos 900, o governo federal incrementaria o planejamento destinado à bacia do rio Branco. Em 1943 é instaurado o Território Federal do rio Branco, expressão de uma realidade em movimento. Os governadores, indicados pelo presidente da república, efetivam políticas de ocupação territorial, em resposta ao discurso corrente na sociedade à época, de que o rio Branco e seus afluentes compunham um vazio demográfico, devido a sua rarefeita população, atraindo colonos com programas de colonização rural, “oferecendo, além de uma área de 25 hectares de terra para cada colono, passagem do Maranhão para Boa Vista e auxílio-alimentação nos primeiros meses, fazendo surgir dessa forma as colônias agrícolas do Taiano, de Mucajai e do Cantá.”(VIEIRA, p.140). Além migrantes de outras regiões do Brasil, principalmente nordestinos em resposta à grande concentração de terra em seu local de origem, muitos passando a trabalhar na burocracia estatal em expansão. Em 1950 a população urbana era de 5132 habitantes, já em 1960 passará a 7037, surgindo assim, além da pecuária³⁶ já existente, uma nova forma de reprodução econômica, o funcionalismo público e seus contracheques.

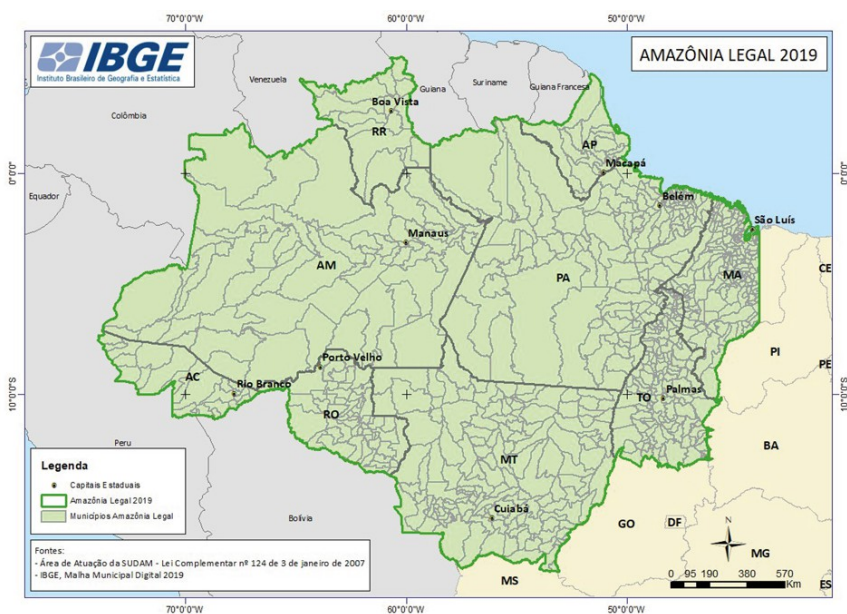
No segundo quartel do século XX, o processo de ocupação da Amazônia acelera-se, marcado pelo “planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho do Estado e sua crescente intervenção na economia e no território”(BECKER, 2004, 25) ainda assim não muito uniforme. A fase mais incisiva do planejamento estatal corresponde a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas³⁷, que, no entanto, foi mais forte no discurso do que ativa; nesse período temos a Fundação Brasil Central, em 1944, a inserção de um Programa de Desenvolvimento da Amazônia na constituição de 1946, a delimitação por critérios científicos o que seria a “região amazônica”, acompanhados pela criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, a SPVEA. Mas apenas no governo Juscelino, de 1956 a 1961, com os programas “Energia e Transporte” e “Cinquenta Anos em

36 Cabe associar à prosperidade da pecuária de Roraima com a economia do Caucho na Amazônia, o ciclo da borracha ali acontece no final do século XIX e no início do século XX, tendo seu apogeu entre 1879 e 1912, a partir daí surgem plantações de seringais na Oceania e Ásia, competindo com o látex brasileiro, o surgimento do automóvel potencializa o uso da borracha na indústria. Obtida a partir do látex da seringueira, árvore originária da Amazônia.

37 Que viria a proibir diversas línguas faladas no que chamamos de Brasil.

cinco”, realizados com altíssimos empréstimos estrangeiros, é que a amazônia passa a receber infraestrutura estatal, como as rodovias Belém - Brasília e Brasília - Acre; que acentuaria a migração em direção à Amazônia, que teve um crescimento de 400% da população entre 1950 e 1960, de 1 para 5 milhões de habitantes. (BECKER, 2004. 25)

Em 1953 é aprovado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que inauguraria o conceito de Amazônia Legal, fruto de um conceito político, da necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da agora delimitada região, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5 217 423 quilômetros quadrados correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. E em 1964 cria-se o Estatuto da Terra, que é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil, suas metas eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, sendo a primeira meta esquecida em detrimento da segunda. Prática do estatuto foi preconizar como solução para o campo a criação de empresas” (MARTINS, 1985, 72).



Mapa 1: Amazônia legal, IBGE, 2007.

O processo que se encontra em desenvolvimento é a formação do mercado nacional financiado por capital financeiro internacional, levado adiante pela federação, através da oligarquia regional, pecuaristas em sua maioria, apoiando a produção crescente da borracha no baixo rio Branco e rio Negro, se especializando como produtores de gado e seus derivados, também pelos garimpeiros recém-chegados e pelo funcionalismo público. O que move as relações de produção no rio Branco são fatores vindos de fora, como financiamentos que pretende obter seu juro, ou a necessidade da borracha da indústria automobilística, que fomentaria a pecuária ou a fome de ouro do mercado mundial. Aqui,

nem a terra, nem o trabalho e nem o capital estão totalmente dissociados. O capital se confunde com a terra, nos revelando um espaço especial de reprodução do capital particular, já que nem sempre com as relações do capitalismo clássico, segue produzindo mercadorias requisitadas mundialmente.

No decorrer deste escrito, apresentaremos as formas com que o estado, esse que foi uma ditadura³⁸ de 1964 à 1985, procurou intervir na região, com o planejamento, que nada mais é do que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital e sua crise imanente, em que excedentes de capitais são gestados pelo Estado como desenvolvimento nacional, aparecendo em projetos como a Amazônia Legal, a SUDAM, o RADAM, o PIN, o Projeto Calha Norte, a abertura de estradas e o desenvolvimento da pecuária e do garimpo. E também o desdobramento disso nas práticas sociais da bacia do rio Branco.

1.3.3.1. Planejamento Estatal

Devemos compreender esse período em que há um Estado que deverá administrar como desenvolvimento nacional a circulação do capital financeiro, a relação está nessa interação entre crise pelo capital excedente mundial e desenvolvimento nacional, esse último que tem como foco investimentos infraestruturais e em recursos naturais, que são os projetos de ocupação da Amazônia. Lembrando que para o pagamento desses créditos, seria necessário mobilizar muito trabalho, por isso gesta-se um processo de ocupação territorial que fosse produtivo, ou que parecesse ser.

A economia brasileira enfrentava dificuldades de balanço de pagamentos na década de 1890, depois que se esgotou o boom do Encilhamento. O montante da dívida externa havia aumentado substancialmente no final do Império, tornando a economia vulnerável a choques externos. Em meados dos 30, o possível alinhamento do Brasil com a Alemanha era uma grande preocupação dos Estados Unidos, que necessitava de um território capaz de receber seus capitais e empréstimos, mesmo que esses não pudessem ser remunerados, uma vez que Vargas havia suspenso os pagamentos dos juros das dívidas e dos atrasos comerciais em 1937. Após a entrada dos yankees na segunda guerra mundial, elabora-se uma política para América Latina, aí situam-se os Acordos de Washington, em que selaram em princípio um empréstimo de 100 milhões de dólares para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico no valor de 200 milhões de dólares. Esses acordos foram decisivos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do

38 A política da ditadura militar para a Amazônia, quando o estado nacional brasileiro se encontrava em um período de pagamento de uma dívida externa muito grande originária do período Juscelino e necessitava ampliar sua produção de mercadorias, competitivas ou não, para os mercados a fim de criar reservas que possibilitariam o pagamento dessas dívidas e juro, atitude que fazia sentido para o capitalismo daquela época, à beira da crise do petróleo e da terceira revolução industrial, através do Plano de Integração Nacional e tendo a mineração como prioridade, são elaboradas algumas medidas para o desenvolvimento regional.

Rio Doce. Assim o Brasil assumiu o compromisso de fornecer minérios estratégicos e importantes à indústria bélica americana. Os principais produtos eram alumínio, bauxita, borracha, cobre, cristal quartzo, estanho, magnésio, mica, níquel, tungstênio, zinco, entre outros.

Os governos posteriores não fugiriam desse padrão, receber empréstimos a fim de pagar juros de dívidas anteriores e de desenvolver o território nacional. Por volta dos 50, o Banco Mundial fez empréstimos que totalizaram US\$ 137,1 milhões, sendo que US\$ 75 milhões direcionados para a Brazilian Traction Light and Power Co., ou seja, mais da metade do que foi concedido para infraestrutura no Brasil ficou em poder de uma única empresa norte-americana. Já em 52, seria fornecido ao Brasil um empréstimo compensatório de US\$300 milhões para o socorro da Balança de Pagamentos. Époça em que o Eximbank concedeu empréstimos num montante de US\$ 151 milhões para o Brasil. Investimentos que dariam substância ao planejamento nacional, como o esperado desenvolvimento de 50 anos em 5, que na verdade seria o pagamento de uma dívida, efetivada em 5 anos, por 50 anos seguintes, durante toda ditadura militar. Pelo lado desenvolvimentista, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek era marcado por investimentos em estradas, em siderúrgicas, em usinas hidrelétricas, na marinha mercante e pela construção de Brasília e baseava-se em metas divididas em energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Na ditadura militar brasileira, os empréstimos junto ao FMI tomam força, financiando diversos projetos de desenvolvimento em quase todo território nacional. A grande dependência do capital internacional, já em crise de remuneração, coloca o Brasil em situação delicada após a primeira crise do petróleo, momento em que os países produtores de petróleo, com a elevação ocorrida em seu preço a partir de 1971 e, sobretudo, após a crise do petróleo em 1974, dispunham de grande liquidez e estavam acumulando bilhões de dólares em seus caixas, que ofereciam, sob forma de empréstimos a juros relativamente baixos, aos países importadores de petróleo, seus clientes. O Brasil se utilizou amplamente desses financiamentos para consolidar seu crescimento e para aumentar suas reservas internacionais, aumentando suas dívidas e, conseqüentemente, os juros pagos por ela. Capital esse que fomentaria o chamado milagre econômico ocorrido nos anos de chumbo da ditadura, montante da dívida arrastado até os anos 2000.

Époça em que a Amazônia se tornou um ponto central de ocupação e planejamento econômico do governo, levando à tona um projeto de modernização da sociedade brasileira através de um desenvolvimento nacional, sendo a integração da Amazônia à economia nacional uma das medidas direcionadas para atingir tal objetivo. O governo destinou uma atenção especial para a região da Amazônia e do Nordeste através de alguns programas como o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, o I Plano Nacional de Desenvolvimento,

o Metas e Bases e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Além disso, houve a criação de rodovias, e a redistribuição de terras desocupadas que visavam ocupar os espaços considerados vazios com o propósito de tornar a região economicamente viável. Logo após o golpe de 64, já se inicia a intervenção na Amazônia pela ditadura militar com a construção das rodovias Transamazônica e de outras grandes BRs na região Norte, na década de 70. Concomitante ao lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), que substituiria “a abordagem desenvolvimentista regional pela inter-regional” (SANTOS, 2013, 105), ou seja, o estado nacional brasileiro pretendia suprimir as oligarquias regionais e seus poderes a fim de formar um mercado nacional. Planos esses que seguiam a lógica do projeto geopolítico nacional, objetivando ordenar o território, através de sua ocupação rápida e combinada, incorporando o centro-oeste e a Amazônia, a fim de modernizar a economia. (SANTOS, 2013, 112) Ainda seguindo as diretrizes do PIN, através de políticas de colonização agrícola, o governo visava solucionar o problema fundiário do Nordeste na Amazônia, o oeste maranhense apresentava-se como área de emigração para o Centro-Oeste e para Amazônia, cabendo ao estado militar esforçar-se para manter a questão da terra circunscrita “ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito da propriedade” (MARTINS, 1985, 10). Aqui apresenta-se um projeto de modernização pautada em fortes investimentos estatais voltadas por uma pretensa integração do mercado nacional e suas leis.

O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um programa geopolítico criado pelo governo militar brasileiro, propondo a utilização de mão de obra nordestina liberada pelos problemas de concentração fundiária e na noção de vazios demográficos amazônicos. Em Roraima trata, essencialmente, da abertura de um trecho da estrada Perimetral Norte (1973-76) e de programas de colonização pública (1978-79) adotada a fim de diminuir focos de tensão social em outras regiões (OLIVEIRA, 1995, 93).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento foi promulgado 1971, no bojo do programa Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1974). Tinha como meta um crescimento econômico de 8% a 9% ao ano, inflação anual abaixo de 20% e um aumento de US\$ 100 milhões nas reservas cambiais, tudo isso alicerçado em financiamentos internacionais junto ao FMI. O principal objetivo do PND era preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transportes e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica. Para isso, articulava empresas estatais, bancos oficiais e outras instituições públicas na elaboração de políticas setoriais de financiamento e planejamento. Fizeram parte do plano grandes obras de infraestrutura, como a usina hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica. Visando a integração da Região Norte do Brasil com o resto do país, o governo realiza uma série de investimentos com o intuito de

ocupar e desenvolver a região. Para isso, o antigo Projeto RADAM fora retomado e uma zona especial de incentivo fiscal foi criada em Manaus, uma Zona Franca, um enclave industrial em meio a uma economia extrativista (BECKER, 2004, cap 1, paragrafo 8).

A crise da dívida externa foi expressão de uma produção, na América Latina, que não produzia e nem realizava mais-valia suficiente para pagar seus empréstimos junto aos bancos Americanos, uma sucessão de problemas econômicos eclodidos após a declaração de moratória da dívida externa pelo governo do México em 1982. Conseqüentemente ocorre a queda de renda, diminuição do emprego e aumento da inflação, momento em que a maioria das nações abandonou a política de substituição de importações e adotaram outras voltadas para a exportação, estratégia de fundo neoliberal encorajada pelo FMI. A taxa de crescimento real do PIB para a região foi de apenas 2,3 por cento entre 1980 e 1985, mas, em termos per capita, a América Latina experimentou um crescimento negativo de quase 9 por cento, expressão de capitais que não conseguem se remunerar. De 1982 a 1985 a América Latina pagaria empréstimos de 108 bilhões de dólares. O Brasil aproveita a enxurrada de crédito para realizar um grande plano de investimentos, o II PND, com finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. No entanto, a crença na continuidade das condições favoráveis e no aumento dos fluxos de comércio internacional deixou o país vulnerável. A elevação do serviço da dívida em decorrência do aumento da taxa de juros e a dificuldade na obtenção de divisas devido a diminuição das exportações levou a uma séria crise de liquidez. Ou seja, o Brasil emprestou dinheiro que, devido ao desenvolvimento do capitalismo mundial, não pode ser lucrativo.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado II PND, foi um plano econômico brasileiro, lançado no final de 1974, tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. O plano firmou-se politicamente graças ao capital financeiro internacional e às oligarquias tradicionais. Entretanto, apesar dos investimentos feitos, o II PND não obteve o êxito que pretendia e a dívida externa do Brasil aumentou consideravelmente. À época da crise do petróleo, o Brasil era altamente dependente do petróleo, principal componente da sua matriz energética. O consumo vinha crescendo a taxas altíssimas, sendo que cerca de 80% do petróleo consumido provinha de importações. Uma das diretrizes propostas pelo PND era a redução da dependência do petróleo árabe, através do investimento em pesquisa, prospecção, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e o investimento em fontes alternativas de energia, como o álcool e a energia nuclear. Em outra frente, o plano buscou dominar todo o ciclo produtivo industrial ao investir pesadamente na produção de insumos básicos e bens de capital. O sucesso do II PND dependia de grande volume de recursos e de financiamento de longo prazo. Grande parte destes financiamentos foi conseguida com os petrodólares americanos. Outra parte veio das linhas públicas de crédito, oferecidas pelo BNDES (antigo BNDE). Momento em que todo ciclo produtivo do petróleo

passa a ser detido pelo Brasil, contudo essa industrialização ocorreu a um preço alto, fazendo a dívida externa explodir, resultando na moratória, no final de 1982.

Os anos setenta, aparece também, como momento importante para a extração mineral no país, expressão de uma terceira revolução industrial que exige uma aparência de produtividade e inunda o mercado de capitais ociosos, vide os planos estatais já citados, também financiam projetos mineradores na periferia. O governo brasileiro, financiado pelos Estados Unidos, proporciona um aparato técnico para prospecção dos recursos naturais na Amazônia, o que daria suporte para diversos investimentos na ‘região’, o chamado Projeto RADAM. Operado entre 1970 e 1985 no âmbito do Ministério das Minas e Energia, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião. Colhendo imagens da superfície, sob a densa cobertura de nuvens e florestas. Realizando um amplo estudo integrado do meio físico e biótico das regiões, que inclui textos analíticos e mapas temáticos sobre geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais, que até hoje são utilizados como referência nas propostas de zoneamento na Amazônia brasileira.

Já o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) tinha como objetivo a implantação de polos agrícolas regionais que permitissem fixação populacional nas áreas de mineração e de interesse estratégico, formando zonas de integração, permitindo a concentração de capitais e o desenvolvimento da economia capitalista. Outro objetivo, em concomitância com os planos do PIN, era a redução da pressão pela reforma agrária no nordeste do Brasil, transferindo a mesma para o norte e o centro-oeste do Brasil, regiões consideradas com “elevada oferta de terras”. Para isso, as localidades inseridas no programa recebiam grande ofertas de crédito para fixação de projetos agropecuários e hortifrutigranjeiros.

Nesse contexto é que se encontram os projetos voltados ao chamado desenvolvimento da Amazônia, pautados em investimentos de capitais estrangeiros, em incentivos fiscais para empresas ali localizadas, em projetos de colonização e ocupação produtiva do território, na construção de rodovias e em empréstimos para essa almejada produtividade, que não se realizaria. Roraima se destacaria aos olhos do desenvolvimento com um importante produtor mineral, junto à pecuária e a rizicultura nos campos do rio Branco, atividades realizadas dentro de diversas terras indígenas.

1.3.3.2. Garimpo

Da mesma forma que em outras regiões mineradoras no Brasil, como Mato Grosso e Goiás, na região Norte também se encontra o desenvolvimento de núcleos de garimpagem, áreas de impulso

inicial à atividade e que passam a exercer um papel de ‘difusoras’ para as demais. Datadas da primeira metade do século XX, são elas o eixo goiano Araguaia-Tocantins, que estabelece uma ponte com o povoamento em Goiás; o oeste maranhense, área de origem de grande contingente de garimpeiros³⁹ que desbravavam as áreas diamantíferas e de quartzo em Mato Grosso, Goiás e de Marabá; e o vale do Tapajós e Rondônia (PÓVOA NETO, 1998, 268).

Nos anos trinta, com o fim do padrão ouro, a elevação de seu preço levou a uma política de reconhecimento dos garimpos e de estímulo ao aperfeiçoamento técnico da exploração, mesmo estando esse padrão muito longe dos do mercado. Nessa época a produção técnica e científica sobre os garimpos brasileiros intensifica-se; o recém-criado Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) enviou diversas missões de técnicos à área aurífera maranhense, registrando uma intensificação na garimpagem e propondo soluções para a melhoria das lavras e a aquisição de ouro pelo Banco do Brasil (1998, 271).

Seguindo as diretrizes do PIN, que visava solucionar o problema fundiário do Nordeste na Amazônia, o oeste maranhense apresentava-se como área de emigração para o Centro-Oeste e para Amazônia. Supomos, então, que a experiência e os costumes de garimpagem teriam sido um estímulo para “tentar a sorte”, ainda que na exploração de outro minério, em um locus distante. É importante ressaltar o papel desses migrantes na constituição de núcleos de garimpagem, pois isso ajuda a relativizar o papel, geralmente dado como determinante, da alta do ouro para o boom aurífero na Amazônia, que para nós, passa pela renda diferencial das minas ainda menos rentáveis.. Já nas décadas que seguem o pico do ouro dos anos trinta e quarenta, ocorre uma retração tanto dos preços, quanto da extração mineral, sendo nesse período constatado grande fluxo migratório para o sul da região norte, constituindo novas áreas de garimpagem, composta basicamente por trabalhadores vindos da fronteira maranhense e goiana. A mobilidade garimpeira aparece aqui como uma estratégia de sobrevivência, desde que garantida sua reprodução, o garimpeiro atravessa até mesmo conjunturas desfavoráveis à atividade.

Alguns autores relacionam a crise com a queda de produtividade da mineração (WANDERLEY, 2015, 8), porém, mesmo com a baixa produtividade, não ocorre a perda de importância do metal aurífero, muito pelo contrário, justamente essa diferença de desenvolvimento das forças produtivas é que torna o mercado de ouro viável. Assim, desde a descoberta pioneira de reserva de ouro no Rio Tapajós, mais especificamente no Rio das Tropas em 1958, o núcleo do Tapajós cresceu praticamente esquecido pelos governos e pelas empresas de mineração até o final dos anos setenta, atraindo uma

39 “que abandonavam a economia da borracha em crise no Sudeste do Pará e buscavam alternativas como a garimpagem de diamantes em Mato Grosso e Goiás (...) A exploração aurífera do Maranhão se caracterizava por ser feita principalmente junto aos inúmeros quilombos existentes na área de floresta.” (PÓVOA NETO, 1998, p. 268) Quilombos desarticulados por expedições militares em um momento e que ressurgem com o abandono da área pelos exploradores oficiais.

população em busca de alternativa ao extrativismo dos produtos da floresta e do látex. Durante duas décadas, a área mantém relações particulares entre terra, trabalho e capital, que inclui formas de troca e aviamento, com as cotações do ouro afetando periodicamente o aporte tecnológico e a expansão ou retração da atividade, que em baixa passa a dar lugar à agricultura de subsistência (1998, 273).

Nesse ínterim, a lavra permanece quase inteiramente manual até o final dos anos setenta⁴⁰, posteriormente as áreas de garimpagem tenderam a se estender por volta de 250.000 km², com mais de 150 corrutelas equipadas com pistas de pouso e tendo Itaituba⁴¹ como centro operacional e financeiro. Tamanha é a especificidade da formação desse grande núcleo de garimpagem que alguns autores chegam a denominá-lo de ‘modelo Tapajós’ (1998, 268) de garimpo, que viria ser estendido para diversas outras áreas da região Norte. Tal modelo caracterizar-se-ia por um determinado conjunto de elementos: a vasta extensão da área explorada; uso do avião para facilitar o problema do acesso; carência de mão de obra local, suprida basicamente pela migração de maranhenses, no caso de Roraima os próprios indígenas; a figura do ‘dono do garimpo’; a ilegalidade e a não interferência oficial; e a assimilação progressiva de técnicas mecanizadas. Modelo ainda em voga até hoje⁴² na região Norte, principalmente nas novas ‘fronteiras minerais’ que já adentram territórios de difícil acesso no noroeste de Roraima e nordeste do Amazonas, como no caso estudado na Terra Indígena Macuxi.

A ocupação da chamada fronteira amazônica, nessa época, apresenta a frente oriental (sudeste paraense e Tocantins), recebendo um fluxo itinerante pobre, com forte presença nordestina e a ocidental (Mato Grosso e Rondônia), acolhendo migrantes com características semelhantes e posteriormente passa a absorver migrantes sulistas oriundos de áreas de pequena propriedade. Enquanto a frente ocidental tem um maior direcionamento pelas políticas viárias e de colonização agrícola, a frente oriental representa um “transbordamento”⁴³ da fronteira maranhense que, “esgotada”, ao longo dos sessenta, passa a expulsar mais que absorver o fluxo de migrantes nordestinos⁴⁴ (1998, 278). Parte dessa força de trabalho volta-se à chamada ‘alternativa garimpeira’ que além de uma estratégia de sobrevivência para esses migrantes, também serve ao processo como forma de prospecção de futuras áreas de garimpagem, ou seja, para o capital os garimpeiros são os melhores geólogos⁴⁵.

40 Mesmo que “desde os anos sessenta os primeiros requerimentos formais de licenças para mineração e o uso pioneiro do avião na logística de apoio à atividade já indicassem um processo de concentração do capital” (1998, p. 273)

41 Itaituba é um município localizado no sudoeste paraense, às margens do rio Tapajós.

42 Ainda que a partir de 1984, a construção da rodovia 'Transgarimpeira', ramal da Cuiabá-Santarém (BR-163), tenha facilitado a penetração de empresas com outra forma de garimpagem.

43 Transbordamento esse devido à diversas questões com a terra, principalmente relacionadas à expropriação de terras para o grande capital.

44 Também esses mobilizados com a política de “integração nacional”, a partir do governo Médici, que tinha o objetivo de “levar os homens sem terra à terra sem homens”. Cabe notar a especificidades da ideia de espaço vazio que aparece em representação da amazônia, como se não existissem povos habitando lá há muitos tempo.

45 Sobre a proibição do DNPN, em 1970, em relação à garimpagem de cassiterita em Rondônia: “a partir das restrições baixadas à atividade, iniciou-se uma migração de garimpeiros rumo a outras áreas, auríferas ou de cassiterita. A

Sendo assim, evidente que muito são os "detonadores" da corrida à garimpagem que marca a década de 80, principalmente as condições materiais dos próprios garimpeiros, desclassificados sociais e, provavelmente, expropriados da terra por não conseguirem pagar suas dívidas, representando um capital que não consegue remunerar a si próprio. Como expressão da crise dos anos 70 e da modernização periférica endividada, a qual é forma para todas ex-colônias, esse contingente garimpeiro formado por colonos desestabilizados pela falta de condições para venda da sua produção, trabalhadores incapazes de encontrar trabalho nos grandes projetos agropecuários, de mineração ou de construção civil, posseiros expulsos pela concentração da terra e, por fim, indígenas em processo de aculturação, também são mobilizados por grandes projetos infraestruturais, de colonização, pesquisa ou prospecção, financiados pelo Estado, como a Perimetral Norte, o Calha Norte, o Projeto Radam⁴⁶ e os projetos de colonização realizados pelo INCRA, visando mobilizar trabalhadores expropriados no Nordeste para a região Norte. São essas algumas das bases que auxiliam a explicação da "explosão garimpeira" amazônica a partir dos anos setenta (BECKER, 1990, 21- 22). Para esse contingente de 'desocupados'⁴⁷ a adoção da garimpagem aparece como alternativa às outras formas de produção, marcado pelos vínculos precários com a terra ou com a propriedade formal da mesma e geralmente envolvidos com a ilegalidade da atividade. Vale considerar o paralelo entre as crises que afetam a pequena agricultura e a pequena propriedade amazônica, os movimentos em busca da garimpagem como atividade⁴⁸ - complementarmente ou como principal fonte de renda - e sua relação com projetos planejamento estatal.

garimpagem de ouro no vale do Tapajós, já conhecida através da propaganda "de boca", foi uma das opções. Mas jazidas de cassiterita em Roraima e Goiás foram também buscadas, fazendo da expulsão dos garimpeiros de Rondônia importante estímulo à disseminação da atividade pela Amazônia e para fora da região." (1998, p. 276)

46 Preparando o terreno para as primeiras demarcações de Terras Indígenas, que não são criadas por ato constitutivo, e sim reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988.

47 Em relação a tal força de trabalho, segundo pesquisa realizada pela Universidade de Minas Gerais, em 1984 (1991, p. 55), foram entrevistados 500 garimpeiros que trabalham em três regiões amazônicas diferentes (...) geralmente são originários do estado do Maranhão e estados nordestinos, com idades de quinze a trinta anos, analfabetos expropriados, provenientes de área rural que migraram à procura de trabalho, (...) Sua renda provém alternadamente do garimpo e da lavra da terra, (...) Quem consegue economizar compra gado, investe na agricultura ou tenta tornar-se garimpeiro representante do capital, ancorados nas infinitas histórias de bamburros milionários – estes ocultando os blefes comuns ao garimpo. A malária é uma constante em sua vida, como outras doenças pela insalubridade do trabalho. Os preços dos gêneros de primeira necessidade são exorbitantes em áreas de garimpo, o que mantém o garimpeiro em condições miseráveis, sendo a garimpagem uma das poucas fontes de ganho para o colono ou para o pobre da área urbana.

48 Por exemplo em Nova Xavantina, onde tratores e colheitadeiras foram desmontados e adaptados ao garimpo, atividade mais rentável na época (1998, 279)



Foto 2: Monumento do Garimpeiro : Boa Vista, RR - [19--]. Fonte IBGE

Até o último quartel dos anos setenta, a garimpagem na Amazônia era pouco perceptível, mas logo após terceira revolução industrial e um boom de capitais ociosos no mundo, com a queda do padrão ouro dólar e, concomitantemente, uma grande alta do ouro em 1979, a região Norte volta a ser foco das atenções com sua corrida à garimpagem; exemplo maior desse processo, o fascínio exercido por Serra Pelada em todo país, desencadeando o que alguns queiram denominam como “novo ciclo do ouro no Brasil” (MANDEL, 1988, 99).

“O início dessa ascensão pode ser temporariamente fixado com exatidão: a decisão tomada em 1971, pela administração Nixon, de suprimir a convertibilidade do dólar em ouro subverteu a natureza do mercado aurífero. Os Bancos Centrais cessaram a compra da produção corrente do metal a um preço ficado de antemão, tornando-se o ouro equivalente geral uma mercadoria para a qual, não importando a quantidade, automaticamente encontraria comprador no mercado,

Passou-se da situação de monopsônica a de monopólio. As leis da renda mineira se adaptaram. O valor do ouro foi então determinado pelas minas de ouro que exploram as jazidas menos rentáveis. Isso gerou uma alta do valor do ouro, pois, à medida que os preços (segundo o valor) subiam, minas menos rentáveis, fechadas, reabriram, determinando automaticamente uma elevação do valor do ouro.”(MAN DEL, 97)

Por fim, um relato acerca da mineração em Roraima, conseqüentemente dentro do dito território indígena. Para isso retomemos um memorial apresentado ao diretor do SPI, já em 1949, pelo inspetor da fazenda São Marcos, denunciando a exploração da força de trabalho indígena pelos garimpeiros,

“A exploração feita pelos garimpeiros aos nossos índios é um fato notório, essas criaturas no afan do minério sujeitam os índios, a trabalhos forçados, a troco de roupa de fazenda ordinária, obrigando o índio a trabalhar 30 dias para receber uma calça e uma camisa, duas caixas de fósforos e um pouco de fumo. Os garimpeiros menos escrupulosos, vão a maloca, levando cachaça e embriagam os índios adultos, para saciarem os seus instintos libidinosos; outros levam as indiazinhas para as suas barracas dentro do garimpo e delas fazem suas concubinas” (Memorial apresentado ao Exmo. Sr. Donatini Modesto Dias da Cruz, Diretor do SPI em 5/8/1949. Filme 406. Arquivo do museu do Índio. Rio de Janeiro, em VIEIRA, 2014, p.130)

Desde o início da garimpagem, no primeiro quartel do XX, os indígenas foram fortemente afetados, tendo alguns tornado-se garimpeiros. Ramo produtivo em Roraima que passa a ter importância nas contas estatais somente depois dos anos 70⁴⁹. Politicamente, ganha maior visibilidade quando essa busca, aos moldes dos tatus, atinge as terras Yanomami, no noroeste do estado, na segunda metade dos 80, aqui o ouro já era commodity. Após a demarcação da Terra Indígena Yanomami e a retirada dos garimpeiros, no início dos 90, o garimpo, embora em menor escala, muda-se para a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, dinâmica incentivada pelo governo do estado (SANTOS, 2013, 208)

1.3.3.3. Agropecuária

A criação do Território Federal de Roraima coloca a bacia do rio Branco definitivamente inserida na economia nacional, momento em que alguns ramos produtivos passam a se expandir em solo roraimense⁵⁰, trazendo consigo todos seus desdobramentos, como a concentração de terra, a formação da propriedade privada, o empoderamento das oligarquias, a formação de um mercado de trabalho e o desenvolvimento de uma tremenda desigualdade social.

Mesmo a colonização sendo baseada na pecuária desde sua ocupação pelos portugueses, a atividade ainda era praticada com técnicas rudimentares, com rentabilidade reduzida e sendo pouco

49 Vale lembrar que em “1979, o ministro de Minas e Energia César Cals estabeleceu que a produção do ouro deveria passar de 4,5 para 100 toneladas em 1985. Naquele ano, em razão da segunda crise do petróleo, o preço internacional do ouro havia novamente disparado, passando, (...) dos 65 dólares a onça troy em 1972, para 512 dólares em 1979” (SANTOS, 2013, p.198)

50 Sendo lucrativos ou não, financiados pelo estado ou não.

atraente para os investidores. Mas, ainda assim, sendo a frente de colonização avançaria para o norte do Território, adentrando em áreas habitadas pelos Ingaricó, Taurepang e Macuxi, em uma mescla de criação e garimpo. Expansão que traz consigo o estabelecimento de fazendas, gerando conflitos entre indígenas e posseiros que ali se instalavam (ARAÚJO, 2006).

Recorrente eram os pedidos dos fazendeiros ao estado no intuito de assistência para a atividade no primeiro quartel do século XX, esforço em colocar a criação de gado como um ramo produtivo rentável, mesmo que através de financiamentos, reafirmando a oligarquia local. Pedidos que visavam facilitar a expansão da produção, que é apropriação de terras indígenas e formação da propriedade privada, conseqüentemente, condição necessária para manter os lucros das fazendas, e possibilitar capital aos fazendeiros, que contariam com os braços dos novos migrantes que aportavam na região. São tentativas de manter a importância econômica da pecuária, que passa a ser decadente desde a queda da produção da borracha no baixo rio Branco, diante de uma nova onda produtiva, o garimpo, o qual passa a direcionar os investimentos outrora destinados à criação e tornar-se-ia subsidiário, somado aos crescentes surtos de zoonose que atingiram o rebanho dos campos do rio Branco⁵¹. Concorrência que se expressa na escultura erguida em homenagem aos garimpeiros na praça central de Boa Vista, local onde se situava o Palácio do Governo.

Os campos do rio Branco que historicamente alimentaram a produção da borracha agora não encontram mais mercado para seus produtos, já que o boom do garimpo só se daria depois dos 70. Por curto período de tempo, a borracha foi o produto mais rentável na amazônia, sendo o segundo mais vendido do país, só perdendo para o café. A região amazônica foi a única fornecedora de borracha para o mundo até 1912, por ser local de origem da *Hevea brasiliensis*. No entanto, no início dos 900, sementes já haviam sido exportadas para as colônias inglesas na Ásia e Oceania, que em dez anos já passariam a produzir. No processo de decadência, Sumatra, Bornéu e Malásia passam a produzir látex

51 “Para se ter uma idéia, em 1920 o rebanho foi estimado em 300.000 cabeças, duas décadas depois existiam menos de 120.000 reses” (CORDEIRO, 2012, A criação do território federal do rio Branco)

de melhor qualidade e em 1913 a produção asiática já superava a brasileiro em 47000 toneladas (DIAS, 2018, p.78)

No entanto, o rebanho bovino seguiria em crescimento e fornecendo o excedente do mercado interno de Roraima para o Amazonas, mesmo que em passos curtos, uma vez que os fazendeiros pecuaristas que investiam no garimpo, separavam parte de seus lucros para investir no aperfeiçoamento das técnicas de criação, principalmente em pastagens, contribuindo para uma concentração de terras, renda e capital. Segundo Nélvio, o gado exportado para Manaus entre 1960 e 1968 variava entre 5000 a 8000 cabeças. Com a criação da Zona Franca de Manaus⁵², esse número aumentaria para 10000 em 1969, chegando a 15000 e, 1971. No entanto, mesmo havendo um mercado seguro, o pouco extrativismo vegetal⁵³, o garimpo e as exportações para o rio Negro, além de incentivos financeiros do estado, a pecuária não deslancharia antes dos 80. (SANTOS, 2013, p.114)

Sendo somente nos 80 que a pecuária passariam por um desenvolvimento em suas forças produtivas, junto a uma corrida do ouro em Roraima. Novos proprietários vindos do sul, ou mesmo políticos e comerciantes regionais, capitalistas nos garimpos, tornam-se fazendeiros com uma perspectiva mais produtivista, a fim de tornar a atividade mais lucrativa introduziriam novas técnicas de cultivo de pastagens, cuidados com o rebanho, vacinações periódicas, melhoramento dos currais e aperfeiçoamento de raças.

Nesse ínterim, o estado promove políticas de desenvolvimento nacional, como a SPVEA, futura SUDAM, que teria como objetivo a ocupação do território e sua integração com o mercado nacional. O cultivo do arroz tem início na colonização do antigo território de Roraima em 1944, com a chegada de migrantes agricultores maranhenses, sendo ainda para subsistência. A exploração da cultura em escala comercial foi efetivada a partir de 1977, quando migrantes originários da região sul do Brasil iniciaram o cultivo mecanizado nas áreas de cerrado, com a utilização de insumos agrícolas no preparo do solo à

52 A Zona Franca de Manaus (ZFM) ou Polo Industrial de Manaus[1] (PIN) é um parque industrial brasileiro localizado na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Sua concepção foi dada com o decreto-lei número 3.173 de 6 de junho de 1957, que instituiu o Porto Livre de Manaus, e dez anos depois houve de fato sua criação pelo decreto-lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, substituindo a lei anterior, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. O Polo Industrial de Manaus é administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e abriga na atualidade cerca de 600 indústrias, especialmente concentradas nos setores de televisão, informática e motocicletas. Nos últimos anos, o polo recebeu um novo impulso com os incentivos fiscais para a implantação da tecnologia de televisão digital no Brasil. A ZFM compreende três pólos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 80, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. A indústria é considerada a base de sustentação da ZFM. O pólo Industrial de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O pólo agropecuário abriga projetos voltados à atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beleza, beneficiamento de madeira, entre outras. (WIKIPEDIA, ...)

53 Pequena exploração de borracha, castanha e balata, atividades que nas próximas décadas desapareceriam.

colheita. A produção do arroz em Roraima apresentou um crescimento significativo até 1981, mais pela expansão da área do que por aumento na produtividade.

Atividade que seria estimulada com o programa PROVÁRZEA, do Governo Federal, quando houve o incentivo do aproveitamento das várzeas existentes no Território de Roraima, visando a incorporação de novas áreas para a produção, com a expectativa adicional do aumento significativo da produtividade e melhor abastecimento do mercado interno com o arroz. A utilização dessas várzeas deu-se devido um forte desenvolvimento das forças produtivas, com o uso de sementes melhoradas com cultivares de arroz irrigado, adotando-se novas técnicas de mecanização e sistematização da área de cultivo, aproveitando a experiência dos agricultores provenientes do sul do Brasil com a cultura do arroz irrigado. Momento em que as várzeas dos principais rios ao norte de Roraima seriam ocupadas por fazendeiros, período de muitos conflitos com os indígenas no noroeste de Roraima, uma vez que a política oficial considerava ali um “vazio demográfico”, classificação errônea, que causaria expropriações dos indígenas em relação às suas terras.

Cabe ressaltar os anos 70 como um ponto de inflexão, momento em que os capitais ociosos dos centros ‘industrializados’ do Brasil e do mundo passam a se espalhar pelos rincões do território nacional, como planejamento estatal voltado ao desenvolvimento. A chegada de sulistas que passam a investir na produção em Roraima, seja ela do arroz, do garimpo ou da pecuária.

CAPÍTULO 2 - Crise, Questão indígena e modernização no Estado de Roraima

2.1. Características do moderno: crise e contratendência

O moderno nos impele a uma forma de consciência específica, pautada na racionalidade do irracional⁵⁴, ofuscando, como em Saramago⁵⁵, em uma neblina leitosa que engana o olhar ou como em Davi Kopenawa, alertando aos brancos que “devem retirar os óculos escuros que os cegam” (FALAS DO BRASIL). Espero que o presente texto possa nos indicar um caminho em meio ao ofuscante capitalismo, mesmo que tortuoso e equívoco, tento apresentar uma forma de ler a realidade que nos escapa.

Névoa que Marx chama do caráter fetichista da mercadoria e ao analisá-lo se refere a uma mesa tornada mercadoria, em referência a todas às outras mercadorias, diria que, a partir daí

“desenvolve de sua cabeça de madeira, cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa(...) O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos” (MARX, Capital I, 70, 71)

Os elementos sociais, como o preço e valor, por exemplo, aparecem como natural à materialidade do mundo, dispêndio de cérebro e músculos se torna, necessariamente, trabalho, que possui valor. Na consciência da classe capitalista, a base da lógica do fim em si mesmo⁵⁶ aparece, de imediato, como possibilidades de reduzir custos para manter (a taxa de) (o) lucro, se não aumentá-la, tudo isso em relação concorrencial uns com os outros, passando por um mercado global de mercadorias e quando concorrem entre si procuram vender abaixo do preço médio de produção, diminuindo seus custos, seja das máquinas, matérias-primas ou/e trabalhadores, ou concorrendo em

54 A “igualdade dos desiguais”, o terceiro termo de uma troca. Terno só pode ser trocado por linho e depois por bananas por existir uma abstração que a todos engloba, transforma os diferentes em iguais!

55 Em o Ensaio sobre a Cegueira, o autor nos apresenta “um caso estranhíssimo, um homem que perdeu totalmente a visão de um instante para outro, o exame não mostrou qualquer lesão perceptível nem indícios de mal formação de nascença, diz ele que vê tudo branco, uma espécie de brancura leitosa, espessa, que se lhe agarra aos olhos (...)”, no romance, uma sociedade, aparentemente moderna, em sua totalidade é acometida por um mal que os ofusca a visão, não permitindo que vissem o mundo ao seu redor, disso derivam relações extremas, uma luta pela sobrevivência em um mundo ‘cego’, analogia que nos serve não pela pontualidade do sintoma, mas pela qualidade da névoa cegante... o fetiche da mercadoria nos cega, o preço das mercadorias nos engana e coloca a desigualdade da igualdade como totalidade.

56 O objetivo da reprodução social passa a ser o mais dinheiro, D – D’ (Marx), esse é o fim em si mesmo. Podemos pensar em D – M – D’, que desdobrar-se-ia em D – D’.

mercados mais favoráveis, explorando mais o trabalhador, etc. Concorrência que gera uma taxa de lucro geral, derivando em uma equalização dos lucros e, ao mesmo tempo, a tentativa de criação de uma margem de lucro própria (produzindo mais barato, explorando um monopólio, desenvolvendo o maquinário, etc), prática que acontece na relação direta de competição dos capitalistas com seu setor e os demais setores. Já na consciência do trabalhador, expropriado de seus meios de produção e agora socializado como um homem livre, assim como na do capitalista⁵⁷, o fetiche esconde uma igualdade da desigualdade que está posta, foi e é imposta, desde as formas mais simples às mais complexas, desde crer que tudo se troca por tudo e existe uma abstração que perpassa todas as coisas, as tornando mercadorias, até se subsumir a um salário ou as mais diversas humilhações para socializar no mundo das mercadorias, mesmo que negativamente, na ausência delas. Assim, a consciência dos ‘sem trabalho’, característica categorial da periferia, passa pela fome, pela violência, pela negação do mundo da mercadoria, que ao mesmo tempo impõe, através do preço médio, um mundo socializado em seus termos.

Na suposta troca simples já existe o embrião lógico de um dos desdobramentos do valor, o terceiro termo imanente a troca, esse desdobrado em dinheiro, mesmo que apareça como o contrário disso. Com o uso do dinheiro, uma pessoa dá a mercadoria e recebe dinheiro, esse dinheiro pode ser usado mais tarde, pode ser usado em outro lugar, não necessariamente no aqui e agora, abrindo a possibilidade para que esse dinheiro não seja usado mais tarde para comprar, ou também que se compre sem dinheiro, na promessa de um dinheiro futuro⁵⁸. No entanto, na troca simples, essa suposta linearidade “põe uma desconexão de cada série em relação à outra que, então, nesta forma não simultânea, impede a comparabilidade, (...), de cada mercadoria como parte alíquota do trabalho social médio” (Alfredo, 49), assim a troca simples seria um momento de não realização de capital, que traz em si o embrião da unidade social, posta pelo preço médio! Neste caso, o trabalho médio, enquanto abstração social, não medeia as relações sociais. “A troca simples deve apresentar-se, entretanto, como ilusão da própria acumulação” (ALFREDO, 49), como possibilidade de um mundo sem crise, uma ilusão de razão para uma lógica social irracional⁵⁹. Formalmente o capital nos empurra para um aspecto que põe uma racionalidade ilusória, mas necessária, daquilo que precisar esconder, sua pressuposição ilógica, a troca de desiguais pela equivalência. Reprodução crítica, imanente à própria racionalidade,

57 A consciência do capitalista é exposta pois representa uma das personificações do capital importante para pensarmos a concorrência clássica, essa destinada aos trabalhadores quando o processo capitalista passa a criar um exército industrial de reserva, em decorrência de sua crise de valorização do valor.

58 Entesouramento e excedente de capitais, por um lado e pelo outro o a miséria e ao aumento dos empréstimos, e daí tudo que pode se derivar.

59 A troca põe a possibilidade da permuta de coisas totalmente diferentes, com abstrações quantitativas acerca da qualidade dessas mercadorias. “Ilusão de que a troca entre quantidades passa-se como equivalência entre qualidades. A ilusão da forma da troca se faz porque os distintos tempos de trabalho ao serem trocados como quantidades abstratas de trabalho, apresentam-se como que possíveis porque a qualidade da forma equivalente, posta numa dada proporção, define, ilusoriamente, um ponto de igualdade à forma relativa” (Alfredo, p 45)

que tem como necessidade uma forma de pensar que mistifique sua forma, o fetiche como sociabilidade.

Para alcançar seu fim, a forma social é composta de relações contraditórias, uma delas a contradição entre trabalho e capital, em que o desenvolvimento das forças produtivas expressa/põe a contradição de inclusão e exclusão do trabalho no processo produtivo, uma vez que a expansão do maquinário gera uma redução do trabalho assalariado, relativamente, mas se o trabalhador é a única fonte de produção de valor, e portanto de capital, demitir o trabalhador significa encurtar, diminuir a base sobre qual se acumula valor, ao diminuir os custos, o capital diminui a base pela qual ele pode explorar o trabalho alheio, chamada por Marx de mais valia. Por um lado o capital quer diminuir seus custos com os trabalhadores e desenvolver as forças produtivas em um mínimo que não afete seus lucros, mas sempre em relação ao mercado, ou seja, a concorrência irá obrigar-lhe a gastar mais dinheiro com as máquinas produtoras. Por outro lado, como o capitalismo/produção se dá post fetum, todo valor supostamente contido nas máquinas novas compradas pelo capital ainda não foram pagas, só serão com o decorrer do tempo, ou seja, o valor que é produzido não é suficiente para realizar o valor da maquinaria, representando partes cada vez maior no preço das mercadorias.

Assim, Marx vai atrás dos fenômenos dessa crise estrutural capitalista, uma vez que move a consciência dos sujeitos/sujeitados. Sua teoria sobre a crise tem três elementos fundamentais de análise: a concorrência presente no conceito de taxa de lucro do empresário sobre o capital próprio; a análise da reprodução do capital agregado e, por fim, a função do crédito no processo de acumulação. Para isso, esboça um capital em movimento junto de algumas de suas contradições, nos revelando que a crise é parte do processo de modernização, todo progresso só acontece enquanto crítico. Acerca da crise estruturante do capital, nos conta:

“Tomemos primeiro o salário do trabalhador. Este recebem então, certa quantia de dinheiro na qual, digamos, se encontram materializadas dez horas de trabalho, se trabalha 12 horas para o capitalista. Estes salários se convertem em meios de subsistência. Estes meios de subsistência são mercadorias. Suponhamos que o preço destas é igual ao seu valor. Mas no valor das ditas mercadorias existe uma parte componente que cobre o valor das matérias-primas que contém e os meios de produção utilizados nelas. Mas toda as partes componentes do valor destas mercadorias, tomadas juntas, contém, como nos salários invertidos pelo trabalhador, só 10 horas de trabalho. Suponhamos que dois terços do valor destas mercadorias consistem no valor do capital constante que contem, e por outro lado, um terço, no trabalho que por último converte o produto em um artigo terminado, para o consumo. De tal maneira, o trabalhador, com suas 10 horas de trabalho vivo. Se não houvesse capital constante nos meios de subsistência, as mercadorias que compra, a matéria prima que há neles nada havia custado, e não teria faltado nenhum instrumento de trabalho para fabricá-las. Neste caso existem duas possibilidades: ou as mercadorias, como antes, contém 10 horas de trabalho, e então o

trabalhador repõe 10 horas de trabalho vivo com 10 horas de trabalho vivo. Ou bem a mesma quantidade de valores de uso em que se convertem seus salários, e que necessitava para a reprodução de sua força de trabalho custam só $3 \frac{1}{3}$ (3,333...) horas de trabalho. (...)

Suponhamos que a mercadoria é lenço: 12 jardas (o preço real não é importante) = 36 chelins (...). Disto, digamos que $\frac{1}{3}$ é trabalho agregado, dois terços matéria-prima (fiado) e desgaste da maquinaria. Ponhamos que o tempo de trabalho necessário = 10 horas; por tanto, o sobretrabalho = 2. Suponhamos que uma hora de trabalho, expressada em dinheiro = 1 chelín. Neste caso as doze horas de trabalho = 12 chelins, os salários = 10 chelins, o lucro = 2 chelins. Admitamos que o trabalhador e o capitalista inverteram o total de seus salários e lucro, é dizer, 12 chelins (o valor total que se agregou a matéria-prima e a maquinaria, a quantidade total de novo tempo de trabalho materializado na transformação do fiado em lenço), no lenço mesmo como artigo de consumo. (E é possível que posteriormente se inverta mais um dia de trabalho em seu próprio produto). Uma jarda de lenço custa 3 chelins (12 jardas = 36 chelins, 1 jarda = 3 chelins). Com os 12 chelins, o trabalhador e o capitalista juntos – somando salários e lucro - só podem comprar 4 jardas de lenço. Estas 4 jardas contém 12 horas de trabalho, das quais, somente 4 são novo trabalho agregado, tanto que 8 representam o trabalho realizado no capital constante. Com as 12 horas de trabalho, os salários e o lucro juntos compram apenas um $\frac{1}{3}$ do produto total, por que dois terços deste estão compostos por capital constante. As doze horas de trabalho são divididas em 4 | 8, das quais 4 se repõe a si mesmas, enquanto 8 repõe o trabalho que participou no processo de fabricação do tecido, como fiado e maquinaria.(grifo nosso)” (MARX, teorias da mais valia, pg 93, 94, 95)

Crise, essa, que é forma de ser do moderno, uma vez que a mercadoria só é paga quando é vendida no mercado e o maquinário necessário para produzir em concorrência global deve ser pago adiantado! Ou seja, a produção precisa da dívida para acontecer, essas que só podem ser feitas com formas de trabalho como garantia, daí o potencial expansivo do capital. Não por uma falta de mercados, mas por uma necessidade de maiores produções de mais valia, mesmo que seu aumento bruto só possa vir com sua redução relativa. O aumento exorbitante da composição orgânica do capital mundial (relação entre capital constante e capital variável), ao mesmo tempo que o capital precisa de pessoas trabalhando para sustentar sua substancialidade, o valor medido pela quantidade de trabalho, expulsa trabalhadores de suas produções, cortando custos do capital variável. Maquinário enorme que se torna depreciado rapidamente, seja pelo desenvolvimento de máquina mais produtivas pela concorrência ou pela falta de remuneração do capital investido, momento em que toneladas de máquinas estão ociosas, e assim seguirão até se tornarem outra máquina ou terra. Nessa racionalidade, o capital, após alguns ciclos, passa a não se remunerar. Devido a isso, desenvolve estratégias para manter seus lucros, são elas desde monopólios até achatamento dos salários, cortes nas folhas de ponto até políticas keynesianistas, a criação das terras indígenas, surgimento de ramos produtivos com menor composição orgânica do capital, etc...

Ao tentar elaborar uma fundamentação lógica e matemática sobre a tendência à crise e ao colapso, Grossmann desenvolve uma teoria da crise apoiada no esquema aritmético de Bauer⁶⁰, com suas críticas ao que chama de um exemplo construído por fora. Refletindo à crise, elabora uma teoria baseada na acumulação apoiada na lei do valor, sendo essa acumulação sustentada no desenvolvimento crescente da composição orgânica do capital, sendo uma acumulação acelerada. O autor questiona o capitalismo poder se desenvolver sem obstáculos, assim não existiriam elementos subjetivos para o seu fim, que para ele seria o socialismo. Os resultados obtidos por Bauer seriam insuficientes, em decorrer do curto período de tempo utilizado pelo seu autor. Assim, vai além dos pressupostos de Bauer, mostrando que, em determinado momento, a acumulação não poderá crescer suficientemente rápido para absorver o crescimento populacional da força de trabalho, já que o montante da mais valia absorvido pelo capital constante é tal que não há mais valia suficiente para absorver a força de trabalho disponível. Depois de certo ponto a mais-valia não é capaz de sustentar o equilíbrio capital constante e capital variável.

Como exemplo, toma uma população que cresce 5% anualmente, a mais-valia, de 100%, cresce proporcionalmente, 5% ao ano. Essa mais-valia tem que cobrir os custos do crescimento de 5% do capital variável e de 10% do capital constante, este

“capital cada vez mais expandido tem que ser valorizado por uma população que, mesmo que cresça em termos absolutos, sempre aumenta menos que o capital, por isso a base de valorização se torna cada vez menor em termos relativos até chegar a um ponto em que fracassa enquanto tal”(GROSSMANN, 1973)

Sobre essa relação entre mais-valia relativa e absoluta, Alfredo nos elucida:

“A distinção entre massa de lucro e taxa de lucro (o mesmo para a mais-valia) permite a compreensão de que o crescimento da primeira coincide necessariamente com a redução da segunda, isto é, na busca de compensar a redução desta última, faz-se necessário o desenvolvimento da reprodução expansiva do capital. O sentido do capital – produção e realização do valor – se expressa por uma valorização cuja forma mediática é a de reduzir os custos que seu fundamento – o trabalho abstrato – representa na valorização. Assim, valorizar é o limite contradizente da capacidade de valorizar que, vistos de forma sucessiva, limite e capacidade de valorizar não explicitam a contradição que rege o

60 Demonstrando que o capitalismo criaria seu próprio mercado interno, Bauer propõe o mesmo esquema de Marx, com algumas características modificadas: o capital constante cresce a 10% ao ano; o capital variável cresce a 5% ao ano; o crescimento populacional é de 5% ao ano; a taxa de mais-valia permanece constante em 100%. Parâmetros acompanhados de uma composição orgânica do capital crescente ao longo do tempo, mesmo sendo o período de tempo experimentado de apenas quatro anos. Momento de inflexão para Grossmann, que passa a analisar tal modelo em um tempo maior, concluindo que a primeira fase de acumulação de capital passa após algumas rotações do capital, tornando-se deficitário por volta das 30 rotações.

processo interno da auto-diferenciação do conceito a colocar o capital como o limite do capital. Não observar isto torna coerente a irrazão que deveria ser explicitada como tal. A ausência de compreender esta determinação do capital para com ele mesmo, na análise sobre a modernização, é condição, aliás, de toda economia política, cujo desenvolvimentismo é sua expressão” (Alfredo, p 41)

Ainda sobre o esquema de Bauer, no terceiro ano a mais-valia para o capital variável é de 5 000, mas precisaria ser de 5 250 para manter o crescimento em 5%. “A mais-valia cresceu de 100 000 a 105 000, no entanto os gastos que devem ser cobertos pela mais-valia ascenderam de 125 000 para 127 250” (GROSSMANN, 1973), isso já no terceiro ano. Antes se investia 25% da mais-valia na acumulação de capital, no terceiro ano já é necessário 26,25% da mais-valia. Assim, a reserva de mais-valia se esgota cada vez mais e o capital só pode ser valorizado com uma taxa de crescimento desfavorável.

“A massa de mais-valia é parecida com um recipiente de água que enquanto por um lado recebe a afluência de água de uns 5% durante um certo período, por outro, a sua vez perde ao mesmo tempo uma maior quantidade”, os 10% do capital constante. Situação que tende ao esgotamento, mais cedo ou mais tarde...” (GROSSMANN,1973)

Em um caso em que o capital variável cresce mais do que o capital constante, os salários tenderiam a subir, pois o custo de reprodução do trabalhador ficaria alto. Assim a mais-valia extraída não seria suficiente. Existe um limite de exploração da mais-valia absoluta e o capitalismo precisa da mais-valia relativa para se desenvolver. Já que os que exploram mais-valia absoluta não conseguiriam competir com os exploradores de mais-valia relativa! Assim, o colapso seria a consequência das próprias premissas de Bauer, que Grossmann conserva e reproduz nos seus esquemas. A partir daí, o consumo capitalista teria que dar lugar, progressivamente, às necessidades de aumento de capital, de modo que a produção de mais-valia consumida pelos capitalistas cai de 70,9% no quinto ano para 0,45% no 34º ano, sendo que a partir do 21º ano a massa de mais valia consumida pelos capitalistas começa a se reduzir em termos absolutos. No 35º ano, os capitalistas não disporiam de mais-valia para o seu consumo. A parti daí que a acumulação capitalista perderia seu sentido para os capitalistas. Ou seja, o consumo capitalista é uma condição essencial da produção do próprio capital. Para Grossmann, esse ano seria o momento do colapso, do qual se desdobrariam uma série de crises econômicas.

Desse esquema percebemos uma tendência ao colapso, no entanto, em um primeiro momento a fase de ascensão do capitalismo esconde a criticidade do processo, pois melhora, temporariamente, as condições de vida da classe trabalhadora, isso em uma realidade de capitalismo central, “pra periferia, pânico, pólvora, pá, pá, pá (...)”(GOG, Brasil com P). Ou seja, existem momentos do capitalismo, que

em uma fase tardia de sua acumulação tende a rebaixar os salários reais. As contratendências podem frear este processo, mas não aboli-lo. Para Grossmann, almejanste da revolução, a redução dos salários seria um dos limites incontornáveis do capital, pois os baixos salários levariam os trabalhadores a se rebelarem.

A crise viria de uma sobreacumulação, se o capital constante continua aumentando, então a massa absoluta de mais-valia não pode ser aumentada. Assim a redução dos salários só pode se dar em um determinado limite, incontornável! Depois de um crescimento “normal”, para o autor, viria um momento em que capital constante (maquinaria) e capital variável (matérias-primas, salários...) dispostos para posterior acumulação, se descolam do processo de produção, passam a ser financiados pelos créditos. Absoluta sobreprodução, momento de crescimento dos estoques. Com isso dá-se uma queda na taxa de juros, então o capital financeiro acumulado não encontrando investimentos rentáveis na esfera da produção, passa para a bolsa de valores, tentando pescar rendimento no meio do turbilhão, até que regresse a rentabilidade no setor produtivo. Atualmente, essa rentabilidade já não existe há muito tempo, tornaram-se puras especulações, são, esses, alguns elementos para pensarmos sobre a hegemonia das especulações nas bolsas de valores em tempos de crise. O funcionamento da bolsa de valores está diretamente ligado às taxas de juros do mercado de dinheiro. Segundo as análises, a taxa de juros desce até certo ponto, na fase de ascensão, que passa a crescer paulatinamente.

“O juros sobre os empréstimos que cresce gradualmente até o final da fase de acumulação (da expansão) se expressa no curso descendente dos títulos estatais”, nas crises agudas abaixam os preços dos títulos e sobem as taxas de juros” (GROSSMANN, 1973)

Com essa queda na cotação desses títulos, os especuladores os compram massivamente. Vimos que em algum momento o capital passa a não ter mais oportunidades de inversão, é aí que ele se volta à bolsa de valores. No entanto, os investimentos na bolsa geram lucros como outros investimentos, mas não gera “valor e nem mais-valia”. Após uma primeira ascensão nos juros, eles passam a cair gradualmente, assim a cotação desses títulos volta a aumentar. Ou seja, a depreciação destes títulos em um momento de crise é um “poderoso meio para centralizar o patrimônio financeiro”, já que os magnatas do capital podem comprá-los a preços irrisórios, para eles, é claro. Assim o capital financeiro é centralizado e rende pois age de uma forma um pouco “independente” do mercado, passam a valer mais com a queda da taxa de juros, conseqüente da queda da taxa de lucro. “O ganhar ou perder na bolsa é resultado de um jogo que tem o trabalho como maneira originária de adquirir a propriedade do capital, e que substitui assim mesmo a violência direta”. (GROSSMANN, 1973)

Partindo da esfera da produção, procuro expor algumas formas imanente da acumulação, como a necessidade de um desenvolvimento cíclico e o fato de que esses ciclos se propagam da produção para a circulação, como o mercado de dinheiro e de bolsa de valores. E como essa acumulação se esgota paulatinamente até se tornar colapso.

“Expressada de uma maneira totalmente geral, a contradição consiste em que o modo capitalista de produção implica uma tendência de desenvolvimento absoluto das forças produtivas, prescindindo do valor e da mais-valia aprisionado nele (...) enquanto que, por outro lado, tem como finalidade a conservação do valor do capital existente e sua valorização na medida extrema”, (GROSSMANN, 1973)

Por um lado ele tem que desenvolver o máximo que pode para poder concorrer, mas, por outro lado, ao investir não consegue realizar sua mais-valia, eis a contradição. Assim, colapsaria porque o colapso se produz

“como consequência da acumulação de capital sobre a base de uma composição orgânica do capital sempre crescente, pelo fato de que c cresce mais rápido do que v , com isso a questão de como é realizada a mais-valia, se em área capitalista ou em área não capitalista é indiferente para a necessidade do colapso”. (GROSSMANN, 1973)

Só sendo importante a magnitude da mais-valia. Ou seja, não entra em colapso porque ninguém compra, mas entra em colapso por não ter quase nada de trabalho que substancialize essas mercadorias, não se produz mais valia suficiente para pagar a produção, isso aparece com a não venda dos produtos, para zonas capitalistas e para as ditas não capitalistas. Devemos ter em mente o caráter abstrato e provisório de lei da acumulação e do colapso de Marx, essa lei muda de acordo com algumas circunstâncias, que seriam as contratendências. Assim, se o processo de acumulação estivesse pronto, se gestaria o colapso capitalista, mas operam contratendências com efeito descentralizador, que espraíam essa crise para todo o mundo.

Se analisamos os últimos dois séculos do capitalismo, nota-se uma gigantesca expulsão da força de trabalho e uma crescente acumulação de capital, junta à sua cada vez mais alta composição orgânica do capital. Agora a questão não é se o capitalismo se colapsará, mas sim o porquê dele não ter colapsado até agora? Marx se dedicou a isso, são válidas as afirmações sobre a queda tendencial da taxa de lucro e a tendência histórica da acumulação capitalista, esses que estão em estreita conexão. Porém existem as contratendências, essas que atrasam a tendência ao colapso. Mesmo existindo causas

que derrubam a taxa de lucro, ocorrem ações contrárias que inibem sua queda, retardando o colapso. Assim a lei aparece somente como tendência!

Grossmann associa à tendência ao colapso a uma enfermidade de um organismo, que conduziria a uma dupla saída, ou o sistema se colapsa e o sistema econômico se extingue, ou “se adotam medidas curativas”, a enfermidade é curada e se inicia um processo de saneamento, as contratendências. Daí se pergunta como poderiam ser superadas as crises; entrariam em jogo os processos psíquicos dos próprios capitalistas, empreendedores, o estímulo da empresa, o desejo pelo lucro, etc. Tudo isso aparece nos produtores industriais, nos comerciantes, nos banqueiros, que se apoiam mutuamente e seguem a exploração. Se sentindo confiantes se querem empreender algo.

No entanto, as crises

“são superadas sem que o subconsumo das massas tenha desaparecido, sem que a divisão do trabalho tenha diminuído e inclusive com uma maior divisão do trabalho, sem que as deficiências existentes em um sistema bancário e nos de informações sejam realmente melhorados”.(GROSSMANN, 1973)

Dessa forma os capitalistas tentam retomar sua rentabilidade mesmo que os trabalhadores passem a ter sua reprodução cada vez mais afetada. Ainda que reine a miséria na vida dos seres humanos, se o capital conseguir manter sua rentabilidade é o que, de fato, importa. Desdobra-se que a cada crise, cada contratendência em movimento, aumenta a exploração, subsunção, expropriação, humilhação da classe trabalhadora perante o capital.

Segundo os pressupostos expostos até agora, de que a crise é uma tendência ao colapso, se produz com uma insuficiente valorização, ficando claro que a crise só pode ser superada com o reestabelecimento da valorização do capital. Por isso não pode ser resolvida de forma espontânea, somente com medida organizativas, sendo superada com uma reorganização estrutural da economia. Em algum momento, essa reorganização estrutural da economia inclui as terras indígenas, seja para o mercado de matérias-primas, seja para o de filantropia, seja para o de preservação ambiental.

As guerras imperialistas, a grave crise das relações internacionais entre as nações capitalistas, a ofensiva da extrema direita neofascista que cresce em várias nações do mundo ocidental, inclusive no Brasil, expressam a crise estrutural do sistema do capital como um todo, estamos diante de um novo modo em que o capital está passando a operar para, não só expropriar e confiscar as possibilidades de realização do ser social que trabalha, mas também de manter o controle e a dominação sobre todos que produzem e geram riquezas.

2.2. Periferia, Terceira revolução industrial, crise e modernização da Amazônia.

Após essa breve apresentação sobre o que poderia ser a forma crítica do capital, passemos a pensar a particularidade do Brasil no capitalismo mundial, esse último que impõe uma divisão social do trabalho e exporta seus custos às periferias, formadas enquanto negatividade em processo, uma vez que a acumulação interna de capital não se fez a ponto de gerar um mercado interno, uma burguesia nacional e um mercado de trabalhadores urbanos, estando a produção nacional voltada à agricultura e o mercado interno às importações⁶¹. Caio Prado Jr teve muito êxito ao definir o sentido da colonização como o fornecimento de mercadorias tropicais para as metrópoles⁶² (CAIO PRADO JR, 2000), mesmo que tratando de outro período da história brasileira, o papel da periferia não parece ter mudado significativamente de forma com o passar dos séculos, a não ser que a forma de transferência de tais mercadorias, hoje um pouco mais diversas, passa por grandes dívidas. Enquanto expressão de uma negatividade em processo, o momento de expansão aparentemente positiva do capitalismo, como nos apresentou Grossmann, não acontece na periferia, que se moderniza enquanto negação das categorias que formam o capitalismo central, assim a sociabilidade é posta pelo preço médio e as categorias se formam em sua negatividade, como a própria nação e o trabalho. Alfredo nos auxilia nessa compreensão acerca da negatividade categorial periférica,

“A unidade da forma valor centro-periférica fez da periferia a negatividade categorial como forma de ser das categorias que se formam no centro da reprodução capitalista e negativamente na periferia, necessariamente. Esta negatividade, portanto, se põe como o não ser categorial necessário para a sua realização nas realidades centrais” (Alfredo, p26)

A escravização de modo geral e comercialização de humanos para as colônias pode ser exemplo dessa negatividade categorial. Na colônia, por um lado, o trabalho social médio era imposto através dos preços das mercadorias mundiais, mas, por outro, a categoria trabalho não estava ainda formada, sendo solo propício para um mercado de pessoas sendo vendidas, tratadas como propriedade e toda violência que daí se desdobra, condição para produção dessas mercadorias “tropicais”.

61 Sobre a identidade negativa da periferia, Alfredo afirma que a “sociedade brasileira industrializou-se, porém, sem colocar como possível os nexos necessários para a formação de um capital internamente social”. (ALFREDO, p 143)

62 “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (...) Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (...) Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa (...)” (PRADO JR, pg 19 e 20)

Alencastro, em seu “Trato dos viventes” revela o quanto o comércio de escravizados gerava dívidas nos produtores de cana brasileiros, que deviam fortunas para a coroa, essa que devia a bancos ingleses, supondo, então, que a comercialização de pessoas seria mais lucrativo do que a produção de cana e seus derivados⁶³. No momento da virada crítica do capital, sua guinada para ciclos cada vez mais improdutivos, principalmente na negatividade periférica, ele passa a expulsar trabalhadores criando um exército industrial de reserva, que dentre outras coisas ajudaria no rebaixamento dos salários e na piora das condições de trabalho. Com um exército industrial de reserva superpopuloso, os desempregados tornam-se, paulatinamente, descartáveis para a produção, vivendo apenas com a negação da positividade material, são os milhares de desempregados, os que passam fome, vivem do lixo, etc. Tudo se ressalta quando se trata de um país com histórico escravagista e excludente há séculos Assim, o mercado coloca o preço médio mundial, mas as condições de vida pouco garantem a própria sobrevivência material, ou seja, o trabalhador ao realizar a mais-valia mundial, aperta o cinto e come um pouco menos a cada dia. Esse tem sido o papel da periferia na lógica global da mercadoria.

“A periferia brasileira, portanto, é momento negativo da verdade categorial do capitalismo mundial(...) Se a década de 30 se põe como momento de industrialização nacional, ainda que demandada pela crise mundial e por um fechamento involuntário das fronteiras comerciais, o período que daqui até segunda metade dos anos 40 decorre não foi capaz de uma acumulação que repusesse o trabalho como seu próprio resultado. Não somente por uma ausência de tempo – porque a participação da economia mundial nos anos 50 foi determinante no modo de revolucionar as formas de trabalho no interior da economia brasileira – mas porque a simultaneidade já observada, fez da agricultura um momento integrante da acumulação que expressou os sentidos invertidos da industrialização. (...) Não é de menor importância que o momento de aprofundamento daquilo que se considerava como industrialização do nacional seja permeado pelos cartazes de Getúlio Vargas com o dedo em riste indicando, nos vagões da Sorocabana, o Oeste como a área agrícola a ser povoada, contraditoriamente para industrialização” (Alfredo p 27, 29 e 30),

Ocorre uma diferença de desenvolvimento das forças produtivas da agricultura em relação à grande indústria⁶⁴, o que nos coloca uma luz sobre o papel da periferia na divisão internacional do trabalho, lugar em que é explorada, pelo preço médio, por possuir uma composição orgânica do capital

63 “Por causa da lenta rotatividade do capital investido, dos azares da cultura da cana, do vaivém dos preços, o endividamento dos proprietários se apresentava como uma das constantes do escravismo. Mais ainda: a venda de africanos a crédito – de preferência em troca de açúcar pré-fabricado – constituía prática corrente na Colônia” (ALENCASTRO, 2000, p 215).

64 Marx ao analisar a produção, concluí que as produções com maior desenvolvimento das forças produtivas conseguem atingir lucros maiores no mercado, assim aconteceria uma extração de valor (e mais-valia) dos menos desenvolvidos tecnicamente para os mais desenvolvidos.

menor do que os países centrais capitalistas. A industrialização brasileira tem sido baseada em uma produção agrícola

“Na condição antitética do trabalho, figurou-se tal desenvolvimento como forma capaz, ilusória, de afirmar um ethos do trabalho no molde pretensamente europeu industrial, numa realidade em que o próprio trabalho se punha em sua forma negativa. Se aos jesuítas coube um trabalho sem ethos, a década de 50 figurou um ethos sem trabalho, ou melhor, obscurecendo a crise do trabalho com sua própria condição. Não foi um convencimento para o trabalho, mas de trabalho, porque este se punha na negativamente numa realidade produtiva(...) Todavia socializou-se pela posição de indivíduos subsumidos pela forma monetária de realização social, cujo sentido primordial foi a subsunção a um mundo do trabalho em sua face como não trabalho” (Alfredo 31) (grifo nosso)

Assim, socializa os indivíduos pela forma monetária, mesmo que esses não tenham quase acesso a essa célula de sociabilidade, tudo passa a ser pautado pelo trabalho em um mundo sem trabalho para todos, aparentemente temos uma simulação do trabalho, uma aparência de produtividade.

“Se os níveis de produtividade atingem a sua condição crítica de expropriação de mais valia relativa - lembremos que a mesma é uma das categorias das mais críticas do capital, porque sua extensão absoluta é, ao mesmo tempo, sua redução relativa, compensada somente no plano da extensão da massa de investimentos necessários que, simultaneamente, leva a uma redução ainda maior – isto põe como impossibilidade que a formação do capital seja compensatória daquilo que os níveis de produtividade das forças produtivas de tais capitais externos têm necessidade de sua remuneração” (ALFREDO, 2013, 106 e 107)

A formação da periferia é expressão dessa crise de acumulação e não elemento de uma acumulação que se amplia, assim uma corrida de todos contra todos está posta e na linha de chegada estariam as migalhas do capital, restantes para a periferia! Aqui a aparência de produtividade faz sentido.

“Para Marx a forma contraditória do capital se dá não a partir de uma crise de acumulação, mas especialmente, realizando a acumulação como restrição de seu próprio repor-se, contradição, que retira toda temporalidade do processo” (ALFREDO, 2013, 140)

2.2.1. A década de 70 e a Terceira Revolução industrial

Os 70 ensejam uma mudança estrutural nas formas de produção capitalista mundial e um aprofundamento dessa negatividade periférica, a extração de mais-valia não pode mais bancar a produtividade social do trabalho, os mercados financeiros são alavancados enquanto os países tornam-se mais deficitários e endividados. A recessão capitalista de 74/75 gera alguns desdobramentos importantes, como por exemplo, a mudança na balança comercial dos Estados Unidos, que durante os anos 50 foi superavitária, a partir da década seguinte o país passou a apresentar sucessivos saldos negativos em seu balanço de pagamentos, alterando assim a sua posição que passou a ser deficitária. Ao tentar garantir o lucro aos capitalistas em um cenário de queda tendencial da taxa de lucro, o estado estado-unidense infla sua massa monetária, o que não sustenta a posição do dólar na medida em que uma oferta abundante da moeda inundou os mercados, que desvalorizado aumentaria as exportações americanas. A crise do sistema de regulação financeira e monetária sob a égide do Bretton Woods⁶⁵ somada à inundação de petrodólares nos mercados, estimula o surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapam ao controle dos Bancos Centrais nacionais. Por um lado os bancos buscam novos campos de empréstimo para os “abundantes capitais-dinheiro” que enchem seus cofres, capital ocioso. Por outro, as multinacionais procuram vender seus produtos para os países que receberam esses créditos.

A crise de produção de valor também é expressa em uma subutilização da capacidade produtiva, uma grande concentração de capitais ociosos, desemprego em massa e capitais sobreacumulados que não conseguem se remunerar⁶⁶, que tem no primeiro choque do petróleo uma aparência motriz, ampliaram as bases da oferta de crédito internacional (aumentaram a expectativa de riscos eminentes), seja através da injeção de massa monetária pelos Estados, seja por reciclagem de petrodólares⁶⁷ ou por valorização cambial. Grosso modo, a euforia do endividamento externo que se sustentava pelo ímpeto industrializante de países periféricos, como o Brasil, já era sintoma do esgotamento de extração de valor e de outras contradições estruturantes intrínsecas ao modo capitalista de produção. Nesse sentido, a década de 70 é marcada pelo declínio do keynesianismo, que sustentara o crescimento da “era de ouro do capitalismo”, movida por elevados de investimentos privados, gasto público, alta produtividade do trabalho e salários, numa situação de pleno emprego, que vão sendo minadas, seja pela inflação, pelo desemprego, pela concorrência.

65 A queda do sistema Bretton-Woods, fim da paridade ouro dólar e do sistema de câmbio flutuante causam perturbações no sistema financeiro. Os países centrais abaixariam o valor de suas moedas a fim de exportar mais mercadorias, concorrendo entre si.

66 “A sobreacumulação de capital se põe como forma de desvalorização, isto é, equivale a uma incapacidade de se remunerar segundo os níveis de sua própria acumulação, tornando-se, antagonicamente, capital ocioso” (ALFREDO, 2013, p. 139)

67 Que inundam os cofres estadunidenses e europeus após a forte alta do barril de petróleo por parte da OPEP. Os produtores dessa última encontram-se cheios de dólares oriundos do petróleo!

Crise posta pela contradição entre capital e trabalho, que por investir em capital constante, a fim de poder concorrer no mercado, cada vez maiores fatias da mais-valia extraída do trabalhador são necessárias para a manutenção da produção⁶⁸. Para resolver seu problema de remuneração, o desenvolvimento das forças produtivas realiza alguns saltos, como a massificação do circuito integrado e a maquinização/industrialização da produção agrícola, o que aumenta a produtividade do trabalho por um lado, mas por outro, reduz a massa de mais-valia extraída na produção, levando a um aumento na produção e redução do quanto de mais-valia se realiza em cada mercadoria vendida.

Em 1974 e 1975, a economia capitalista global viveria sua primeira recessão generalizada desde II Guerra Mundial, devido à existência de estruturas que a possibilitariam. Após um período longo de expansão, os elementos impulsionadores iriam se exaurir rapidamente, promovendo uma concorrência interimperialista acentuada e que as políticas keynesianistas acentuaria a inflação mundial e a derrocada das moedas nacionais. Ambas somadas apareceriam nas crises mais generalizadas. Foi a recessão mais grave, por ser geral, o desenvolvimento e expansão capitalista dos 48 aos 68, expressos em um descompasso dos ciclos industriais dos países teria reduzido a amplitude dessa recessão. Todos países que tiveram uma produção e demanda, nesse ínterim, compensavam suas balanças com exportações para países que não estavam em crise. A partir dos 74/75, essa crise foi generalizada, não havendo países capazes de pagar pela superprodução mundial.

Exemplo disso seria a Alemanha ocidental, que em 74 já havia apresentado uma diminuição do seu Produto Nacional Bruto, PNB, mas manteve suas exportações em expansão. No entanto, em 75 as exportações passam a cair, reflexo de uma recessão internacional da economia capitalista. Sincronização crítica que não seria mero produto do acaso, mas resultado de transformações econômicas profundas na forma de reprodução da forma social, expressão de uma crise radical da forma do capital.

Expansão capitalista que vem acompanhada de um “poderoso” avanço das forças produtivas, fornecendo as condições para uma concentração de capitais e uma internacionalização da produção nunca vistos. Assim, a divisão internacional do trabalho se acentua, com as empresas se libertando das políticas estatais anti-crise, agora circulam no mercado internacional, produzindo onde lhes forem rentáveis, estando essas realizando sua mais-valia em diversos pontos do mundo. Tal internacionalização da produção expressa uma concentração e centralização internacional dos capitais, uma vez que os que podem produzir mundialmente são os que mantêm os seus lucros.

Ernest Mandel em seu livro, “A crise do capital” elabora e nos traz dados acerca de uma crise estrutural capitalista. Para ele, existe o surgimento de uma crise já anunciada, a contradição entre

68 Essa cada vez menor, uma vez que menos trabalhadores realizam menos trabalho do que mais trabalhadores, supondo ser as mesmas horas de trabalho e particularidades do trabalhador em relação à produção.

forças produtivas e relações de produção, uma vez que, o capital aumenta sua incapacidade de aproveitar o desenvolvimento nas forças produtivas por ele desenvolvidas. O capital, dessa forma, revela forças que em seguida é incapaz de controlar e usufruir.

A forma dos estados tentarem controlar essas crises cíclicas de superprodução foi a política de expansão e controle de crédito, um aumento da moeda escritural e da massa monetária em seu conjunto – precificação. Uma das características principais da fase de expansão do capitalismo, chamada fase de ouro, é o “aparecimento de ciclos de crédito parcialmente autônomos com relação ao ciclo industrial, que procuravam compensá-los”(MANDEL, 1990). Assim, cada governo aplicaria suas políticas de crédito, seguindo em um eventual descompasso internacional, o que permitia um país vender seu excedente para capitais emprestados em outro país.

Essas técnicas anticrise são, fundamentalmente, inflacionárias, pois injetam mais preço, em moeda, do que valor ali produzido. Quando a inflação se acelera em todos os países capitalistas e a paridade ouro/dólar não pode ser mais garantida, o sistema monetário internacional desmorona, obrigando os estados aplicarem políticas anti-inflacionárias. Tendendo a uma sincronização dos ciclos industriais, crise em todos os lugares.

“Finalmente, na medida em que a longa fase de expansão do pós-guerra chegava a seu fim, em que os principais motores da expansão começaram a se esgotar, em que o crescimento da produção a longo prazo deveria diminuir” (MANDEL, 1990, 13)

As contradições capitalistas se acentuam, as fases de boom tornar-se-iam mais curtas e as recessões mais longas. Essa recessão generalizada é expressão do esgotamento dessa onda expansiva. Crescimento que não pode mais ser atingido. A ebulição de movimentos sociais pelo mundo no final dos 60 e início dos 70 seria a expressão de

“uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalistas e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações” (Mandel, 1990, 13).

Flutuações que se desdobram em créditos. A recessão de 74/75 é uma crise clássica de superprodução. Mesmo que muitos queiram culpar os xeiques do petróleo⁶⁹ ou até mesmo os sindicatos e os ‘altos salários’. É uma “conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros” (MANDEL, 1990), essa anterior à crise do petróleo. Os lucros brutos e líquidos obtidos pelas ações

69 Alta no preço do barril do petróleo e crise.

americanas caem muito de 74 para 75, com redução de, mais ou menos, 25%. Na Alemanha Ocidental, os lucros das empresas vinham se retraindo desde os 60, onde se nota um decréscimo da taxa de lucro desde os 50. No Japão também se nota diminuição nos lucros das empresas desde final dos 60, assim como na Itália, Suécia e França.

Também cresce a capacidade ociosa de produção da indústria, ou seja, os estoques passam a ficar cheios e mercadorias não vendidas. Deteriora-se a capacidade produtiva, mais empresas falem e não conseguem produzir em competitividade com o mercado, com tendência ao aumento das que não podem produzir, e concentração das que produzem.

“A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela II Guerra Mundial, que permitiu uma alta pronunciada da taxa de mais-valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível pôr em marcha em grande escala a terceira revolução tecnológica”. (Mandel, 1990 26)

Uma terceira revolução industrial leva a uma acentuada concentração de capital, esse capital concentrado necessita de uma alta composição orgânica do capital, que não consegue ser compensada com um crescimento da taxa de mais-valia, gerando assim uma crise. Essa composição orgânica do capital tão grande, sem mais-valia que o compense, gera uma superprodução constante, já que não existe trabalho que substancialize essas mercadorias. Crise essa inerente ao capitalismo, necessária do ponto de vista lógico, uma imanência do sistema. Mesmo se pegarmos os momentos de expansão do capitalismo (como os 30 anos de ouro), a crise sempre esteve ali, como uma sombra, nem que sob os países periféricos.

No momento do capital em que esse passa a não se remunerar, principalmente depois dos 70 e na periferia, o trabalho passa a ter somente uma aparência de produtivo. A especulação e a ficcionalização do capital desdobram-se em um capitalismo espetacular, em que o parecer ser é de suma importância. Por exemplos os projetos que passam a remunerar alguns povos indígenas, tendo como resultado final a produção de extensos relatórios, que garantiriam a produção e desenvolvimento dos projetos. Através dessa produção, os grandes investidores passariam a ter crédito e credibilidade no mercado por apoiarem causas socioambientais. Especula-se com a aparência da produção a fim de que seus empreendimentos tentem garantir a sua taxa de lucro. Aqui aparece um salto, do capital financeiro da época de ouro do capitalismo para o capital fictício, em que as dívidas passam a ser maiores do que a produção, ou seja, pagar as máquinas passa a ser cada vez mais impossível sem a injeção de dinheiro fictício.

2.2.2. Capital financeiro e fictício, no Brasil - A Amazônia

O período da ditadura militar brasileira é um momento de investimentos no “desenvolvimento nacional” baseado em empréstimos internacionais, a dívida externa chega a mais de 100 bilhões em 1984, último ano completo sob o regime, devido a isso enumerarei alguns projetos nacionais que visavam uma unidade nacional produtiva. Mas para isso precisamos voltar um pouco no tempo, em 1953 é aprovado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que inauguraria o conceito de Amazônia Legal, fruto de um conceito político, da necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da agora delimitada região, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5 217 423 quilômetros quadrados correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

“destinada a planejar o desenvolvimento da Amazônia Legal, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, administrando a política de incentivos fiscais para a Amazônia, priorizando setores estratégicos da economia Regional; tendo como finalidades: planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional; e formular, catalisar, mobilizar, induzir, viabilizar iniciativas e recursos voltados para o desenvolvimento da Amazônia; em substituição da antiga SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1948 para o então plano SALTE”.⁷⁰

Interessante é perceber como o Estado vai criando ferramentas legais para gestar seu território em meio à crise do capital, chamando suas parcelas de região a fim de planejá-las, para Becker “após a construção do território, fundamento concreto para o Estado, esse passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço para exercer controle social, constituído com normas, leis e hierarquias”(2004, p.25);

Martins nos dá uma pista dos objetivos da SUDAM:

“Toda estratégia governamental (...) tem sido exatamente no sentido de levar a vocação capitalista ao campo, seja através da extensão rural, (...) seja através das grandes empresas que se instalam com altos incentivos e imenso apoio governamental. A rigor se pode dizer, com os dados existentes, dados da própria SUDAM, que o capital próprio das empresas que investem na Amazônia é ridiculamente pequeno e se se fizer uma avaliação correta do que foi o preço da terra para essas grandes empresas

70 O Plano SALTE (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) foi um plano econômico lançado pelo governo brasileiro de Eurico Gaspar Dutra. O objetivo do SALTE era estimular e melhorar o desenvolvimento de setores de saúde, alimentação, transporte e energia por todo o Brasil, assim ajudando e melhorando as condições de vida da população brasileira.

vai se ver que praticamente o Estado faz doações integrais a essas grandes empresas(...)" (José de Souza Martins, 1985, p.67)

Já em 1967, é criada por um decreto-lei a Zona Franca de Manaus⁷¹, um centro industrial imerso em uma produção extrativista por todos os lados. Também sua superintendência, a SUFRAMA⁷², que hoje juridiciza nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, financiando “projetos de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento e de formação de capital intelectual, através de parcerias com governos estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa e cooperativas”(SUFRAMA, 2017). Em dezembro, é fundada a FUNAI, em seus próprios termos temos:

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da *política indigenista do Governo Federal*. Sua missão institucional é proteger e promover os *direitos dos povos indígenas* no Brasil.

Cabe à FUNAI promover estudos de *identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas* pelos povos indígenas, além de *monitorar e fiscalizar* as terras indígenas. A FUNAI também *coordena e implementa* as políticas de *proteção aos povos isolados e recém-contatados*.

É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao *desenvolvimento sustentável das populações indígenas*. Nesse campo, a FUNAI promove ações de *etnodesenvolvimento, conservação e a recuperação do meio ambiente* nas terras indígenas, além de atuar no controle e mitigação de possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas.

Compete também ao órgão a estabelecer a *articulação interinstitucional* voltada à garantia do *acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania* aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à *seguridade social e educação escolar indígena*, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destaca o *reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas*, buscando o

71 Zona industrial brasileira em Manaus, AM, criada pelo Decreto-Lei 288/1967 para desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. Administrado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o pólo industrial possui 700 indústrias, especialmente concentradas nos setores de televisão, informática e motocicletas. Tem recebido um novo impulso com os incentivos fiscais para a implantação da tecnologia de televisão digital.

72 É uma Autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais. Favoreceu a implantação dos três pólos que compõem a ZFM - comercial, industrial e agropecuário - e promove a interiorização do desenvolvimento por todos os estados da área de abrangência do modelo, identificando oportunidades de negócios e atrai investimentos para a região tanto para o Pólo Industrial de Manaus quanto para os demais setores econômicos da sua área de atuação. (http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm)

alcance da plena *autonomia e autodeterminação dos povos indígenas no Brasil*, contribuindo para a *consolidação do Estado democrático e pluriétnico*. (FUNAI, 2017 - <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>)

No início dos 70, é decretado o Programa de Integração Nacional - PIN, planejando construir duas rodovias nacionais no meio da floresta e ali executar planos de colonização, na esperança da resolução dos problemas fundiários de outras ‘regiões’ do Brasil, e cujos 2 primeiros artigos reproduzo aqui:

Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional. (Vide Decreto-lei nº 1.243, de 1972) Parágrafo único. Os recursos do Programa de Integração Nacional serão creditados, como receita da União, em conta especial no Banco do Brasil S.A.

Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela *construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém*.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

§ 2º Inclui-se também na primeira etapa do Programa de Integração Nacional a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste. (decreto de 70: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)

No âmbito do PIN temos as obras da Perimetral Norte, BR-210, rodovia federal transversal brasileira projetada para atender aos estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima, só sendo implantados trechos nos dois últimos estados citados. O planejamento da BR-210 cruzava diversos territórios indígenas ainda não contatados pela FUNAI, inclusive grande extensão da porção sudoeste da atual Terra Indígena Yanomami⁷³, cortando a área indígena do Catrimani, facilitou, tanto a entrada dos garimpeiros, como o estabelecimento de currais, que transformou em pouco tempo a região em

73 A construção da Perimetral Norte entre o município de Caracará na primeira metade da década de 1970 levou a morte de dezenas de Yawarip, subgrupo Yanomami, levando os sobreviventes a mendigarem na beira da estrada. Em consequência, a população Yanomami dos vales dos rios Ajarani e Catrimani é devastada, sendo que quatro aldeias do Ajarani perdem 22% de sua população, entre 1973 a 1975, e quatro outras do Alto Catrimani perdem metade de sua gente em epidemias de sarampo em 1978. Concomitantemente, instalam-se projetos de colonização no Ajarani e Apiaú tendo como consequência a pauperização e estabelecimento de portas de entrada de doenças com alta letalidade nas aldeias. (BRASIL. Fundação Nacional de Saúde, 1991)

área de pecuária. Sempre recoberta de um discurso desenvolvimentista, que legitima diversas atrocidades onde se propõe desenvolver. (VIEIRA, 2014, 218).

Ainda nos 70, o governo brasileiro proporciona um aparato técnico para prospecção dos recursos naturais na Amazônia, o que daria suporte para diversos investimentos na 'região', o chamado Projeto RADAM⁷⁴. Operado entre 1970 e 1985 no âmbito do Ministério das Minas e Energia, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião, colhendo imagens da superfície, sob a densa cobertura de nuvens e florestas. Realizando um amplo estudo integrado do meio físico e biótico das regiões, que inclui textos analíticos e mapas temáticos sobre geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais, que até hoje são utilizados como referência nas propostas de zoneamento na Amazônia brasileira.

Mesma época em que o INCRA nasce, tendo como objetivos simplificar a administração e uma reformulação nas políticas administrativas em relação aos projetos de colonização no Brasil. Como solução para a questão fundiária do nordeste, somada à grande seca, dos anos 70, o governo militar a pensa como solução para a diminuição das tensões sociais que ali pululavam,

“decidiu-se a abertura de estradas na Amazônia, com o aproveitamento da mão-de-obra nordestina e sua subsequente fixação ao longo destas rodovias. Isto está claramente explícito nas declarações de José Francisco de Moura Cavalcanti, então presidente do INCRA: ‘Damos uma ênfase maior à colonização, principalmente da Transamazônica, porque não compreendemos como num mesmo país possa constituir problema de inquietação o excedente demográfico de determinadas áreas e o vazio de outras’” (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 1977, p. 122)

É possível perceber como esses projetos desenvolvimentistas sempre tratam o espaço amazônico como um “vazio demográfico”, ou seja, não contam com os indígenas, se contam ou é como trabalho barato ou mortos⁷⁵.

A crise do capitalismo mundial se desdobra na periferia em sua particularidade, Bertha Becker em seu livro “Amazônio: Geopolítica na virada do III milênio” (BECKER, 2009) pretende compreender processos contemporâneos da Amazônia brasileira, através de um estudo da chamada

74 Que depois mudaria de nome, RADAMBRASIL,

75 Sobre Quartieiro, grande Rizicultor em Roraima: “Ele estava numa feira agrícola no Rio Grande do Sul e, ao atender ao pedido da fotógrafa incumbida de fazer seu retrato para esta reportagem, apoiou o pé em um trator e explicou-se: ‘então vou fazer pose de matador de índio’”. <https://theintercept.com/2020/07/13/quartiero-fazendeiro-bolsonaro-amazonia/>

dinâmica regional⁷⁶ a partir do conflitos entre diversos atores. Diferente de seus escritos dos anos 70, que classificava a Amazônia brasileira como uma fronteira móvel, agora passaria a se configurar como uma “efetiva região”, com suas relações fronteiriças⁷⁷. Desenvolve uma argumentação de como utilizava o conceito de fronteira em estudos dos anos 70 e 80, como “componente do sistema espacial em formação, (...) grande potencialidade de recursos naturais” (BECKER, 2009, 25) produção mineral e frentes agropecuárias pioneiras. Mas ali tratava-se, para a autora, de um “processo associado ao projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado” (BECKER, 2009, 26) A fronteira seria a ponta de lança dos processos históricos e geográficos. Por muitas vezes a “fronteira urbana precedeu as próprias atividades econômicas” (BECKER, 2009, 26). Assim a fronteira seria um “espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas. Sua especificidade é sua virtualidade histórica.” (BECKER, 2009, 26).

Essa segunda conceituação de fronteira já foi utilizada para uma análise crítica do Projeto de Integração Nacional, durante a ditadura militar brasileira. Ali, a autora discute a formação das chamadas sub-regiões e os prenúncios da questão ambiental. Porém, nos últimos 25 anos, já que Bertha se referia aos últimos 15 anos quando publica o presente livro, em 2009, acontecem grandes transformações na Amazônia.

“Não se trata mais do domínio das instituições governamentais, nem tanto da expansão territorial da economia e da população nacional, mas sim de forças que, embora anteriormente presentes, tem hoje uma forte e diferente atuação nas escalas global, nacional e regional/local, configurando verdadeiras fronteiras nesses níveis, pois que geradoras de realidades novas.” (BECKER, 2009, 27)

Mesmo que discorde um pouco sobre sua ideia sobre fronteira, é possível notar as forças que se destacam nesse processo ímpar, em que a área estudada se inclui, são as populações ditas tradicionais,

76 Aqui toma a “região” como uma categoria de análise geográfica, não expondo uma crítica sobre ela, como Francisco de Oliveira.

77 Com uma crítica mais afiada, André de Souza Martins, em “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, nos apresenta uma outra visão de fronteira, para que possamos levar junto ao nosso argumento. Para a fronteira seria “a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas”, sendo um ponto limite entres territórios continuamente revistos, disputado por muitos de diversas formas. Na fronteira ainda estaria em disputa quem é humano e quem não é! Para ele seria na fronteira que é possível observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem, seria o lugar do desencontro da humanidade, um encontro sem reconhecimento. Assim, o ponto central não pode se voltar para o pioneiro, é a vítima que deve se tornar metodologicamente explicativa). O limiar da situação, os colonizados diante do novo e do outro, em povos que não viam o nós. O humano é uma generalidade, assim como o trabalho. A fronteira está para além da geografia, é uma fronteira do próprio humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina e explora, litúrgico pela forma religiosa e sacrificial por ser o sacrifício de deixar suas formas sociais e embarcar no mundo moderno, para seguirem com suas terras precisam também de sacrifício, o sacrifício de deitar na cama de Procusto, escolhendo entre se vender ao mercado ou o extermínio. No presente texto, o olhar dos flagelados será desdobrado mais a frente.

os governos estaduais e a cooperação internacional. Passa a ter uma dinâmica própria, dinâmica de uma chamada região e suas especificidades.

Por mais que a autora possua um caráter desenvolvimentista, identificando certo dualismo do capitalismo e um atraso do nacional, nos dá pistas muito valiosas acerca de como pensar essa nova fase do capital mundial adentrando na amazônia brasileira. A crise apresentada por nós anteriormente se expressa na classificação da Amazônia como uma “fronteira socioambiental”, entre 1985 e 1996, em relação aos direitos sobre a biodiversidade. (BECKER, 2009,27). Os conflitos das décadas de 70 e 80 transfiguram-se em projetos de desenvolvimento alternativo, conservacionistas e de alguns excluídos sociais, que passam a ser incluídos. Projetos que encontram seus elos a partir de ONGs, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos, governos, financiados por verbas do Estado ou oriundos de capitais ociosos do capitalismo central, agentes modernizadores que possibilitam o acesso de algumas populações a créditos nunca antes imaginados. Uma necessidade, da forma social, em fazer girar moeda, o capital excedente estaria (aumentar a rotação do capital é uma contratendência à sua crise estrutural, como veremos mais adiante) emprestando dinheiro para socorrer a sociedade da barbárie capitalista, aqui a explosão dos créditos, a acumulação de grandes fortunas e fundos de investimento⁷⁸, tem o intuito de denunciar e exterminar a negação da humanidade⁷⁹, no entanto em um capitalismo em crise isso só faz circular mais capital e acirrar ainda mais suas contradições. A miséria da população acaba por gerar juros.

Mundialmente politiza-se a questão ambiental⁸⁰; G7, Banco Mundial, programas de proteção de florestas, criação do Ministério do meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Estariam implementando um tipo de ‘desenvolvimento sustentável’, baseado em créditos estatais e internacionais, na Amazônia, no qual faz parte a criação de novas unidades de conservação e a demarcação de terras indígenas (BECKER, 2009, 28). Assim, a partir de 1996 ocorre uma nova fase no desenvolvimento, que a autora denominaria como “a incógnita do heartland” (BECKER, 2009, 28), em

78 Sejam eles privados ou públicos.

79 Não da negação enquanto uma negação do que é o próprio humano, negação muito pertinente por sinal, mas uma negação a vida.

80 “Após a Cúpula da Terra, sediada em 1992 no Rio de Janeiro, abriu-se na Amazônia um período que pode ser chamado de ‘era do desenvolvimento sustentável’. De fato, apesar de nem sempre compartilhar da mesma definição desta noção, inúmeras entidades, governamentais e não-governamentais, locais, nacionais ou internacionais, começaram a investir pesadamente em projetos com esse rótulo, incluindo na filosofia de conceitos-chaves como o de empowerment – isto é, dar às comunidades locais o poder sobre o seu futuro –, o de devolução – isto é, restituir às comunidades o poder sobre o seu próprio território –, e o de (boa) governança – ou seja, uma atenção dada aos processos decisórios nas comunidades. Provavelmente em função da influência do socioambientalismo no Brasil, grande parte dos investimentos “sustentáveis” almejavam as populações tradicionais, que ganharam em 1992 a imagem de melhores aliados dos ecologistas em relação à proteção da floresta e da biodiversidade em geral, embora o debate tanto sobre a sustentabilidade econômica do extrativismo quanto sobre a real proteção do meio ambiente exercida pelas comunidades tradicionais tenha sido muito forte.” (TOURNEAU, FRANÇOIS-MICHEL LE e KOHLER, FLORENT. MEU CORAÇÃO NÃO MUDOU. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRAGMATISMO E ESTRATÉGIA EM CONTEXTO AMAZÔNICO TRADICIONAL.)

que a floresta seria condição para exercer o poder mundial⁸¹, uma vez que além da crise entre trabalho e capital, também é crítico o processo de ‘metabolismo com a natureza’ moderno, uma vez que finito é o material que nos cerca, por exemplo a água potável.

A União, progressista, volta, novamente, seus olhos para a Amazônia, para isso cria-se um setor termo industrial e programas desenvolvimentistas como o “Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999)” (BECKER, 2009, 27). Que mobiliza os fundos estatais em construção de infraestrutura, créditos e incentivos fiscais, a fim de possibilitar os projetos socioambientais e para setores mais tradicionais da exploração na periferia, como o fornecimento de matéria-prima para os países centrais.

A Amazônia passa a ter indústrias de bens de consumo, em sua maioria, aumentando suas exportações de matéria-prima e tendo 70% da população vivendo em núcleos urbanos, mesmo o trabalho, em sua positividade, não sendo para todos, a cidadania passa a ser universalizada, em sua negatividade, no território, momento lógico que se desdobra com a exigência da população por cidadania, reclamando que seja cumprida a lei. Para a autora, o significado de Amazônia é mudado, agora ocorre uma valorização ecológica de dupla face, que nos parece mais precificação ecológica, devida à falta de valor que substancialize essa chamada valorização. Por um lado, a sobrevivência humana (BECKER, 2009, 33), não se sabe se dos indígenas ou de toda a “humanidade”, e, por outro, o recursos naturais, como megadiversidade e água. Seriam nesses ramos que os capitais apostariam suas fichas, ou melhor, nesses ramos que esses capitais diriam apostá-las, mesmo sabendo de sua baixa remuneração, uma vez que muitas apostas ao mesmo tempo lhe renderiam juros, aqui os capitais procuram diminuir seus prejuízos, já que não se remuneraram desde a terceira revolução industrial. Não que enquanto capitais individuais não possa aparecer empresas que ainda consigam lucrar pela própria exploração do trabalho - caso encontre uma mina com ouro puro, só a título alegórico -, ou com seus empréstimos, mas que essa tendência duraria pouco. Para ela a floresta historicamente dificultou a ocupação, atuando como uma autodefesa e como posição geográfica estratégica, hoje se encontra bem interligada por projeto infraestruturais do governo, permitindo um acesso à biodiversidade, através da biotecnologia e da biologia molecular. Bertha nos revela algo muito importante, quais particularidade do capital ‘produtivo’, em crise de produção, vão aparecer como atraentes para o capital, como os royalties, selos ecológicos, rendas de monopólios, direitos intelectuais, etc.

“A reavaliação e a valorização da natureza é condicionada por novas tecnologias.”, ou seja, o que não é relevante economicamente em algum período de tempo passa a ser interessante para indústria e/ou mercado em outros tempos.” (BECKER, 2004,.33 e 34).

81 Já que o fim para a autora seria o desenvolvimento, como positividade, do estado brasileiro.

Nos parece um pouco fisiocrata do pensamento da geógrafa, desvelando uma forma de consciência que esta por trás das ações estatais, para ela uma das formas de controlar o ‘capital natural’ para o futuro é ter decisão sobre o uso do território, usá-lo como ‘reserva de valor’, sem uso produtivo imediato (BECKER, 2004, 34). Fisiocracia em ver valor no simples materialidade do mundo, como se uma pedra de ouro tivesse valor por si só, e desvelador pois, em sua fisiocracia, procura se apropriar de todo seu território, para que tudo apareça enquanto produtividade. Sede de expansão do próprio capital que se personifica em um estado que procura o ‘valor da natureza’, à moda da fisiocracia de séculos passados.

Após pressões internacionais⁸², o Brasil dá início à grandes projetos de proteção ambiental, como por exemplo:

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7), negociado em Genebra e financiado pela União Europeia, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido e administrado pelo Banco Mundial. Idealizado em 90 e implementado em 95. “É o maior programa ambiental implementado em um só país” (BECKER, 2004, 35), sendo condição para a realização de empréstimos ao Estado brasileiro, que pega empréstimos em 1998. O SIPAM/SIVAM – Proteção e Vigilância da Amazônia, grande operação para o controle da Amazônia, contra a intervenção territorial externa, em nome do combate à droga e ao meio ambiente. Nota-se a proximidade da guerra contra as drogas e a proteção do meio ambiente. Projeto esse, que custa 1,4 bilhão para os cofres públicos, emprestados pela Eximbank, que financiaria a empresa Raytheon, indústria da tecnologia. Através do SIVAM, os EUA podem participar da guerra às drogas no Brasil. Outros projetos visavam a biodiversidade e o clima, o PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica, é uma rede de apoio de laboratório, que recruta cientistas da área para criação de produtos industriais de “alto valor agregado” e a LBA – Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on Amazon, é uma iniciativa global de pesquisa liderada pelo Brasil, que busca gerar novos conhecimento sobre a Amazônia. Patrocinados pela Nasa e pela União Européia. (BECKER, p.36, 37, 38)

A Convenção sobre Diversidade Biológica priorizou “os riscos e as necessidades de preservação da biodiversidade mundial e não a distribuição de seus benefícios” (BECKER, 2004, 35), mas por outro lado a Cúpula da Terra, os recursos biológicos foram decretados patrimônios nacionais, afirmando o “direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos” (BECKER, 2004, 35). Momento de discussão acerca dos direitos intelectuais, uma vez que a Amazônia aparece como um laboratório muito diverso e extenso para a ciência, o que revela sua importância para o mercado. Os

82 Capitais que precisam ser exportados, já que os centros capitalistas centralizam e concentram muito capital, que não se remunera, é verdade, mas que deve ser posto em movimento, uma simulação de produtividade.

conhecimentos locais são cruciais, “fontes de informação por seu saber local, facilitam o acesso às matrizes genéticas e protegem a biodiversidade mediante formas diversificadas de suas utilizações” (BECKER, 2004, 36), assim Bertha nos dá pistas de um dos porquês dos indígenas terem suas terras demarcadas em relação aos interesse do próprio capital. Para a ciência, a biodiversidade coloca um duplo, por um lado descrever e quantificar, por outro atribuir um valor à dita natureza. Ou seja, cabe a ciência lambar a testa da mercadoria e ali colocar seu preço. No Brasil, o projeto mais expressivo foi o próprio PROBEM, Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentado da Biodiversidade, que resulta na construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.

Avançando no tempo, lembremos que após a revolução da microeletrônica, o capitalismo se portaria de outra forma, estando embasado em fortes políticas creditícias, como nas décadas anteriores, no entanto com qualidades diferentes. Muda o enfoque das políticas de financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que até os 80 havia financiado grandes projetos infraestruturais e de produção. Passam a financiar projetos relacionados ao meio ambiente, estabelecendo a forma de ser dos países periféricos em meio à crise estrutural capitalista, que voltam/seguem, majoritariamente, a exportar matérias-primas, respaldado pelos ciclos das commodities. Reflexo de um capital, em crise, que não se remunera e reduz sua realização de mais-valia, diminuindo a produção e aumentando o capital financeiro no mundo, agora fictício.

Em 2000, o G7 e Banco Mundial elaboram um projeto estratégico para “Envolvimento do Setor Privado”, estruturado em algumas linhas, como a promoção de parcerias entre iniciativas comunitárias e setor privado, a promoção do envolvimento do setor privado no desenvolvimento sustentável e promoção de atividades econômicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Alguns dos resultados empreendimentos realizados são o Projeto Óleo Vegetal, Cosméticos, que acontece em 4 Reservas Extrativistas, 2 FLONAS e 8 projetos do PDA, junto com as empresas Congnis, Natura, Boticário, Flora, Casa Granada, Farmaervas e Baruel; o Projeto Castanha, parceria entre a empresa Florenzano e a cooperativa da Reserva Cajari; o Projeto Carauá, com a Mercedes Benz, EMATER, associação local e POEMA; o Projeto Gethal, projeto entre empresa madeireira e comunidade local, manejo sustentável da floresta; o Projeto Artesanato, envolvendo uma parceria entre a Tok Stock e o PDA; o Projeto Fragrâncias, empresas de fragrâncias Gevaudan e Serobiologique e ONGS, no estado do Tocantins. Esse envolvimento entre setor privado e iniciativas comunitárias, busca de estimular atividades exclusivas dessa região do país, como a castanha, o açaí, cupuaçu... “e linhas produtivas baseadas na biodiversidade (madeira, cosméticos, fragrâncias, etc...)” (BECKER,, p.46 e 47).

Cabe também ressaltar os programas de ecoturismo desenvolvidos pela EMBRATUR e SUDAM, todos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Os recursos financeiros voltados para o econegócio são muitos desde a década de 90, nos dando pistas acerca de montes de capitais ociosos nos países centrais do capitalismo a fim de inversões lucrativas ou que apareçam como lucrativas, sendo os mais expressivos: o “Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF)”, com 30 milhões, um fundo do Banco Mundial (92-99), de 1684 milhões, o PPG-7, contando 250 milhões e programas nacionais, como FNO, PRONAF, PROCERA.

Também existem fortes investimentos em segurança nacional, relacionado à questões de fronteira entre estados nacionais. Como respostas do Governo Federal a vulnerabilidades de controle de seu território, são implantados projetos militares como o Calha Norte, o SIVAM/SIPAM e as propostas de integração do território a nível continental (BECKER, p. 65). “O Sistema de Vigilância da Amazônia” e o “Sistema de Proteção da Amazônia” são criados como resposta à ‘guerra as drogas’, encabeçada pelos EUA, que pretendia instalar bases no território brasileiro em nome do combate às drogas (BECKER, p.66), o primeiro, SIVAM, tem como objetivo garantir o espaço aéreo brasileiro, já o segundo, SIPAM, além de segurança, também trata de questões ambientais, “visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região” (WIKIPEDIA, SIPAM), englobando esse primeiro. De Almeida, em revista de assuntos militares nos descreve como se dá o processo de implementação do programa de vigilância da amazônia, que nos é de muito valor, uma vez que revela as instituições, os preços e como foi gasto o dinheiro destinado, emprestado, a ele.

“De acordo com informações do Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo do Brasil, inicialmente o custo total do projeto seria de US\$ 1,395 bilhão, totalmente obtidos junto a instituições estrangeiras, sendo US\$ 1,128 bilhão destinados à aquisição de equipamentos e serviços e US\$ 110 milhões à execução de obras de construção civil. Participam de estrutura de financiamento quatro entidades, por meio de cinco contratos firmados com o Brasil: Eximbank, Raytheon Credit Facility, Sivam Vendor’s Trust (Estados Unidos) e SEK/EKN (Suécia). (...)

O Eximbank é o organismo norte-americano destinado ao estabelecimento de linhas específicas de financiamento das exportações de equipamento e serviços fabricados e desenvolvidos nos Estados Unidos. Como as regras próprias da instituição a impedem de financiar diretamente os governos estrangeiros, estabeleceu-se uma parceria entre o Eximbank e o Banco do Brasil, que assumiu, perante o governo brasileiro, a responsabilidade pelo financiamento. O procedimento definido prevê que as faturas referentes a 85% do valor total do contrato sejam apresentadas pelo governo ao Banco do Brasil, que as paga e é reembolsado pelo Eximbank.

Os demais 15% do valor contratual, que deveriam ser pagos cash pelo governo brasileiro, também foram financiados. O governo obteve financiamento para essa parcela junto à Raytheon Credit Facility Company e ao Sivam Vendor’s Trust. Esse último consiste em um consórcio de empresas sob a liderança da Raytheon”⁸³ (DE ALMEIDA, 2002, 52).

83 Segundo tabela de Almeida, O Eximbank (USA), junto ao Banco do Brasil emprestaram US\$1.022.800.000, a Raytheon Credit Facility Company (USA), US\$ 239.200.000, o Sivam Vendor’s Trust (USA) US\$ 48.000.000 e o

Percebe-se na política de crédito internacional, principalmente a americana, no caso estudado, que fornecem financiamentos para a compra de produtos de seu próprio pátio industrial. Esperam que essas dívidas possam ser pagas com os tributos arrecadados em território brasileiro. Essa ascensão do nacional brasileiro, enquanto país periférico, é somente a “forma negativa da acumulação de capitais internacionais” (Alfredo, p. 141), uma vez que os juros dos capitais internacionais são uma forma de capital financeiro derivada de uma superacumulação de capital nos centros, sendo a crise elemento movente da expansão dos capitais pelo mundo. A expansão da maquinaria e investimentos no interior das nações periféricas, mais especificamente na amazônia brasileira, aparece como exemplo de investimentos que permitem imobilizar grandes somas de capitais que passam a cobrar, por longos períodos, sua remuneração em forma de juros. “Para Marx a forma contraditória do capital se dá não só a partir de uma crise de acumulação, mas especialmente, realizando a acumulação como restrição de seu próprio repor-se” (ALFREDO, 140), assim mais do que conseguir seus lucros, esses capitais querem reduzir suas perdas mais do que aumentar seus ganhos.

Já o Calha Norte, é um projeto que “tem a missão de contribuir para a manutenção da soberania nacional, a integridade territorial e a promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável na sua área de atuação” (defesa.gov), financiado com verbas do governo federal, dos governos federais e também das forças armadas, em sua face militar. Discurso que passa por um dualismo originário na CEPAL, o estado sempre procurando se desenvolver enquanto positividade, não se dando conta de que para a periferia o dito subdesenvolvimento é sua identidade. São essas as ferramentas que o estado brasileiro buscava a fim de garantir sua soberania em relação àquela parte de seu território, garantindo o acesso à matéria-prima, sendo ela dos setores produtivos mais conservadores, como a mineração e o madeireiro, ou os chamados “socioambientais”, como a biotecnologia e a farmácia, e força de trabalho em sua particularidade, como por exemplo os indígenas com saberes medicinais. O PCN seria uma continuação da militarização da política de ocupação regional. Nos 90, o projeto será forte empecilho para a criação das terras indígenas em Roraima.

Amazônia marcada por um modelo extrativista intensivo, tem agora novos investimentos, voltados a uma bioeconomia, economia sustentável que visa desenvolver as forças produtivas dos produtos da floresta, “para aumentar o valor dos produtos e beneficiar as populações locais”⁸⁴. Notamos que os projetos postos em curso nos 90 são financiados, diretamente e indiretamente por instituições internacionais, não tendo havido acumulação de capital em território nacional que permitisse um acúmulo de capital excedente para o financiamento de tais projetos, o que mostra o

SEK/EKN (Suécia), US\$ 85.000.000.

84 <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/08/23/baseadas-em-ativos-da-floresta—startups-da-amazonia-impulsionam-a-bioeconomia.html>

Brasil como elemento de uma divisão internacional do trabalho com um papel bem específico, o agrário.

2.2.2. Migração

Talvez seja impossível entender as migrações brasileiras sem passarmos, mesmo que rapidamente sobre a questão agrária para isso devemos nos ater, primeiramente a alta concentração de terra no Brasil. Martins, ao analisar a “Militarização da Questão Agrária no Brasil”, nos mostra como existe pouca “gente com muita terra, 1% com 50% de terra e muita gente com pouquíssima terra; praticamente metade dos estabelecimentos agrícolas no Brasil tem pouco mais de 1% da terra” (MARTINS, p.63). Elemento importante para compreensão de tamanha concentração de terras e se ter em conta o que acontece na substituição do trabalho escravizado para o trabalho livre.

Antes da abolição, o problema de terra estaria resolvido, a propriedade da força de trabalho escravizada sanaria o problema da propriedade, as terras continentais podiam não ter dono, já que os proprietários o eram de pessoas,

“mesmo porque a terra, com frequência, aparecia como coisa banal. Frequentemente sem nenhuma determinação de preço ou valor econômico, especialmente quando se recua um pouco, ao século XVII, e se examinam inventários, por exemplo, não há referências a preço de terra, a terra não tinha preço (...) No século XVIII e, particularmente no século XVII, fazenda queria dizer conjunto dos bens, o que constituía o cabedal de uma pessoa” (MARTINS, 64)

É nesse bojo, somada a necessidade da abolição imposta pelo mercado mundial, que se gestam formas legais firmando o caráter de classe do acesso à terra, aí está a Lei de Terras de 1850, que garantiria o acesso à terra apenas aqueles que dispusessem de recursos para comprá-las. Já que, se as terras continuassem livres, sujeitas à livre ocupação, a população de trabalhadores livres não se disporia a trabalhar para nenhum fazendeiro, uma vez que poderiam ocupar terras para usufruto próprio. Aqui aprendemos um pouco com Marx, Wakefield e o Senhor Peel, na sua Teoria Moderna da Colonização (Cap XXV – O Capital), esse último,

“Lamenta-se (...), levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas, na Inglaterra para o Swan River, na Nova Holanda. O Sr. Peel foi tão precavido, que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Uma vez alcançado o lugar de destino, ‘o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água no

rio'. Infelizmente Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River" (MARX, Capital I, volume 2, 296)

A expropriação da população de sua base fundiária é modus operandi da produção capitalista, no entanto, nas colônias, a maior parte da propriedade do solo ainda é do povo, cada um podendo transformar parte dele em sua propriedade privada e em meio de produção individual. A disponibilidade da terra possibilita que o trabalhador escolha trabalhar para um patrão ou trabalhar para si mesmo, e já sabemos sua escolha. No Brasil, a solução, no início da colonização, bebe no grande mercado de escravizados e está na escravização da força de trabalho como forma de garantir a propriedade privada, se não da terra, pelo menos das pessoas que ali trabalham.

Após pressões externa para o fim da escravização, o Brasil não exita em bolar uma estratégia que excluiria os recém-libertos do acesso à terra,

“O preço da terra imposto pelo Estado deve naturalmente ser ‘suficiente’, isto é, tão alto que ‘impeça aos trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até chegarem outros para tomar seu lugar no mercado de trabalho assalariado. Esse ‘preço suficiente da terra’ é nada mais que um circunlóquio eufêmico do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de retirar-se do mercado de trabalho assalariado para o campo” (MARX, Capital I, volume 2, 301)

Assim cria a Lei de Terras, em que as elites não precisam mais de uma legislação que force o trabalho, mas mantém uma legislação fundiária que força a expulsão e dificulta o acesso à terra.

Até 1964, existiam dois perfis dos que acessam à terra, por um lado estava o proprietário empresário capitalista, com o título em mãos e explorando economicamente sua propriedade; por outro lado, nas regiões mais pobres, estavam os posseiros, que podiam permanecer na terra por muito tempo, mas eventualmente seriam expulsos. É a partir do Estatuto da Terra, 64, que a situação se torna mais crítica, já que o estado passa a assumir responsabilidades em relação à terra, dando apoio econômico à grandes empresas que quisessem se instalar no campo e/ou estender seus negócios ao campo, principalmente a partir de 66 com a legislação da SUDAM.

A legislação da SUDAM deixa claro a opção da colonização, que é a exploração empresarial do campo, levando a “vocação capitalista ao campo, seja através da extensão rural, desenvolvendo essa vocação, seja através das grandes empresas que se instalam com altos incentivos e imenso apoio governamental”⁸⁵ (MARTINS, 1984, 67). A tendência desses incentivos é a criação das grandes

85 E segue “A rigor se pode dizer, com os dados existentes, dados da própria SUDAM, que o capital próprio das empresas que investem na Amazônia é ridiculamente pequeno e se se fizer uma avaliação correta do que foi o preço da terra para essas grandes empresas vai se ver que praticamente o Estado faz doações integrais a essas grandes empresas, nessa região” (MARTINS, 1984, p. 67)

empresas no campo e a concentração fundiária. No entanto, essas áreas destinadas às grandes empresas são, algumas, já apossadas por pessoas expulsas anteriormente, por conflitos de terra, de outras regiões do Nordeste e da própria Amazônia. Infelizmente, esses posseiros eram os encarregados da luta contra o indígena, para garantir a propriedade privada e expropriar o indígena, só a partir daí a grande empresa no campo tomaria seu lugar. A partir do Estatuto da Terra, as grandes empresas já são as responsáveis por esse trabalho genocida. Com tais políticas, os conflitos só crescem e se acentuam!

“No Maranhão, em 79, a Comissão Pastoral da Terra cadastrou 128 conflitos de terra e alguns desses conflitos envolviam mais de 1000 famílias cada um; no Estado do Rio de Janeiro, havia nesse mesmo ano, 94 conflitos cadastrados. Conflitos em toda parte. Um número crescente de conflitos” (MARTINS, 1984, 70)

Assim, o Estatuto reserva uma área do país, chamadas de zonas pioneiras, para acomodar tais produtores rurais em conflito, removendo-os de suas terras. A região privilegiada para acomodar essas pessoas seria a região amazônica. No entanto, dois anos após a promulgação do Estatuto, o governo passa a incentivar fiscalmente a ocupação empresarial da amazônia, assim a terra que estava destinada a acolher os pequenos produtores, expulsos de outras regiões, passa a ser destinada às grandes empresas. Ou seja, cria-se a estrutura para uma migração e ocupação colonial da amazônia, essa baseada no genocídio indígena, deixando-a nas mãos das grandes empresas, essas de empresários do sul e sudeste, o que leva uma massa de migrantes desempregados para essas novas “zonas econômicas”. Expropriados, esses, que em boa parte, se direcionam aos garimpos em terras indígenas.

Como expressão da crise dos anos 70 e da modernização periférica endividada, a qual é forma para todas ex-colônias, esse contingente garimpeiro formado por colonos desestabilizados pela falta de condições para venda da sua produção, trabalhadores incapazes de encontrar trabalho nos grandes projetos agropecuários, de mineração ou de construção civil, posseiros expulsos pela concentração da terra e, por fim, indígenas em processo de aculturação, também são mobilizados por grandes projetos infraestruturais, de colonização, pesquisa ou prospecção, financiados pelo Estado, como a Perimetral Norte, o Calha Norte, o Projeto Radam e os projetos de colonização realizados pelo INCRA, visando mobilizar trabalhadores expropriados no Nordeste para a região Norte. São essas algumas das bases que auxiliam a explicação da “explosão garimpeira” amazônica a partir dos anos setenta (BECKER, 1990, 21, 22)

2.2.3. *Corrida do Ouro*

Com o intuito de entender a corrida do ouro desenfreada que se dá em Roraima nos anos 90, me apoio em Mandel e seus estudos sobre massa monetária, ouro e crise estrutural capitalista. Uma das contratendências à crise é o aumento da massa monetária, inflação que é consequência de políticas que inflaram a quantidade de dinheiro dos países por 30 anos, o período de “ouro do capitalismo”. Essa também amplificada pela especulação, com o ouro, com a terra, construções, diamantes, joias, obras de arte... todos chamados “valores-refúgio”, que se tornam mais caros quanto mais a moeda se deprecia. Especula-se com o preço do ouro, quanto menos vale a moeda, mais se compra ouro, ou mais se investe em especulação imobiliário, ou em entesouramento, etc. (MANDEL, 1990, 30)

Mas sua principal causa é a inflação de créditos no setor privado, as dívidas bancárias, que foi base para expansão do pós-guerra. “A economia ocidental flutuou rumo à expansão sobre um mar de dívidas” (MANDEL, 1990, 30). O autor mostra que a dívida pública cresce em menor intensidade do que o “Produto Nacional Bruto”, enquanto a dívida privada cresce mais rápido, a ponto de ultrapassar o PNB. Recessão que se expressa com alguns pontos de estrangulamento particulares, setoriais. As crises, geralmente, aparecem em alguns setores-chave em seu florescer, sendo espraiadas para os outros setores a posteriori.

A queda do acordo de Bretton-Woods, fim da paridade ouro dólar, e o sistema de câmbio flutuante causam perturbações no sistema financeiro. Os países centrais abaixariam o valor de suas moedas a fim de exportar mais mercadorias, concorrendo entre si. O sistema de câmbio flutuante dá mais liberdade às políticas monetárias dos países. Junto à massiva aparição de petrodólares nos mercados monetários (após a forte alta dos barris de petróleo no final dos 70), são um fator de estímulo à inflação internacional. Além das dívidas estatais, como a americana, que derramam liquidez suplementar no mercado. Essa política de câmbio flutuante expressa a contradição entre uma proteção nacionalista e uma internacionalização crescente da produção. (MANDEL, 79)

A alta vertiginosa do ouro em 78/79 é consequência da perda do poder de compra do dólar e à especulação, somada às incertezas políticas. No entanto, essa explicação é um pouco insuficiente para “explicar a ascensão aparentemente sem limites do preço do ouro expresso em dólar-papel”. (MANDEL, 95). De 71 à 79, o poder de compra do dólar diminui 70% e o preço do ouro aumenta 1000%.

O ouro é uma mercadoria, produto do trabalho humano, assim utiliza uma fração da capacidade de trabalho globalmente disponível. Não é possível que o seu preço se afaste totalmente de seu valor, assim, esse aumento súbito deve ser refletido com cautela. Alguns conspiradores afirmam ser característica fundamentada do governo americano inundar o mercado de dólares, a favor de seus

negócios, o que geraria essa alta do ouro. É evidente que a cotação do ouro influencia as relações entre os países imperialistas, no entanto não acontece de forma deliberada.

“Ela está vinculada às transformações que se produziram durante os últimos decênios na estrutura da terceira idade do capitalismo, assim como nas formas que tomou a longa depressão na qual a economia capitalista internacional mergulharia”. (MANDEL, 96)

Além de ser uma mercadoria como todas as outras, o ouro possui a particularidade de ser adotada como “equivalente geral”, “moeda universal no mercado mundial”. Enquanto mercadoria normal, seria pautada pelas leis da oferta e da procura. No entanto, enquanto “mercadoria-equivalente geral”, não pode haver uma queda na venda de ouro, qualquer quantidade suplementar de ouro sempre terá um comprador, como moeda universal, sendo para entesouramento de bancos e particulares ou para ser colocada em circulação. “Com a possibilidade de conservar a mercadoria sob forma de valor de troca, ou o valor de troca sob a forma de mercadoria, a sede de ouro é excitada” (MANDEL, 96).

Essa aparente contradição entre o valor de uso do ouro, moeda e matéria-prima, era resolvida com o padrão-ouro e com o padrão-ouro divisas de reservas. Assim um preço único reinava no mercado particular e institucionalizado. Quer dizer que

“todos os capitais que não obtivessem a taxa de lucro média ao preço de ouro fixado pelos Bancos Centrais se retirariam desta indústria, que as minas menos rentáveis seriam fechadas, que a renda diferencial obtida pelas sociedades que exploravam as minas mais ricas continuaria a variar segundo as flutuações dos custos de produção relativos, mas sempre com relação ao teto de preços de compra monopsonico imposto pelos Bancos Centrais”. (MANDEL, 97)

Nesse “caso, a indústria aurífera continuava submetida às leis econômicas objetivas, que não se aplicam através das flutuações do preço, mas através das flutuações da produção e da renda diferencial” (MANDEL, 98). Quanta moeda os estados imprimiam tinha seu lastro em ouro, assim funcionou o sistema até os 70.

Em 68, com o pool do ouro, acontece uma separação crescente entre preço do ouro no ‘mercado livre’ e o seu valor institucionalizado. Ascensão que se inicia em 71, quando Nixon suprime a convertibilidade do dólar em ouro, modificando a dinâmica do mercado aurífero. Os Bancos Centrais param de comprar ouro a um preço pré-determinado, seguindo o ouro uma mercadoria que automaticamente encontraria comprador no mercado.

Passa-se de uma situação de monopsonio, em que os Estados eram os determinantes do preço, para de monopólio, a mineração é que definiria o preço.

“O valor do ouro foi então determinado pelas minas de ouro que exploram as jazidas menos rentáveis. Isso gerou uma rápida alta do valor do ouro, pois, à medida que os preços, (segundo o valor) subiam, minas menos rentáveis, fechadas, reabriram, determinando automaticamente uma elevação no valor do ouro, assim como uma elevação da renda diferencial das minas que exploravam as jazidas mais ricas” (MANDEL, 101)

Aí mora a importância do garimpo em terras indígenas, definir o preço do ouro no mercado. Momento em que se inicia uma nova corrida ao ouro, que separado das moedas nacionais tem seu preço sempre elevado. A

“inconvertibilidade do dólar e as tentativas de ‘desmonetarizar’ o ouro eliminaram os tetos que limitavam a produção desse metal por um preço fixado pelos Bancos Centrais. A produção tendeu a aumentar, o que gerou uma alta acelerada do valor determinado pelos custos de produção das minas mais pobres” (MANDEL, 101)

, desenvolve-se por uma condição de demanda ilimitada.

Essa tendência a aumentar, pode ser tendência a diminuir mais devagar do que antes, com os preços fixados. No entanto, a série de preço do ouro dispara depois da inconvertibilidade com o dólar.

Após essa primeira série, as empresas auríferas da África do Sul, jazidas relativamente mais ricas, tem seus rendimentos em alta. “A renda diferencial das minas que exploram as jazidas mais ricas aumenta de maneira vertiginosa” (MANDEL, 101). Junto a isso, existe um aumento na produção do ouro, que reduzia até o final da paridade. Em que as minas menos rentáveis precisam encontrar um comprador, mantendo seu lucro e o superlucro das jazidas mais rentáveis.

O que primeiramente faz com que o preço do ouro salte é a modificação do mercado, determinando o preço através das minas menos rentáveis, que voltam a operar e garantir o superlucro das minas mais rentáveis. Em um sistema de moeda metálica, preço do ouro não faz sentido, já que seu preço seria avaliado em ouro.

No entanto, em um sistema de papel-moeda, é possível expressar o preço do ouro em papel-moeda, significa a quantidade de ouro presente em cada moeda. “Em um sistema de moeda de papel de cotação fixada e envolvida em um processo de inflação permanente, o aumento do ‘preço do ouro’ refletirá forçosamente essa depreciação” (MANDEL, 102). Aqui uma explicação estrutural para essa alta, sendo por emissão excessiva de moeda fiduciária e por ampliação de moeda escritural (de créditos bancários).

No entanto, isso não é sempre assim. Após 30 anos com inflação à 300% (MANDEL, 102), acontece uma elevação da média de preço de todas as mercadorias, que mesmo com crescimento da produtividade do trabalho não se comparam com a indústria aurífera. A produtividade do trabalho nas minas aumenta menos rapidamente do que na indústria e na agricultura. Isso só é superada quando se encontra uma jazida superprodutiva.

“Quando a produtividade do trabalho aumenta proporcionalmente menos nas minas de ouro do que na indústria e na agricultura, uma dada quantidade de ouro se trocará por uma quantidade crescente de aço, de tecido, de chá etc” (MANDEL, 102),

Ocorre um aumento no valor relativo do ouro, menos passa a representar mais. A inflação do papel-moeda pode escamotear a queda dos preços das mercadorias. Então temos que pensar o preço do papel-moeda, o preço das mercadorias e o preço do ouro. “A elevação do ‘preço do ouro’ de 600% é, portanto, o produto da taxa de inflação média e da elevação do valor do metal com relação ao valor médio das outras mercadorias” (MANDEL, 103). Por exemplo, se entre 1910 e 1980 houve um aumento de 800% na produtividade média do trabalho industrial e nas minas de ouro só de 250%, a “valorização do ouro com relação à média das outras mercadorias é, portanto, a grosso modo, de 300%.” (MANDEL, 103)

Lembrando que no regime capitalista os preços de mercado não são jamais idênticos ao valor, mas oscilam em torno dele, sob influência da oferta e da demanda.

Após 20 anos do final da paridade, a demanda de ouro aumentou mais rapidamente, no setor privado, do que a oferta. Com o crescimento do entesouramento por industriais e pelo entesouramento privado corrente, “que se eleva a várias centenas de toneladas de ouro por ano”. Ou seja, com o ouro sempre estando mais caro, é recorrente o entesouramento.

Somando-se a isso, existe uma acumulação de haveres em dólar-papel, em depreciação acelerada, nas mãos de capitalistas privados e instituições públicas fora dos EUA. Sendo uma demanda potencial ou virtual em ouro. Esses haveres em dólar fora dos EUA cresce muito depois dos 60, mas cresce muito mais depois de 73, com os eurodólares e petrodólares, uma relação entre os países da OPEP e países europeus.

É

“necessário que a queda da cotação de câmbio do dólar continue amplamente inferior à taxa de elevação do preço do ouro para que os proprietários de grandes reservas de dólares se interessem em especular contra o dólar” (MANDEL, 103)

O dólar deveria desvalorizar em relação às outras moedas. Os “detentores de grandes reservas de dólares tem, portanto, interesse em comprar ouro somente no limite em que isso não desencadeie um desmoronamento das cotações de câmbio do dólar” (MANDEL, 104). Isso que fazem os países superavitários, compram ouro aos poucos.

Agora com uma “demanda suplementar resiste a uma oferta relativamente inelástica”, a produção aurífera cresce pouco, “há uma ruptura brutal do equilíbrio entre a oferta e a procura, o que leva à elevação do ‘preço do ouro’, superando claramente seu valor real (o preço de produção)” (MANDEL, 104). Esse é o quarto elemento que explica a ascensão do preço do ouro, junto à “transformação do mercado, da revalorização relativa desse metal relativamente à média das mercadorias e da inflação permanente” (MANDEL, 105).

Sendo a especulação um fator menos relevante ao processo de aumento de preço do ouro, é o quinto fator que explicaria essa elevação. A taxa de elevação do ouro supera, e muito, a inflação. Fazendo com que o valor de sua venda anual ultrapasse, cedo ou tarde, sua procura. Muito ouro, muito caro, sem compradores... Enfim, as relações de oferta e procura do ouro não se estenderam à se afastar progressivamente de seu valor intrínseco, ele poderá cair de novo. Como entre o final de 74 e 77, quando ele despenca de 200 para 125 dólares.

Ao definir a valorização do ouro em relação às outras mercadorias, o autor enfatiza as causas naturais que causam esse atraso na produtividade do trabalho nas minas auríferas em relação à indústria e agricultura, como o exaurimento das minas, custos crescentes de exploração, etc.

A indústria aurífera da África do Sul manteve o salário, se não os abaixou, durante quase um século. Sendo os salários da construção civil e da agricultura o dobro, ou o triplo. O autor vincula

“admiravelmente a explicação desses salários de fome ao sistema de apartheid: ‘Salários mais baixo podem ser pagos, na medida em que a base rural fornece rendimentos suplementares a uma mão-de-obra oscilante (temporária)”. (MANDEL, 106)

Por tratarem com força de trabalho flutuante, ou seja, temporária, reduzem ao mínimo os conflitos do trabalho. Trata-se de condições análogas à escravização nas minas de ouro do Rand. Com um aumento da industrialização e com uma nova realidade sociopolítica na África do Sul, fica difícil recrutar trabalhadores para as minas, buscando essas força de trabalho nos países vizinhos, como Moçambique e Botsuana.

Por pressões anti-imperialistas, somadas à inflação internacional do dólar, que aumentaria os custos de produção, os salários passam a ser elevados, a fim do recrutamento de mão de obra sulafricana. De 0,8 rand/dia, passa para 1,6 rand/dia, de 70 para 74. Essa valorização do ouro frente as

outras mercadorias representa, em menor parte, os efeitos da revolução colonial. Somado ao fato de que, a burguesia e o estado sul-africano “beneficiam-se com a valorização do ouro, que constitui, portanto, uma forma de redistribuição da mais-valia mundial entre a burguesia imperialista e a dos países semi-coloniais” (MANDEL, 106)

A explosiva do preço do ouro teve efeito radical no sistema monetário internacional. Em 79, foi a primeira vez em 20 anos que “a participação do ouro nas reservas dos Bancos Centrais aumentou mais do que a participação do dólar e do conjunto das moedas de reserva” (MANDEL, 107). Para ele, “isso quer dizer que se dava bem mais relevância à manutenção de um estoque de ouro importante do que todo o rumor da ‘desmonetarização’ faria supor” (MANDEL, 107).

Se o preço do ouro crescesse mais lentamente, talvez fosse possível cobrir com ouro as principais moedas dos países centrais.

“Tudo se passa, portanto, como se a ‘ascensão do ouro’ constituísse um mecanismo objetivo, automático, através do qual a lei do valor, ou seja, as leis objetivas que regem a economia (capitalista) de mercado, tem a sua revanche com relação às manipulações e às ‘políticas econômicas’ dos governos, dos Bancos Centrais, dos Estados e dos monopólios”(MANDEL, 107).

Isso é mais verdade, quando se nota que a repartição do estoque de ouro condiz com a participação de cada país nas exportações mundiais. Ou seja, exporta-se para redistribuir a mais-valia do mundo.

Consequência dessa ascensão do ouro é que os EUA estão em condições de regular seu deficit corrente de seu balanço de pagamentos em ouro, ou seja, com o aumento do preço do ouro, os seus estoques que eram gigantes, agora estão ainda mais valorizados. Tudo “se passa como se a alta do preço do ouro restabelecesse um pouco mais ‘de ordem’ e de ‘verdade objetiva’ no funcionamento do sistema monetário internacional” (MANDEL, 107). Antes os EUA imprimiam dólares superfaturados para o mundo. A alta do ouro vem para acabar com os desequilíbrios das balanças dos países centrais, que usaram o seu ouro estocado para saná-las, já os países periféricos, sem estoques grandes de ouro, estariam ainda mais endividados, o que explica a sede do Brasil por extrair ouro em seu território.

Até o capital financeiro apela para que os países paguem seu deficit em ouro. Por exemplo, a OPEP reclama de receber, pelo seu petróleo, em dólar, que se deprecia rapidamente. Os países centrais, dizem que pagarão suas dívidas em ouro, o que regularia a inflação mundial. Para os povos da OPEP, nada muda se os estoques são em dólar ou em ouro. Mas para as classes dominantes capitalistas, o ouro é bem mais interessante, pois sempre se valoriza.

Seria uma retomada de um sistema monetário baseado no padrão-ouro? Situação difícil, pois mesmo que as potências consigam equilibrar seus estoques de ouro em relação às suas exportações, isso não ocorre com todos os países capitalistas, a periferia deve ainda mais. Os países periféricos possuem estoques de ouro muito inferiores que suas exportações.

Como um

“jogo no qual a alta dos preços de produtos manufaturados, exportados pelos imperialistas para o Terceiro Mundo, gera uma alta do petróleo podendo gerar uma alta paralela do preço do ouro e, portanto, sua redistribuição progressiva em benefício dos países superavitários” (MANDEL, 108).

Apenas os países superavitários é que levam vantagem nesse processo, principalmente os não exportadores de petróleo, “eles não tem meio algum de adquirir um estoque de ouro suplementar e seriam condenados à bancarrota quase imediatamente em caso de retorno ao padrão ouro” (MANDEL, 108). Os problemas dos países periféricos deficitários só pode ser resolvido de uma forma, com a “expansão contínua do crédito internacional, se se trata de evitar uma queda radical de suas importações de mercados imperialistas” (MANDEL, 108). Ou seja, para manter a exploração dos países periféricos é necessário lhes fornecer crédito. Créditos fornecidos em dólar!

Não continuaria o padrão dólar, seguia uma série de transformações graduais que indicam o declínio do dólar e a ascensão do ouro. Já que o Brasil recebia empréstimos em dólar, nada mais econômico do que procurar aumentar a extração de ouro em seu território.

Os Bancos Centrais avaliam seus estoques em ouro com o preço corrente no mercado, não mais com o definido pelo FMI. No sistema monetário europeu, voltam as transações em ouro, mesmo que timidamente. A OPEP exige que os pagamentos não sejam em dólar, mas calculado dentre todas as moedas flutuantes dos países ‘imperialistas’. Assim, os EUA exigem que os outros países centrais também joguem suas moedas como reservas de divisas, como o dólar. O que acontece gradativamente. O marco alemão e o iene passam a ser papéis de reservas, passando a ser mais utilizado nos sistemas bancários. A participação do dólar no mercado mundial passa a ser reduzida, mesmo que lentamente, ao mesmo tempo que outras moedas passam a lavar e saldar transações mundiais. Os países periféricos são os mais interessados na manutenção do padrão ouro, pois podem tomar empréstimos em boa moeda e pagar com dinheiro sem valor. O padrão dólar reduz um pouco o peso de suas dívidas.

Os eurobancos também costumam se endividar em moedas fracas e ser credores em moedas fortes. Ou seja, pegam empréstimos que após um tempo possuem menos preço e emprestam em moedas que terão maior preço. Assim, os grandes bancos querem se desembaraçar do padrão dólar. Da mesma forma, os bancos passam a aceitar o pagamento em ouro, prata e diamantes.

A crise capitalista a é por um duplo, resultado de uma queda da taxa média de lucro e expressão de uma superprodução. As questões monetárias, daí derivadas, são expressão da explosão da taxa de juros e a super-expansão do sistema creditício. Internamente aos países centrais, a retomada lenta é consequência de uma nova explosão da inflação do crédito.

No entanto, se internamente essa situação é parcialmente controlável, uma vez que resolve seus problemas na balança comercial com exportações, mundialmente nada igual existe.

“A explosão do endividamento internacional coloca o capitalismo internacional diante de uma contradição insolúvel: ou bem se arrisca a estrangular o comércio mundial, ou bem se arrisca a falir grandes devedores” (MANDEL, 110)

, esse último tendendo a uma crise generalizada.

A elevação do preço do ouro estimula a inflação do dólar, em consequência a alta das taxas de juros. No entanto, essa alta da taxa de juros, junto a estagnação econômica, freia o investimento produtivo. Diante da ascensão do ouro e da queda livre do dólar, os empréstimos em dólar passam a ser mau negócio para os bancos, ou seja, o enfraquecimento do padrão dólar assinala os limites da inflação enquanto amortecedor temporário da crise. Sendo assim, a gravidade da crise é expressa na forte alta do ouro. Que se deve ao

“abalo do sistema de crédito em função da crise – ou seja, em função da taxa média de lucro insuficiente e da superprodução potencial ou virtual – que se encontra, em última análise, a base da predileção pelo ouro” (MANDEL, 110)

Não se tem lucro, as moedas valem menos e o ouro vale mais. No sistema bancário o ouro é capital por excelência,

“para a afirmação dos quais toda outra forma de capital e trabalho deve ser sacrificada(...) Eles se distinguem pelo fato de ser encarnações independentes, expressões do caráter social da riqueza (...) Tal existência social (da riqueza) aparece, então, como algo exterior a ela, como um objeto, uma coisa, uma mercadoria ao lado e externa aos elementos reais da riqueza social. (...) É a confiança no caráter social da produção, do qual nasce a forma monetária dos produtos como qualquer coisa que tende a desaparecer e que é ideal, como representação pura e simples. Mas, desde que o crédito é abalado – trata-se de uma fase sempre inevitável do ciclo industrial moderno – toda riqueza real deve real e

bruscamente ser transformada em moeda, em ouro e prata, exigência idiota mas que é produto necessário do próprio sistema” (MARX, 198)

Corrida pelo ouro é bem explicada logicamente por Marx, acima. O ouro e a prata aparecem como independentes, como tendo valor em si. O capital é irracional e bárbaro, a alta do ouro representa essa irracionalidade do capital, que condena à miséria, à fome, senão à morte, milhões de seres humanos, não porque o mundo produz muito pouco, mas porque ele não pode consumir os bens que produz sem que esses transitem pela moeda, ou seja, de novo e cada vez mais, pelo ouro. Essa particularidade do ouro enquanto moeda o torna elemento essencial para diversas economias, principalmente nos países periféricos, não sendo diferente em Roraima, que com pouca composição orgânica do capital vai extrair ouro através da superexploração da força de trabalho indígena.

2.3. Questão indígena como contratendência e discursos acadêmicos que as legitimam

Primeiramente gostaria de elaborar uma ressalva, apresentando uma forma de expropriação que muito difere, qualitativamente, das formas clássicas do capital em outros tempos e outras terras. A expropriação primeira, logicamente, dos trabalhadores, em formação enquanto uma massa de homens libertos, os torna duplamente livres, em sua positividade, podendo escolher a quem venderá sua força de trabalho e em sua negatividade, estando livres de todo os meios de produção, ferramentas e terra passam a ser exclusividade do capitalista, para não dizer do próprio capital. Momento esse que diz respeito à formação de corpos para o trabalho, obrigá-los a vender a única coisa que lhes restou, sua única propriedade privada, a força de trabalho. Por mais que em muitos lugares a intensificação do moderno se faça ainda nesses termos, no caso estudado não existe uma expropriação das terras em que se encontram os macuxi, atualmente, no movimento categorial estudado a expropriação passa a dizer respeito a colocar os sujeitos ainda mais dependentes da totalidade. A expropriação e exploração não é extraeconômica em estrito senso, não que não ocorra, mas sim econômica, o preço médio impõe a socialização com a totalidade capitalista. Lembrando do fetiche da mercadoria, as categorias do capital/moderno são forma de mediação social, estando obscurecidas pela prática social, tendo uma de suas formas de manifestação no preço, esse que ao aparecer enquanto materialidade e positividade esconde as relações por trás dele. O preço é como uma cortina de fumaça, uma vez que esconde a forma social capitalista e a apresenta enquanto materialidade dada, como naturalização, ou seja, já é natural aos indígenas da Raposa/Serra do Sol usarem dinheiro como uma abstração que a tudo pauta. Inserir uma massa maior de trabalhadores no processo produtivo global é uma das formas de contratendência ao colapso capitalista, mesmo que esses trabalhadores sejam inseridos em sua

negatividade, trabalhadores socializados pela negação do trabalho, característica da formação categorial periférica, a negatividade categorial.

“A unidade da forma valor centro-periférica fez da periferia a negatividade categorial como forma de ser das categorias que se formam no centro da reprodução capitalista e negativamente na periferia, necessariamente. Esta negatividade, portanto, se põe como o não ser categorial necessário para a sua realização nas realidades centrais” (ALFREDO, 2003, 26)

O dinheiro chega/aparece como positividade onde a sua ausência é a ordem do dia, já socializados com dinheiro há muito tempo, hoje não podem garimpar, atear fogo, plantar com máquinas, ou seja, possuem o direito à terra e estão socializados pelo dinheiro, mas totalmente subsumidos à forma de produção com baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas.

Grossmann, em sua teoria do colapso, procura pontuar algumas das estratégias do capital a fim de reduzir sua tendência à crise, seu *modus operandi* passa por momentos de busca ininterrupta por um rendimento sempre maior. Devido ao papel da periferia (Brasil) na divisão internacional do trabalho, em que, desde o sentido da colonização até agora o agrário predomina, algumas formas de exploração, contra-tendências, afloram em estados nacionais operando em sua negatividade, inclusive na forma da lei, como estados de exceção⁸⁶.

A primeira contratendência é o ‘dinheiro adicional’ necessário para a extensão da produção. O autor elenca dois fatores, desdobrados da crise, que desencadeiam tal tendência, o primeiro é a falta de lucro, que gera o dinheiro adicional, mesmo podendo parecer que o dinheiro adicional que gera o lucro, o segundo é devido à velocidade de circulação, gerando dinheiro adicional necessário para a extensão da produção. Marx já havia tratado no livro II sobre o “efeito do tempo de rotação sobre a magnitude do adiantamento de capital”, uma liberação periódica e necessária de dinheiro adicional, capital financeiro, através da rotação do capital. Ou seja, para manter o lucro com uma rotação alta, é necessário inundar o mercado de dinheiro, mesmo que fictício.

Parte do capital está destinada à produção, enquanto outra parte está destinada à circulação. Se o tempo de produção e circulação fossem o mesmo, o dinheiro que refluí da circulação seria empregado totalmente na produção, aqui não existiria “dinheiro adicional”. No entanto, diferentes

“são os casos em que a duração do período de trabalho e o período de circulação não é igual. Nestes casos, ‘a partir da segunda rotação uma parte do capital circulante global ficará livre, de maneira constante e periódica, ao término de cada período de trabalho” (GROSSMANN, 132)

86 Momento em que as leis democráticas são suspensas para garantir a própria democracia (AGAMBEN, 2004)

Ou seja, o capital acumulado pela extração de mais-valia, não podendo ser invertido lucrativamente, passa a procurar o lucro na circulação, esse capital a mais inundará os mercados como moeda creditícia, aumentando a velocidade da rotação desse capital. Assim, a crise gera a reprodução capitalista através dos créditos.

No capitalismo a liberação de capital constitui necessariamente uma regra. Parte significativa do capital social circulante, rotando várias vezes ao ano, está sob a forma do capital disponível, ocioso. Assim se cria uma ficção do dinheiro, ficção de seu valor. A magnitude do capital liberado é crescente, uma parte dele será revertido na forma capital financeiro, sempre. Marx demonstra que o capital financeiro, pelos mecanismos de rotação, são liberados pela desigualdade entre períodos de trabalho e circulação, além de que grandes massas de capitais financeiro são liberadas somente pelo movimento de rotação do capital. Ponto importante para pensar os financiamentos internacionais sobre as questões da Amazônia, uma vez que são esses capitais ociosos, financeiro, que enchem os mercados dos países centrais e que vão ser fonte de investimentos em projetos de desenvolvimento da Amazônia.

A segunda contratendência seria o surgimento de novas esferas da produção com menor composição orgânica do capital. A concorrência não se expressa somente nos artesãos independentes, entre os capitalistas ela também se propaga como uma peste, sobrando uma pequena quantidade de magnatas do capital. No entanto, sempre existem investimentos novos e novos capitais entram no mercado, Marx faz sua análise somente com dois ramos produtivos, nas “Teorias da mais-valia”, demonstra que o capital entra sempre em novas esferas de produção, como uma necessidade imanente de sua forma. Assim, com a acumulação do capital, cresce o número de capitalistas, aumentam também, constantemente, os ramos de produção, com o que se abrem bases de inversão de capital que antes não existiam. Os objetivos do chamado desenvolvimento sustentável parecem criar bases de inversões de capitais que antes não existiam. Junto a um processo de concentração de capital, também existe um processo de fracionamento,

“a acumulação e o crescimento dos capitais em funcionamento está compensando pela formação de novos e a divisão de antigos capitais (...) Dado que o limite mínimo para os capitais nas esferas da produção com elevada composição orgânica do capital é bem mais alto e sempre aumenta, a fração de novos capitais produzidos não é suficiente; então ‘os capitais menores, pois, se voltam às esferas da produção que a grande indústria unicamente se apodera de maneira esporádica e imperfeita’ (GROSSMANN, 147)

Ou seja, são esferas da produção que possuem baixa composição orgânica do capital, ocupando, relativamente, muito trabalho vivo, na tentativa de extrair mais mais-valia e obter lucro. Nesse ramo se produzirá uma massa maior de mais-valia. Assim, a concorrência compensa essa taxa de mais-valia

elevando em níveis gerais a taxa de lucro, dessa maneira a mais-valia extraída em setores menos produtivos permite uma realização de mais-valia de setores mais produtivos. Aqui está o lucro médio.

Por um lado, a baixa composição orgânica do capital aumenta a taxa de mais-valia, por outro, a criação de novos ramos produtivos possibilita a inversão produtiva de um capital acumulado, o que posterga a crise. Constantemente surgem novos ramos produtivos, uns mais outros menos produtivos. Enquanto que o desenvolvimento técnico da maquinaria expulsa trabalhadores, assim o capital acumulado e parado pode ser investido nesses novos ramos produtivos criados, dentro de seu próprio país. Resulta então em um movimento periódico,

“o capital acumulado busca possibilidades de inversão, pressiona a taxa de lucro, novas descobertas tecnológicas, novas possibilidades de inversão, desenvolvimento de novas esferas de produção, absorção de capital excedente, nova acumulação e assim por diante” (GROSSMANN, 150)

Citando o exemplo da Inglaterra, o autor constata que o país possui muito capital acumulado sem possibilidades de inversão, mas segue as procurando. Uma enorme acumulação de riqueza ociosa na Inglaterra esperando um momento e lugar para sua inversão lucrativa (ou simplesmente de redução dos prejuízos). Aqui podemos ver a importância de produção, mesmo que com baixa composição orgânica de capital, na periferia, o que nos coloca face aos indígenas enquanto garimpeiros, extraindo ouro com baixíssima composição orgânica do capital.

Terceira contratendência, Expansão do volume da produção sobre a base da mesma técnica, que o autor denominaria de acumulação simples. Segundo ele, a observação da realidade não nos apresenta um constante crescimento da técnica maior do que um constante incremento da população. Nos deparamos com momentos em que a expansão capitalista é executada com a mesma técnica, chama isso de acumulação simples. Com o desenvolvimento da acumulação do capital, esses períodos de repouso da técnica se tornam cada vez mais curtos, já que a concorrência se torna cada vez mais intensa.

“Esta constante expansão do capital, ou seja, também da produção, sobra a base do antigo método de produção, que prossegue tranquilamente enquanto que ao mesmo tempo se instauram e os métodos novos são, por sua vez, uma das causas por quais a taxa de lucro diminui na mesma medida em que aumenta o capital global da sociedade” (GROSSMANN, 150)

Assim algumas máquinas param de fazer parte da produção e ficam sem ser pagas, gera-se, então, um maquinário excedente.

“O aumento do capital acionário” (GROSSMANN, 187), é a quarta contratendência. Uma das contratendências ao colapso é uma proporção “progressivamente crescente” do capital, que se torna excedente, adota a forma de capital acionário. Esses capitais, mesmo que invertidos em grandes empresas produtivas, uma vez retirados todos os seus custos, só restam grandes juros, os dividendos. Assim, a taxa de lucro da indústria ferroviária é menor do que a média, devido ao seu inferior desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalista constituir um fundo de reserva, pode investir esse capital em papéis e postergar a tendência ao colapso. No entanto, não são muitos capitalistas que tem acesso ao juros normal, debilitando o colapso, pois ainda conseguirão pagar seus custos.

Quinta contratendência, "Ampliação da base da população por uma taxa de crescimento acelerada ou pela migração. A acumulação de capital e o problema da população. O temor a subpopulação" (GROSSMANN, 190). Otto Bauer acredita que as crises surjam na diferença de magnitude do aparato produtivo e o aumento da população, sendo equilibrada nas crises, mas Rosa já o refutou. Ela demonstra que os países europeus, no pós primeira guerra, cresciam vertiginosamente, muito mais rápido do que o crescimento da população.

Não existe uma adequação da acumulação do capital com o crescimento da população, como quer Bauer. Mas as críticas de Rosa encontram seu limite, pois ela considera a população somente como consumidora, como compradora das mercadorias dos capitalistas, por isso vê na população um limite da acumulação do capital, por não assegurar a compra suficiente das mercadorias. Para Grossmann, a partir de uma determinada etapa do desenvolvimento, se produz necessariamente uma sobreacumulação de capital, tornando a base de valorização cada vez menor. Se aumenta a base de trabalhadores, a mais-valia aumenta, com isso a tendência ao colapso ficando postergada. Aqui surge uma tendência do capital, empregar o maior número de trabalhadores possíveis, que não está em contradição com a tendência de empregar a menor quantidade de trabalho, em geral, em relação com o capital adiantado. Ou seja, devem investir mais em forças produtivas, para aumentar a massa de trabalhadores.

“Para que a acumulação possa ser um processo contínuo, ininterrupto, é condição indispensável que se mantenha este crescimento absoluto da população, ainda que esta diminua relativamente em proporção ao capital empregado. O aumento da população constitui a base da acumulação como processo contínuo” (GROSSMANN, 192)

A acumulação do capital só é possível enquanto seja possível ampliar a base de valorização do capital, incluindo mais trabalhadores na produção, por exemplo, nascem 10 trabalhadores, 2 são empregados, com o passar do tempo, nascem os mesmos 10, agora somente 1 é empregado, e assim

por diante. Ou seja, o capital necessita de mais trabalhadores, mas precisa cada vez mais de capital constante do que variável, esse último que o capitalista tenta reduzir a todo custo. O autor, dá como arquétipo a Alemanha no final dos 1800, que cria políticas de emigração, pois o aparato produtivo não dava conta de toda essa população, momento em que migram quase 2 milhões de pessoas para o mundo. No entanto, com o rápido crescimento da indústria, foi necessário uma crescente absorção da força de trabalho adicional, para criar uma base grande o suficiente para a acumulação. Época em que o crescimento das cidades e o abandono do campo passam a suprir essa necessidade de força de trabalho. Vale lembrar, que nesse momento, o trabalho se intensifica, a massa de trabalho explorada aumenta mais do que a massa de trabalhadores, seria a fase de expansão do capital. Aqui uma explicação econômica para as migrações, a não absorção de força de trabalho em determinado lugar e seu deslocamento para novas áreas de produção.

Não importando se em algum lugar do mundo existem grandes massas humanas, se não que elas devem estar disponíveis precisamente ali onde o capital as necessita, com o momento fictício do capital em que vivemos, os indígenas deve estar ali para aparecerem enquanto produtividade, o espetáculo do moderno passa pelo exótico desses povos. Cabe pensar que a indústria concorrente⁸⁷, no caso estudado, prega a morte ou o êxodo como solução. Mais uma vez, os indígenas se encontram entre a cruz e a espada, ou se inserem de alguma forma, geralmente preestabelecida ou serão eliminados, ou absorvidos ou eliminados, essa é a opção dada aos povos conquistados, colonizados e modernizados.

A sexta contratendência é a função da exportação de capital no capitalismo. A sobreacumulação de capital e a luta pelas esferas de inversão. Capitais que ao não encontrarem esferas lucrativas da produção em sua área de atuação, buscam ser exportados às esferas do globo em que a composição orgânica do capital é menor, na esperança de atingirem os rendimentos esperados, mesmo que esses sejam somente a redução de suas perdas. O papel da especulação no capitalismo, no momento atual, é de suma importância, uma vez que o capital global pouco consegue se remunerar, a não ser nos mercados financeiros e nas formas de especulação, que nada mais são do que promessas de trabalho para um valor ainda não criado.

A partir destas seis contratendências, que procurarei demonstrar a importância da criação de terras indígenas para o próprio capital. Infelizmente, essa forma social é totalizante, para isso extremamente totalitária, utilizando de muita violência, imposição e repressão para se manter como mundial.

87 Mineração, pecuária, madeireiras e agronegócio.

2.3.1. *As Metafísicas Canibais*

A formação das terras indígenas no Brasil é um processo que se dá concomitante a uma elaboração teórica acerca dos povos indígenas, aqui apresento as principais ideias de Viveiros de Castro em seu livro intitulado *Metafísicas Canibais*, onde atenta às categorias dos próprios indígenas, se é que podemos chamá-las assim.

A fim de requalificarem os procedimentos antropológicos, Viveiros propõe o conceito de *perspectivismo ameríndio*, para que possamos tatear a forma de ver o mundo dos próprios indígenas, como se perguntar ‘como podem os (dito) ameríndios nos iluminar?’, a resposta talvez passe por outras metafísicas possíveis, essas denominadas por ele como “realismo especulativo” e “metafísica experimental”. Conceitos esses originários de uma “metafísica da predação”, presentes nas chamadas “categorias sociológicas indígenas”, expressando uma aliança matrimonial, ou seja, só não se alimentam dos outros por serem seus parentes – daí o autor insere outro conceito por ele criado, a “afinidade virtual”, para falar sobre as metafísicas ameríndias. Bola um tripé de uma alter antropologia indígena, formado pelo perspectivismo interespecífico (cada um vê a outra espécie de diferentes formas), multinaturalismo ontológico (existem diversos povos diferentes entre si) e alteridade canibal (se vem de forma diferente entre si, podendo ser comida), para ele isso comporia a filosofia dos povos exóticos, lembrando Levi Straus. Cabe apontar que em alguns momentos da história os espanhóis recolhiam indígenas para saberem se tinham alma, ao mesmo tempo em que os ameríndios os faziam com os brancos, mas para saber se seu corpo apodrecia ou não. Parece-me muito válido demonstrar as diferentes formas de ver o mundo e não simplesmente apagá-las, principalmente se isso garantir algum direito para esses povos.

Os ‘regimes ontológicos ameríndios’ divergem de como perceber às funções semióticas atribuídas ao corpo e à alma. Os europeus nunca duvidaram que os indígenas tinham corpo, os animais também os tem, já os indígenas tinham certeza de que os europeus tinham alma. Enquanto o europeu não podia saber se os outros corpos tinham a mesma alma que ele. Os indígenas duvidavam que outras almas poderiam habitar corpos semelhantes aos dos indígenas. Para o europeu o corpo está na natureza, para o indígena a alma está na natureza. Para o europeu o corpo é do inato, do espontâneo, da natureza, a alma seria algo construído, fruto de uma diferenciação da materialidade, como as espécies. Para o indígena a alma é experienciada como uma manifestação “da ordem convencional implícita em todas as coisas” ela “resume os aspectos em que o possuidor é similar aos outros, para além dos aspectos em que ele difere deles”, assim é responsabilidade dos agentes construir um corpo. Europeus fazem almas, o corpo é a priori e os indígenas fazem corpos, a alma é imanente. (DE CASTRO, 55) Aqui estaria a diferença entre povos que coletivizam e povos que diferenciam.

A teoria cosmopolítica desses povos imagina um universo povoado de diversos agentes, tanto humanos como não humanos. O vento, as árvores, os raios, tudo tem uma alma semelhante. Esses outros seres dotados de alma são pessoas em determinados contextos, são entidades complexas com duas faces, uma visível e outra invisível. Mesmo essa semelhança da alma, não implica que essas almas se percebam e expressem homogeneamente. Vem suas formas como sistemas sociais organizados, seu alimento como bons alimentos, seus desenhos nas peles como adornos, Viveiros chama isso de perspectivismo.

Se nem todos seres existentes são pessoas de fato, é possível que qualquer espécie seja pessoa. A possibilidade que um ser insignificante se mostre ao doente, ao sonhador ou ao xamã como um ser prosopomórfico capaz de afetar os negócios humanos é real. Os não humanos aparecem como humanos em um contexto particular, o xamanismo, esse que cruza as barreiras corporais e pode administrar relações entre os não humanos e os humanos. O multiculturalismo ocidental seria o relativismo como política pública e o perspectivismo xamânico é o multinaturalismo como política cósmica. O relativismo cultural, multiculturalismo, supões uma diversidade de representações subjetivas e parciais, incidindo em uma natureza externa e una. Os ameríndios não, partem da unicidade do humano que se expressa em uma radical diversidade real. Perspectivismo é multinaturalismo.

2.3.2. Financiamento e logísticas das organizações não governamentais

Realmente as metafísicas canibais nos dão um olhar sobre outras formas de sociabilidade e colocar nas mãos dos próprios indígenas a sua história e seus saberes, mas não podemos esquecer que essas outras formas justamente passam a ser alvo do capital mundial, não como algo a ser destruído, como até os anos 70, mas como algo a ser absorvido, que passe a compor a lógica imanente do capital, produzir mais dinheiro. Esse é um momento em que algumas instituições realizarão a ponte entre tais metafísicas e o mercado global. Na questão indígena, se destacam algumas ONGs e órgãos de fomento de países com muito capital ocioso, como a Noruega.

Paulo Arantes, em seu texto “ONGs: identidades e desafios atuais” (ARANTES, 2000), nos dá pistas do papel das ONGs no capitalismo mundial, como sua forma de ser é necessariamente capitalista, dizendo respeito, principalmente, à fase fictícia do capital, a partir dos 70. Aqui acontece o elo entre capital internacional (excedente) e parte da população periférica tida como improdutiva, classificados com bens “socioambientais”.

Primeira afirmação do autor é muito pertinente, de não podemos esquecer que uma organização não governamental “não pode pensar e agir como uma agência estatal” (ARANTES, 23). No entanto, para o autor, as autoridades governamentais estariam se comportando como ONGs, que, eleitos, estariam aptos a advogar a boa causa da sociedade, sempre com postos-chave no aparelho de estado. Tem

“se dedicado a lançar ‘programas’ de fortalecimento da ‘sociedade civil’ (...) É um tal de abrir e construir ‘espaços’, nos quais ‘interagem’ ‘atores’ (novos de preferência) que trocam juras de ‘compromisso’ e ‘envolvimento’ mútuos, tudo num registro altamente ‘pró-ativo’. Em contrapartida, será taxada de ‘reativa’ qualquer iniciativa que cheire a ressentimento de perdedor. Espaços obviamente de ‘participação’, e, mais enfaticamente, de ‘participação cidadã’, irrigados por ‘canais de interlocução’, através dos quais governo e a supracitada sociedade civil ‘aprendem a pensar e agir juntos’ (...)” (ARANTES, 36.)

Ou seja, um discurso altamente competitivo, tendo que mostrar o trabalhador como produtivo para o mundo, forma de consciência em expansão a partir da ficcionalização do capital. Na órbita dessa moral, tudo se torna um desafio/negócio, a miséria, a violência, a fome, o desemprego, as migrações. Ou seja, na moral do trabalho e dos direitos civis, tudo torna-se mercadoria, mesmo que somente para sua especulação.

As ONGs aparecem para ocupar o lugar vago após a falência dos paradigmas anteriores em relação às transformações sociais, como a reforma agrária, por exemplo, as ONGs aparecem como salvação de um mundo sem salvação. Afirmar uma sociedade dita civil significa que essa deixou de ser reativa, mas sim passou a integrar a forma social. Assim, ONG e governos formam uma relação relevante, ora mais à direita e ora mais à esquerda. “Nesta entidade surrealista, nada acontece que não seja emanção de uma intensa atividade ‘comunicacional’, que não se dê sob a égide do ‘consenso’ e da ‘transparência’.” (ARANTES, 38.) Ou seja, essa atividade consensual diz respeito ao direito moderno enquanto formador de um sujeito de direito, possibilitando essa teórica igualdade jurídica, que esconderia outras desigualdades, como a econômica. Trata-se de ‘marketing social’, aparecer produtivo, transparente. Ao financiar ONGs as empresas aparecem como protetoras de alguma coisa, ao mesmo tempo que o estado ao recrutar as ONGs se estende na “terceirização das funções sociais do Estado”.

Aqui faz uma boa afirmação sobre as ONGs e os Mercados de Projetos se tornarem uma profissão:

“as firmas tagarelam na autodesignada condição de novíssimos pioneiros e protagonistas da Era dos

Direitos, os detentores senão dos direitos autorais dessa matriz discursiva, com certeza de sua disseminação mais combativa, acabaram descobrindo nessa arena, conflitiva por natureza, por assim dizer, uma vocação profissional” (ARANTES, 38)

Assim, o *modus operandi* das ONGs passa pela

“elaboração e execução de um ‘projeto’ em conformidade com as exigências de qualquer financiadora. Tais projetos lidam com fundos escassos sob severa vigilância, que, por sua vez não toleram amadorismo, exigem, pelo contrário, um cálculo profissional de custo/benefício, na previsão do ‘retorno’ do investimento, o qual vem a ser enfim a transformação do apoio recebido em serviço” (ARANTES, 39)

Aqui o mercado de projetos atua nas instituições indígenas como para os capitalistas, a concorrência está posta e uma corrida é iniciada para saber quais serão os novos ‘acariciados’ por projetos. O recente boom das associações indígenas tem, portanto, como condições fundamentais de possibilidade, por um lado, o quadro jurídico progressista da nova Constituição e, do outro, o “mercado de projetos” aberto pela cooperação bi e multilateral e pelas ONGs internacionais, seguidas pelos crescentes investimentos públicos nacionais no setor das OSC (Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e da Educação). Aqui entra o papel do antropólogo, que encontra sua função social ao assessorar os povos indígenas na criação de projetos interessantes para o financiamento externo.

Assim ocorre concorrência entre os que oferecem os projetos e os que os requerem, uma disputa de “parcerias” e nichos de mercado, aqui Arantes afirma não ser possível precisar onde acaba a utopia republicana da cidadania e onde começa um empreendimento tocada à imagem e semelhança do mundo dos negócios. No entanto, parece não existir um limite entre essa utopia da igualdade jurídica e a concorrência empresarial, ambas, em contradição, formam a necessária forma de consciência que permite a exploração do homem pelo homem, na esperança de um futuro em que o mercado seja de iguais, enquanto fetiche da troca.

Arantes, relembra que os teóricos do terceiro setor colocariam valor na criação de mais valores de uso e também no pressuposto do lucro, por isso a possibilidade da existência de organizações sem fins lucrativos, já que essa possibilita o lucro, ou a tentativa dele, para outras empresas. Aqui afirma que não é o cálculo econômico que conta, mas “o que conta mesmo num tal retorno cidadão é sua ‘eficácia simbólica’, devidamente realçada por um aparato retórico condizente com o atual estágio da reprodução social” (ARANTES, 39). Mesmo sem tocar em um assunto que seria a produção de mais-valia global e a queda tendencial da taxa de lucro, desdobrada de uma cada vez menor produção de mais-valia, afirma que tais ONGs não se importam com o lucro, mas sim com uma eficácia simbólica,

ora seja essa eficácia residente nos símbolos do capital, ao inseri-los enquanto cidadãos, mesmo em sua negatividade, passam a compor parte da população que pode, mesmo que só potencialmente, produzir. Aqui a aparência da produtividade, como uma simulação de trabalho. Esse tom positivo que aparecem nas ações voluntárias sem fins lucrativos, decorre, dentre outros fatores, da necessidade de legitimação das políticas compensatórias pelos mesmos que promoveram a devastação econômica, aqui cabe ressaltar que tais figuras são personificações do capital e sua forma de consciência.

O capital enquanto crise de produção de sua própria substância, agora se reestrutura, incorporando mais cidadãos em seu mercado. Por mais que o discurso neoliberal de um estado que deixa seus convidados à francesa perpassa a cabeça dos neoliberais, mais crentes na positividade do capital, no acirramento da competição pelo seu quinhão do dinheiro mundial, o Estado tem a necessidade de ser forte, “no jargão do Banco Mundial, um Estado atuante, não mais um provedor, porém um ‘parceiro’ facilitador e regulador” (ARANTES, 40). Um Estado mais bélico do que nunca, pois cabe gerir seu território e legitimá-lo perante o capitalismo global, em crise.

Agora o estado submete toda a reprodução social à lógica do dinheiro, coisa que o mercado não pode fazer, ou quebraria, pois precisa do estado regulamentador para existir. Assim o estado indutor-normativo-regulador-facilitador oferece perdão para as massas de descartáveis sociais; não morrerão, mas se subsumirão. Somente um estado assim para possibilitar uma acumulação privada, nem que seja só uma ilusão de acumulação, aqui aparece o fetiche em tempos de crise de valorização. Assim os agentes não-governamentais se lançam aos espaços públicos, como as T.I.s, expressando a incapacidade do Estado em relação à regulação social.

Um terceiro setor enxuto, em que o Estado se retira com o sucesso da empresa sem fins lucrativos. Assim as empresas não governamentais concorrem com um espantalho feito só para competir, o modelo estatal de proteção aos direitos civis, que gera uma concorrência quase nula.

Agora, um pouco da forma com que as ONGs se relacionam com a legalidade do estado nacional. O discurso do direito não precisa ser liberal, pelo contrário, mas carrega em si todo aparato gerencial do estado, mesmo sendo de esquerda, quer se incluir enquanto sujeito de direito. Toda essa nova economia, de financeirização da riqueza, se reproduz em uma tentativa de ser produtiva, coisa que não é desde os 70, assim as mercadorias que rendem mais são as mais valiosas, ou assim aparecem. Para uma integração social meramente virtual, para usar as palavras do autor, em que a precificação é que rege o comércio de mercadorias que perdeu sua substância, o trabalho, é necessário uma inter-relação entre poder, dinheiro e cultura, essa última entrando como expressão da necessidade da afirmação das identidades. Assim seria uma regulação moral da reprodução social, como se o capitalismo pudesse se resolver por questões morais e éticas, só basta o capitalista parar de roubar e

não ser excludente, lógica que não condiz com a ilógica do próprio capital, que possui na extração de mais-valia e na expulsão de trabalhadores uns de seus pilares.

Assim surge a ideia humanista de que o homem, se pensar em si “sem fins lucrativos” pode resolver a exploração do homem pelo homem. Dessa forma, a ideia de identidade dos indígenas também possibilita esse pensamento de emancipação do capitalismo. Alguns apologetas dessa ideia, como Peter Drucker⁸⁸ afirma: “que se a ‘sociedade civil’, estando composta por entidades não governamentais sem fins lucrativos, só pode ter como objetivo nada menos que a transformação do ser humano”. Assim o problema do capitalismo seria pessoal, não estrutural. Seria uma apoteose do terceiro setor, a circulação pela circulação, como se só o circular do dinheiro pudesse gerar valor, mercantilistas. Exemplo são as produções indígenas pouco competitivas com o mercado.

A apologética à moral e à cidadania, não faz diferença do charity business para a lógica capitalista, a concorrência de todos contra todos parece se dissolver, milagrosamente, na “coreografia da solidariedade”, ou seja, o que é concorrência aparece como solidariedade, escondendo a concorrência pela própria solidariedade. Concorrência por crédito desse imenso capital ocioso. A exemplo a concorrência por editais, desde entre os povos indígenas aos artistas das metrópoles.

Apologética que está colada com o “programa suicida da economia autonomizada” como um circuito fechado, em que seus atores olham para ele procurando os seus rendimentos, procurando a produtividade nesses novos atores sociais. São empresas sem fins lucrativos que emergem em um mundo inteiramente racionalizado pela economia monetária, algo como uma esquizofrenia total.

O socialismo teria aberto os nossos olhos para uma espécie de filtro moral que o mercado necessita, sem o qual a própria economia de mercado estaria sufocada. Ou seja, a necessidade da existência de um estado regulador moralizante, sendo ele em forma de ONGs ou como um estado forte.

As ONGs afirmam sua história a partir da prática da ‘coalizão dos dominantes locais’, que cooptam, impedem a organização de qualquer coletivo em defesa dos direitos e da cidadania, desautorizam e desqualificam o espaço público. Ou seja, o surgimento das ONGs bebe em ser uma oposição às práticas dos donos do poder, existem em oposição, se afirmam enquanto oposição. É desconcertante ver que, a cada rodada, os termos da demolição social passa pelas formas de resistência dos perdedores, ou seja, até a resistência dos perdedores é necessária para a competição capitalista seguir seu rumo. Aqui os esbulhados de sempre se unem aos ‘novos inúteis do mundo’ em defesa de seus direitos. Portanto, a “sociedade civil” se desmantela em seu próprio nome, destituição de direitos

88 Peter Ferdinand Drucker (1909-2005) foi um escritor, professor e consultor administrativo de origem austríaca, considerado pai da administração ou gestão moderna. Afirmava que a empresa que conseguir vender o produto/serviço certo, para o cliente correto, com a distribuição adequada, por um preço ajustado e no momento ideal, verá seus esforços de venda reduzirem-se a quase zero, ou seja, a venda tornar-se-á automática em função de a demanda ter sido corretamente equacionada e trabalhada. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Peter_Drucker#cite_note-druckerinstitute.com-2) Página visitada em 13 de maio de 2021.

em nome de direitos de última geração, banalização da injustiça social em função de riscos ditos sistêmicos e compartilhados"

Existe hoje uma disputa sobre o significado das palavras, ou um ressignificado delas. De

“uma hora para outra, 'direito' tornou-se privilégio, além do mais em detrimento dos ‘excluídos’; sujeito de direitos, usuário de serviços; destruição social virou sinônimo progressista de reforma; previdência social, um mal entendido num país de imprevidentes crônicos; sindicalismo, críspação corporativista; ‘cidadania’, mera participação numa comunidade qualquer; ‘solidariedade’, filantropia, é claro; bem público, interesses agregados de grupos sociais; desempregado, indivíduo de baixa empregabilidade; ‘parceria’, sempre que a iniciativa privada então com a iniciativa e o poder público com os fundos”. (ARANTES, 45)

Existe uma batalha de interpretações, já que utilizam as mesmas palavras mas com sentidos opostos, como uma dialética. Essas oposições semânticas se embate, permitindo que as ‘classes confortáveis’ se façam de desentendidos quando se tratam desses temas. Direito se torna privilégio quando a sociedade civil passa a ser delimitada, estando muitos enquadrados fora dessa civilidade social. Ou seja, quanto mais se desenvolve os estados, mais o aparato legal se desenvolve para proteger a sociedade, ao mesmo tempo que a diferença econômica se faz cada vez maior, assim as leis funcionam para os cidadãos, para as párias sociais, os descartáveis, a legalidade só serve para os colocar à sua margem. Segue um abismo entre os “humanos e não humanos”, da época colonial, para os direitos humanos e humanos sem direitos.

Assim o paladino dos descartáveis sociais, no bojo dessa desconexão entre as palavras e as coisas, fará de sua prática a experiência arrogantes dos atuais donos do mundo. No discurso dos dominados estará o discurso do dominador. Por um lado o poder cimenta com o direito através da democracia e o direito à cidadania, e por outro amalgama com o dinheiro através do próprio mercado e a monetarização. Como se o direito fosse o oposto do economicamente correto, como se a legalidade garantisse direitos para além do econômico. Aqui acontece uma crise de paradigmas (ARANTES, 46), em que trocam seu significado, mas, no fundo, ainda significam a mesma coisa para o capital. Se repagina na esperança de aparecer enquanto produtivo, a verborragia do mercado é dominante até nas reclamações por direito, só através de direitos de mercados é que nos tornamos cidadãos. Ou seja, para os indígenas se tornarem cidadãos e fugirem do genocídio, devem se curvar às nomenclaturas do mercado, mesmo que um pouco repaginadas. Aqui se encontra a concorrência por projetos e os serviços ambientais.

Onde reforma social tornou-se seu oposto, antissocial, por serem leis de arrocho, os donos do mundo aparecem como a vanguarda de uma necessidade histórica, a retirada de direitos o

desenvolvimento de um aparato legal que permita maior exploração dos trabalhadores em sua relação com o capital.

Agora “essa máquina futurista de triturar pode inclusive se dar ao luxo de ser apresentada como única fonte de riqueza pela própria esquerda” (ARANTES, 47), que dela exige o pagamento das dívidas do ciclo anterior da produção. Assim, em nome do ultrapassado direito ao trabalho assalariado, uma vez que esse se torna cada vez menor na sociedade, mais intensas são as formas de exploração ao trabalhador. Em uma sociedade sem trabalho, os que possuem trabalho se esforçarão ao máximo para não perder seus postos de trabalho, mesmo que estes sejam superexploratórios. Uma contratendência capitalista, tentar aumentar a extração de mais valia absoluta da produção.

Assim, na vitrine da globalização, se vê a esquerda tentando conservar o que sobra de um Welfare State, “acossada por um establishment que alega estar na crista da nova onda das forças produtivas”, ou seja, o ramo produtivo mais novos, como o farmacêutico/cosmético. Enquanto a direita procura arrochar mais os direitos trabalhistas e previdenciários, e também privatizar boa parte do estado, deixando na sua mão, somente, a violência que garanta a propriedade privada.

Parece pairar um existencialismo de mercado, tanto para edificação dos de baixo, esquerda, como para exaltar as proezas do de cima, a direita. O discurso do mercado está em todos os lados. Para os de cima viver a globalização é perigoso, arriscado. Para os de baixo esse risco aparece, já que “nunca o capital se esmerou tanto na busca do risco zero mediante a socialização máxima dos prejuízos, como é do feitio de quem ama viver perigosamente” (ARANTES, 47). Ou seja, os riscos da globalização ficaram nas costas dos pagadores de impostos, os trabalhadores.

Para o mercado o risco é o oposto da proteção, essa última que é tratada como obsoleta, hoje, então transmuta-se de um estado protetor a um estado gestor, gestando as ONGs, coloca os indígenas para concorrerem no risco do mercado. Já as sociedades de risco envolvem um risco pessoal para o ‘desafiador’, que deve escolher, agora, pagar sua previdência, ou trabalhar sem direitos trabalhistas, por exemplo. Todos os riscos que o mercado assume é socializado com toda população de determinado país. Assim se constrói um caminho lógico para chegarmos no “meloso jargão ético-gerencial” das ONGs, onde é difícil ver alguma contra-hegemonia. (ARANTES, 47)

2.3.3. O beco sem saída do direito

Ao que pese todo esse argumento, faço um adendo, uma crítica à própria cidadania e ao aparato de direito que a engloba. Durante o tempo em que as relações entre produtores individuais e a sociedade forem conservadas com as trocas de equivalentes, característica do moderno, a forma de

direito será conservada, esse que “por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida”, uma vez que abstrai as qualidades humanas, todo direito é um “direito da desigualdade” (PACHUKANIS, 61), já que coloca como iguais juridicamente, desiguais economicamente. Ou seja, o cidadão é esse produtor individual, que deve se relacionar com o mercado global. A filosofia do direito cuja base é a categoria do sujeito, com sua forma de consciência pautada na autodeterminação, é a filosofia da economia mercantil, estabelecendo as condições mais abstratas, em que a troca se realiza em função da lei do valor e a exploração aparece na forma de “contrato livre”. Reside aqui a crítica à liberdade, à igualdade e à democracia, categorias em que a “república do mercado” mascara o seu “despotismo de fábrica”. Assim, “a defesa dos assim chamados fundamentos abstratos da ordem jurídica é o modo mais geral de defesa dos interesses de classe da burguesia” (PACHUKANIS, 62). Infelizmente, reclamar cidadania é reclamar a inclusão em um mundo devastado e desigual, já que não aceitá-la é estar fadado à morte⁸⁹.

Uma vez que o sujeito de direito, a autodeterminação, a liberdade, igualdade, democracia e etc, não são simples produtos da ideologia burguesa, mas antes é um princípio realmente atuante no modus operandi da sociedade burguesa, que nasce do sistema feudal patriarcal e o destrói, sendo essas categorias fundamentais e estruturantes da nova organização social. Também, essa categorização não é só um fenômeno ideológica, mas sim um “processo real em que as relações humanas tornam-se jurídicas, caminhando a par com o desenvolvimento da economia mercantil monetária” (PACHUKANIS, 64). Aí surge a propriedade privada, a universalidade dos sujeitos, a transformação de toda propriedade em propriedade mobiliária, o desenvolvimento e a supremacia das relações obrigacionais e o dinheiro como elemento puramente econômico. Ressaltamos a linguagem gerencial cidadã como uma interação positiva entre as ONGs/Estado e o empreendedorismo, ou seja, falam as mesmas linguagens, e ao aparecer como justiça, põe o desigual para os novos e antigos cidadãos. Assim, a forma mercadoria exporia o concreto da categoria sujeito, enquanto a ideologia jurídica mostraria suas condições abstratas. Ou seja, exigir direitos, é exigir a abstração do sujeito moderno. Ao passo que

“as relações entre as pessoas se tornam relação de sujeitos, apresentam-se as condições para o desenvolvimento da superestrutura jurídica com suas leis formais, seus tribunais, seus processos, seus advogados” (PACHUKANIS, 91).

Percebe-se que a inclusão dos indígenas à cidadania, nada mais é do que afirmá-los enquanto indivíduos modernos, que se vendem em troca de dinheiro. Inclusão essa que passa pela nova forma

⁸⁹ Recentemente garimpeiros entraram em conflito armado com comunidade Yanomami, a título de exemplo. Também o garimpo volta com força na raposa.

crítica do capital, os investimentos aparentemente produtivos estariam comprometidos se não se relacionasse com investimentos sem fins lucrativos. Acontece uma espécie de necessidade de uma boa aparência para as empresas se mostrarem ao mundo, um espetáculo⁹⁰ sobre o que se ‘faz’; assim é bom para a Ford investir em ONGs em território brasileiro.

2.3.3.1. *Entre a cruz e a espada, eternamente*

Após esses apontamentos, cabe um pensamento elaborado por Manuela Carneiro da Cunha, em seu texto intitulado “Cultura com Aspas”, onde faz um raciocínio muito sagaz, em que as categorias como “cultura”, “raça”, “trabalho”, “dinheiro”, “higiene” e etc, seriam todas “bens (ou males) exportados. (...) Os povos da periferia foram levados a adotá-las, do mesmo modo que foram levados a comprar mercadorias manufaturadas” (CUNHA, 304), desde os missionários aos antropólogos, todos são os portadores das categorias em sua ida, a partir daí a “cultura” passa a ser reinventada na periferia, tornando-se “argumento central não só nas reivindicações de terras como em todas as demais.”. Cultura torna-se o argumento central, uma vez que possui em seu âmago a sobrevivência dos povos. Usa outro exemplo, o do cristianismo, religião ocidental exportada para África e, como um produto colonial, imposto à população. Que, a posteriori, viria a ser uma forma de “resistência contra as potências coloniais”, como no caso dos Macuxi, que recebem as matrizes de seu rebanho da igreja católica⁹¹, permitindo a demarcação do território com a pata do boi, como de costume fazem os colonizadores. Assim a “cultura” passa a servir como “arma dos fracos”, como ficará patente no decorrer da análise sobre os direitos autorais, uma vez que “relançaram os debates sobre cultura com novo vigor.” (CUNHA, 306)

Após mostrar suas semelhanças, ressalta as “diferenças significativas” na comparação entre cultura e cristianismo. No caso da religião, “pressupunha-se que os povos periféricos não haviam conhecido a verdadeira religião ou a haviam perdido”, logo a Igreja Católica via aí uma das suas formas de reprodução e legitimidade, pois ela levaria a verdadeira religião, salvando os povos do inferno e inserindo-os no mundo do trabalho, como o purgatório em que se sacrifica para, talvez, um dia ir para o céu do mercado. Já a cultura seria algo que os povos teriam e conservariam a priori, “como se eles já tivessem a ‘cultura em si’ ainda que talvez não tivessem a ‘cultura para si’”. Hoje os povos periféricos indígenas já absorveram uma forma de “cultura”, uma “cultura para si”, podendo

90 “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, p.13)

91 O Projeto Gado é tratado mais detalhadamente no decorrer do texto.

exibi-la ao mundo, ou seja, reconhecem que possuem uma “cultura” e reafirmam ela enquanto forma de legitimar a permanência deles vivos.

Sobre cultura, afirma acreditar “na existência de esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais, ou seja, algo do gênero que se costuma chamar de cultura” (CUNHA, 306), a autora nega um traço que coloque tudo dentro do balaio de uma tal “cultura”. Para ela esses esquemas interiorizados pertence a outro universo do que a “cultura”, aqui seria “um caso especialmente enganador de ‘falsos amigos’”, já que ambas as formas se mesclam e se confundem.

Para entender isso, relata um caso presenciado por ela em uma conferência, em 2005, quando a autora discutia direitos intelectuais sobre a perspectiva da cultura, especificamente sobre os direitos do uso da secreção de uma rã, o *kampô*. O velho chefe yawanawa mencionava o *honi*, pois é uma palavra de sua língua para designar uma “bebida alucinógena com base na combinação de um cipó e das folhas de um arbusto”. Desde a década de 30 a ayahuasca (*honi*) é incorporada às religiões, já a partir da década de 70 essas religiões passam a ter sucesso no Brasil, chegando ser exportada para os EUA e Europa, ao mesmo tempo em que os indígenas passam a afirmar sua identidade, as “tribos urbanas” também absorvem a ayahuasca como indústria cultural.

Encontro ocorrido no Rio Branco, Acre, com diversos grupos étnicos, que no primeiro dia teve uma advogada do Ministério do Meio Ambiente “acerca dos aspectos legais da reivindicação de direitos intelectuais sobre conhecimentos tradicionais” (CUNHA, 307). Já no segundo dia, houve o debate sobre a divisão dos benefícios (monetários). O encontro surge de um debate sobre os direitos intelectuais sobre o uso do *kampô* (nome pano que se generalizou por todo o país), localmente chamada de “vacina do sapo”. Diversos grupos poderiam reivindicar o conhecimento tradicional do uso da secreção, mas só os Yawanawa, os Kaxinawa e os Katukina estavam imersos nessa reivindicação.

Basicamente procuravam “chegar a um consenso quanto às formas legais de encaminhar as negociações em torno do conhecimento ligado ao uso do *kampô*”. Os Katukina tinham angariado o apoio do MMA (Ministério do Meio Ambiente) para negociação da distribuição dos direitos intelectuais. Acusados pelos Yawanawa e pelos Kaxinawa, em menor medida, de pretender monopolizar esse saber comungado por todos os grupos da língua pano. Existe a particularidade, os Yawanawa e os Katukina dividiam a mesma Terra Indígena, mas se relacionavam com o moderno de forma diferente. Os Yawanawa expulsaram os missionários evangélicos e se alinharam à comunidade empresarial ambientalista, já os Katukina eram mais ligados aos “costumes tradicionais”, funcionavam como uma reserva cultural para outros povos. Nessa reunião, os Katukina estavam sendo acusados, mesmo eles tendo se mobilizado para realizar o encontro.

Para entender essa situação, a autora propõe que pensemos em diferentes campos e escalas: “instrumentos legais internacionais, grupos de interesse transnacionais, políticas nacionais, subnacionais e locais, política indígena e política científica.” (CUNHA, 315). Assim começa pelo caso da rã, constatando seu interesse etnográfico recente, meados dos 90, que possui equivalente pelo mundo todo. Talvez aqui caiba uma reflexão acerca do acirramento da crise e da necessidade da criação das identidades e de formas de alterações de consciência enquanto medicina, então a rã apareceria enquanto formadora da identidade do povo indígena que a reivindica mas também como uma mercadoria da indústria farmacêutica.

Um marco sobre os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos é a “Convenção sobre Diversidade Biológica”, ocorrida em 1992, nas Nações Unidas. Cria-se, a partir daí, um constructo legal sobre o consentimento formal e a repartição de eventuais benefícios com as populações tradicionais. Esse constructo legal encerraria vários pressupostos quanto à natureza, produção e circulação. Também possui alguns elementos psicanalítico,

“Procura-se, por exemplo, ‘projetar’, no sentido da geometria projetiva, os atributos do conhecimento tradicional sobre os do conhecimento científico, reduzindo-se a complexidade do conhecimento tradicional à do conhecimento científico: fecham-se deliberadamente os olhos para os aspectos que os diferenciam, na esperança de uma universalidade que transcenda.” (CUNHA, 320)

Ou seja, projeta-se o status de ciência no saber tradicional, não entendendo que ao chamá-la de ciência, o tradicional (enquanto um ideal) se perderia, isso em uma visão positivada do próprio tradicional. Para entrarem em um acordo, fazem tabula rasa dessa diferença e ignoram as diferentes concepções sobre o mundo, iguala-se tudo nos termos da mercadoria.

Com a história em Rio Branco, nota-se “como o conceito de propriedade sobre o conhecimento foi apropriado por povos indígenas em sua interface com a sociedade ocidental e levado a novos desdobramentos.” (CUNHA, 320). Nesse episódio podemos perceber como a propriedade é uma coisa para um povo e outra coisa para outro povo, os colocando em conflito, já que essa categoria é expressão de uma sociabilidade que para se manter precisa de um constante estado de guerra civil, concorrência de todos contra todos.

Existe uma virada da posição universalista do pós-guerra para uma visão mais individual do processo, como o surgimento de direitos para as minorias. Mudança de um capital produtivo para um capital especulativo. Em 84, o Conselho Mundial dos Povos Indígenas reconheceria a cultura indígena como patrimônio da humanidade, já em 92 a Carta dos Povos Indígenas e Tribais das Florestas

Tropicais, afirmaria o direito da propriedade intelectual sobre as tecnologias tradicionais e na Eco 92, os direitos intelectuais apareciam ao lado dos direitos culturais.

“Passou-se da cultura dos povos indígenas como patrimônio da humanidade à cultura como patrimônio tout court, e mais especificamente ainda à ‘cultura’ como propriedade particular de cada indígena” (CUNHA, 320)

“Percebe-se em todos esses documentos a marca da influência e da imaginação das ideias metropolitanas dominantes” (CUNHA, 325), por um lado, movimentos indígenas elaboram reivindicações nos termos da linguagem do direito dominante, e por outro lado “essas declarações introduzem questões nas quais se afirmam a especificidade e a diferença do conhecimento tradicional” (CUNHA, 325), conceitos que pretendem falar em singularidade do conhecimento tradicional, onde um único regime apresentaria uma miríade de regimes históricos e sociais de conhecimentos. O europeu “unifica o conhecimento tradicional à imagem da unificação operada historicamente no conhecimento científico” (CUNHA, 325), também na forma com que os povos tradicionais são levados a representar seus conhecimentos e os direitos que daí se desdobram. “Uma cultura dominada pelas ideias de propriedade só pode imaginar a ausência dessas ideias sob determinadas formas” (CUNHA, 326), a da ciência.

Existem setores que afirmam que o conhecimento indígena seria conceitualizado como o avesso das ideias dominantes, assim “os povos indígenas parecem estar inextricavelmente condenados a encarnar o reverso dos dogmas individualistas de posse do capitalismo” (CUNHA, 327), então para serem ouvidos devem carregar essa imaginação ocidental sobre eles mesmos, só podendo existir se forem salvar o mundo. Mas quando adentram no campo da propriedade intelectual eles tem “poucas chances de libertar dele sua própria imaginação” (CUNHA, 327), ou seja, os conceitos e categorias são as do moderno, ficando restrita à reversão de escolhas ou a inversão de agentes, perdendo suas formas sociais, dessa maneira o devir passa a ser o próprio capitalismo.

“A conceitualização dominante do conhecimento tradicional raciocina como se a negação do individual fosse sempre o coletivo” (CUNHA, 328) (na qualidade de um indivíduo corporativo, um empreendimento, uma cooperação), com seguinte raciocínio: “em contraste com a nossa autoria individual, a cultura e o conhecimento deles certamente devem ter autoria coletiva” (CUNHA, 328), em vez de a criação emanar do gênio individual moderno, suas invenções culturais devem ser fruto de um gênio coletivo. Cabe ressaltar a dualidade com que as categorias se fazem no moderno, nesse exemplo o individual e o coletivo.

Existe uma conceitualização mais radical, diria Manuela, que se apoiaria no

“papel ideológico de críticos da propriedade e da acumulação de capital atribuído aos povos indígenas do Novo Mundo pela filosofia política do século XVI. Nesse avatar, os povos indígenas não teriam nenhuma noção de propriedade intelectual, apenas conhecimentos e informações que circulavam livremente, e assim foram erigidos em exemplo para o resto do mundo e exibidos como antídoto contra a cobiça” (CUNHA, 340)

A forma social indígena salvaria o mundo da perversidade capitalista. Para essa visão os indígenas deveriam lutar contra os direitos absolutos de propriedade intelectual. Dentro desses construtos sociais, ou os povos indígenas reclamam os direitos de propriedade intelectual coletiva ou um regime de domínio público, o primeiro consegue garantir algum repasse para seu povo, já o segundo abre caminho para um direito intelectual individual. Ambas opções, a do direito coletivo e a do domínio público, obrigam os regimes indígenas a se adaptar em leitos de Procusto⁹², que seria um leito da produtividade, em que se faz necessário se mostrar produtivo em uma sociabilidade em que a produtividade já não a pauta, a não ser enquanto forma de consciência, ou seja, um mundo do trabalho que não necessita mais de trabalho, mas o coloca como única forma de sociabilidade, gerando uma corrida pela imagem produtiva, que permitiria acesso às migalhas dos imensos capitais ociosos que se encontram no centro do capitalismo. Consciência que expressa tanto na indígena, que pode querer ‘produzir biodiversidade’ e protegê-la ou mesmo ser produtivo em um termo mais clássico, mas também se expressa na consciência de madeireiros, garimpeiros e pecuaristas, produtores historicamente matadores de gente. O sujeito automático do trabalho como fim em si mesmo mostra suas caras, trabalho pelo trabalho, produtividade pela produtividade, mesmo que tenham que se desfazer de tudo para investir, até os indígenas têm que aparecer como produtivos para poderem sobreviver. Kurz em seu texto sobre como “Ler Marx”, nos diria que “o verdadeiro sujeito da dominação é um objeto morto, o dinheiro, que, reacoplado a si mesmo, se torna o motor fantasmagórico da reprodução social.” (KURZ)⁹³

Não é estranho que os indígenas tenham trilhado o rumo dos direitos intelectuais coletivos, o que viria a frustrar a esquerda mais radical, essa contra os direitos autorais. Para ela as “caracterizações

92 Procusto era um bandido que vivia na serra de Elêusis. Em sua casa, ele tinha uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os viajantes a se deitarem. Se os hóspedes fossem demasiados altos, ele amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama, e os que tinham pequena estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente. Uma vítima nunca se ajustava exatamente ao tamanho da cama porque Procusto, secretamente, tinha duas camas de tamanhos diferentes.

Continuou seu reinado de terror até que foi capturado pelo herói ateniense Teseu que, em sua última aventura, prendeu Procusto lateralmente em sua própria cama e cortou-lhe a cabeça e os pés, aplicando-lhe o mesmo suplício que infligia aos seus hóspedes.

Procusto significa "o esticador", em referência ao castigo que o referido bandido aplicava à suas vítimas. A mesma personagem é às vezes referida como Polipémon ou Damastes. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Procusto>) site acessado em 19 de maio de 2021.

93 (<http://www.obeco-online.org/rkurz418.htm>) acessado em 19 de maio de 2021.

binárias não apenas impõe uma camisa de força aos povos indígenas quanto ao modo de formular suas reivindicações, mas também apagam as diferenças entre regimes” (CUNHA, 335), ou seja, acabamos fazendo tabula rasa de todas formas sociais indígenas e a colocamos no mesmo balaio da cultura e do direito intelectual. No entanto,

“para atingir seus objetivos, os povos indígenas precisam se conformar às expectativas dominantes em vez de contestá-las. Precisam operar com os conhecimentos e com cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar.” (CUNHA, 336)

O moderno não oferece outra opção que não se modernizar e tudo mais que isso carrega.

2.4. Roraima

A sociedade pecuarista e mineradora no rio Branco tinha uma influência que se estendiam até Manaus, na primeira metade do século XX. Desde a criação do território federal, em 1943⁹⁴, a burocracia federal é alvo de disputa entre os fazendeiros locais, entre 1946 e 1964, o período é marcado pelo domínio das políticas regionais, em que os coronéis eram a figura do estado. Com os governos militares, a federação entra em cena, deixando para o poder local a legitimação do sistema político através do voto. O território foi administrado segundo o Decreto-Lei 411, de 8 de janeiro de 1969, que tinha como objetivo a ocupação efetiva dos territórios considerados “vazios demográficos” e a fundação de municípios, que seriam administrados por locais, tudo isso tendo em vista a ascensão do então território a categoria de estado. Assim, os rumos dos territórios federais, como um todo, já estavam traçados desde o PIN, PND e outras medidas desenvolvimentistas que seguiram. (SANTOS, 217, 218)

94 A região foi desmembrada do Estado do Amazonas pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criando o Território Federal do Rio Branco, que mais tarde foi denominado Território Federal de Roraima no ano 1962, e elevado a condição de Estado Membro pela Constituição Federal de 1988.

Entre 1979 e 1983, ao ainda território foi gerido por Ottomar Pinto⁹⁵, “que implantou uma política de cooptação das forças locais, e incentivo à migração, implantação de projeto político próprio, rompendo com parte das lideranças roraimenses” (SANTOS, 218). Em 1985 até 1995 o censo agropecuário registra um aumento em mais de vinte vezes (SANTOS, 115), mudanças ligadas ao grande número de assentamentos do INCRA e do ITERAIMA, às políticas de legalização territorial e a construção de mais de 500 quilômetros de estradas vicinais (SANTOS, 189), apoiadas pelo, então, ex-governador. Foram 57 projetos de assentamento e colonização, sendo 36 sob a jurisdição do ITERAIMA e o restante sob a do INCRA, esses ocupados por grandes massas de migrantes. É aí que o governador Ottomar vai formando um eleitorado fiel, no campo e na cidade.

Em termos socioambientais, a floresta e as terras indígenas vão sendo invadidas pelos projetos de colonização, como acontece até hoje, realizam um “amansamento da terra”, derrubada da mata e retirada dos indígenas, a fim da implantação de lavouras mais capitalizadas e da pecuária. Também existem projetos de abertura de mais estradas, esses que dependiam de fortes investimentos federais. Além dos indígenas, convergem diversos interesses, os dos colonos, pecuaristas, empresários do agronegócio, madeireiros, empreiteiros de estradas e políticos. Fortalecendo “o argumento de que os colonos necessitam de terras para desenvolver a economia do estado e que os órgãos administrativos da União, como INCRA, FUNAI e IBAMA” atrapalhariam e impediriam o “caminho do progresso” (SANTOS, 192), percebe-se uma espécie de concorrência, seja pelos recursos da federação ou pela posse da terra,

“Em suma, a colonização em Roraima deixou de ser parte de um problema de produção, passando a uma outra função: preparar a terra para o criatório, permitir a extração de madeira e favorecer a indústria de abertura de estradas. Isso explica não só a veemente defesa de políticos e

95 Filho de Félix Pinto e Otília Souza Pinto, natural de Pernambuco, militar e aluno do Curso de Formação de Oficiais da Escola de Aeronáutica Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro. Formado em Engenharia Civil pela Escola Nacional de Engenharia, em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez curso de aperfeiçoamento de oficiais em São Paulo, Mestrado em Pavimentação pela Texas University e Mestrado em Transportes pela Berkeley University na Califórnia. De volta ao Brasil fez o curso de Estado-Maior pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) formando-se em 1973 e chegando ao posto de Brigadeiro. Residente no Pará por alguns anos formou-se ainda em Direito pela Universidade Federal do Pará e em Economia pelas Faculdades Integradas do Colégio Moderno (FICOM). A página oficial do governo do estado informa que ele possui graduação também em Ciências Contábeis e em Administração. Sua guinada rumo à política aconteceu sob a legenda da ARENA e a seguir do PDS quando foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima pelo presidente João Figueiredo, administrando o território entre os anos de 1979 e 1983. Após rápidas passagens pelo PMDB e pelo PDC, Ottomar Pinto optou pelo PTB sendo eleito deputado federal em 1986 e nessa condição participou da Assembléia Nacional Constituinte cuja nova carta magna elevou Roraima à condição de estado. No pleito de 1990, Ottomar Pinto foi o primeiro governador eleito pelo voto direto para governar Roraima. Eleito prefeito de Boa Vista em 1996. Foi derrotado por Teresa Jucá quando tentou a reeleição no ano 2000. Sua última eleição disputada pelo PTB foi em 2002 quando foi derrotado por Flamarion Portela na disputa pelo governo do estado. Retornou ao governo do estado em 10 de novembro de 2004 após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que cassou o mandato de Flamarion Portela por crime eleitoral.

empresários em favor da liberação de recursos para abertura de novas terras à colonização” (SANTOS, p. 195)

É, também, nesse momento, no lento processo de transição à democracia, que se organizam as identidades locais, como os barrageiros, os juteiros, os seringueiros, os indígenas e os garimpeiros. Que acabam por concorrer entre si e entre os ramos produtivos que suas terras almejam, os indígenas passam a concorrer por financiamentos e projetos, uma vez que essa é a única forma de legitimar suas terras e reprodução, ou seja, em um mundo permeado pela totalidade do capital e da mercadoria, os povos indígenas só encontram espaço enquanto um elemento a mais no capitalismo mundial, agora em crise acentuada, enquanto elementos “socioambientais”, uma espécie de novo ramo produtivo, que tem em sua aparência de produtividade a forma de ser (momento do capital em que os capitais já não se remuneram produtivamente, somente ficticiamente, nos mercados de futuros). Para se manterem vivos, necessitam tornar-se parte do sistema mundial.

As transformações em curso na Amazônia não são simples reflexos de uma mundialização do capital, uma vez que o estado brasileiro já investia em planejamentos regionais a fim de ocupar e produzir a Região Norte, o global aparece de e na particularidade da Amazônia. Mundialmente a Amazônia acentua seu papel enquanto “fronteira (...) natural do uso científico-tecnológico da natureza” (BECKER, 2004, 73), mesmo momento em que em nível nacional a Amazônia tende a não ser mais a grande fronteira de expansão e que os indígenas passam a ter importância nacional enquanto portadores da biodiversidade, o que permite o usufruto nacional dos recursos naturais através do reconhecimento dos conhecimentos tradicionais. Parece-me que a criação das Terras Indígenas no Brasil está diretamente relacionado com o momento geoeconômico e, conseqüentemente, geopolítico mundial, já que enquanto a Floresta Amazônica não despertava tanto interesse, os indígenas foram exterminados indiscriminadamente, como nas grandes obras desenvolvimentistas na ditadura militar. Quando a biodiversidade aparece como ponto importante para o desenvolvimento das forças produtivas mundial, o estado nacional brasileiro reclamará seu quinhão, aos moldes dos direitos humanos⁹⁶, ao mesmo tempo que a “fronteira” parece ser expressão da “necessidade de encontrar na renda da terra formas de compensar (...) a crise de acumulação posta na produção e reprodução da mais-valia” (ALFREDO, 107), assim a expansão do capitalismo na periferia e na forma da agricultura é expressão de uma crise que abarca todos os países que se relacionam com o mercado, aí repousa a concorrência brutal entre os novos ramos ‘produtivos’ e os mais antigos.

96 Começa a ter relevância para economia nacional as pesquisas científicas oriundas da região, a autora afirmaria que “uma coalescência de projetos ambientalistas conforma um vetor tecno-ecológico de transformação regional bem diverso do vetor tecno-industrial dominante até então na Amazônia”. Antes a floresta que estava para ser derrubada e dar lugar à monocultura, hoje aparece como acervo de futuras mercadorias para o mercado. (BECKER, 2004, p.104)

2.4.1. Roraima enquanto estado (1988)

Um ano após a declaração da moratória brasileira⁹⁷ e no ano da nova constituição, seria elevado à categoria de estado o território federal de Roraima, altura em que Sarney nomearia Romero Jucá⁹⁸ como governador, esse que já havia presidido a FUNAI dos 86 até 88. Período em que a infraestrutura e o aparato administrativo em Roraima já eram significantes, somado às riquezas minerais reveladas pelo Radam, que não atraíam somente garimpeiros despossuídos, mas, do mesmo modo, empresas mineradoras como a Paranapanema e a Gold Amazon, levavam a crer que “Jucá parecia o indicado para assumir a missão de promotor do desenvolvimento privado, com apoio governamental” (SANTOS, 2013, 138), financiado por capitais internacionais. Romero Jucá era homem de confiança dos empresários nacionais, governando de 1988 a 1989, acaba por abrir caminho para o capital e poder privado nacional.

Enquanto presidente da FUNAI, permite o acesso à exploração mineral em terras indígenas, como fez com no norte do Amazonas⁹⁹. Em Roraima, retira o suporte médico aos Yanomami e cria novas pistas de pouso dentro de suas terras indígenas, átimo em que seria, posteriormente, condenado ao crime de genocídio indígena pelas suas decisões frente a Fundação.

“A Funai e os demais agentes públicos abandonaram a região, deixando a área livre para a ação dos garimpeiros. Não havia justificativas para a expansão dessa pista, uma vez que não havia pelotões de fronteira planejados para a região. O impacto dos garimpeiros, que chegaram a cerca de 40 mil no final da década de 1980, foi devastador. Não há um número oficial de mortos em decorrência dessas invasões, mas se estima que chegue aos milhares. Comunidades inteiras desapareceram em decorrência das epidemias, dos conflitos com garimpeiros, ou assoladas pela fome. Os garimpeiros

97 Governo Sarney, em 1987.

98 Iniciou sua carreira política em Pernambuco e, em 1988, transferiu-se para Roraima como último governador do então território federal, tornando-se meses depois o primeiro governador do recém-criado estado, onde está radicado até a atualidade. Foi, em 2005, Ministro da Previdência Social do Governo Lula e, em 2016, do Planejamento, Orçamento e Gestão no de Michel Temer.

Jucá é dono do maior grupo de comunicação do estado de Roraima sendo duas emissoras de televisão na capital Boa Vista afiliadas da Rede Record, TV Imperial, e afiliadas da Rede Bandeirantes além de um jornal impresso e duas estações de rádio. Foi casado com Maria Teresa Surita, atual prefeita de Boa Vista e irmã do apresentador de televisão Emílio Surita. Desde 2015, é casado com a economista Rosilene Brito.

Pediu exoneração do cargo de Ministro do governo Temer após divulgação de áudio com Sérgio Machado, da Transpetro, publicada pela Folha de S.Paulo, em que Jucá sugere "um pacto" para barrar a Operação Lava Jato, em meio à crise político-econômica por que o país passava. É alvo de doze inquéritos no Supremo Tribunal Federal, a maior parte fruto das investigações da Lava Jato.[13] Nas eleições de 2018, não se reelegeu ao Senado, tendo responsabilizado a derrota à Lava Jato, ao Ministério Público, à imprensa brasileira e ao fluxo migratório de venezuelanos em Roraima.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Romero_Juc%C3%A1) Acessado em 26 de maio de 2021

99 Transferindo as aldeias dos Wamiri-Atroaripara a construção da hidrelétrica de Balbina, permitindo o avanço da empresa mineradora Paranapanema, nas terras desses mesmo indígenas

aliciaram indígenas, que largaram seus modos de vida e passaram a viver nos garimpos. A prostituição e o sequestro de crianças agravaram a situação de desagregação social. (...) Alegando reagir a denúncias que afirmavam que os religiosos estavam insuflando os índios contra os garimpeiros, Jucá determinou, sem averiguação, a retirada das equipes de saúde em meio a uma série de epidemias, sobretudo de gripe e malária, agravando ainda mais a situação. A expulsão dos profissionais de saúde, religiosos ou não, abarcou brasileiros atuando legalmente no interior da área indígena e se estendeu a regiões onde não havia presença de religiosos, contradizendo as acusações em que se basearam as decisões do presidente da Funai. Em decorrência dessa ação, a terra Yanomami permaneceu fechada por cerca de um ano e meio.(...) A inoperância da Funai na retirada dos garimpeiros, agravada pela expulsão dos profissionais de saúde, teve como consequência direta as mortes decorrentes de conflitos, que vinham sendo anunciados por telegramas enviados à sede do órgão indigenista pelos sertanistas locados na TI e que foram sistematicamente ignorados pelas instâncias responsáveis. As epidemias de gripe, malária, sarampo e coqueluche, somadas às doenças venéreas, ceifaram milhares de vidas, aniquilando aldeias inteiras.” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014)

No tempo em que foi governador, chegou a ser considerado o “defensor dos garimpeiros” (SANTOS, p. 213) e homenageado por empresários e comerciantes, por um projeto apresentado em 1987, chamado Meridiano 62, que chegou a ser aprovado na câmara dos deputados, este previa a criação de “reservas garimpeiras”, nessas a garimpagem seria livre por um período de 2 anos. Também previa a transferência para o governo estadual dos títulos, requerimentos e alvarás de pesquisa, contrário ao que a constituição de 88 aprovaria. Constituição, essa, que já ensejava a concorrência que daria o tom da economia brasileira e roraimense. Tanto indígenas, grandes empresas mineradoras, garimpeiros, madeireiros, pecuaristas e arroteiros teriam que competir pelo território, os primeiros a fim de garantir sua existência (como também acontece com os garimpeiros pobres), já os outros pelo lucro satisfatório!

Aqui a concorrência entre ramos produtivos, o da biodiversidade e o do agronegócio/pecuária/garimpo, aparece como desenvolvimento sustentável e salvação do capitalismo. Toada que será característica da região estudada, onde os conflitos de terra estão diretamente relacionados com a criação das terras indígenas e da inserção dessas no mercado, mesmo que somente com a aparência de produtividade. Assim, os macuxi precisam aparecer como produtivos a fim de garantirem seus direitos sob suas terras; é comum escutarmos em Roraima o quanto os indígenas seriam preguiçosos, não produtores, improdutivos, o que, para o agronegócio, justificaria o “não direito” deles ao acesso à terra. Para Quartieiro (principal arroteiro em Roraima, será tratado mais detalhadamente no decorrer do texto) o lavrado poderia se tornar em uma grande plantação de arroz irrigado, assim seria produtivo¹⁰⁰.

100 “Já falamos, deste plenário, sobre a perseguição às pessoas que moram em Pacaraima. Devido às grandes demarcações de terra, fazendas foram fechadas, áreas produtivas foram transformadas em áreas improdutivas, o que dificulta

2.4.1.1. Garimpo (1988 ~ 2000)

A partir do início do século XX, momento da decadência da extração da borracha na Amazônia, a mineração manual passa a ser atividade econômica em Roraima, mesmo enquanto subsidiária. No início dos anos 40, havia superado a produção pecuária, da qual era subalterna (SANTOS, 202). “Após avanços e recuos, no fim da década de 1980 e início da seguinte, a mineração em Roraima intensificou-se a ponto de chamar a atenção da imprensa nacional e internacional, em razão das transformações ambientais e sociais locais” (SANTOS, 202), mesmo com a proibição, a partir dos 90, a atividade seguiu, mesmo que marginalizada. No governo Bolsonaro, hoje, o garimpo tem sido estimulado, levando um grande número de garimpeiros às terras indígenas, as quais já haviam sido expulsos.

Pistas sobre a persistência da atividade é o grande comércio de diamante e ouro na cidade de Boa Vista, é de saltar aos olhos “o fato de que o diamante, num estado em que não há exploração mecanizada nem fiscalização eficiente de sua produção e comércio, atingiu em alguns anos o segundo lugar nas exportações”, perdendo somente para a madeira. O ouro também tem seus caminhos, segundo reportagem da BBC, o ouro seria o segundo maior produto de exportação do estado, mesmo sem a existência de uma única mina operando legalmente, no ano de 2019. Há décadas Roraima lida com garimpos ilegais, no entanto o ouro extraído dessas áreas costumava ser negociado no mercado negro e sua origem não aparecia nas estatísticas do governo. Agora, algumas das transações tem entrado nos cadastros federais. Existem hipóteses de que o garimpo ilegal cresceu tanto que ficou difícil ocultá-lo dos registros e de que há um esquema para fraudar a origem do ouro proveniente de áreas indígenas. “Uma das suspeitas é que garimpeiros estejam comprando notas fiscais de uma empresa autorizada a explorar minérios em Roraima, ‘esquentando’ o ouro extraído ilegalmente e permitindo que ele seja vendido por preços de mercado, mais altos que os do mercado clandestino.”¹⁰¹. Em 2001, Nélvio constata 20 comércios dedicados ao comércio de ouro e o conserto de joias, na chamada “Rua do Ouro”.

“Até o início dos anos 2000 era comum em Boa Vista, ver-se nos hotéis e outros locais mais ou menos reservados, pessoas comercializando ouro ou acertando contas, bem como a presença de compradores ou vendedores de ouro e diamante vindos da vizinha Guiana e da Venezuela” (SANTOS, 203)

101 (https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48534473?fbclid=IwAR1Qm1iXDRrYHxHE6GyNBtQ021JbgKK3DTxTbeE_Y_rHq628YZS7V7Bake0) acessado em 26 de maio de 2021

Mesmo que a nova Constituição já estivesse em vigor, desde outubro de 1988, reconhecendo, claramente, os direitos das comunidades indígenas às terras imemoriais, somada às garantias da constituição de 1934, os governantes locais defendiam a economia do garimpo. “As autoridades locais, estaduais e federais tinham um discurso ‘fatalista’ quanto à questão, encerrando o problema da invasão da área como fato consumado e ‘inelutável’” (SANTOS, 212). Uma visão específica de progresso, de que somente esse setor da economia seria progresso, e sua imposição, mesmo que para isso as populações indígenas tivessem seus direitos atropelados.

A obra da perimetral norte¹⁰², no trecho de Caracará e os limites entre o estado de Roraima e Amazonas, impactou diretamente cerca de 250 Yanomami no rio Ajarani e por volta de 450 no rio Catramani, que em 1974 sofrem a primeira epidemia que vítima 20 índios (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, 232). Em fevereiro de 1975, o projeto Radam¹⁰³ notifica, além da presença de diamantes, cassiterita e ouro, a incidência de minerais radioativos na região montanhosa entre o platô de Surucucus e a missão da UFM¹⁰⁴. Em consequência, o Ministério das Minas e Energia declara aberta a área às pesquisas minerais e toda a região passa a ser considerada de “segurança nacional”. Logo, na Serra das Surucucus,¹⁰⁵ a exploração de cassiterita tem início, em grande escala, rapidamente dando lugar ao ouro. Milhares de garimpeiros se espalham por toda região de ocupação indígena, saltando aos olhos os rios Macajá, Couto Magalhães, Ericó e Uraricoera, influenciando uma área de 21 mil km² (LE TOURNEAU, 2010, 136). Nesse contexto, muitas balsas passam a atuar nos leitos dos rios e são registradas mais de cem pistas clandestinas de pouso no interior da floresta, por onde foram comercializadas/contrabandeadas toneladas de ouro por mês. Em Paapiú¹⁰⁶ e em muitas outras áreas da Terra Indígena Yanomami, o projeto Calha Norte abre e logo abandona pistas de pouso, que passarão servir à garimpagem¹⁰⁷.

Há aproximadamente três décadas, uma das lideranças dos Yanomami, Davi Kopenawa, encontrava pela primeira vez um grupo de garimpeiros nas terras ancestralmente ocupadas por seu povo. Pintados de preto dos pés à cabeça, os guerreiros indígenas tentavam expulsá-los pacificamente. “Queremos convencê-los com nossas palavras, não com nossas flechas”, disse o jovem aos invasores. O trecho do livro “A queda do céu”, escrito por Davi e o antropólogo francês Bruce Albert, retrata o

102 A Perimetral Norte foi planejada no auge do desenvolvimentismo econômico do regime militar, em 1970, para cortar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas, fazendo parte do Plano de Integração Nacional (PIN).

103 Projeto Radambrasil, tem como objetivo levantar os elementos básicos necessários a um planejamento racional do aproveitamento integrado dos recursos naturais da região amazônica. Resultando também, na década de 80, em outras frentes de exploração mineral, como Serra Pelada, Tapajós e Rio Madeira.

104 UFM registrou-se no Brasil com o nome de Cruzada de Evangelização Mundial, mudando logo depois para Missão Cristã Evangélica do Brasil (Miceb).

105 Município de Alto Alegre, Roraima.

106 Área dentro da terra indígena yanomami.

107 Nesse período presidia a FUNAI Romero Jucá, hoje condenado por genocídio indígena pela Comissão Nacional da Verdade, além de ser reconhecido empresário no ramo da mineração na área.

começo de uma guerra que não terminou, nem mesmo após a demarcação da Terra Indígena (TI) Yanomami ter sido homologada pelo então presidente Fernando Collor de Mello em 25 de maio de 1992.

Com a homologação, o maior território indígena do Brasil passava para as mãos da União. A Constituição garantia aos habitantes originários o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos. Mas faltou combinar com os garimpeiros. Eles haviam sido atraídos pela própria Funai, sob a gestão de Romero Jucá (1986-88), que abriu as terras dos Yanomami à exploração da madeira e do ouro. Sucessivas operações repressivas conseguiram expulsar os invasores, mas só temporariamente.

Com a expulsão, os garimpeiros novamente migram em busca de algum minério que garanta sua reprodução, momento em que a Raposa Serra do Sol torna-se alvo.

“Um fator de peso decisivo na composição de forças constitutivas do jogo de interesses que se apresenta no cenário regional é o recente e descomunal crescimento do contingente de garimpeiros operante na área Raposa – Serra do Sol.

Tal surto de garimpagem, talvez o último boom do ouro no Brasil, ocorreu em fins dos anos 80, inicialmente direcionado para a área Yanomami, próxima à fronteira com a Venezuela. Entretanto, a partir das operações realizadas pelo governo federal nos anos seguintes para a desintrusão da área Yanomami – então demarcada -, o fluxo dos garimpeiros, sob incentivo do governo estadual, foi redirecionado no rumo inverso, para a área Raposa – Serra do Sol, junto à fronteira com a Guiana, sintomaticamente mais vulnerável por não se encontrar regularizada enquanto terra indígena.

A propagação súbita de garimpagem trouxe, como consequência imediatamente visível, o recrudescimento da violência contra a população indígena, o alastramento de epidemias de malária e leishmaniose e a degradação do meio ambiente na área Raposa – Serra do Sol.” (SANTILLI, 94)

2.4.1.2. Arroz

Em relação à produção arrozeira, trago uma citação de apologetas do agronegócio enquanto desenvolvimento,

“Em Roraima a expansão da cultura do arroz deu-se a partir de 1981 por meio de incentivo de políticas agrícolas visando o aproveitamento das áreas de várzeas. Com a adoção de tecnologias no preparo da área, uso de cultivares melhoradas e a experiência dos agricultores provenientes do sul do Brasil, com a cultura do arroz irrigado, Roraima aumentou sua área plantada, alcançando a maior produtividade de arroz, tornando esta atividade agrícola a mais organizada do Estado.” (SAKAZAKI, ALVES e LOPES, Arroz Irrigado em Roraima)

O advento do Programa Nacional para o Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Provárzea) em 1981/82 motivou o aproveitamento das várzeas existentes em Roraima, cerca de 350.000 hectares em potencial. Essas várzeas, principalmente as localizadas na região de cerrados, apresentam topografia plana e facilidades para mecanização agrícola e irrigação. A opção de ocupação dessas várzeas foi com o cultivo do arroz irrigado mecanizado, aproveitando a experiência com a cultura de agricultores migrantes do sul do país. Não podemos esquecer que toda essa atividade econômica se desenrolará dentro de terras indígenas, principalmente no nordeste do estado, por isso o “amansamento da terra” passa por conflitos relacionados à questão terra. Lembremos que o amansar da terra é um processo de genocídio indígenas, *modus operandi* do próprio moderno.

Nos anos de 1981/1982 a área cultivada era de 643 ha, dobrando seu tamanho em 1987/1988 e atingindo 9000 ha em 2000/2001, momento de conflito com a criação das terras indígenas Raposa Serra do Sol. Segundo a Associação de Produtores de Arroz Irrigado de Roraima, a demanda local é de 22.500 toneladas de arroz em casca, o que corresponde a 40% da produção em 2001. Os restantes 60% (33.750 toneladas), à época, eram exportados para o mercado de Manaus-AM. Ao reboque dessa produção, foram estabelecidas várias agroindústrias que beneficiam e comercializam o produto. Esta atividade é considerada, pelos agricultores do agronegócio, a mais organizada do Estado. No entanto, a produção é praticado por cerca, somente, de 20 produtores que cultivam área média de 350 hectares/ano, sendo que a maior lavoura ocupa área de 2000 hectares/ano. Localizam-se, principalmente, em Boa Vista, Cantá, Bonfim e Normandia, esse último município tem boa parte de seu território dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Cordeiro, Gianluppi e Medeiros, Situação atual e perspectivas para a rizicultura no estado de Roraima). Eles produzem hoje cerca de 160 mil toneladas de grãos por ano, em uma área de aproximadamente 100 mil ha, na borda sul da reserva Raposa Serra do Sol, às margens do Rio Surumu (WIKIPÉDIA¹⁰⁸). Ali a irrigação é possibilitada devido a abundância hídrica.

Paulo César Quartieiro foi um dos maiores produtores de arroz no estado de Roraima, até sua expulsão com a homologação da TI Raposa Serra do Sol, quando “ele estava numa feira agrícola no Rio Grande do Sul e, ao atender ao pedido da fotógrafa incumbida de fazer seu retrato para (...) reportagem, apoiou o pé em um trator e explicou-se: ‘então vou fazer pose de matador de índio’” (INTERCEPT, matéria), episódio que muito revela acerca da consciência do agronegócio, agora incumbido de ‘amansar’ a terra para (e com) as rodas do trator

108 https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Ind%C3%ADgena_Raposa_Serra_do_Sol#Arrozeiros

Trago duas tabelas, uma dá área produzida e da quantidade produzida em toneladas, que retirei de um artigo de Catarina Morawska Vianna e modifiquei um pouco e outro que eu mesmo elaborei com dados do IBGE sobre a produção em Roraima.

Ano	Área(ha)	Quantidade (t)
1981/82	643	2605
82/83	700	2520
83/84	1012	3790
84/85	602	2003
85/86	736	3093
86/87	1343	6045
87/88	1512	6654
88/89	3000	15000
89/90	3025	7705
90/91	2750	11000
91/92	5000	225000
92/93	7000	31500
93/94	7000	31500
94/95	6000	30000
95/96	6200	31000
96/97	6000	33000
97/98	7000	38500
98/99	7000	38500
99/2000	7000	38500
2000/01	9000	56250
2001/02	12000	75000
2002/03	15000	93750
2003/04	18000	114300
2004/05	16000	104000
2005/06	11000	71500
2006/07	14000	91000

Figura 1: Área colhida, quantidade produzida e produtividade média de arroz irrigado em casca no estado de Roraima no período de 1981 a 2007.

Fonte: Embrapa Roraima Apud CORDEIRO et. al. 2007, (ADAPTADO) Em Vianna.

Ano	Área(ha)	Quantidade (t)
2009	15500	85325
2010	15500	85325
2011	20000	107075
2012	20000	106681
2013	15342	89069
2014	12000	78612
2015	7964	53003
2016	9878	67556
2017	9918	70160
2018	10062	72664
2019	12400	97655
2020	10310	71054

Figura 2: Tabela sobre produção e área plantada de arroz em Roraima, elaborado a partir de dados do IBGE.

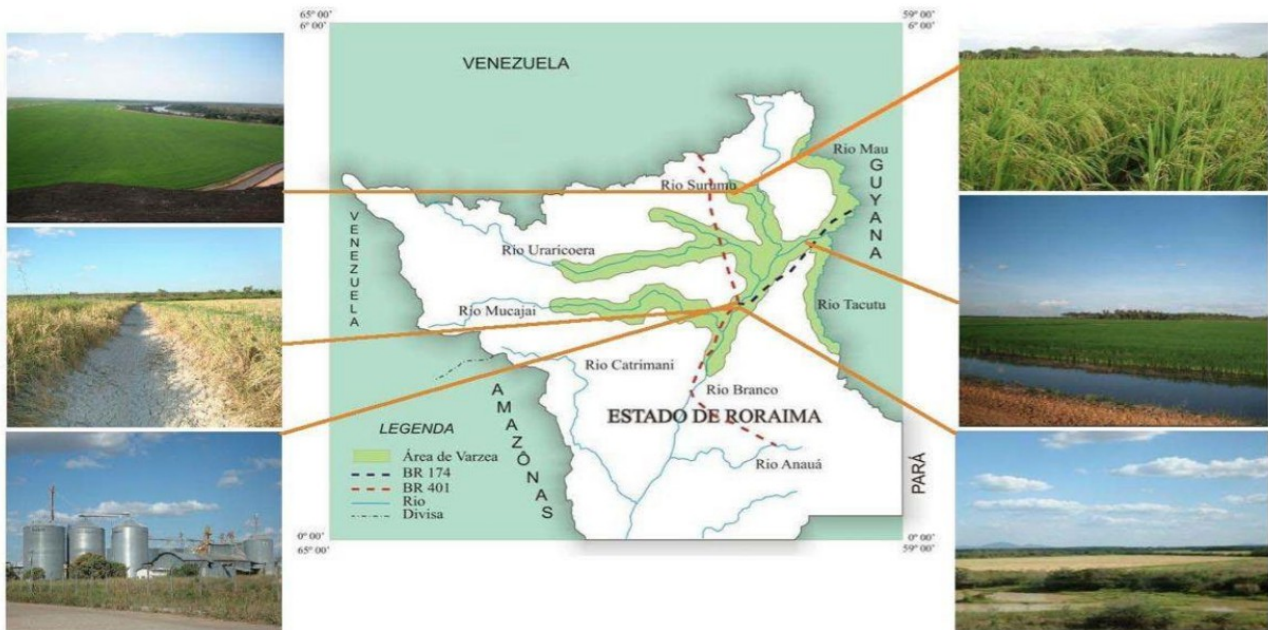


Figura 3: Mapa hidrográfico do estado de Roraima destacando os principais rios e suas respectivas áreas de várzea, Mapa retirado de Vianna.

Assim como os pecuaristas, o agronegócio do arroz pretende a terra indígena como área vazia e improdutivo, que deveria produzir, arroz de preferência.

2.4.1.3. Gado

É de se questionar se o objetivo principal da pecuária é criar gado, uma vez que a representação do coronel com a arma na cinta, fazendo suas leis e matando indígenas é muito recorrente na história brasileira. A colonização sistemática do chamado território tradicional Macuxi ocorreu a partir das

primeiras décadas do século XX, a expansão pecuarista nos campos do rio Branco dada no final do século XIX ainda não penetrava o interior das terras Macuxi, após a virada do século os colonos civis começariam a se instalar em maior número ao norte do vale do Tacutú, localização em que se concentravam as malocas Macuxi.

A partir de 1910 o avanço da economia pecuarista estende-se ao extremo nordeste da região de campos e se estabelecem as agências de contato, representadas pela SPI e pela Missão Beneditina no rio Branco, por volta de 1940 a ocupação pecuária já está consolidada, tomando corpo com a consolidação da ocupação pecuarista e o refluxo do surto do garimpo que teve início nos anos 30 e promoveu o uso econômico das áreas de serra ao norte do estado.

A pecuária passa a invadir as terras Macuxi, com o alibi de que seu rebanho pastaria em terras de “ninguém”, sendo essa a formação da propriedade para os pecuaristas. Aqui trago um trecho de Santilli, sobre Aldo, migrante piauiense que se estabeleceu sua criação de gado na confluência entre os rios Uraricoera e Parimé.

“Residente na área empossada desde meados dos anos 50, Aldo Rodrigues estabeleceu relações de compadrio com os habitantes da aldeia Macuxi mais próxima, no caso, com um dos homens mais velhos da aldeia Ouro, Agrícola Pacheco, estas relações permitiam um convívio pacífico com os ‘indígenas’ (modificado por mim) vizinhos. Os (...) mais idosos, moradores nas aldeias situadas nos campos do vale do Rio Uraricoera, mantêm, entretanto, presente na memória oral um tempo anterior a esse, marcado pela violência dos primeiros colonos civis ao instalarem suas posses naquela área, tanto queimando aldeias, expulsando os habitantes, quanto conduzindo-os a trabalhos forçados; chamam-no de ‘tempo de ditadura’. Também é bastante forte na memória oral Macuxi a postura clientelista por vezes adotada pelos posseiros, como Aldo Rodrigues, buscando obter consentimento e o trabalho dos indígenas por meio de relações de compadrio, do préstimo de artigos industrializados e, sobretudo, da oferta de carne e leite” (SANTILLI, 2001, 60)

mas pensar que o gado salvou os macuxi de serem expropriados)

Nesse período, buscou-se transformar os índios em trabalhadores nacionais. Com um padrão clientelista, investiu-se na construção de intermediários políticos, na figura de ‘tuxauas’ ou líderes de aldeia, que as agências indigenistas buscavam legitimar e consolidar. Momento que marca uma transição entre a dependência dos bens industrializados fornecidos por fazendeiros para uma relação mais próxima com os agentes da sociedade nacional, como as agências indigenistas, essas que passam a ser fontes de bens industrializados para os indígenas. Por mais que tirassem a poder da dívida das mãos dos fazendeiros, os tuxauas locais passam a competir entre si pelos bens manufaturados, nas chamadas “assembleia dos tuxauas”, criada e patrocinada pela Diocese de Roraima, se discutiam as

condições e os ‘méritos’ de cada comunidade para obter acesso aos bens disponibilizados pelos missionários. Ou seja, somente se forem produtivos é que podem acessar as mercadorias fornecidas pelos missionários/indigenistas, a competição como um traço característico do moderno adentra nas relações do povo Macuxi.

A Diocese cria dos projetos importantíssimos, o “projeto cantina” em que cada comunidade, dependendo do julgo da própria instituição religiosa, recebia um lote de mercadorias que seriam repassadas aos seus moradores por um incumbido pela própria Diocese, tratava-se de uma tentativa de eliminar o intermédio de regionais ao acesso às mercadorias vindas das cidades. Ou seja, por um lado permite o acesso aos produtos industrializados, por outro injeta as necessidades do moderno na consciência dos Macuxi.

“Assim, (...), idealmente, não precisariam mais trabalhar para regionais, nem barganhar a permanência destes em suas terras, para terem acesso aos artigos industrializados, podendo adiquiri-los – e esse era a idéia central do projeto – como fruto do próprio trabalho, fosse na produção agrícola – farinha de mandioca – fosse no garimpo – ouro ou diamante, convertido em moeda na sociedade regional” (SANTILLI, 2001, 42)

Já na década de 80, um projeto importantíssimo no desdobramento da demarcação veio ser implementado também pela Diocese, o chamado “projeto gado”, essencialmente constituído para angariar fundos na região de origem da Consolata, missão agora responsável pela Diocese, e investir na pecuarização dos indígenas. Os recursos obtidos foram investidos na aquisição de rebanhos bovinos que passaram a ser cedidos, em sistema de rodízio por 5 anos, a cada uma das comunidades indígenas no nordeste de Roraima. Projeto que representa uma alternativa ao escasseamento da caça e também promove a ocupação do lavrado perante os fazendeiros, com a mesma visibilidade perante os regionais e a sociedade nacional, tornando os próprios indígenas em pecuaristas. Ideia que foi seguida pela FUNAI nos anos posteriores.

A pecuária, como vimos, foi e é uma faca de dois gumes para os Macuxi, ao mesmo tempo em que expropriou suas terras, foi também um subterfúgio para garanti-las. O moderno adentra todas as relações como água em um tecido, por todas suas tramas, fugir não é uma opção, assim tais projetos permitem a inserção no moderno, mesmo que muitas vezes em sua negatividade, em contrapartida da morte e a aniquilação que viria sem essa inserção.

Segue uma tabela sobre o rebanho bovino no estado de Roraima.

Histórico do tamanho do rebanho bovino em Roraima									
Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tamanho do Rebanho	459000	507000	508600	481100	476200	475380	577050	651511	686491
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Tamanho do Rebanho	747045	735962	794783	780877	787318	817198	879007	925109	

Figura 4: Tamanho do rebanho bovino roraimense, em cabeças de gado.

2.4.1.4. Madeira

A madeira é mais explorada em outras localidades do estado de Roraima, em específico na área em que se localizam os Macuxi, encontra-se uma vegetação chamada de “Lavrado”, é um termo utilizado em Roraima para definir a região de vegetação aberta (do tipo savana-estépica, ao norte, e savana, mais ao sul) situada na porção nordeste deste estado da Amazônia brasileira. Trata-se de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e de outros aspectos ambientais amazônicos, sendo uma paisagem que faz parte do grande sistema de áreas abertas que se assenta entre Brasil, Guiana e Venezuela. Por essa particularidade o ramo madeireiro é pequeno próximo à Raposa Serra do Sol, que conta com uma vegetação são árvores de grande porte.

2.4.2. Organizações indígenas, sua relação com a Igreja e órgãos indigenistas, “aquele que deveria morrer é aquele que deve viver”.

A década de 70 é um marco para nossos estudos, momento da terceira revolução industrial, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas globais chega a tal ponto onde não encontra mais espaços capazes de produzirem mais-valia capaz de realizar a pouca mais-valia vinda dos capitais centrais, o mundo estaria inundado de mercadorias que não podem ser pagas, a não ser com créditos bancários que só crescem a partir dessa época. O trabalho que outrora substancializava as mercadorias, passa a estar deficitário, se deve trabalho para o tanto de mercadorias produzidas¹⁰⁹, a exemplo dos mercados de futuros na bolsa e suas novas regulações, as commodities ou os projetos que passariam a fazer parte do imaginário da ação social. Tem-se aqui uma modernização já pautada na ficcionalização do capital, de um modo geral encoraja-se a constituição de associações da sociedade civil para lidar com bancos, projetos, contratos, governo e ONGs. Se por um lado falta trabalho, por outro sobra capital, sedento de investimentos lucrativos ou, como é o caso de hoje, especulativos, capitais que

109 Uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas e a concorrência expulsa os trabalhadores, únicos a gerarem valor, do processo de produção.

devem aparecer enquanto produtivos, humanistas e sustentáveis, mesmo que seja só para valorizar papéis na bolsa de algumas empresas.

No caso da igreja, grande acumuladora de capital e forte arrecadadora de investimentos, legitimando seus trabalhos de catequese e conversão como humanismo democrático. Em Roraima, muito auxiliou na formação da propriedade privada, seja em tempos pretéritos, ou agora, com a formação das Terras Indígenas, nesse contexto de afirmações identitárias, que passa pela formação de cidadãos, em sua positividade e negatividade.

Melvina Araújo, estudiosa da mediação cultural entre os Missionários da Consolata¹¹⁰ com os Macuxi, nos dá dicas de como esse processo se deu. Embasado na imagem de um Deus “bondoso”, o homem seria dotado de um livre-arbítrio, sendo seu destino decidido por ele mesmo, pode-se interpretar tais diretrizes como a formação dos pressupostos para os sujeitos de direito portadores de mercadorias, homens livres e proprietários que se reconhecem com tal. Cabendo ao homem “o exercício do autocontrole e do sacrifício pessoal” (ARAÚJO, 2006, 47), semelhanças ao mundo do trabalho aqui não são mera coincidência, autocontrole no momento do sacrifício, para que os desejos sejam realizados além daquele momento, seja no céu de Deus ou no mercado¹¹¹.

A Consolata chega aos Campos do Rio Branco em 1948, herdando a missão fundada em 1909 pelos beneditinos, momento em que o processo de expansão da ocupação do território nacional e das atividades relativas à criação de gado estava se consolidando através de incentivos nacionais, expressando-se em uma frente de colonização ao norte, adentrando em terras habitadas por indígenas Macuxi, Taurepang e Ingaricó. Os missionários prestavam serviços ao Estado, levando os valores da civilização ocidental e o ensino da língua nacional.

Os conflitos desdobrados dessa colonização eram diversos, primeiramente por não se tratar da ocupação de um espaço desabitado, mas da expulsão de seus antigos ocupantes, também pela delimitação das propriedades, com a colocação de cercas, os indígenas ficavam impossibilitados de se locomoverem para locais de pesca, caça, roça e entre as próprias aldeias, somado-se ao crescimento do rebanho bovino, que invadiam as roças e as casas dos indígenas, destruindo-as.

110 “O INSTITUTO CONSOLATA para Missões Estrangeiras foi fundado em 29 de janeiro de 1901, em Turim, pelo sacerdote diocesano José Allamano. Pensado para agregar padres e irmãos dispostos ao trabalho de evangelização, este instituto inciou suas atividades enviando missionários para a África e depois se expandiu para outros continentes (...) Para os missionários da Consolata, o exemplo maior de Nossa Senhora foi o da consolação: tendo trazido Jesus Cristo ao mundo, ela teria trazido aos homens o consolo da libertação dos pecados. Assim, ao seguir o exemplo de Nossa Senhora Consolata os missionários (...) deveriam adotar um estilo materno de missão, ou seja, afetuoso, acolhedor, criativo e serviçal.” (ARAÚJO, 2006, 45)

111 “A imagem de cristo sofredor, que morreu para salvar os pecados do mundo foi associada à idéia de que o bom cristão deveria fazer sua parte no processo de salvação doando o seu próprio sofrimento à humanidade” (ARAÚJO, 2016, 46), humanidade essa que se pauta e se faz no interior de uma abstração, o trabalho, enquanto uma fantasmagórica gelatina de trabalho abstrato.

Após séculos de contato, torna-se comum o consumo de mercadorias industrializadas, como açúcar, sal, fósforo, cachaça, café, querosene, tecido, etc. Comércio geralmente realizado por fazendeiros locais, que montavam cantinas em suas fazendas e cobravam preços muito acima dos praticados em Boa Vista, até três vezes mais (ARAÚJO, 2006, 69). No entanto, a monetarização dos indígenas, à época, era parca, sendo o pagamento feito com farinha, produzida nas próprias aldeias, ou com o trabalho nas fazendas.

“Com o preço das mercadorias era alto e o valor pago pela mão-de-obra indígena irrisório, os índios estavam sempre devendo aos fazendeiros e, portanto, trabalhando em suas fazendas. Isso acarretava a não participação destes índios na plantação e colheita de suas roças, o que implicava na redução das possibilidades alimentares de suas famílias” (ARAÚJO, 2006, 69)

Inicialmente os missionários não se interpuseram na relação entre indígenas e brancos, mantendo algumas relações políticas com os fazendeiros e proprietários de capital da bacia do Rio Branco. Somente na segunda metade dos anos setenta é que a congregação adotaria oficialmente uma posição de “defesa dos direitos indígenas”, sem, obviamente, nenhuma crítica à forma do direito e sua relação com a generalização das trocas mercantis.

Mudanças na práxis já vinham sendo adotadas, uma delas é a organização das reuniões de tuxauas, instituída em 1968, tendo como objetivo a realização de “curso de instrução religiosa”, onde nos intervalos os tuxauas conversavam entre si sobre os problemas enfrentados nas malocas. Como desdobramento de discussões acerca do “círculo vicioso em que se enredavam quando compravam mantimentos e outros produtos industrializados nas cantinas mantidas nas fazendas” (ARAÚJO, 2006, 73), os tuxauas das malocas Raposa, Xumina, Guariba, Napoleão, Cachoeirinha, Canavial e Perdiz se juntam para formar uma cooperativa de compra e venda, em 1970. Mercado que operava com os indígenas fornecendo farinha e os padres transportando os produtos, parece que os atravessadores agora passam a ser os religiosos e não mais os fazendeiros, uma concorrência entre dois agentes econômicos, competiam para fornecer mercadorias aos indígenas. Outras cantinas indígenas, como eram chamadas, foram criadas no decorrer da década de 70, segundo os religiosos o objetivo de tais era “fornecer produtos aos índios a preços baixos e fazer com que eles gerissem seu comércio comunitariamente” (ARAÚJO, 2006, p.74). por mais que os missionários repassassem os preços exatos de seus custos de compra e transporte das mercadorias¹¹², aqui apresenta-se um processo de

112 Como romantiza Melvina, segundo ela “os missionários não cobravam pelo transporte e tampouco visavam auferir lucro com o comércio, o preço das mercadorias era bem menor que aquele praticado nas cantinas das fazendas” (ARAÚJO, 2006, p. 74)

aculturação em curso, os colocando na lógica da troca de mercadorias, agora passariam a se relacionar com o “valor justo” das mercadorias¹¹³.

Em resposta às fortes críticas voltadas às missões realizadas por antropólogos após os anos 70, como a Declaração de Brabados¹¹⁴, a criação do CIMI, Conselho Indigenista Missionário, foi a forma encontrada pela Igreja de garantir e manter suas ações frente aos indígenas e ao Estado. Assumindo posição crítica em relação à política indigenista oficial posta pela ditadura militar, que envolvia tanto interesse do capital nacional como do internacional, colocada em prática pela FUNAI¹¹⁵, principal organização que concorreria pelos recursos federais destinados à questão indígena. “Seu objetivo é promover, além de uma nova atuação teológica e antropológica, a construção da ‘luta’, por meio das dioceses ligadas a ele, para que as comunidades indígenas e principalmente suas terras sejam respeitadas e demarcadas” (VIEIRA, 2014, 153), passando a reconhecer nas populações indígenas “o sofrimento dos oprimidos e, principalmente, o seu compromisso em praticar uma pastoral libertadora; dessa forma, essas populações receberiam total apoio dos missionários, para que pudessem se organizar politicamente” (VIEIRA, 2014, 153).

113 Como se o valor não fosse uma abstração.

114 “Os antropólogos participantes do Simpósio sobre fricção interétnica na América do Sul, reunidos em Barbados entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, depois de analisar os relatórios apresentados sobre a situação dos povos indígenas dos vários países da região, decidiram elaborar este documento e apresentá-lo à opinião pública, esperando que contribua para esclarecer este grave problema continental e para a luta de libertação dos povos indígenas.

Os indígenas da América continuam submissos a uma relação colonial de domínio, que teve sua origem no momento da conquista e que não se desfez no seio das sociedades nacionais. Esta estrutura colonial se manifesta no fato de que os territórios ocupados pelos indígenas são considerados e utilizados como terra de ninguém, abertos à conquista e à colonização. O domínio colonial sobre as populações nativas faz parte da situação de dependência externa que a maioria dos países latino-americanos conserva diante das metrópoles imperialistas. A estrutura interna de nossos países dependentes leva-os a atuar de maneira colonialista na sua relação com as populações indígenas, colocando as sociedades nacionais no duplo papel de explorados e exploradores. Isto gera uma falsa imagem das sociedades indígenas e de sua perspectiva histórica, assim como uma autoconsciência deformada da sociedade nacional.

Esta situação expressa-se em agressões reiteradas contra as sociedades e culturas indígenas, tanto em ações intervencionistas supostamente protetoras, como nos casos extremos de massacres e deslocamentos compulsórios, não ficando alheios o exército e outros órgãos governamentais. As próprias políticas indigenistas dos governos latino-americanos visam à destruição das culturas indígenas e são usadas para a manipulação e o controle dos grupos indígenas em benefício da consolidação das estruturas existentes. Isto impede os indígenas de se libertarem da dominação colonialista e decidirem seu próprio destino. Ante tal situação, os Estados, as missões religiosas e os cientistas sociais, principalmente os antropólogos, devem assumir posturas inequívocas em vista de uma ação imediata para acabar com esta agressão e assim contribuir para favorecer a libertação do indígena.” (Introdução da declaração de Brabados I, http://www.missilogia.org.br/wp-content/uploads/cms_documentos_pdf_28.pdf)

115 “Quanto às etnias de Roraima, afirma claramente que ‘o índio foi e continua sendo sempre a vítima indefesa. Suas terras são invadidas, suas reservas roubadas, suas mulheres ultrajadas’, e ainda que, tanto a polícia de Boa Vista quanto a Fundação Nacional do Índio tinham conhecimento dessa situação e mesmo assim deixavam que o problema continuasse a acontecer” (VIEIRA, 2014, 156) além de afirmarem, “Nada faremos em colaboração com aqueles que visam atrair, pacificar e acalmar os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios e outras riquezas. Nosso trabalho não será de civilizar os índios. Chegou o momento de anunciar, na esperança, que, aquele que deveria morrer é aquele que deve viver” (Y-Juca-Pirama: O índio. Aquele que deve morrer, em VIEIRA, 2014, 156). Para Vieira, “a Funai tornara-se a principal cúmplice do processo de destruição das populações indígenas, principalmente na Amazônia, devido às fortes frentes de expansão econômica que chegaram a penetrar no extremo norte, fomentando uma ocupação desordenada sobre a última fronteira, incentivada, (...), pelas políticas de transporte e incentivos fiscais” (Vieira, 2014, 157).

Em documento redigido em 1980, “A igreja e o problema da terra”, a instituição passa a criticar ainda mais o governo pela concentração e aumento do latifúndio no Brasil, seriam eles os grandes responsáveis pelos conflitos no campo, indicando alguns motivos, como a política de incentivos fiscais, reservada às multinacionais e o regime de propriedade privada vigente, elaboram uma crítica à política oficial de terras do Brasil. Em parte desse documento afirma que

“Apesar da vigência do Estatuto do Índio, os conflitos em áreas indígenas se tornam cada vez mais violentos e generalizados. Tais conflitos se ligam aos seguintes fatores: não demarcação oficial de suas terras; invasão de seus territórios já demarcados; comercialização e apropriação pela Funai dos recursos de suas terras; preconceito de que o índio é um estorvo ao desenvolvimento; não reconhecimento de que suas terras lhe cabem, por direito, como povos; desconhecimento das exigências específicas do relacionamento do índio com a terra segundo sua cultura, seus usos, costumes e sua memória histórica; enfim, total marginalização do índio, da própria política indigenista, no seu planejamento e na sua execução” (Igreja e Problemas da Terra, em VIEIRA, 2014, 157)

Assim os missionários procuravam formar cidadãos com direitos, dentre os desdobramentos dessa política, é importante destacarmos as mudanças em relação aos encontros dos tuxauas após a criação do CIMI, passando a se dedicar em tempo integral para solucionar os problemas de suas comunidades, o que antes não ocorria devido à ensinamentos religiosos. A partir daí, as reuniões passam a ser um espaço de discussão dos tuxauas, resultando, em 1987, na formação de uma organização indígena, o Conselho Indígena do Território de Roraima (CINTER), que mais tarde se transformaria no Conselho Indígena de Roraima, o CIR¹¹⁶, “a mais atuante organização indígena de Roraima até os dias atuais” (ARAÚJO, 2006, 82).

Essas organizações teriam que lidar com a política oficial da Funai, que baseava-se em um modelo desenvolvimentista. Pautados pela ideia de que as populações indígenas deveriam ser rapidamente integradas com a força de trabalho de reserva ou como produtoras de mercadorias para as economias regionais em crescimento. Para um de seus dirigentes era “inadmissível que os índios ainda não falassem Português, andassem sem roupas e não produzissem nos moldes da sociedade capitalista” (VIEIRA, 2014, 158). No entanto, não acreditamos que a política dos missionários seria o extremo

116 O Conselho Indígena de Roraima (CIR) é uma organização indígena de base que nasceu na década de 1970 a partir da realização da primeira Assembleia dos Tuxauas. Foi registrada perante o estado brasileiro em 1990. Seu principal objetivo é lutar pela garantia dos direitos assegurados na Constituição Federal e o fortalecimento da autonomia dos povos indígenas no estado de Roraima. (...)A atuação direta do CIR se desenvolve através dos 10 conselhos regionais que formam sua base de atuação, envolvendo as etnorregiões das Serras, Surumu, Baixo Cotingo, Raposa, Amajari, Wai Wai, Tabaió, Serra da Lua, Murupu e Alto Cauamé e uma população em torno de 30.000 habitantes (<https://cir.org.br/site/sobre-o-cir/>)

oposto desses pensamentos, mas apenas outra nuance dos coloridos da colonização. E nesse ínterim encontravam-se os indígenas, entre a cruz e o fuzil.

Cabe ressaltar o papel da Funai, antiga SPI, na formação da propriedade e da colonização indígena em Roraima, instituição que havia se tornado militarizada depois do golpe de 64, e que discursava, através de seus representantes, abertamente sobre a necessidade de que os indígenas estivessem vestidos e trabalhando, contribuindo para o desenvolvimento nacional. Nos anos 80, a questão indígena torna-se estadualizada, o que expõe os indígenas à situações de vulnerabilidade, principalmente em Roraima, em que as elites e os grupos de interesse desenvolvem ações sistemáticas, se não históricas, contra os direitos indígenas. Vieira, que nos conta o processo da disputa pela terra e pela formação da propriedade privada em Roraima, apresenta um fato relevante à associação da FUNAI com os fazendeiros dos campos do rio Branco, uma vez que a primeira intercede favorável aos fazendeiros junto ao Banco do Brasil na obtenção de créditos agrícolas, no entanto, tais fazendeiros ocupavam irregularmente a Reserva Indígena São Marcos, pertencente à união e já demarcado por Marechal Rondon.

Como já visto, as assembleias do final dos 60 seriam um gérmen de uma organização maior dos próprios indígenas, assessorados¹¹⁷ pela igreja, visando defender seus interesses, principalmente em relação à demarcação de suas terras e o uso de sua força de trabalho. Momento em que a tríade capitalista não se encontra autonomizada, terra, trabalho e capital não colam com seus arquétipos clássicos do capitalismo industrial, não deixando de o ser.

Tal organização política dos indígenas em Roraima era um fato novo, anteriormente os fazendeiros ou cooptavam as lideranças, ou à força expulsavam os indígenas de suas terras ou, por fim, entre acordos que sempre beneficiavam o próprio fazendeiro, geralmente arbitrados pelo órgão indigenista local, a SPI e depois a FUNAI. O que nos deixa claro o histórico envolvimento e alinhamento das instituições indigenistas com os latifundiários da região (VIEIRA, 2014, p.167)

Nas primeiras assembleias, os indígenas já passam a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras, uma vez que entram em contato com a Constituição Federal, apresentada pelos missionários¹¹⁸. Também elaboram críticas à FUNAI, uma vez que não garantiriam suas terras,

117 Nos termos da economia mesmo.

118 “Eles eram tão acostumados a ver o branco como patrão, a fazer o que queriam e eles obedeciam, e achavam normal aquela realidade em que vivia. Assim o primeiro passo foi o de perguntar: por que vocês sofrem? O que o faz sofrer? E finalmente eles começaram a falar. Vejam aqui o que diz a Constituição. Ela diz vocês têm direitos sobre essa terra. Foi dessa forma que eles começaram a pensar e a entender que estavam numa situação de prisão e que agora era então necessário se organizar” (Dom Aldo Mogiano, em VIEIRA, 2014, p.173)

permitindo que fazendeiros as invadissem, e ainda fornecendo arame farpado para o cercamento dessas terras. Aqui emerge a legalidade enquanto forma de consciência, o sujeito de direito passa a exigir o que “é seu” por lei, contraditoriamente a única forma de manterem-se vivos. Posteriormente solicitariam à Funai a regulamentação do garimpo de diamantes em suas terras e o envio de arames farpados, para que pudesse delimitar seu território.

Em janeiro de 1977 acontece a VII Assembleia indígena, realizada pelo CIMI, mais tarde seria conhecida como a I Assembleia Indígena de Roraima, que foi um dos maiores encontros das populações indígenas de Roraima, reunindo 140 indígenas, das etnias Macuxi, Wapixana e Taurepang, sendo 50 tuxauas. Assembleia que aconteceria normalmente no primeiro dia, mas que no segundo seria impedida pela Funai, afirmando que o CIMI não representava a igreja católica e, por isso, não possuía o direito de desenvolver trabalhos com os indígenas de Roraima. Tais reuniões fazem parte de um processo de formação de uma nova forma social entre os indígenas, fundadas a partir da situação de contato e incentivadas pela igreja católica, onde surgiram, ao longo do tempo, diversas lideranças indígenas, como desenvolvimento das políticas missionárias, pretendendo formar lideranças que pudessem lutar pela demarcação de duas terras.

Concretamente buscavam a formação de sujeitos modernos, tuxauas conscientes acerca das questões e terra em Roraima, que defenderiam suas próprias terras, cercando-as e expulsando o gado dos pecuaristas. Além disso, o CIMI proporia um projeto de autossustentação, “como uma zona de exploração mineral e a criação de um distrito agropecuário que passou a ser conhecido como ‘Projeto do Gado’”(VIEIRA, 2014, p. 180).

A II Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima aconteceria em janeiro de 1979, com a participação de um representante do CIMI, 120 indígenas, dos quais 44 tuxauas, representando mais de 20 mil indígenas, dentre eles Macuxis, Wapixanas, Taurepangs e Ingaricós. Na fala do tuxaua Laurindo, do Cantagalo, notamos uma transformação na forma de consciência se instaurando, contradição entre a forma social indígena com a moderna, a liderança afirmaria que não quer mais cercado, que cercavam por necessidade, em contraposição às cercas dos brancos e que tudo seria deles, nota-se que a propriedade privada passa a fazer parte da sociabilidade indígena, mesmo que contra a sua vontade, sendo a única forma de garantir a posse de suas terras. Comum a todas as comunidades, a invasão de terras era um problema recorrente, principalmente depois do acesso facilitado com a abertura de estradas e construções de quartéis militares nas áreas de fronteira.

A diocese se mostrara otimista em relação às necessidades dos povos indígenas, encaminhando os encaminhamentos à FUNAI de Roraima, para ser enviada à sede nacional. No entanto, o delegado regional transmitiria ordens recebidas de seus superiores em Brasília, proibindo qualquer missionário do CIMI em áreas indígenas de Roraima e a participação de indígenas programadas pela organização.

Entretanto, após o furor gerado pela ordem, descobre-se que não houve nenhum tipo de proibição por parte da FUNAI, com fala do presidente do órgão afirmando ter revogado qualquer ordem nesse sentido em 1977. Aqui notamos o poder das oligarquias de Roraima sobre a ação da FUNAI na bacia do rio Branco, que sofreria um revez, já que a delegacia teria que revogar uma portaria que nunca existiu.

Tal situação possibilitou a realização de reuniões setorizadas, com grupos menores, passando ser a nova estratégia adotada por missionários no processo de organização política das etnias indígenas. Cabendo ressaltar o caráter messiânico colocado nas lideranças pelos missionários, como nos afirma Vieira,

“Em todas as reuniões os missionários realizavam uma missa. Na celebração, aproveitando a leitura e posteriormente o comentário do evangelho, previamente escolhido, discursavam, entre outros assuntos, sobre a responsabilidade que tinham as lideranças indígenas de guiar seu povo, pois com esse objetivo haviam sido escolhidos. (...) O momento era tão oportuno para comparar os tuxauas às lideranças do Velho Testamento, em que procuraram encaminhar o povo de Israel no caminho da libertação.” (VIEIRA, 2014, 185)

Reuniões que marcam um avanço significativo no movimento indígena de Roraima. No início dos 80 surgem os “Conselhos Comunitários”, com meta de resolver de forma mais coesa os conflitos relacionados à invasão de suas terras, junto a seus problemas de saúde e educação. Como decisão da IX Assembleia dos Tuxauas, é criado o “Conselho Indígena Territorial”, o CINTER, em 1987, período em que já estavam organizados 7 conselhos regionais¹¹⁹. Tais instituições corroboraram para um papel mais unificador e afirmador de uma identidade política entre os povos indígenas de Roraima, possibilitando a força necessária à oposição aos fazendeiros. Por mais cruel que seja a invasão das terras pelos fazendeiros, formando a propriedade privada, a conscientização da necessidade de tornarem as terras indígenas propriedade dos próprios indígenas, também expressa o fenômeno de formação dessa propriedade, além de todas as outras formas sociais que com ela estão associadas, como o próprio trabalho.

“A partir da organização dos conselhos, iniciou-se um processo de união cada vez mais forte entre as comunidades indígenas e a Igreja Católica de Roraima, tendo a terra como eixo básico de luta, fomentando projetos no campo econômico, por iniciativa da própria Igreja que considerava importante lutar para consolidar a independência política e econômica dos povos indígenas dessa região” (VIEIRA, 2014, 188)

119 O Conselho do Surumu, Serra, Raposa, Taiano, Serra da Lua, Amajari e São Marcos.

Nesse momento, cabe ressaltar que o que pode aparecer, aos mais despercebidos, como a negação capitalista é na verdade a forma de ser do próprio capitalismo na periferia, aqui a identidade se faz na não identidade, uma vez que não segue os moldes clássicos do capitalismo inglês, mas não deixa de produzir mercadorias para um mercado global/nacional, explorar força de trabalho, gerar lucro, renda e juro, ou ao menos tentar.

A partir dos 69 inicia-se a discussão para a promoção dos projetos a fim de sustentar o movimento indígena, construindo a autossustentação das próprias comunidades e diminuindo a influência dos fazendeiros sobre os indígenas da região. São eles o “Projeto do Gado” e o “Projeto da Cantina”, que procuraria eliminar o trabalho de indígenas nas fazendas e, conseqüentemente, a dependência dos produtos industrializados fornecidos por esses fazendeiros, uma vez que esses últimos faziam parte da barganha, com os indígenas, para ocupação de suas terras, o “acesso a elas por parte dos índios, eliminava o próprio questionamento da presença do gado dos não índios em suas terras” (VIEIRA, 2014, 188).

O “Projeto da Cantina” romperia com tal situação, uma vez que cada comunidade receberia um lote ou um conjunto de mercadorias, geralmente bens de primeira necessidade, que ficariam sob a responsabilidade de um representante escolhido pela própria comunidade. Sendo ele responsável pela venda dessas mercadorias aos seus ‘parentes’ a um preço mais acessível do que as cantinas das fazendas, recebendo em farinha de mandioca ou ouro, ambos produzidos pelos próprios indígenas. Pagamento esse que era repassado aos missionários. Aparecem duas figuras importantes para o capitalismo, os comerciantes e os atravessadores, ambos lambendo e determinando um preço para as mercadorias comercializadas. Sendo através desses ‘rendimentos’ que os missionários puderam dar continuidade aos projetos em curso.

Em 1977 nasceria o “Projeto do Gado”, que solidificaria a união entre a luta dos povos indígenas e a Igreja Católica e ficaria conhecido como “Uma vaca para cada índio”, “idealizado pelas bases missionárias da Consolata como estratégia para que os índios pudessem ter acesso ao desenvolvimento em suas áreas” (VIEIRA, 2014, 190). Instrumento que seria considerado de libertação, administrado autonomamente pelos indígenas, sob responsabilidade das comunidades, tentando solucionar problemas de alimentação e do trabalho comunitário, com intuito de desenvolver uma forma de autodeterminação. Projeto que teria seu embrião na região da Normandia, quando 60 cabeças de gado foram doados para 4 comunidades, dentre elas Maturuca¹²⁰, nos anos 70.

O nascimento do projeto se dá com a busca, por meio da Consolata, a recursos financeiros para seu financiamento, para isso campanhas financeiras foram realizadas na Inglaterra, no Canadá e na

120 Que sofria de uma epidemia de alcoolismo à época.

Itália. Com a arrecadação foi comprado o primeiro lote, destinado à região do Surumu¹²¹, onde missionários e indígenas foram entregar às comunidades as primeiras 50 cabeças de gado e dois touros reprodutores, momento em que foram assinados contratos entre igreja e comunidades, termos de compromisso, em que ficava estabelecido o funcionamento do projeto, em que a comunidade ficaria responsável de repassar, em cinco anos, a mesma quantidade de animais recebidos para outra comunidade, tendo o direito de ficar com os animais que procriassem além dos 52 que deveriam ser doados.

Em 1978, ocorre nova campanha de arrecadação, momento em que outras três comunidades são beneficiadas, Pedra Branca, Enseada e Caraparu I. Projeto que teve rápido desenvolvimento, em apenas 5 anos a Diocese havia inserido gado em 90 comunidades, que deveriam seguir as normas do projeto. Em paralelo a isso, a própria Diocese possuía uma fazenda na região do Surumu, dispondo de uma boa quantidade de animais, que supririam as demais comunidades que quisessem fazer parte do projeto. Agora as populações indígenas de Roraima “tornavam-se proprietárias do seu próprio gado, revertendo-se a situação socioeconômica do índio, que deixava a condição de subalterno para a condição de proprietário” (VIEIRA, 2014,192). O sucesso do projeto passa a consolidar os indígenas de Roraima como pecuaristas para uns e criadores de gados para eles mesmos, os primeiros do Brasil, com um rebanho que atingia 20 mil cabeças em 1997 e tendo a participação de 158 comunidades indígenas.

2.4.3. Apropriação das terras macuxi

Após a nova constituição e o final da ditadura militar, momento econômico marcado pela ascensão do mercado das commodities, Roraima encontrava-se pautada em três atividades econômicas, a extração de ouro, a pecuária bovina e a rizicultura. Todas incidiriam de forma direta na vida dos indígenas dos campos do rio Branco. No caso Macuxi, por seu extenso território, os três ramos produtivos adentrariam seu dito território e procurariam legitimar suas posses oficialmente.

Cabe lembrar que esse território variou de acordo com diversos laudos antropológicos, cada um se focando em características de seu interesse. Uma vez possuiu a forma seminômade de habitação, a delimitação de porção de terra por eles utilizados é de difícil efetivação, sendo facilmente caracterizada com menor área do que a necessária para sua reprodução, segundo seus ditos costumes.

Duas formas de consciência modernas entram em embate, por um lado os fazendeiros, apoiados em financiamentos estatais e em um maquinário agroindustrial, reclamam a falta de terras a se incorporar em Roraima, imputando a essa um destino, no mínimo risível, a “pena de o estado de

121 O gado foi marcado com um “M” e uma cruz (M+), marca do projeto.

Roraima ter que arcar com as consequências da involução econômica, estagnação social e aumento do apetite demarcatório da União” (da Silva, 2011), se intitulando com os reais fatores de desenvolvimento do estado, a competição, aqui, por ramos produtivos aparece para o capitalista com um problema de gestão estatal. Por outro os indígenas integrados e missionados¹²², que entendendo o mundo dos ‘brancos’ passam a exigir seus direitos, principalmente em relação a demarcação de suas terras, se organizando politicamente e, por dentro da forma social, formulando estratégias para se manterem nessas terras.

2.4.3.1. Maloca Ouro e a Pecuária

Segundo Santilli, em sua tese de doutorado, em que se propõe a construir o roteiro de uma invasão em terras indígenas, delimitadas e estudadas também por ele, durante o final do século XX, a Terra Indígena Ouro encontraria uma particularidade em relação à Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Seu distanciamento com os principais núcleos de habitação Macuxi, encontravam-se nos campos a sudoeste da T.I. Raposa/Serra do Sol, e sua proximidade com Boa Vista os tornariam pouco articulados com as políticas ligadas ao CIR e, conseqüentemente, das políticas demarcatórias.

Para compreendermos a particularidade da aldeia e o cerco realizado pela pecuária, apresentarei o piauiense, Aldo Rodrigues da Siva, que viria aos campos do rio Branco como vaqueiro, trabalhando pelas relações de “sorte” ou “quarta”, em que o dono do rebanho entrega um lote de gado para seu vaqueiro, que teria direito a uma em quatro crias nascidas durante um período combinado. Em 1960, havia acumulado um pequeno rebanho, que possibilitaria a compra da posse de seu antigo patrão, Jesus Cruz.

Lembrando que dentre relações de compadrio e relativa ‘amizade’, a memória oral dos indígenas é marcada por um tempo em que a violência “dos primeiros colonos civis ao instalarem suas posses naquela área, tanto queimando aldeias, expulsando os habitantes, quanto conduzindo-os a trabalhos forçados” (SANTILLI, 2000, p.60), momento em que salta aos olhos a formação da propriedade e do trabalho enquanto sociabilidade. No caso de Aldo, primeiramente buscou estabelecer uma boa relação com os moradores da foz do rio Parimé, chamada aldeia Ouro, tentando obter o consentimento e o trabalho dos indígenas por relações de troca, do auxílio de artigos industrializados, até a oferta de carne e leite, condição primeira para que conseguisse estabelecer suas posses.

Por volta dos 70, o pecuarista construiria uma casa junto à margem direita do rio Uraricoera, extremo sul da Área Indígena Ouro, próximo à foz do Parimé. Posteriormente, uma segunda casa seria erguida pelo seu genro, junto à margem direita do rio Parimé, próximo à sua foz. Áreas que são

¹²² Com financiamento internacional, assim como os créditos estatais fornecido aos agropecuaristas.

sazonalmente alagáveis, restando pequenas faixas de terra firme perene, que não alagam durante todo o ano, sendo aí os lugares escolhidos para edificação das casas. Cercas de arame farpado constroem a fronteira norte da ‘propriedade’, impedindo o acesso dos indígenas à foz do Parimé e suas matas.

Aldo havia comprado uma antiga escritura, dos herdeiros de Bento Brasil, de terras denominadas “Monte Sinai”. Em 1973 tentaria fazer valer os papéis por ele adquiridos, referentes ao domínio de terras contíguas na boca do rio Parimé, historicamente ocupados pelos macuxi. Requereu formalmente a titulação da área, mediante título de propriedade expedido pelo governo do Amazonas em favor de Bento F. M. Brasil em 1903. No entanto, a propriedade não constava no Livro de Registro das Propriedades Rurais do Município de Boa Vista, onde figurariam os bens cadastrados pelos respectivos titulares (SANTILLI, 2000, p.63).

Surpreendentemente, esses trâmites de legalização da posse do pecuarista, colocaria, oficialmente, a aldeia Ouro no mapa, identificada por técnicos do Incra e um funcionário da Funai. Diversos laudos técnicos foram elaborados, primeiramente definindo uma área de 14500 hectares, que representava apenas parte dos territórios utilizados pelos indígenas. A Funai passa a adotar, explicitamente, um critério de recorte da terra indígena, a fim de incluir a ocupação fundiária, já que muitos são os trâmites políticos para a mudança dos limites da maloca Ouro.

“No entanto, a mensuração topográfica, empreendida um pouco mais tarde, resultou em apurar, mais precisamente, uma extensão de 13572,9696 hectares e um perímetro verificado in loco de 61672 km (...). Essa foi a extensão acatada pela presidência da FUNAI que, a 6 de novembro de 1981 declarou-a como posse indígena, sob o nome de área indígena Ouro” (SANTILLI, 2000, p.72)

Reagiram com espanto, os moradores do Ouro, frente a marcação do terreno pretendida por Aldo, uma vez que o mesmo, em sua chegada nos 70, haveria afirmado que não cercaria o terreno por falta de recursos, pois tinha apenas um diminuto rebanho, no entanto “(...) depois de dizer que não ia cercar, ele fez um cercado ali, ele cercou, dava direto aqui... aí estavam falando que ele vinha cercando, já vem arame esticando e estaca e aprumando e vem, vão passar por ali, oh (...) (Agricultor Pacheco, aldeia Ouro, em SANTILLI, 2000, p.73).

Após o cercamento, o posseiro passa a impedir, sob ameaças de agressão física, o acesso da população aldeã às matas na margem do Uraricoera e Parimé, espaço em que se localizavam as roças, os pontos extrativistas, a caça e a pesca dos indígenas.

Solução que, mesmo com a delimitação da área e sua posterior homologação, em 1982¹²³, seguiria sem solução, assim as tensões entre os indígenas do Ouro e o posseiro só cresceu com o passar dos anos, esse último seguindo ameaçando, intimidando e até queimando casas na aldeia.

2.4.3.2. *Maloca Xununuetamu, o ouro e o gado.*

“A partir de 1987, para fins de reconhecimento oficial, a região de Xununueatamu esteve destacada do restante da área Raposa - Serra do Sol, interditada pela FUNAI, sob o nome de área indígena Xununuetamu” (SANTILLI, 2000, p.75), estratégia política para a implantação das terras indígenas em formas de ilhas e não contínuas. A aldeia Santa Cruz, como é chamada, encontra-se no extremo sudeste do território Macuxi. Originalmente, as cinco aldeias localizadas dentro dessa área possuem origem comum, na aldeia “Wamanarikem”, onde, futuramente, seria instalada a fazenda Guanabara. Provável motivo do desmembramento da aldeia seria a vinda da SPI para região e a expulsão dos indígenas para próximo das serras. Cabe ressaltar que a história das aldeias no século XX cola com as memórias de invasão de suas terras, história de expropriação.

Em 1968, Newton Tavares ‘adquiriria’ uma porção de terra dentro de Xununuetamu, denominando-a “Fazenda Guanabara”. O ex-militar, tomou as medidas necessárias para garantir sua posse, que se localizava próximo ao recém-instalado batalhão de fronteira do exército e de uma pequena vila ao seu redor, Normandia. Para isso, além das construções, o posseiro passa a remunerar em espécie um casal de empregados, vaqueiro e capataz casado com mulher Macuxi de Santa Cruz.

Em 1972, Normandia¹²⁴ já contava com algumas casas e postos de comércio, onde se abasteciam pecuaristas das redondezas e, principalmente, garimpeiros, que, em direção às minas de diamantes e ouro ao norte, se abasteciam de suprimentos necessários à empreitada que empregariam. O povoado já começa a se caracterizar como um entreposto comercial na região.

A atuação do novo posseiro distingue-se dos anteriores e alinha-se à política desenvolvimentista nacional, que fornece crédito em vista da “integração nacional”. Para ele, a prerrogativa da posse tratava de uma atividade eminentemente empresarial, uma vez que pleiteava créditos financeiros, junto ao INCRA, inexistentes em tempos anteriores. Seriam eles, Cr\$ 900.000 para aquisição de bovinos, Cr\$ 950.000 para melhoramentos na estrutura da fazenda e Cr\$ 80.000 para despesas com transporte. O capital financeiro movendo o esbulho das terras indígenas Macuxi.

123 Processo que se dá a fim de desmembrara as terras indígenas Macuxi.

124 Normandia recebe seus primeiros moradores atraídos pela oportunidade de trabalho nas obras de construção do batalhão de fronteira.

Frente ao intuito de construção de uma escola de alfabetização indígena, por missionários da Consolata com anuência da FUNAI, Newton advertiria o padre, por meio de um empregado, que era para o ‘dono’ dessas terras que se deveria pedir autorização para a construção da escola. Assim, junto à forças políticas de Roraima¹²⁵, a construção seria impedida por soldados deslocados da vila Normandia.

A igreja tornaria público os feitos dos militares em Xununuetamu, que seriam afastados de seus cargos. Mesmo com as pressões de Newton, a Prelazia não deixava de investir em missionar os indígenas, a partir da paróquia de Normandia, que

“além das celebrações litúrgicas, ‘projetos comunitários’ voltados à produção econômica, com o que, acreditavam os religiosos, poderiam promover uma cristianização, ‘educação cristã do homem integral... e não apenas espiritual’ (...) Dentre os projetos de cunho econômico implantados, então, pela igreja católica, cabe ressaltar a introdução de um pequeno rebanho bovino na aldeia. Concebida pela Prelazia de Roraima como pedagogia de trabalho comunitário e cumulativo, bem como estratégia de ocupação territorial diante dos fazendeiros, a introdução da pecuária entre os índios obrigava, entre outras coisas, à construção de retiros, currais e o uso permanente de largas extensões de campos e para pastagem” (SANTILLI, 2000, p.85)

Percebe-se uma formação para o trabalho de caráter distinto das décadas e séculos anteriores, mesmo que trabalhadores, passam a não serem mais escravizados e nem expulsos de suas terras, essas que se encontram em processo de regularização e demarcação. Agora aparecem como cidadãos brasileiros, com seus direitos respeitados, ou em vias de, mesmo sob muita luta. Terra, trabalho e capital já aparecem como forma de consciência, mesmo que ainda esfumaçadas. Processos que acentuariam ainda mais as divergências com a fazenda Guanabara.

Nos anos 80, recorrente foram as invasões policiais à aldeia, resultando em destruição de casas, cercas, retiros e bens de moradores, além das prisões arbitrárias e assassinatos de indígenas, esses últimos nunca esclarecidos. O ano de 86 inauguraria uma situação inédita até então, o fazendeiro contrataria uma empresa de vigilância privada de Manaus para garantir suas posses, destinando agentes de segurança para controlar às vias de acesso à fazenda, consequentemente impedindo os indígenas de

125 O subdelegado responsável pelo caso era conhecido por amarrar indígenas considerados problemáticos, por cobrar propina em espécie dos indígenas, por escravizar indígenas mulheres em sua casa, por expulsar famílias inteiras para o outro lado da fronteira... (SANTILLI, 2000, p84)

se deslocarem por sua aldeia e arredores¹²⁶, e para cuidar de seu rebanho. Sendo esse “caráter profissional, impessoal e sistemático” que definirá a toada das relações com a população Macuxi.

Seguem-se anos de violência, intimidação, ameaças, espancamentos, queima de casas e retiros, destruição de plantações e cercas, além de assassinatos cometidos por capangas da Guanabara. Momento em que o CIR e a Igreja Católica passam a extrapolar o local, procurando alianças em âmbito regional, como a própria FUNAI e cooperação internacional.

Em 1987, após assembleia de tuxauas, devido à impossibilidade dos moradores da Aldeia Santa Cruz de plantar, colher e pescar, por estarem submetidos à vigilância dos capangas de Newton, fica programado um mutirão para abrir roças comunitárias, realizado em julho do mesmo ano e reprimido, como era de se prever. No entanto, os indígenas, em maior número, renderiam os funcionários da fazenda, exigindo ações concretas da FUNAI.

A resposta não tardaria, relatos afirmam que

“metralhadoras foram montadas no centro da aldeia, para onde foram levados amarrados e torturados todos os homens; suas casas foram arrombadas e seus pertences quebrados e atirados. Os índios de outras aldeias foram expulsos e ‘muitos fugiram para o mato...’. Dezenove índios foram levados presos em viaturas militares à Penitenciária de Boa Vista” (SANTILLI, 2000, p.88)

Em 1987, a FUNAI expediria uma portaria declarando a interdição da Área Indígena Xununuetamu, impedindo a entrada de não indígenas. No entanto, tal delimitação excluía os caminhos, retiros, currais utilizados pelos Macuxi. Mesmo assim, as ações de Newton prosseguiram, no mesmo ano contrataria serviços de tratores e máquinas para abertura de valas profundas, a fim de delimitar sua pretensa posse, que incluíam a Aldeia Santa Cruz, “à revelia de qualquer procedimento legal” (SANTILLI, 2000, p.89). Agora as valas se somavam aos vigilantes, processos de um cerco.

Em 93 o ‘território Macuxi e Ingarikó’ era reconhecido pela FUNAI, passando a ser designada como Terra Indígena Raposa - Serra do Sol, entretanto o pecuarista só deixaria o local após a homologação e operação da polícia federal.

126 “A contratação de capatazes, jagunços e agentes de segurança por Newton Tavares, para formar barreiras e mesmo construir muros, cerceia evidentemente o acesso dos índios aos caminhos e passagens para as outras aldeias, para a vila além das serras Grande e do Boqueirão, bem como a circulação dentro da área considerada pertencente à fazenda, onde essas aldeias se localizam. Os índios ficam impedidos de manter suas áreas de cultivo nas matas adjacentes ao campo, por serem estas constantemente pisoteadas pelo gado, e proibidos da pesca nos lagos existentes na área. Tudo conflui para criar uma situação extremamente vulnerável às comunidades indígenas, confinadas, progressivamente, às vertentes das serras ou à barranca do rio” (SANTILLI, 2000, p.86)

2.4.4. Criação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

A Raposa foi identificada em 1993 pela FUNAI. Demarcada durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, sendo homologada em 2005 pelo presidente Lula, fato esse que moveu muito as reflexões dessa pesquisa, pois ao reclamarem direitos em relação às suas terras, ao mesmo tempo que garantiam a permanência ali, também assinavam um atestado de partes da engrenagem capitalista. No decorrer desse trabalho, acabamos por notar que fazer ou não fazer parte dessa engrenagem, que já os engole há tempos, não é o que realmente importa. A sobrevivência e permanência dessas pessoas nesses lugares é o que vale.

Pachukanis nos diria que “o fato empírico de que as relações que se encontram sobre a proteção do Estado são mais garantidas constitui a base lógica formal da teoria jurídica positiva”, ou seja, a da legitimação jurídica de uma Terra Indígena através do Estado significa a juridicização de toda sua população, uma vez que as relações de produção e as relações jurídicas forma o que chamamos de sociedade civil, sendo a organização oficial do estado apenas um momento secundário desse processo social. (PACHUKANIS, Capítulo 3, nota 15 e 18)

Mas, Viveiros de Castro, em suas “Metafísicas Canibais”, nos mostra um lado valioso, ao ressaltar que os ameríndios amazônicos partiam de um a priori da alma, em que tudo possui alma e o corpo é apenas um estado do agora, o que acaba por fazer com que tais povos guardassem corpos dos europeus para ver se eles apodreceriam, por exemplo. Por outro lado, os europeus viriam com um a priori do corpo, assim saíram ao mundo procurando a alma em outros corpos, que por não parecerem com os seus não eram tidos como desalmados, o que legitimaria escravizar e traficar seres humanos com a desculpa de que salvariam suas almas.

Podemos deduzir que a vontade de ter alma, para ser tratado como a população em geral, era muito grande. Ser civilizado os colocariam em uma posição diferente dos animais em uma fazenda. O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e a criação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é uma forma de imputar alma em seus moradores, nem que para isso tenham que vestir terno e se dirigirem às igrejas protestantes.

Como característica comum a todos os ditos Estados-Nação, a gestão de seu território e população é um pressuposto, já que para ao gestor cabe possibilitar que a terra enquanto propriedade esteja formada, que o trabalho como força de trabalho possa ser explorada e que o capital possa circular livremente, permitindo a (des)valorização do capital através da perpetuação de seu processo produtivo. Em uma analogia, podemos pensar os Estados modernos como tabuleiros de xadrez, as peças seriam os homens, o Estado construiria o tabuleiro e os ‘enxadristas’ - os verdadeiros jogadores, o Capital. Por um lado não sabemos que participamos de um jogo, também não se sabe quem/o

que/como se ordena o dito espaço ao nosso redor e muito menos conhecemos os jogadores. Aqui a metáfora se perde um pouco, pois esse jogo é jogado por apenas um 'sujeito', o próprio capital. Criando-se assim um espaço de catástrofe (LEFEBVRE), esse que só pode ser racionalizado, gestado e organizado, é papel do Estado gestar seu território a fim de possibilitar a acumulação crítica de capital. As formas de relação social que caracterizam o capitalismo não são manifestamente sociais e parecem não ser de forma alguma sociais, mas 'naturais' (POSTONE, 2014). Assim, naturaliza-se toda forma social – específica do capitalismo; habituamo-nos ao jogo do trabalho, seu tabuleiro estatal e aos seus jogadores – o capital. Naturaliza-se a modernidade e toda sua materialidade e metafísica.

A gestão, do território acontece a fim de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas globais – a grande indústria necessita de um espaço específico para acontecer, o espaço de catástrofe enquanto base material para (re)produção do capital e sua territorialização, que só pode acontecer de forma violenta, rompendo elementos que possibilitariam o “trabalhador enriquecer por si mesmo”(MARX, 2013). Espaço este moldado pelo Estado, que, após os 900, financiou gigantescas obras de infraestrutura, fornecendo crédito para o setor de serviços, disponibilizando facilidades fiscais, enfim, possibilita a busca do capital pela constância do lucro, uma constância irreal, diante a sua queda tendencial; talvez aí apareça a importância da geografia planejadora, que procurará no território estatal os ditos recursos naturais e para além deles, talvez um segundo desdobramento lógico, como a naturalização das categorias do capital – segunda natureza. Cabe aqui uma constatação sobre recursos naturais que não são concretamente consumidos, como a mercadoria paisagem, que talvez seja uma das formas da renda da terra aparecer. Ao gestar-se, o Estado permite o aumento do valor da capacidade de trabalho em seu território.

Quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda reprodução social e tornando-se modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida, sendo ele o gestor do espaço para o capital. Com esse agigantamento do Estado, Kurz¹²⁷ tenta analisar as funções econômicas dos Estados Modernos, que dividiu em cinco níveis – a saber; jurídico, problemas sociais e ecológicos, agregados infraestruturais, o estado como produtor de mercadorias e a política de subsídio e protecionismo.

No nível jurídico, todos os homens precisam agir como sujeitos modernos do direito; já que todas as relações se transformam em relações contratuais com a forma mercadoria. Assim, o Estado transforma-se em uma máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares. A 'juridificação' crescente já acarreta uma demanda financeira, que também cresce permanentemente.

127 Kurz, Os últimos combates, 1987

No segundo nível da atividade crescente do Estado são os problemas sociais e ecológicos, ambos resultantes da economia de mercado. Invés de sistemas pessoais e locais, são implantados sistemas nacionais impessoais públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão somente o Estado podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana. O dinheiro é abstrato pela sua própria natureza e indiferente ao conteúdo sensível e a racionalidade empresarial da minimização abstrata dos custos não somente “externaliza” os custos sociais, mas também os custos ecológicos. Sobretudo, porque a natureza não pode, pela sua ausência, ser um sujeito do direito, razão pela qual se abusa dela enquanto lugar de despejo dos escombros dos custos sistêmicos. O posicionamento na forma de mercado de substratos naturais também causa dificuldades; o ar, as águas e o clima não podem ser submetidos a relações econômicas de escassez nem ser representados por meio de preços de mercado, para serem acessíveis apenas à demanda com poder aquisitivo. Assim, é o Estado que precisa arcar com os custos ecológicos subsequentes, criando para tal fim instituições especiais, o que faz com que a sua esfera de competência, assim como sua demanda financeira, se expandam cada vez mais.

No terceiro nível da atividade estatal crescente são o Estado volta-se para os agregados infraestruturais – que nos é de grande valia para o presente estudo; o abastecimento energético, a construção de rodovias, a comunicação, a formação profissionalizante e educação, as instituições científicas, o sistema de saúde pública, etc... Todas essas áreas infraestruturais se desenvolvem com a crescente industrialização e cientificização da produção como necessidades práticas de uma produção total de mercadorias. Dessa forma, os agregados infraestruturais são pressupostos de uma produção industrial cientificizada de mercadorias; são *inputs* gerais, relativos à sociedade em geral. Não é por acaso que os agregados infraestruturais são operados ou subsidiados, na sua maior parte, pelo Estado em todos os lugares e, com isso, abre-se mais um campo gigantesco da reprodução social, aumentando as finanças públicas e as atividades estatais.

Já no quarto nível da economia estatal é o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias, ou seja, como operador da produção para o mercado. Esse papel do Estado aparece sobretudo nas sociedades de 'modernização tardia', entre países que entraram tarde no moderno sistema produtor de mercadorias. Claro, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada de 'trabalho abstrato', a tentativa de estabelecer uma conexão com os países ditos desenvolvidos. No decorrer do processo, algumas empresas estatais dão lucro, que aliviam as finanças públicas, no entanto, mesmo assim, uma parte desses lucros é novamente devorada pela administração e pelo controle das empresas estatais. Mas, geralmente, trata-se mais de empresas não rentáveis, que acumulam perdas e precisam ser mantidas por razões políticas. “Aqui vale, via de regra, o princípio: socialização (estatização) das perdas e privatização dos

lucros” (KURZ, 1987). Dessa forma são privatizadas somente as poucas empresas estatais que dão lucro, ao passo que o Estado assume as estatais não rentáveis.

O quinto e último nível da economia estatal são as políticas de subsídios e o protecionismo – que também é muito importante para o nosso tema. Mesmo não sendo o próprio empresário, o Estado pode influenciar indiretamente no processo de mercado de produção de mercadorias através da regulamentação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas.

“quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado.”
(KURZ, 1987)

CAPÍTULO 3 - Relatos de campo e da questão indígena em Roraima

Esses relatos se inserem na particularidade de uma Terra Indígena nas serras e cerrados roraimense, com uma aparência de ‘arcaico’, como se partes do rascunho colonial compusessem a sociabilidade daquelas pessoas. Em trabalho de campo, um dos meus primeiros contatos foi com seu José¹²⁸, batizado quando criança e já com seus 60 anos, afirmava haver alguns de seus parentes¹²⁹ Ingaricós “não civilizados”, por evitarem a relação com o branco, principalmente o aculturamento¹³⁰. Isso muito me intrigou, estávamos nós em um ônibus dos anos 70, com o motor vertendo óleo por todas as frestas, riscas recém feitas nos pneus recauchutados, subindo uma serra do Pré-cambriano¹³¹, com um senhor, simultaneamente querendo ensinar-me macuxi, dizendo haver gente não civilizada, aquilo foi uma pedrada, que quebra mas também revela¹³², pois o argumento desenvolvido até aqui foi a abstração da humanidade, mesmo que em sua particularidade, e ele acabou dando uma fagulha de

128 Os nomes serão alterados para manter a sigilosidade de meus interlocutores, no entanto procuro manter a lógica em relação aos nomes de europeus e/ou indígenas.

129 Como se referem uns aos outros, todos não brancos e negros, hoje em dia.

130 Se recusarem a aprender a língua, estabelecer pouso próximo cidades e serviços.

131 Pelo menos as aulas de Geografia Física me enchem a cabeça de imaginação! O Pré-cambriano foi um período de tempo entre 4 bilhões e 5 bilhões de anos, o que é um bocado de tempo, cerca de 90% do registro geológico terrestre e diz sobre o tempo antes dos seres multicelulares, ou seja, só imaginava aquele resto de montanha velha, com aquele carro esmerilhado e eu conversando e pensando sobre modernidade.

132 Mesmo que quase nada.

como pensar essa particularidade. Uma discussão sobre civilizados e não civilizados não estavam em meus horizontes de análise, agora tentei incluí-los como uma negatividade em que a expressão do moderno também é sua negação, só podem negar o que já conhecem, mesmo que só pela fímbria.

Acreditamos que tanto indígenas como garimpeiros são frutos de uma sociedade sedenta de igualdade entre desiguais como um de seus desdobramentos lógicos, não esquecendo de ressaltar particularidades importantes, já que o massacre aos povos indígenas brasileiros é ‘quase’ explícita e os ônus dessa relação de desiguais fica para os povos primeiros por estas terras hoje chamadas Brasil. Lembrando também que muitos que garimpam fugiram de conflitos de terras em suas terras natais, migrando e garimpando pela sua sobrevivência.

3.1. O alcoolismo como um mal civilizatório

A violência já de muito conhecida nos garimpos é espalhada pelos povos indígenas que vivem nas proximidades dos leitos garimpados. Uma de minhas formas de pesquisa foi um grupo de whatsapp de garimpeiros de Roraima, composto pelos trabalhadores do garimpo em si e de pessoas que almejam trabalho por lá, homens e mulheres. Saltou-me aos olhos um vídeo postado sobre um garimpo no rio Macujaí, era noite em uma palafita de madeira, o arrocha tocava ao fundo e duas indígenas Yanomami dançavam visivelmente embriagadas, ao mesmo tempo era possível ouvir um narrador falando “olha o que elas querem aqui no garimpo, elas mesmas que vem atrás”, parece-me que existe uma prioridade para o argumento moral, guiada pelo trabalho, pelos garimpeiros que conversei, e também os do grupo, em detrimento de um argumento estrutural. Ao naturalizar a si mesmo, o capital não pode revelar sua estrutura perversa, assim esconde ela na moral dos homens e na pessoalidade.

O álcool vem sendo relatado como uma das características do moderno há algum tempo, no Vale de Campan, Lefebvre argumenta, a favor de que o vilarejo já era moderno em 1600, momento da entrada de alguns de seus cidadãos no parlamento, venda do queijo e manteiga nos mercados e a epidemia de alcoolismo que varria o povoado. O álcool visto como a degeneração humana pelo garimpeiro analisado não o incluí como degenerado, como se a cerveja em latas que bebiam tivessem brotado da terra e o vício etílico desses povos viessem de sua essência¹³³, a relação com o industrializado só é possível pelo garimpeiro, que ali é como o portador da mercadoria, que a leva para o mercado e coloca seu preço, no caso os corpos das Yanomami¹³⁴.

133 É verdade que já fermentavam uma bebida alcoólica chamada Caxiri, mas essa era reservada para rituais de seu povo.

134 Trazer o comentário do Levi-Strauss – livro da JU.

No caso da Raposa, estive em uma Festa de Peão, em Uiramutã. Diverti-me muito, vi indígenas tocando forró, correndo a cavalo, participando de concurso de beleza, se embriagando com força e brigando também. Após às 22h houve briga generalizada, cerca de uns 15 homens, totalmente ébrios, brigavam entre si, não se sabia se todos contra todos ou em grupos. O álcool é comum na TI, mesmo sendo proibido é comercializado em quase todos os lugares, principalmente no enclave que é a cidade de Uiramutã, as cachaças de recipientes menores são as preferidas, latas ou pets. Também fazem bebida típica de seu povo, chamada caxiri, um fermentado de milho, mandioca ou arroz, com teor alcoólico não muito elevado. Parece que o álcool a muito encontra-se presente na vida desses povos, no entanto a intensidade com que as formas modernas de bebidas alcoólicas insere-se no contexto macuxi e yanomami é muito relevante. O alcoolismo passa a ser regra.

Em estudo realizado por J. A. Souza, sobre o alcoolismo entre os Kaingang, a cachaça aparece como “instrumento de subjugação dos indígenas, sendo arma para aliciá-los para o trabalho forçado e uma das moedas de troca, junto a outros produtos manufaturados, nas relações de comércio”. Indígenas mais velhos relatam ao pesquisador momentos em que comerciantes passavam pelo rio com barcos cheios de mercadorias e, ao encontrar dificuldade para atravessar as cachoeiras, saíam arrebanhando os índios para tal trabalho e como pagamento recebiam garrafas de cachaça. Ainda mais desoladora é a narrativa de momentos em que, já acostumados com a bebida, lideranças se organizavam mensalmente para receber, e distribuir aos demais, os barris de cachaça trazidos pelos comerciantes.” (SOUZA, 2004, p.96)

Em dissertação de mestrado apresentado à Universidade Federal de Roraima, Elizene Miranda da Silva estudou o alcoolismo entre os Yanomami, seguem alguns relatos importantes para nossa explicação:

“Numa relação de exploração de mão de obra barata e intenso aprendizado de uso de produtos industrializados os quais passaram a fazer parte do cotidiano, entre esses, a cachaça. Constatado na fala do jovem Y de 19 anos e de seu irmão por parte de pai de 49 anos. Ambos narram experiências semelhantes ao contar-me que, embora não façam uso de bebidas alcoólicas, experimentaram cachaça quando trabalhavam em fazendas, onde a bebida era ofertada com frequência diária e de forma insistente para que os Yawari usassem e ficassem embriagados. (...) A bebida mais usada é a cachaça pelo efeito desejado (se embriagar em curto prazo e com menor quantidade) e também por seu baixo custo financeiro. Em segundo lugar está a cerveja, preferida pelas mulheres e considerada como bebida fraca pelos homens. As mulheres justificam a preferência pela cerveja pelo sabor e pelo fato de se embriagar menos podendo assim beber e cuidar dos filhos: “bebo cerveja, cerveja é bom, fica bêbado não, só diverte”, “cachaça muito forte, fica bêbado, logo cai. Cachaça ruim, cerveja é bom, gelado”. Os moradores que mantém contato com não-índios com mais frequência conhecem outras bebidas e suas características. (...) Sobre as maneiras pelas quais a comunidade se organiza para conseguir bebidas, todas as falas apontaram para a presença das vilas e assentamentos

agrícolas como fator primordial na dinâmica de circulação das bebidas alcoólicas entre a comunidade. (...) Outro Yawari que circula com mais frequência pelas vicinais, chegando passar semanas em incursões pela região me conta que nas vicinais é ainda mais fácil comprar bebidas, às vezes até ganha algumas garrafas em troca de trabalho prestado ou algum produto que leva para vender como vassouras ou bananas.” (PROCESSO DE ALCOOLIZAÇÃO EM UMA COMUNIDADE YANOMAMI DE RORAIMA: O CASO DOS YAWARIPÊ DE XIKAWA)

3.2. Garimpeiros indígenas e estrangeiros, a baixíssima composição orgânica do capital como necessidade.

Os garimpos existentes na Raposa Serra do Sol se estruturavam em três formas, basicamente, uma extração manual com o uso de picareta, pá, peneiras, bateia, marretas, talhadeiras e esteiras, contando periodicamente com o azogue, mas não necessariamente, outra, a introdução da bamba d'água para desmontar os barrancos e em desuso após a primeira proibição da mineração e a conscientização necessária para a formação da Terra Indígena, e, por fim, o garimpo com dragas no leito dos rios, com esteiras em grandes proporções, dragas e mergulhadores. Todos utilizam mercúrio em seu processo de produção.

Na primeira forma, realizada pelos próprios indígenas, geralmente seu tempo de trabalho é o dia, que quando findado leva os macuxis para suas casas, não costumam fazer imersões muito longas nos leitos de rios, talvez pelo fato das comunidades estarem bem distribuídas no território, não existindo muito território indígena não facilmente atingido por eles a pé. A segunda muito se assemelha a primeira, e era realizada, em sua maioria, antes da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do sol, geralmente por indígenas agenciados por garimpeiros de Boa Vista, diferenciando-se por deixarem o maquinário no local de trabalho, essa draga aumenta muito a produtividade, pois aumenta as proporções da produção. No terceiro caso, as balsas flutuam sobre o leito do rio, que é varrido por um mergulhador ligado à superfície através de uma mangueira conectada a um compressor, lhe fornecendo oxigênio; na balsa, todo material dragado vai para uma esteira gigante, o que fica na peneira é remexida na bateia e somada ao azogue, posteriormente evaporado, dando lugar ao ouro.

Enquanto as mais produtivas minas trabalham em proporções ainda maiores, com tratores e caminhões gigantes, esteiras automatizadas, maquinário pesado, explosivos, refinarias de minério, enfim, uma lógica de produtividade mais desenvolvida, tal desenvolvimento das forças produtivas leva a uma alta produção, permitindo a extração de ouro mais barato que as produções vistas em trabalho de campo. O mercado e o preço médio tratam de realizar uma transferência de riqueza dos garimpeiros da

raposa para as grandes minas mundiais, que realizam seu lucro em decorrência da superexploração das minas menos produtivas, principalmente em áreas em que a mineração é ilegal.

Em trabalho de campo conheci Isaías Macuxi, com seus 15 anos já garimpava com seu pai, me narra uma história de garimpagem manual bem rústica. Os meios de produção são fornecidos pelas lojas de ferragens que existem na cidade, lá compram picareta, pá, jogo de peneiras e bateia, pois as esteiras são construídas por eles mesmo, já o azogue eles vão buscar em Caracaraí ou em Boa Vista. Costumam realizar uma jornada de trabalho de um dia, trabalham enquanto o sol estiver no céu, no final do dia retornam para suas casas, em caminhadas de alguns quilômetros. O ouro extraído agora será vendido para atravessadores na cidade, que as levam para a rua do Ouro, em Boa Vista. Em algumas de suas faiscagem não é necessário o uso de azogue, devido o tamanho das pedras¹³⁵.

Já Wilson¹³⁶, imigrante, me relata seus tempos como garimpeiro na, hoje, Terra Indígena Yanomami. Lá garimpou com balsas e com bombas, em um dia de trabalho o barranco acabou desmoronando em cima dele, que disse ter ficado por um minuto no meio da lama e pedras, os agenciadores do garimpo tinham as informações de horários e locais onde seriam realizadas as operações da polícia e Ibama, momento em que camuflavam o maquinário no meio da floresta. Também conta sobre trocas de cestas básicas por garrafas cheias de ouro garimpado pelos próprios Yanomami, da produção de alimentos dos indígenas estarem voltados para a produção garimpeira, troca de mulheres e crianças por redes e panelas, enfim, toda uma relação de extrema violência e expropriação que está envolvida com essa forma de produção aurífera no coração da Amazonia.

Aqui cabe a pergunta, será que essa forma de produção não é algo necessário para o capitalismo? Enquanto uma contratendência à crise inerente capitalista, explorar brutalmente populações e trabalhadores parece mover o mercado e permitir que o lucro de grandes empresas do ramo produtivo consigam reduzir seus prejuízos¹³⁷. O capital como uma máquina de espremer pessoas, pautada por uma racionalidade irracional, a consciência capitalista. Enquanto espremidos estão os Macuxi, Yanomami, Patamona, Cearenses, Maranhenses, etc, todos em sua particularidade no processo produtivo, seja enquanto prostituta ou garimpeiro, feirante e cozinheira, o capital transpassa todos, como uma lâmina invisível que os faz suar cérebro, músculos e sangue. Talvez essa lâmina nos povos indígenas perfure bem mais fundo...

135 Segundo seus relatos, é claro. Em trabalho de campo, o Igarapé Paiú e o rio Mau apresentavam uma aparência esverdeada e lodosa, segundo moradores locais, isso deve-se ao garimpo com mercúrio.

136 Devo muito meu mestrado à hospitalidade e as longas conversas que tive com Wilson, Cearense casado com uma Macuxi, Jerocina, filha do tuxaua da comunidade de Uiramutã.

137 Já que nos tempos de capital fictício é difícil garantir os lucros.

Na circulação existe um forte esquema de contrabando de ouro¹³⁸. O garimpo ilegal é uma constante em Roraima há décadas, os produtos dessa produção eram comercializados em mercados clandestinos, o que permitia a discrição dessas transações. No entanto, devido ao recente crescimento das minerações ilegais em Roraima, ao menos parte desse mercado tem se mostrado aos cadastros federais, talvez o garimpo ilegal tenha crescido tanto que acabou ficando difícil de ocultá-los dos registros oficiais. Suspeita-se que garimpeiros comprem notas fiscais de empresas autorizadas a explorar minérios no estado, tornando esse ouro legal, possibilitando a venda desse ouro a preço de mercado, maiores do que os do mercado clandestino.

Segundo o Comex Stat, portal do Ministério da Economia sobre comércio exterior, desde setembro de 2018, 194 kg de ouro originário de Roraima foram exportados para a Índia.

Dono de uma poderosa indústria de joias, o país asiático é o quarto maior importador de ouro brasileiro no mundo. Só outro país além da Índia comprou ouro roraimense: os Emirados Árabes Unidos, que receberam 1 kg do metal em maio deste ano. (Reportagem BBC - Roraima exporta 194 kg de ouro à Índia sem ter nenhuma mina operando legalmente)

Práxis que se intensificou no governo Bolsonaro, principalmente após o exército desativar bases que dificultavam o acesso de garimpeiros no território Yanomami e Macuxi. Recentemente o executivo propôs um projeto de lei que regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas¹³⁹. O que expõe o ímpeto do governo brasileiro em permitir a mineração em T.I.s

Em 2019, as vendas para a Índia somaram 6,5 milhões de dólares, o que tornou o ouro o segundo produto mais exportado por Roraima, perdendo apenas para a produção de soja. Segundo dados do Ministério da Economia, parte do metal comercializado passou por uma empresa em Caieiras¹⁴⁰, na Grande São Paulo, antes de tomar seu destino final. No entanto, segundo a Agência

138 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48534473> (Roraima exporta 194 kg de ouro à Índia sem ter nenhuma mina operando legalmente)

139 PL 191/2020

140 A BBC buscou no cadastro do Ministério da Economia quais empresas de Caieiras estavam habilitadas a exportar ouro no período. Só uma companhia aparece nos registros, a RBM - Recuperadora Brasileira de Metais. Em seu site, a empresa diz beneficiar "metais preciosos que estejam previamente sem condições comerciais", depositados em barras de metais impuros ou joias defeituosas, entre outros bens. No fim de maio, a BBC perguntou à empresa se ela havia comprado ou exportado ouro de Roraima e citou a posição da ANM sobre a inexistência de minas legais no Estado. Mencionou ainda o surto de garimpo na Terra Indígena Yanomami e a suspeita de autoridades de que o território seja a origem do ouro que circula hoje em Roraima. Apesar de repetidas cobranças, a empresa não respondeu as perguntas e enviou uma nota curta com seu posicionamento sobre o tema. "A nós da RBM apenas compete dizer que atuamos de acordo com nosso Guia para Fornecimento de Ouro Responsável e que seguimos toda a legislação brasileira e boas práticas do ramo", afirmou a companhia.

Nacional de Mineração (ANM), não existe nenhuma mina de ouro operando legalmente no estado de Roraima, ou seja, tudo indica que essa mercadoria tenha sua origem em áreas de garimpos ilegais. Eugênio Tavares, representante da Agência Nacional de Mineração (ANM), origina o metal nos garimpos do rio Uraricoera, corroborando com essa posição, em maio de 2020 uma comitiva de líderes dos povos yanomami e ye'kwana denuncia aos órgãos federais que ao menos 10 mil garimpeiros produzem dentro de seu território, o que representa 40% da população da Terra Indígena.

Tendo ou não aparência de legalidade, a produtividade de ouro em Terras Indígenas não é páreo às minas mais produtivas, como ilegalidade, os mercados clandestinos pagam valores ainda menores aos garimpeiros, deixando parte dessa riqueza com atravessadores. Em caso de legalização, a concorrência não permitiria o lucro esperado pelos mineradores roraimenses, mas talvez colocassem um pouco mais de dinheiro na mão deles, no entanto o desenvolver de uma cadeia produtiva mais complexa dentro da T.I. geraria relações de produção, entre capital e trabalho, que acabariam por inserir os indígenas na negatividade do processo minerador. A ilegalidade da mineração permite que escolham, um pouco, se a querem ao seu lado, no limite o garimpo se torna menos intenso e menos destrutivo em relação ao meio ambiente e suas formas particulares de sociabilidade, mas também permite uma maior exploração dos garimpeiros.

Roger, nome fictício, foi garimpeiro em Terras Yanomami na década de 90, hoje é casado com Rosa, também nome fictício, indígena Macuxi, morador da cidade enclave Uiramutã, possui relações fortes com os políticos da região, trabalhando com transporte escolar rural, em que as pick-ups são financiadas pelo estado¹⁴¹. Ao relatar a prática garimpeira no Uraricoeira, nos apresenta diversas facetas dessa atividade econômica. São histórias de trocas desiguais, como uma garrafa pet cheia de ouro por uma cesta básica ou toda a roça de um mês em troca de uma única rede. Nos conta sobre o vício por tabaco e cachaça serem epidemias nas malocas próximas aos garimpos, além de que os donos dos garimpos tinham informações privilegiadas sobre a fiscalização, assim conseguiam esconder o maquinário no meio da floresta. Ao ser questionado sobre o futuro da Terra Indígena Yanomami logo me respondeu, “se você quer saber qual o futuro da Terra Yanomami, basta olhas para a Terra dos Macuxi”.

A Terra Indígena aparece como uma contradição em processo, ao mesmo tempo que protege e garante o acesso à terra aos indígenas, permite uma exploração violenta dos que se arriscam no garimpo. Como se essa precariedade de leis e de desenvolvimento das forças produtivas fossem algo

141 Acabei por não averiguar mais sobre essa relação pois estava focado na questão do garimpo, mas ao dar pontos finais nessa dissertação percebi que seria um ponto muito relevante de ser revelado.

necessário para a própria reprodução capitalista. Uma vez que boa parte do ouro exportado pelo Brasil vem de áreas de mineração ilegal¹⁴².

3.3. O capital disputa Roraima, a concorrência entre ramos produtivos enquanto forma de consciência.

Roraima, e muitos dos territórios chamados de fronteiras, tem estado em disputa por diferentes ramos produtivos, no caso uma produção mais arcaica, de tempos coloniais, como a pecuária, o garimpo, a extração de madeira e a monocultura, contra outro ramo mais novo, das indústrias de cosméticos e farmacêuticas. Para ambas o lucro é o objetivo principal, no entanto para a primeira, a forma da produção passa pela exploração extensiva a partir um extrativismo brutal, no caso do desmatamento, ele dará lugar à agropecuária, já no caso do garimpo, não resta muita coisa utilizável. Para essa forma de produção a vida da população indígena é dispensável, assim esse processo produtivo aparenta como um “amansamento da terra”, momento do processo civilizatório e que se prepara a terra para a produção, matando quase tudo que esteja ali em cima, todos os moradores são dizimados, desde pequenos anfíbios a humanos. Já na segunda forma, existe uma necessidade que a vegetação e seus moradores estejam em pé, pois é uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas e de novos produtos que a fauna e flora esteja disponível para pesquisa científica e que os indígenas possam lhes apresentar o que ser estudado, ou seja, o conhecimento ancestral agora é de suma importância para a expansão de um ramo novíssimo da indústria, o capitalismo em crise necessita incluir cada vez mais, seja mais utilidade para elementos ainda não “úteis” ou pela inserção desses povos enquanto negatividade, uma vez que nenhum bônus da pesquisa científica voltará para seu povo. Cabe ressaltar, que nessa última produção analisada o turismo apresenta um potencial muito maior do que no primeiro caso, então, como expressão de um capitalismo em crise, o turismo também está presente na Raposa Serra do Sol.

Padre Zaquine, membro da Missão Consolata em Roraima, me conta acerca de experiências monetizadoras com os Yanomami executadas pelo Padre Calleri, em que a consciência necessária aos indígenas já é claramente pautada em alguns pilares categóricos do moderno, como valor e dinheiro. Calleri acabaria morto em “missão de pacificação” dirigida aos Wamiri-Atroari, posteriormente.

142 Segundo a Forbes, 30% do ouro comercializado em 2021 vem de áreas de mineração ilegal. Cabe ressaltar que essa estimativa vem de dados oficiais, imaginemos as proporções do ouro que não pode ser rastreado. (<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quase-30-do-ouro-exportado-pelo-brasil-pode-ser-ilegal-mostra-estudo/>)

“Calleri havia participado de contatos com índios yanomami e ajudado a criar o chamado ‘Banco Catrimani’, na missão homônima. Esse sistema procurava mostrar ao índio o valor do dinheiro. Os índios que trabalhavam na missão recebiam fichas que ficavam guardadas em uma caixa no barracão. Quando precisavam adquirir alguma coisa da missão, como ‘facas, terçados, objetos de utilidade, linha, machado’, retiravam os papéis do depósito e os apresentavam ao ‘gerente do banco’” (RUBENS VALENTE, 2017, 49)

Maria, uma de minhas interlocutoras, que já possui a ideia de tradição bem arreigada em sua consciência, me afirma que sua tradição é fazer medicamentos. Conhecimento, sendo tradicional ou não, muito necessário para a produção de medicamentos.:

“Na nossa tradição, quando (...) tem gente doente, eu faço remédio caseiro, na nossa tradição é banho caseiro, dá, vamos dizer que é medicina, as nossas medicinas da tradição eu nunca deixei, é banho, remédio caseiro, defumar criança com cruera de macaxeira, casca de jabuti, maruai, defumar criança com (...) fiapos de mandioca puba.” (Entrevista com Maria).

A concorrência por território entre os indígenas e arroteiros é recente, principalmente com a vinda de gaúchos produtores desse grão para o estado de Roraima, Quartieiro é um deles, sempre com discursos que ressaltam o seu papel na produção nacional, que seria de matar indígenas, amansar a terra e produzir para o dito desenvolvimento do Brasil

“ele vigiava de perto o time que erguia duas colunas de proporções incomuns para uma porteira de fazenda.(...) “Não é um pórtico”, me explicou o produtor de arroz, em 2018. “É um patíbulo para enforcar todos os ambientalistas que venham encher o saco. Agora, com Bolsonaro presidente, vai ser assim”, disparou, embalado pela então recente vitória do capitão reformado à presidência da República.(...) Ele estava numa feira agrícola no Rio Grande do Sul e, ao atender ao pedido da fotógrafa incumbida de fazer seu retrato para esta reportagem, apoiou o pé em um trator e explicou-se: “então vou fazer pose de matador de índio”.(...) a trajetória de Quartieiro já indicava adesão, nos grotões, a um projeto político no qual plantar arroz na floresta é mais importante do que preservar árvores”

O arroteiro faz um discurso claramente contra o preservacionismo, uma vez que sua produção está pautada na destruição da vegetação e a dizimação dos seus moradores, afinal de contas, uma monocultura de arroz não necessita de muitos trabalhadores para moverem as máquinas dessa agroindústria.

Discurso preservacionista também está na boca dos indígenas, afinal de contas, foi através dele que a formação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol se tornou possível. À época, o futuro

vislumbrado pelos Macuxis era ou se aliar ao garimpo e à monocultura, que acabaria por torná-los trabalhadores, nos melhores casos, e degradaria toda uma forma de se reproduzir dos macuxis no cerrado amazônico ou se alinhavam aos preservacionistas, o que garantiria o acesso às suas terras, mesmo com algumas restrições, e cobraria que se inserissem no mercado enquanto a particularidade do indígena, aqueles ditos ecologicamente sustentáveis, produtores de culturas e novas cosmogonias.

Nesse segundo caso, os Macuxi passam a dedicar parte de sua produção para o mercado, como a produção de panelas de barro para turistas, a realização de ecoturismo, venda de artesanatos típicos, realização de danças tradicionais. Por um lado por terem que responder à sociedade civil sobre a formação de sua Terra Indígena, como se tivessem que fazer jus à demarcação e por outro lado, por necessitarem do dinheiro, uma vez que o processo de colonização já acontece ali de forma acentuada, há quase 100 anos, ou seja, o acesso às mercadorias já se tornaram uma necessidade, que se acentua com os projetos de modernização da T.I., como o projeto luz para todos, que acaba criando necessidade antes não conhecidas, muito menos assimiladas.

Essa inundação de relações modernas acaba por gerar estranhezas, as diferentes gerações se relacionam de diferentes formas com as mercadorias que enchem suas terras, ouvimos relatos de estranheza com a eletricidade, mas, ao mesmo tempo, percebemos a naturalização do querosene, por exemplo. A modernização do território e da consciência dos indígenas é um processo contraditório, ao mesmo tempo que estranham algumas situações, outras estão naturalizadas como o nascer do sol.

A nossa tradição, quando a gente era... eu nunca deixei, tem gente doente, eu faço remédio caseiro, na nossa tradição é banho caseiro, dá, vamos dizer que é medicina, as nossas medicinas da tradição eu nunca deixei, é banho, remédio caseiro, defumar criança com cruera de macaxeira, casca de jabuti, maruai, defumar criança com... aqueles fiapos de mandioca puba (...) meu avô dizia assim, que peixe do rio é mais sadio do que do freezer, porque do freezer ele já dá acesso à gás, né? O freezer tem gás... o meu avô dizia assim: “tu não quer sofrer de uma dor de cabeça? Tu não quer sofrer de pressão? Tu não quer sofrer desse diabetes? Tu não quer sofrer?” porque o médico coloca muito nome para doença, você não sabe o tipo de doença que tem, mas o médico inventa um nome... então muitas vezes é assim, meu avô dizia assim, um tempo vai chegar que o pessoal vai ficar só comungado, na injeção, e foi verdade... (Maria Macuxi)

Existem diferentes discursos entre os próprios indígenas, Novaes, irmão mais novo do tuxaua da comunidade Uiramutã, Orlando, é radicalmente oposto aos pensamentos de seu irmão e das diretrizes que pautam a Terra Indígena. Para Novaes, a Terra Indígena seria uma “política de abandono”, pois os “impossibilitavam produzir para o mercado”, uma vez que seu “avô garimpava, seu pai e tios garimpavam”, ele se questiona o porquê de não poder garimpar. Faz uma crítica perspicaz

sobre a situação, afirma que sua “cultura é garimpar”, uma vez que é uma prática de seus familiares a pelo menos 70 anos. Esse discurso faz parte do grupo de pessoas que defendiam a criação da Terra Indígena em ilhas, o que permitiria, segundo eles, a produção direcionada ao mercado.

Já Orlando, é um dos tuxauas entrevistados por Santilli para sua tese de Doutorado, possui um discurso muito diferente de seu irmão, para ele as terras deveriam ser demarcadas de forma contínua, como aconteceu, se recusa aprender a ler e não sai de sua comunidade para quase nada, aparece como uma figura de resistência entre os macuxis, de uma forma de vida que hoje precisa ser chamada de cultura/tradição, mas que fazia parte de suas vidas antes do contato. Interessante perceber que todas as categorias modernas que acabam por legitimar a Terra Indígena já estão na boca de Orlando e seus parentes, como se a existência desse povo necessitasse da apropriação delas.

Uma de suas filhas, Jerocina, nos apresenta um discurso de grande consciência, que em todo o processo de identificação, homologação e etc, da Terra Indígena, houve uma tensão entre seus parentes, que para ela seria algo estimulado pelos não-indígenas, como uma estratégia para separá-los. Em conversa com Jerocina, minha anfitriã nas 2 incursões de campo que realizei, ela me conta sobre a necessidade que a sociedade civilizada tem em colocar os indígenas uns contra os outros, para ela seu pai, Tuxaua Orlando, e seu irmão mais novo, Novaes, são exemplos claros disso. Hoje eles não se falam, quase se odeiam, como se a discussão política tivesse mais importância do que a trajetória familiar dos irmãos, os mecanismos do moderno acabam por açambarcar a própria forma social milenar Macuxi, impondo as necessidades do mercado sobre quaisquer que sejam as outras necessidades. Aqui os ramos produtivos digladiam entre si, expressos na forma de consciência preservacionista, por um lado, e na consciência produtivista, por outro.

Enoque Raposo estudou Secretariado Bilíngue na Universidade Federal de Roraima, hoje trabalha em conjunto com sua comunidade e a universidade a fim de desenvolver atividades turísticas em suas terras, em entrevista nos apresenta como foi o processo de introdução de uma categoria moderna ao seu povo. Enoque apresenta papel dual, enquanto leva certa segurança e inserção, por outro lado leva o próprio moderno para dentro de sua comunidade. Algo que salta aos olhos são as perguntas que costumam fazer a ele, cobrando uma produtividade abstrata, como se só seria legítima a permanência deles naquele território caso produzissem algo, independente do que seja. Ou seja, o discurso da opinião pública é o da produtividade, o que beneficia tanto um ramo produtivo como outro, já que aqueles macuxis podem garimpar e até fazer turismo.

“Como trabalhar o nosso território. A gestão do territorial da raposa serra do sol. Basicamente, trabalhar o nosso bem viver, para que pudéssemos levar as boas informações do nosso trabalho dentro da Raposa.

Muitas pessoas questionam, a raposa foi demarcada mas é para poucos índios? Mas eles não trabalham, eles não tem capacidade para fazer projetos? Para de mandar projetos?

Então, a gente é taxado desta forma e eu tenho mostrado que nós somos capazes sim de fazer o bem, para as pessoas e para nosso território, para fazer a gestão de trabalho do nosso território. Mas para isso nós precisávamos nos capacitar mais, com estudos, buscar essa alternativa, porque quando estamos em uma universidade, conhecemos um lado que não é nossa realidade, conhecemos um lado que é a cultura do branco, que nós pegamos, que nós aprendemos, para estar de igual para igual, hoje debatendo de uma forma mais sucinta possível, porque esses diálogos chegam as comunidades. Eu vou citar um exemplo, quando eu cheguei e falei de turismo para minha comunidade, foi um desafio, para mim, porque em macuxi não existe a palavra turismo, então eu tive que falar o que é turismo.

O que é turismo?

Então essa pergunta foi por uns 5. 6 ou 7 anos, até entender, a partir do momento que nós levamos pessoas para a comunidade, visitantes, pra entender o que é o turismo.

Então foi um desafio para mim, porque não foi em uma reunião, uma fala de 1h ou 2h, foram anos. Porque a resistência dos nossos parentes foram muitas, eu tinha que encontrar uma forma de dialogar com eles, em macuxi, isso eu estou falando em macuxi, para ensinar e dizer sobre o que é turismo. Participamos de várias assembleias, várias reuniões, levando exemplos do que é turismo, mas, mesmo assim, no final da reunião, quando acabou a reunião o pessoal saia e falava, ‘Enoque, eu não entendi. Você falou 3h sobre turismo, mas eu não entendi.’ mas é assim mesmo, eu digo, as coisas, por ser nova, uma palavra nova, um assunto novo, e nós tínhamos que encontrar uma forma para chegarmos nesse acordo e entendesse o que era turismo.” (Enoque Raposo em entrevista concedida ao..)

Importante ressaltar a preferência que dão para o bem viver, querem viver bem, mesmo que para isso tenham que se curvar ao moderno e suas formas que se acentuam na comunidade. Cabe ressaltar a importância dada ao turismo por esses membros da comunidade, uma vez que a produção que acabei chamando de mais arcaica se tornou proibida com a criação da Terra Indígena, então para manterem suas terras acabam por adotar o discurso da produção sustentável, que pauta todo processo de criação dessa T.I.

Agora apresento o discurso de alguns Macuxis em relação ao garimpo, todos em entrevista concedido ao CIR em forma de um documentário intitulado “Garimpo ilegal na Terra Indígena Raposa Serra do Sol” (https://www.youtube.com/watch?v=V4zsJVTRUXs&ab_channel=ConselhoInd%C3%ADgenadeRoraima)

"No passado, o garimpeiro chegava, invadindo a terra dos povos indígenas e trouxeram um lado muito negativo, trazendo a doença, inclusive apareceram algumas pessoas em Maturuka, com a doença chamada malária e outros impactos de poluição de água, poluição de peixes, com óleo e com azogue,

que contamina tanto o ambiente como os peixes. E outras violências que trouxeram, sobre a bebida alcoólica, uma ferida muito grande nas comunidades indígenas.(...) Já foi denunciado várias vezes essas invasões, mas nós não tivemos muita atenção por parte do governo e aí os indígenas estão procurando parceria para evitar esse tipo de invasão, se organizando nas regiões, fazendo algum ponto de fiscalização e vigilância, então se nós indígenas não vamos vigiar nossas terras, quem vai vigiar para nós? Então começamos essa vigilância, formando alguns indígenas para evitar outras situações, por exemplo, pessoas estranhas que vem para nossa terra, nós não concordamos, pessoas que começam a trazer bebida alcoólica para terra indígena. Então, essa vigilância é para isso, para melhorar essa situação nas terras indígenas, na comunidade. (Ivanildo Macuxi)

"Aqui, esse rio Mau era cheio de garimpeiros, na época. Rio Mau, Cotingo, Kindô, Água Fria, tudo lá pra cima invadido.(...) Cada presidente que entra, como esse Bolsonaro, ameaça de colocar mais garimpeiros, abrir garimpo, exploração de garimpo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A gente fica preocupado, ninguém quer isso, então eles tem que ter respeito com nossa comunidade indígena, pois nós temos a constituição e aí desrespeita, então um presidente desse não pode desrespeitar, o presidente é uma autoridade para atender a necessidade, ajudar, apoiar desenvolver a cultura de cada povo.(...) Nós dissemos assim, pedir urgentemente às autoridades, o estado, a polícia federal e outra autoridade, que faça urgentemente esse levantamento e para fazer a retirada desses garimpeiros que estão aí. (Inácio Macuxi)

"Fiquei sabendo da entrada dos garimpeiros, o que antes era passado pelos nossos pais e nossos avôs, como foi a chegada dos garimpeiros, que foram chegando de bonzinhos, agradando nossos avôs, nossos pais, nossas irmãs e tudo mais. Então, vem agravando, foi chegando cada vez mais garimpeiros, com essa chegada a gente sabe o que eles trazem, é invasão, poluição e destruição. Aí chegaram na nossa área, aqui na Raposa Serra do Sol, na época eu tinha 15 anos, hoje eu tenho 50, então eu já passei e já conheço essa parte de garimpo. (...) Hoje, aqui a comunidade indígena Raposa Serra do Sol, a gente não quer garimpo, porque nós já ouvimos que é colocado a legalização de mineração em terras indígenas e tudo mais, é outra preocupação, então não aceitamos essa legalização de mineração. Nós lutamos para conseguir, aqui a Raposa Serra do Sol, deixar ela livre, reservada, como pode ser aprovada uma nova mineração, que, com certeza, é uma enorme destruição e poluição tudo mais. Então, a gente manda recado em nome do meu povo Macuxi, que nós estaremos acima disso, que não aceitamos o garimpo." (Célio Agostinho)

"Era muito ruim, as mulheres não podiam ir para roça, eles iam atrás das mulheres no caminho. Era muito assim, muitos garimpeiros viviam bêbados lá, e não tinham respeito com nós indígenas. Então aconteceu isso. (...) Atualmente estão voltando os garimpeiros, recentemente foram retiradas algumas balsas deles, porque ninguém aceita, pois já sabemos as consequências quando eles estão no garimpo, que não foi bom, nós não aceitamos. Nós falamos para nossos jovens, que não pode mais acontecer, nós devemos assegurar nossos direitos, de não garimpeiros em nossa terra." (Elinea Maria)

"Na verdade, esse garimpo começou no ano passado, com a entrada de pessoas indígenas para explorar o garimpo, ela está localizada na nossa comunidade, na nossa área próxima da Raposa II, então esse impacto para nós é muito forte, é degradação do meio ambiente. Se formos lá ver, assim de perto, a gente vai constatar que foi uma degradação bem enorme no meio ambiente. Hoje a comunidade se sente prejudicada, com relação a essa contaminação da água que corre nos igarapés, que vai acabar poluindo nossos animais, rebanho de gado, cavalo, tudo que nós temos na comunidade. E também, pensamos não só nos animais, mas em nós seres humanos que usamos desse igarapé, onde a nossa comunidade se sustenta dos peixes daquela água. (...) Tendo ameaças com relação ao meio ambiente, porque nós temos animais que pastam ali perto da serra, onde estão os garimpos, os igarapés onde nossos animais bebem água. Então, é uma coisa triste, os membros da comunidade Raposa II não querem mais pescar nesse igarapé devido essa contaminação" (Matias Macuxi)

"O garimpo, realmente a gente nunca garimpou, mas a gente vê que garimpo é muito ruim. Próximo de minha casa, 4km de minha casa, e hoje a gente vê muito barulho de moto, carro, caminhão carregando pedra, a gente não conseguiu dormir direito, pois eles passam perto de casa. Toda noite tem carro e moto, ninguém sabe quem são.(...) Atingindo todas as comunidades, porque tá fazendo trabalho tudo lá em cima e a água está descendo agora com o inverno, aí tem os igarapés em que pescávamos e nunca mais pescamos, o lago que pescávamos também está sujo, agora a gente pergunta, e quando encher agora? vai sangrar para outros igarapés, para outros lagos. A gente está muito preocupado, pois está iniciando aí." (Valério Eurico Macuxi)

"Eu, enquanto mulher, não quero essa legalização, porque não dá, é muito preocupante, preocupa muito a família, essa garimpagem, porque é uma destruição, é uma poluição, porque defendemos muito a nossa natureza aqui, na região, nós não queremos mais essas coisas, nas comunidades e na região" (Laudiza de Souza)

A partir dessas falas, pode-se aferir diversas facetas, uma delas é a utilização de categorias modernas relacionadas a um projeto de desenvolvimento sustentável mundial. Enquanto estratégia de sobrevivência e garantia das terras em que já habitavam, os indígenas se apropriam, mesmo que em sua particularidade, do discurso da sociedade iluminada e os utilizam enquanto ferramenta de sua própria reprodução. O capitalismo enquanto totalizante os incluirá na engrenagem social, seja positivamente ou negativamente, tanto para uma inclusão como para a outra é condição sine qua non estar vivo, então dentro.

A reboque desse projeto capitalista de desenvolvimento sustentável, as comunidades Macuxis e também Yanomami desenvolvem em suas terras projetos relacionados ao chamado ecoturismo. Em ambos os casos, os povos indígenas fornecem estadia nas malocas, alimentação dita tradicional, passeios a atrativos naturais, venda de produtos produzidos por eles (ditos comunhão com a floresta) e

a apreciação de manifestações culturais encenadas por eles. No caso Yanomami, uma das trilhas mais famosas é a subida ao Pico da Neblina, pico de maior altitude no Brasil, sendo conhecido internacionalmente, no entanto ali é um lugar sagrado para esse povo, que evitava chegar até lá, sendo estritamente proibido para o povo da maloca, que agora passam a conduzir diversos turistas para o topo do morro, mudam sua cosmogonia para uma visão mais mercantil do espaço em que habitam.

O caso dos Macuxis é parecido, aqui segue a propaganda turística destinada à sociedade civil, pacotes que são vendidos por um único indígena, que realiza trabalhos junto à secretaria do turismo de Roraima:

“Quantos motivos você quer para turistar na Raposa I?

- 1- Você é recebido pelo tuxaua da comunidade que serve um pajuaru (bebida indígena fermentada da mandioca) na cuia fresquinho. É uma bela forma de dar as Boas Vindas!
- 2-Toda a comunidade é bem organizada. Tem os policiais comunitários, condutores locais, enfermeiros, cozinheiras e muito mais. Cada um com sua função.
- 3- O que comer? A comida, que pecado. Uma delícia! Na culinária tem a damurida, beiju, pimenta, farinha, arroz e uma galinha caipira dos deuses Makunaima. Tudo farto, no café, almoço e janta.
- 4- O que beber? O pajuaru* e o caxiri* (bebidas fermentadas da mandioca), pode ser de milho também. Há sucos regionais como cupuaçu.
- 5- Onde dorme? Para se hospedar tem a rede (leve a sua) com mosquiteiro, é só atar embaixo do tapiri, da mangueira ou levar a barraca para área de camping. Espaço não falta por lá.
- 6- O que comprar? Artesanatos feitos de palhas e sementes regionais e a panela de barro makuxi é o que há pra levar. Aliás, é só isso que você deve levar além das fotos.
- 7- O que conhecer? O Modo de produção do beiju e panela de barro makuxi é uma forma de expressão da cultura local e seu modo de subsistência.
- 8- Atrativos culturais? Tem a dança parixara, a música cantada na língua makuxi com os trajes de saia da palha do buriti e pintura no rosto. Além disso, muita lenda contada.
- 9 – Atrativos naturais? Tem sim, tem o lago da Raposa, a cachoeira da Raposa, trilhas, cavalgada turística, pôr do sol e muito mais. Ah, e nem vou falar da lua cheia que estava um espetáculo esse dia. É só ter tempo e disposição.
- 10- Como chegar? No verão tem acesso com carro de passeio, mas sugiro um 4x4 e o ônibus mesmo, que é estrada que não acaba nunca. Para conhecer ou chegar lá é só ficar ligado no calendário de excursão que sempre tem.” (Propaganda Turística Macuxi)

3.4. A aparência de produtividade como forma de sobrevivência

Com essa consciência¹⁴³ moderna, a lógica do mercado já passa a pairar sobre os Macuxi, hoje aparece em forma de projetos¹⁴⁴, na forma da aparência de um tradicional (até a criação do tradicional), na produtividade de seus rebanhos, necessidade de energia elétrica (eólica e fotovoltaica), no acesso às mercadorias nos mercados, aos carros, etc...

A garantia de suas terras passa por uma imagem de indígena que deve ser passada, por exemplo como Seu Valério fala, afirmando nunca ter garimpado mesmo com tantos relatos de indígenas garimpeiros, ou como todos possuem um discurso da não poluição, pois como os discursos preservacionistas estão colados com os indígenas, devido sua forma de vida, e preservacionista. Essas estratégias inseri-os em uma máquina que não puderem escolher não fazer parte e que só permite sua permanência caso escolha um ramo produtivo a qual defender, em qual lado do jogo capitalista jogar.

Aqui o indígena tem que ter tradição, deve apresentar e cristalizar as suas ditas formas de se alimentar, de construir e usar suas roupas, de fazer suas casas, cantar suas músicas, usar seus enfeites, conseguir seus alimentos, rezar para seus deuses, enfim, tudo que estaria incluído pelos antropólogos no ramo da cultura; também precisam estar inseridos em um território, provar que vão de ali para acolá e que todas essas áreas são de vital importância para suas vidas, garantindo com que nelas não exista nada ilegal acontecendo¹⁴⁵, são obrigados a apresentar produtividade, possuírem rebanhos, oferecerem serviços de turismo e comércio de objetos ditos tradicionais. Tudo isso na forma de grandes dualidades, por um lado o capital os impele a aparecer enquanto engrenagens sociais e por outro o fetiche é totalizante, os próprios indígenas sentem a necessidade de acessarem e estarem inseridos nesse mecanismo. Parece que até os que possuem a consciência de estarem sendo colonizados, aceitam a forma social imposta e a reproduzem, já que o outro disso seria a dizimação de seu povo.

O projeto gado é um ótimo exemplo disso, um movimento da igreja católica que acaba por inserir os Macuxis na reprodutibilidade capitalista e ao mesmo tempo garante o acesso às suas terras através de uma produtividade que só consegue concorrer com eles próprios, produtividade essa voltada basicamente para a subsistência. Através de uma aparência de produtividade garante o acesso à terra, nem que essa seja apenas a interpretação dos não indígenas sobre a práxis exercida dentro da comunidade, já que alguns indígenas fazem questão de não se denominarem como pecuaristas, segue a fala de José Oliveira, morador da comunidade Barro.

[...] assim para nós fazenda é como dos brancos, aqui dizem que temos fazenda. Eu digo rapaz fazenda é dos brancos, nós somos criador, criadores de gado. Assim né, negócio de fazenda tinha como coisa de

143 Creio eu, que passa a ser imposta desde a primeira relação com qualquer mercadoria.

144 Geralmente editais abertos por instituições de filantropia internacionais e nacionais, que exigem algum resultado após um dinheiro investido, seja eles um livro, um produto, etc...

145 Aqui até parece que o Estado abre mão de seu poder de polícia e responsabiliza os indígenas por esse papel dentro de suas terras.

branco. Não aí dizia assim a fazenda tal, a fazenda tal. Aí vamos contar, por exemplo, a Fazenda Santa Fé, vai continuar como fazenda? Então vai ficar como aquele camarada, colocou Fazenda Santa Fé do branco. Então, nós somos criador de gado coletivo. Porque não é individual, porque com o fazendeiro, era só dele. Não é como hoje, o que tem aqui na região é regional. Não é individual, tem a suas res é sua. Mas tem lugar por aí que ele é comunitário. Porque o prazo no estatuto é cinco anos, vai para outra comunidade, ela fica aí. Como é coletivo. Conseguem equilibrar a criação com o meio ambiente. Nós estamos preservando também. Porque até hoje eu falo para os parentes, que eles querem usar como fazenda. Não fazendo porque nós temos não. Fazenda era dos fazendeiros, aí quando nós demos nome, aí não é fazenda. A fazenda Santa Fé, Fazenda Guanabara. Nós vamos continuar como fazenda? Eles indenizaram, mas o nome deles continua lá. Ficou como memória deles, então pra mim é errado. Não! Nós temos que trocar esse nome. Não é fazenda não é um retiro. É retiro comunitário da comunidade. Assim né, é o retiro comunitário da comunidade. Porque ali é coletivo, tanto da comunidade como da região. Porque ali na região, pertence aquele projeto, todas as regiões assim, porque ela tá dentro de uma região. Aqui é região do Surumu, das Serras, mas de toda região. [...] (José Oliveira, Machado /Barro, maio de 2018 – Extraído da dissertação de mestrado de Gilmaria Fernandes Ribeiro).

Aqui um relato de Gilmaria Fernandes Ribeiro em sua dissertação de mestrado sobre o projeto gado nas comunidades Macuxis:

“A narrativa de seu José destaca a definição de uma identidade que na atualidade os Macuxi e na aldeia Barro estão afirmando-se como criadores de gado. Um gado coletivo, regido pela aldeia; um gado que têm uma trajetória de luta e de resistência, na qual os indígenas se orgulham muito de terem conseguido. Assim sendo, esse projeto possibilitou que as aldeias assumissem o compromisso, podendo primeiramente receber o gado como empréstimo e depois serem donos em definitivo.

Desta forma, ressignificam o passado das fazendas, deixando clara a negação daquele modelo, pois nas fazendas o gado pertencia a uma única pessoa, apenas ao fazendeiro e os indígenas vivia um regime de opressão e violência. Na atualidade, a gestão e administração do gado coletivo (comunidades), cabe a região do Surumu. Com o gado das comunidades, todos estão cientes de que sua posse é constituída de normas. Nessa identidade como criadores de gado, os indígenas mostram serem felizes por possuírem o gado que foi uma conquista e uma luta.

Na atualidade, os indígenas querem continuar a fazer sua criação em harmonia com o meio ambiente, embora não negue que há problemas e impactos na criação extensiva do gado, ponto que mais a frente abordaremos, visto que não criam o gado para o comércio. Os macuxi não precisam desmatar áreas de mata para fazer pasto, usam o lavrado nativo para área de perambulação do gado. A prática de sua sabedoria, aliada ao meio ambiente, criam um gado que lhes serve para gerir suas vidas, suas necessidades e seus desafios.” (RIBEIRO, Gilmaria, 2006, pg82)

Para eles essa produção é apenas para seu sustento, mas para o estado e para população em geral isso deve aparecer como produtividade capitalista, caso contrário não deveriam habitar as terras que lhes são de direito hoje.

O turismo e algumas produções relacionadas a ele também nos elucidam essa necessidade de aparecer enquanto produtivos, que leva dinheiro por um lado e por outro legitima a permanência na terra. Por exemplo a fabricação de panelas de barro, colares com contas de feijão e a criação de pacotes turísticos para a venda nas feiras para turistas.

Em um capitalismo em crise, quase tudo me lembra Debord,

“Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.”(...) o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha.”

A simulação, é uma característica central de um capitalismo em crise, na falta de trabalho presente, ocorre a usurpação da utilização do trabalho futuro. O capital que não pode ser ocupado de forma rentável na economia real precisa ser redirecionado para os mercados financeiros e para a filantropia, essa última que cobra uma aparência de produtividade de seus apadrinhados.

Talvez ao se deitarem na cama de Procusto, os indígenas sejam obrigados a escolher as diretrizes já estabelecidas na própria produção, passam a fazer parte de uma tautologia que os insere como diferentes, expostos à formas de trabalho não tão regulamentadas pelo estado, como um estado de exceção necessário para a manutenção da forma social, em que a ausência do estado acaba por reinar na produção indígena. Aqui mora o germen do discurso produtivista de alguns indígenas dentro da T.I., afirmando que desde que se tornaram uma Terra Indígena, a infraestrutura e as mercadorias pararam de chegar, impossibilitando o desenvolvimento daquela região. A necessidade da produtividade é uma cobrança da sociedade civil no geral, que acaba por influenciar a consciência indígena, a aparência de produção é de extrema importância para uma suposta legitimidade da existência de suas terras indígenas. Esses povos devem aparentar algumas forma sociais bem características da modernidade, como a pecuária, o artesanato, o turismo, etc...

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giordio. Estado de exceção. 2ª edição. Boitempo. São Paulo, SP, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Companhia das Letras. São Paulo, SP, 2000.

ANSELMO, Alfredo. Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço. Annablume. São Paulo, SP, 2013.

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e Direita no Espelho das ONGs. Em Cadernos ABONG. Publicação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Nº 27, maio/2000. Editora Autores Associados. São Paulo, SP, 2000.

BATAILLE, Georges. A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio". 2ª edição. Autêntica Editora. Belo Horizonte, MG, 2016.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Garamond. Rio de Janeiro, RJ, 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Distrito Sanitário Yanomami. "Primeiro Relatório do Distrito Sanitário Yanomami – 1991". Boa Vista, FUNASA, 1991, mimeo.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório: textos temáticos. Brasília, CNV, 2014. (Relatório da Comissão da Verdade; v.2). 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. Amazônia: Expansão do capitalismo. Brasiliense. CEBRAP. São Paulo, SP, 1977.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. UBU editora. São Paulo, SP, 2017.

DA SILVA, Elizene. Processo de alcoolização em uma comunidade yanomami de Roraima: O caso dos Yawaripë de Xikawa. 2014.

DA SILVA, Vilmar Antônio. A questão da demarcação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e o desenvolvimento socioeconômico de Roraima. EXAMÃPAKU: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais., Roraima, ano 2011, v. 4, ed. 1, 2011.

DE ALMEIDA, Carlos Wellington Leite. Sistema de Vigilância da Amazônia: SIVAM, , perspectivas da economia de defesa. A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros, [s. l.], ed. 793, 2002.

DEBORD, Guy. A Sociedade do espetáculo. Contraponto. Rio de Janeiro. 1997

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Paz e Terra; ANPOCS. Rio de Janeiro, 1991.

MANDEL, Ernest. A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista. Editora da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1990.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil – Terra e poder: o problema da terra na crise política. Vozes. Petrópolis, RJ, 1984.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Boitempo. São Paulo, 2013.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro primeiro, volume II. Nova Cultural, São Paulo, SP, 1985.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro terceiro, volume V. Nova Cultural, São Paulo, SP, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Editora Papirus. Campinas, SP, 1995.

_____. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Papirus. Campinas, SP, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma (re)ligião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

PACHUKANIS, Evguiéni B. Teoria geral do direito e marxismo. 1ª Edição, Boitempo. São Paulo, SP, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. Brasiliense, Publifolha. São Paulo, SP, 2000.

SANTILLI, Paulo. As Fronteiras da República: História e política entre os Macuxi no Vale do rio Branco. NHII/USP – FAPESP. São Paulo, SP, 1994.

_____. Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito. Editora UNESP. São Paulo, SP, 2001.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970 - 2000). EDUFRR. Boa Vista, RR, 2013.

TOURNEAU. François-Michel le. Les Yanomami du Brésil: Géographie d'un territoire amérindien. Éditions Belin. Paris, 2010.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. Companhia das Letras. São Paulo, SP, 2017.

VIANNA, Catarina Morawska. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, V., 2015, Porto Alegre. Seguindo as trilhas do gado e do arroz na Raposa Serra do Sol: conexões transnacionais no embate entre a pecuária indígena e a rizicultura corporativa [...]. Porto Alegre: [s. n.], 2015. Tema: Ambientes, empreendimentos e expertises.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 - 1980. 2ª edição. EDUFRR. Boa Vista, RR, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. UBU Editora. São Paulo, SP, 2018.

ANEXO 1

Transcrição da entrevista de Maria, Macuxi e empregada doméstica na casa de meus anfitriões, um ex-garimpeiro maranhense e uma macuxi.

“- Então Maria, pode contar como era antes.

- Assim, a nossa tradição, a nossa tradição a nossa cultura vem dos meus avós, né? Dos meus avôs para meus pais, para minha mãe, enquanto meu avô era vivo a nos vivianos a tradição e a cultura.

A tradição é que... as casas eram de palha, né? E vestimenta era só tanguinha e o calçado era de capemba de buriti... na nossa época e na época dos que passaram antes o que era o nosso irmão, os mais, que são hoje em dia adulto, né? Aí a gente passa da cultura para tradição, que é a damurida, o alimento que é a damurida, o peixe assado, não existia vacina de gado, nossos gados eram tudo tratados com purgação, purgação de que? Então era caseiro, né? Então não existia essa vacina, e para cá nunca existiu febre aftosa, naqueles dias tudo era cultura e tradição dos índios, era purgação de gado, era fazendeiro ajudando fazendeiro na purgação, então hoje em dia, porque o índio vive de uma cultura que tá passando, tá se apagando, é que, a damurida, a casa de palha, então nós vivemos disso daí...

- você acha que até nos lugares mais distantes tá se perdendo isso?

- tá! Porque muitos hoje em dia levam telha, e hoje em dia é muito acesso à fogo, entendeu? Hoje em dia o acesso muito é fogo, uma polaha desse daqui, era para estar construído um malocão, mas olha o acesso...uai, que tem um malocão aí e um fogo, né? Então aí a gente vai perdendo a cultura. A nossa tradição, quando a gente era... eu nunca deixei, tem gente doente, eu faço remédio caseiro, na nossa tradição é banho caseiro, dá, vamos dizer que é medicina, as nossas medicinas da tradição eu nunca deixei, é banho, remédio caseiro, defumar criança com cruera de macaxeira, casca de jabuti, maruai, defumar criança com... aquelas fiapos de mandioca puba. Então essa tradição toda vem de um tempo... hoje em dia eu sou evangélica, mas eu creio que deus, com o dom que ele deu, a sabedoria que ele deu, eu nunca vou deixar, porque a cultura da gente a gente nunca tem que deixar, por que? Por muito que nós somos evangélico, mas aí a gente tem que crer que deus existe, né? Pra ele poder dar força e para ele ajudar a gente naquilo que ele deu o dom... o que eu vejo nisso, né? Agora tem muitos que já aceitam Jesus, Ah, isso aí é lenda... no tempo de meus avós isso aí nunca foi lenda! Pq quando meu avô dizia assim... ele não, ele começou a comprar peixe do freezer, mas ele pescava aimara, é um peixe, ele é grande, dá de metros em metros... aimará, aimará é antes da traira, a traira e o o aimará é outro... meu avô dizia assim, que peixe do rio é mais sadio do que do freezer, porque do freezer ele já dá acesso a gás, né? O freezer tem gás... o meu avô dizia assim: “tu não quer sofrer de uma dor de

cabeça? Tu não quer sofrer de pressão? Tu não quer sofrer desse diabetes? Tu não quer sofrer?” porque o médico coloca muito nome para doença, você não sabe o tipo de doença que tem, mas o médico inventa um nome... então muitas vezes é assim, meu avô dizia assim, um tempo vai chegar que o pessoal vai ficar só comungado, na injeção, e foi verdade...

e foi verdade...

mas então, alguém veio falar para ele? não... o deus deu o dom para ele, ele sabia que isso ia existir, ele dizia que na bíblia estava tudo escrito, e hoje em dia eu encontro na bíblia... ele dizia assim, ‘minha filha, um dia nação contra nação, você vai ver...’ ele falava, eu não entendia... não sabia o que era nação contra nação, é irmão contra irmão, pai contra filho, filho contra pai, entendeu? Mas na bíblia, ele dizia que eu podia procurar, no dia que eu fosse estudar, que eu soubesse ler eu ia saber... então a nossa tradição é essa, eu venho do meu avô, eu não venho desses novatos, que nesses dias nasce e querem ser mais do que os idosos, que o velho hoje em dia tá louco, está gagá...

Tem uns que falam, né? É então não querem saber do que o velho fala, porque eles não querem aprender a tradição do velho, eles querem saber hoje em dia de que? De um computador, de internet que vem lá de onde? As vezes o pessoal tira uma foto bem ali e vai por na internet e vai dizer que tudo ali é tradição, não é! Então é uma coisa assim... então eu prefiro buscar da raiz par ao olho, não o contrário...

e já eles não, pegam do olho até procurar de onde nasceu, de onde veio... e quando eles vão para os estudos deles, aí que eles vão atrás onde tudo começou... porque não quiseram ouvir do passado, porque quando o passado quis mostrar para eles, eles diziam que era lenda.. entendeu?

Então é isso... o vovô dizia que aqui, nesse grotão aqui, ele dizia que havia um gorila, um gorila aqui, que tem um poço logo ali assim, eu acho que já bem entupiu, não sei, eu nunca mais fui lá... que havia um tacho de ouro, um freezer de ouro, só que ninguém meche, entendeu? Isso aí eu sei porque eles antigamente sabiam onde tinha ouro, tinha diamante...

- e quando você começou a trabalhar tanto assim? Ir longe? Desde pequenininha?
- Desde.. não, quando eu comecei conhecer mais assim, foi desde meus 11 12 anos, foi quando meu avô começou, eu via escutava mas ali eu não dava muito valor, ai depois com os meus 12 para 13 anos meu avô começou a falar... Ele falava: ‘menumiuve’, porque tem uns outros que não tão nem aí... quando eu começo a falar eles dizem: ‘tá me dando sono vovô, vou sair’, não davam atenção para ele... e hoje em dia faz falta, hoje em dia faz falta...

Então com 12 anos eu comecei a trabalhar assim... nós ia para o garimpo coim meu pai, pra lá tem um vulcão adormecido, viu? Ai meu pai dizia assim: ‘não pode tocar fogo’, aí tem um panelãozinho, aí meu pai mostrava, ali ninguém meche... pra lá tem... uns panelãozinho assim... aí ninguém meche, dá raio, dá vento, dá temporal... agora vem do que, dos idosos, né? Então, se ele tá dizendo para ninguém

mexer, ninguém vai mexer... ah, então virou tradição, aí vem o garimpo Igarapé do Sol é porque tem uma pedra, o vovô mostrou que tem uma pedra, essa pedra é assim redonda, é bem amarelinha a pedra, parece até que é ouro, mas não é, só aquela pedra assim, daí colocaram o nome garimpo Igarapé do Sol, porque lá é... mas a areia já tampou... mas aí continua...

- você garimpou?

- Garimpamos, com meu pai, ele mostrando por aí assim... hoje em dia... paremos, o maquinário entupiram tudo... vieram muito maquinário, destruíram tudo aí, não teve como mais saber onde tinha ouro. Jogou o aterro onde tinha ouro, a gente não sabe o acesso onde era mais, aí entulhou, teve um tempo que o Igarapé tava só lama, aquele de lá... tava só lama, lama, lama, que dava medo de você passar no Igarapé, você não sabia onde era o poço, onde era o lajeiro... muita lama, a água corria bem fraquinha por cima da praia, só barro, lama, lama... hoje em dia não, você vê até uma piabinha correndo por aí assim, e a água tá limpa, já tem poço, modificou muito...

- qual relação com a demarcação?

- Antes da demarcação já estava melhor, já tava limpo, estava limpando... foi parando o garimpo e o pessoal tirou o maquinário e foi melhorando... mas mesmo assim tem gente que garimpa manual, né? É.. na batéia, nós mesmo, de vez em quando a gente vai lá e dá uma bateiada...

A gente pega uns ourinho bem pouquinho, só mesmo para passar tempo... diamante é difícil, por causa do acesso, tem que comprar peneira para peneirar!

O ouro daqui já tem azogue, ele é bem amarelinho, não tem como, igual aos outros que é colocado um... para juntar, né? Ele tem muito azogue, a terra daqui tem muito azogue, é bem amarelinho o ouro daqui!

- Você acha que os moradores daqui vivem de pecuária? Garimpo? De roça?

- Muitos vevi de roça, muito vevi... aqui é difícil pesca, é difícil ouro, difícil acesso à caça... primeiro aqui a caça era boa, depois que tacaram fogo naquela mata ali, acabou! É aquela mata ali, aquela mata ali teve um fogo que queimo bem ali assim e atravessou aquela ali e foi até lá rumo ao bacabau...

Muitos bichos fugiram, escaparam ou morreram, porque o acesso era difícil demais, né? Jabuti o que tinha, até hoje é difícil... tinha jabuti...

tinha, quando o pessoal botavam roça, eles limpavam igual aqui o quintal, os que eram mais corajosos, antigamente, limpava assim, deixava varridinho... aí quando aquela língua do fogo vinha, aí não chegava até ali, né? Ela parava daqui para trás, aí era limpo... hoje em dia não, pessoal bota roça ali, não limpa nem nada, quando vê o fogo tá queimando, passando da roça... um pouco da mata assim.. é terrível...

o pessoal não prepara direito a terra, a roça é pequena mas a destruição é maior, é... muitas vezes é uma mata virgem, ele não alimpá, não faz uma varrida né, o acesso do fogo quando vir parar ali, não

faz, se for uma mata virgem, deus me livre, acaba com... queima tudo... Agora nesse mês de janeiro, pra quem quer mata virgem, no tempo do meu avô, né? Eu to contando no tempo do meu avô, no tempo do meu avo, ainda existe, só que hoje em dia os novatos não querem ter esse acesso de limpeza, no tempo do meu avô, quando eles botavam roça, começava nesse mês de janeiro, fevereiro era a derruba... derrubava, cortavam tudo, fevereiro, marco, mês de abril já é tempo de tocar fogo, maio já esperava a chuva para plantar... pronto a roça tava feita, hoje em dia não, o pouquinho de roça que você bota já destrói a mata, na queimada... é muito ruim.

Os jovens perderam a técnica de queimar para plantar, muitos perderam, né? Porque, hoje em dia, meu pai não cuida mais de roça, meu pai vi doente, e hoje em dia quem vive cuidado de roça são meus irmãos, mas mesmo assim, se não tem esse acesso, de limpeza (botar fogo e limpar ao redor) que eu to falando, entendeu? Uns tem, poucos tem, muitos não tem.... Meu pai é aposentado, ele aposentou agora, faz 3 anos que se aposentou, então... uma coisa assim que eu vejo, e eu me machuco muito assim, gente diz assim, vamos preservar a natureza, mas na hora de um fogo, ninguém percebe, ele não sabe chegar, limpar como eu to te dizendo, fazendo esse acesso de limpeza, ele não sabe... bem direitinho, e se vir daqui, esse pedaço daí, do cercado ali até o pé de coco é sua roça, é bem daqui pra cá esse acesso está limpo, para quando o fogo bater de lá para cá, não queimar, ele vem daqui para ali e não tem como... aí você tem um pedaço de mata bom para o outro ano... mas não, ao se tocar o fogo de cá para lá, passar para outro, como é que vai ter acesso? Né? Queima tudo..

daí a destruição vem, né? Porque você não vai aproveitar esse que queimou... então é assim...

Hoje em dia a cultura está mudando muito... a cultura tá se mudando muito rápido... muito rápido, muito rápido... a tradição hoje em dia está mudando, mudando por que hoje em dia o indígena está mais civilizado, eles está mais civilizado, está mais para a civilização do que para cultura dele, muitos querem continuar na cultura, mas daí vão se esforçando, mas o que vem na geração não se interessa, por aquilo lá....

- Os mais velhos tentam manter e os mais novos abandonam?

Isso que eu to querendo dizer, os mais novos, hoje em dia tem internet, tem essas coisas, aí os mais novos querem o de agora, mas na hora de um estudo, ele vai olhar da raiz para o olho...

(como o rapto de crianças era mais interessante para os colonizadores, pois aí conseguiriam moldar aquele ser... agora a colonização da mente chega nas gondolas dos mercados!)

Isso que eu tô dizendo! Ai vai dizer, ah, aquele tempo, a vovó falava, mas eu não dei valor... se o pai e a mãe ainda estiverem vivos, vão procurar... é isso que vem, né? A realidade da gente...

tem a minha mãe, tem o meu pai, tem a minha tia, tem o meu tio.... Minha mãe, e minha tia que é irmã do meu pai, é os que eu valorizo mais... porque o que eles falar eu aceito, o que minha tia falar, eu aceito, o que meu tio falar, eu aceito, porque eu não sei em que bem nois tá...

aí eu repasso para o meus filhos, para os meus netos, se eles quiseram dar atenção, se eles quiserem ouvir, é bom pra que eles estão estudando, né? Mas se eles não quiserem eu não vou me esforçar a toa, né? Mas a pessoa vê que está mudando, muda muita coisa!

Muita coisa, a cultura do índio, tudo muda...

aqui na área indígena, são milhares que estão deixando os filhos, os netos... os velhos j[á estão falecendo, meu avo minha avó, já se foram... ai vai perdendo a tradição, os novos estão procurando outra maneira de viver...

-Por que essa maneira de viver está chegando neles também?

- está, já chegou há muito tempo, que não havia chegado no Brasil, há muito tempo que isso já tava, mas não tinha chegado no brasil, porque naquele tempo... não seu se tu lembra, se chegou ver... eu cheguei ver! Um telefone que era deste (grande) tamanho, lembra?

Sem ser daquele que a gente rodava assim. Um telefone mesmo, deste tamanho assim....

Era celular mesmo... então ele já vinha muito tempo, quem tinha aquilo ali era bem rico! Aquele tempo eu cheguei comprar ele, o que? 20 reais era muito dinheiro... cheguei a comprar por 15 reais, em manaus, 15 reais... era muito dinheiro!

Consegui 15 reais naquele tempo, era muito dinheiro! daí que eu vi esse celular, ele tampava assim, era bem grandão, quando puxava ele tinha uma antena! E aqui com meu avô era só na radiofonia, radiofonia naquele tempo... até hoje é na radiofonia, existe radiofonia... na comunidade do meu tio tem radiofonia... naquele tempo a tradição já vinha começando, vinha mudando...

Para comprar um cigarro, naquele tempo era o que? Era uns 10 reais, era muito dinheiro...

eu cheguei a comprar uma carteira de cigarro de 40 reais.

Não tem aquela palha de, de... de milho, que amarravam com um caninho, esse aí...

então a tradição foi passando, meu avo cortava aqueles tabaco e fazia desse tamanho, charuto... então era isso aí, não tinha no pacote, só esse aí...

ele plantava planta, pé de tabaco...

Já tinha querosene, tudo era mais... diferente. Quando eles faziam festa, não era na energia, era na fogueira, eles faziam fogueira, e daí... arrudiava a fogueira aqui, fogueira ali e a fasta era no meio...

agora é diferente! aí não tem como tu juntar uma cultura se não tem uma tradição, as vezes vem uma tradição, uma cultura quando o presidente vem aqui, aí tem, cultura, tem tradição....

Que eles vão se vestir, né? De índio... mas só assim, ultimamente você não vê!

Aqui ainda na escolinha da professora Gerocina, tem essa tradição... que se veste, né? aí faz a formatura com a tradição deles... ainda existe..

que o pai dela, o tio Orlando por exemplo, porque ele é meu tio e mãe dela a minha tia também, então são os dois que eu ouço, pra mim ouvir e repassar as novas criação que vem vindo...

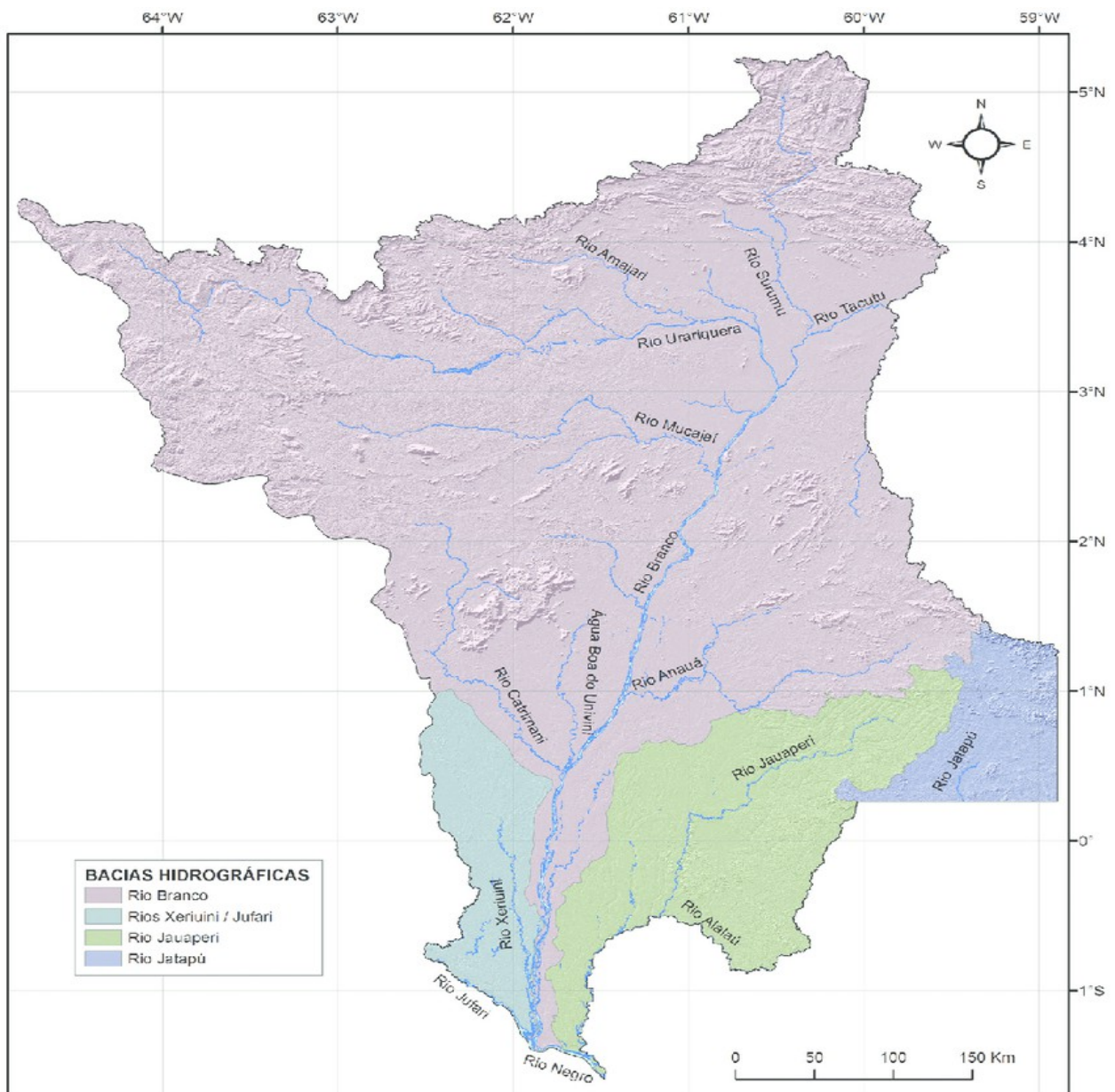
porque tem que repassar, ó, tu estudou, tu vem de longe, é uma coisa boa, porque, você veio procurar uma coisa aqui que os alunos daqui não querem se interessar, eles não querem... eles tem vergonha de ser indígena, tem uns que tem, ah eu uso o celular, eu uso a internet.. mais tarde se ele continuar o estudo, ele vai procurar a gente que nem você procurou! Porque você veio buscar da raiz para o olho e ele não... foi procurar do olho para a raiz!

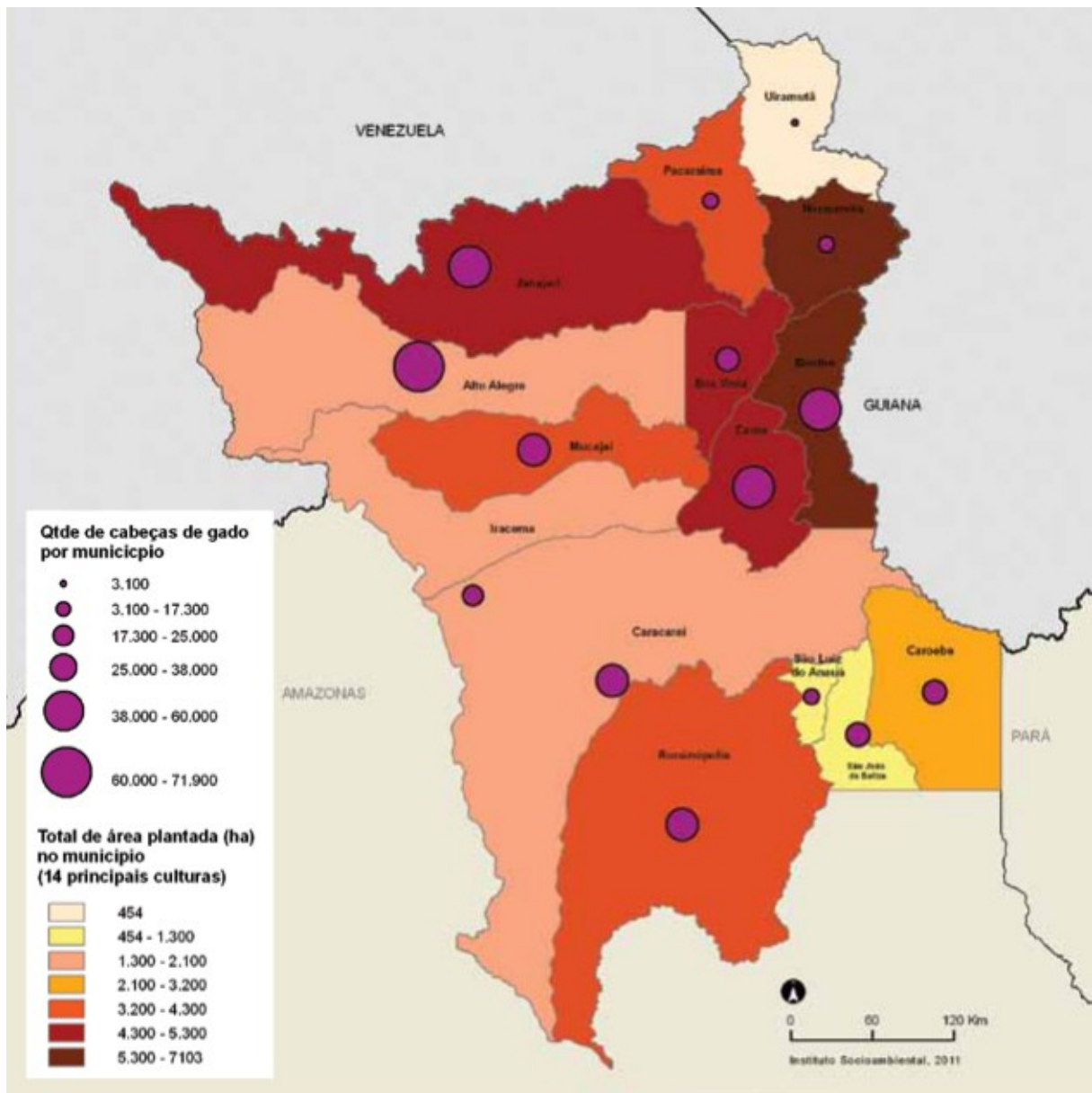
Porque a gente tem que aproveitar a árvore enquanto ela tá brotando, depois que ela secar e morrer que é que vai dá, né? é nesse jeito!

Acontece, eu tenho umas netas no mato grosso, que elas as vezes, muitas delas... eu falo para elas, elas são bem inteligentes...

elas falam, se eu fosse do tempo as senhora eu conseguiria fazer mais coisas... você tem apoio, tem força de vontade, se continuar estudando vai continuar...

Anexo 2





Fontes:

Anuário Roraima em Números, SEPLAN, 2010; Produção Agrícola Municipal - PAM/IBGE. (Dados de 2008)

